OLIVIA DE CAMPOS MAIA PEREIRA

Lutas urbanas por moradia. O centro de São Paulo

Tese apresentada ao Instituto de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Doutora em arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Teoria e História
da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Cibele Saliba
Rizek

São Carlos

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: oliviam Maia@gmail.com

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

Pereira, Olivia de Campos Maia

P4361 Lutas urbanas por moradia : o centro de São Paulo. /
Olivia de Campos Maia Pereira ; orientador Cibele Saliba
Rizek. São Carlos, 2012. 244p.:il.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria
da História da Arquitetura e do Urbanismo)–Instituto de
Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de
São Paulo, 2012.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Arquiteto Urbanista **Olivia de Campos Maia Pereira**

Título da tese: "Lutas urbanas por moradia: o centro de São Paulo"

Data da defesa: 27/06/2012

Comissão Julgadora:

Prof^a. Associada **Cibele Saliba Rizek (Orientadora)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

Prof Associado **João Marcos de Almeida Lopes**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

Prof^a. Dra. **Ana Amélia da Silva**
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP)

Prof. Dr. **Gabriel de Santis Feltran**
(Universidade Federal de São Carlos UFSCar)

Profa. Dra. **Laura Machado de Melo Bueno**
(Pontifícia Universidade Católica de Campinas PUC/CAMP)

Resultado:

aprovada

aprovada

aprovada

APROVADA

APROVADA

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação: do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Prof. Titular **Renato Luiz Sobral Anelli**

À minha pequena revolucionária, Catarina.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Cibele Rizek, minha orientadora e amiga, por fazer parte tão amplamente da minha formação. Obrigada pelas conversas generosas, pela compreensão e paciência, sem dúvida minha postura frente à pesquisa acadêmica se alterou definitivamente.

Aos membros da Banca de Qualificação, Prof. Dr., João Marcos Lopes e Prof. Dr. Gabriel Feltran, obrigada pelo envolvimento e pelo fundamental auxílio no encontro do meu foco.

À FAPESP, que me permitiu mergulhar na pesquisa acadêmica e na vida universitária durante os quatro anos de dedicação exclusiva.

Aos inúmeros personagens entrevistados, que me confiaram suas histórias de lutas e sonhos.

Aos amigos de Cineclube, Prof. Ruy Sardinha, Denise Lezo e Rodrigo Kamimura pelos ricos momentos de debate e fruição.

Aos amigos da Associação de Pós-Graduação, pelas discussões acaloradas e pela difícil manutenção de um espaço para a política na Universidade.

Aos amigos, Cláudia Carnevisks, Rafael Bellan, Ana Paula Fonseca, Gabriel Rodrigues e Alexandra Estela.

À Marina, João, Flávia e João Luiz pelo apoio incondicional e amoroso.

Ao Marcos Santos, por mais uma etapa em nossa estrada.

RESUMO

PEREIRA, O. de C. M. **Lutas urbanas por moradia. O centro de São Paulo.** 2012. 244 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A partir dos atuais desdobramentos das práticas dos movimentos de moradia no centro da cidade de São Paulo, este trabalho pretende discutir as formas de espacialização dessas lutas, no que concerne à ampliação do entendimento das conquistas efetivadas por esses movimentos. Para tanto, trabalhou-se em sentido oposto à tese da perda de vitalidade da região central, que em meio aos recentes processos de intervenção urbana demonstrou, na detecção de ambiguidades e encruzilhadas urbanas, sociais e políticas, o surgimento de um novo ciclo de conflituosidades. Para além das questões relativas aos grandes eixos de gentrificação e expulsão das camadas mais empobrecidas do Centro, o contexto estudado revelou situações funcionais de visibilidade e invisibilidade da problemática urbana central. A pesquisa empírica se deparou com processos de resistência e novas formas de relação e negociação entre os atores, em um contexto de esvaziamento da política e das possibilidades de experiência. A relação entre todos os atores na constituição do espaço urbano revela mudanças e disputas repletas de contradições e indistinções - não paradoxais – o que denota relações estruturantes e ao mesmo tempo de resistência.

Palavras chave: Movimentos de moradia. Centro de São Paulo. Lutas urbanas.

ABSTRACT

PEREIRA, O. de C. M. **Urban Struggles for housing. Center of São Paulo.** 2012. 244 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Based on the current developments in the practice of housing movements in the city center of São Paulo, this research intends to discuss the ways of spatialization of these struggles, with regard to increasing the understanding of the achievements effected by these movements. For that, this work took the opposite direction to the thesis of the central region loss of vitality, which amid the recent urban intervention processes, demonstrated in the detection of ambiguities and urban “crossroads”, social and policies, the emergence of a new cycle of conflicts. Beyond from the issues related to the major axes of gentrification and eviction of the poorest layers of the city center, the context studied revealed functional situations of visibility and invisibility of the central urban problems. The empirical research has met resistance processes and new relationship and negotiation ways between the actors, in a context of the political emptying and of the possibilities of experience. The relation among all the actors in the constitution of the urban space reveals changes and disputes fraught with contradictions and lack of distinction - not paradoxical - which shows structuring relations and, at the same time of resistance.

Key-words: housing movements – Center of São Paulo – urban struggles.

LISTA DE SIGLAS

ASTC – Associação dos Trabalhadores do Centro
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCJ - Centro de Capacitação da Juventude
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEF – Caixa Econômica Federal
CENEDIC - Centro de Estudos dos Direito da Cidadania
CEU – Centro Educacional Unificado
CGFNH – Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação
CMP – Central dos Movimentos Populares
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DPH – Departamento de Patrimônio Histórico
EMURB - Empresa Municipal de Urbanização da Prefeitura Municipal de São Paulo
FC – Fórum dos Cortiços
FCV – Fórum Centro Vivo
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FLM – Fórum de Luta por Moradia
HABI - Superintendência de Habitação Popular
HIS – Habitação de Interesse Social
IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.
ISS – Imposto Sobre Serviço
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MDF - Movimento de Defesa dos Favelados
MMC – Movimento de Moradia do Centro
MMRC – Movimento de Moradia da Região Central
MMTNG - Movimento de Moradia Terra de Nossa Gente
MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro
MSTRU - Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana
MTSTRC – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Região Central
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização não governamental
PAC – Programa de Atuação em Cortiços
PAR - Programa de Arrendamento Residencial
PD – Plano Diretor
PDE – Plano Diretor Estratégico
PMH – Política Municipal da Habitação
PRIH – Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SABESP – Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SECOVI – Sindicato da Habitação
SEHAB - Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo
SEMPLA – Secretaria Municipal do Planejamento
SESC – Serviço Social do Comércio
SINDUSCON-SP - Sindicato das Indústrias da Construção Civil
ULC – União das Lutas dos Cortiços
UMM – União dos Movimentos de Moradia
UNMP – União Nacional por Moradia Popular
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO: DISTRITOS DA ÁREA CENTRAL E PERIFÉRICOS

Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE elaborados pela autora.

TABELA 2: NÚMERO DE UNIDADES RESIDENCIAIS VERTICAIS LANÇADAS.

Fonte: Embraesp; Sempla/Dipro. Elaborada pela autora. Destaque para os distritos com maior número de lançamentos relativo e sua localização limítrofe na região central.

TABELA 3: DENSIDADE POPULACIONAL POR DISTRITO.

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010 elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SMDU - Departamento de Estatística e Produção de Informação/DIPRO – Elaboração da autora.

TABELA 4: EMPREGOS E POPULAÇÃO POR DISTRITO.

FONTE: KARA-JOSÉ, 2010:66.

TABELA 5: RELAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS POR HABITANTE.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Elaboração: SMDU/Dipro.

TABELA 6: CONCENTRAÇÃO DE EMPREGOS POR SUBPREFEITURAS EM RELAÇÃO À CIDADE.

Fonte: SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento) / infolocal - elaboração: Kairós. Base censo 2010 – IBGE.

TABELA 7: PORCENTAGEM DE EMPREGOS NA REGIAO CENTRAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DA CIDADE

Fonte: SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento).

TABELA 8: EMPREGOS FORMAIS POR FAIXAS DE RENDIMENTO (em anexo)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Elaboração: SMDU/Dipro.

TABELA 9: TABELA OCUPAÇÕES 2008-2011 (em anexo)

Fonte: Elaborada pela autora.

LISTA DE FIGURAS

CAPA: VISTA DO VALE DO ANHANGABAÚ DO “PRÉDIO-CONQUISTA” RIACHUELO

Foto: Marcos Santos. Montagem com as crianças da ocupação Mauá. Foto: Anderson Barbosa. Crédito da montagem: Igor Ângelo.

FIGURA 1. O CENTRO DE SÃO PAULO. VISTA DE PRÉDIO DA AV. IPIRANGA

Foto: Olivia Maia. Crédito da montagem: João Luiz Maia.

FIGURA 2. CENTRO EXPANDIDO, SUAS SUBPREFEITURAS E DISTRITOS

Fonte: SEMPLA/ PMSP – Adaptado pela autora.

FIGURA 3. CENTRO EXPANDIDO E SUA RELAÇÃO COM O SISTEMA VIÁRIO

Fonte: Associação Viva o Centro

FIGURA 4 – MAPA DA TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração da Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU

FIGURA 5: DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TIPOLOGIA DOS DISTRITOS

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração da Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.

FIGURA 6: DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGOS NO CENTRO

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010. Elaboração da Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.

FIGURA 7: PERÍMETRO DA INTERVENÇÃO DO PROJETO NOVA LUZ

Fonte: Elaboração própria sobre mapa do Google.

FIGURA 8: MAQUETE DO PROJETO NOVA LUZ. TRANSPARENTES: PRÉDIOS A SEREM DEMOLIDOS

FONTE: <http://pluralmente.wordpress.com/2012/01/09/uma-nova-luz-sob-gentrificacao/>

FIGURA 9: MAPA DAS SUBPREFEITURAS ADMINISTRADAS POR MILITARES

Fonte: Elaboração própria sobre mapa da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP.

FIGURA 10. FAMÍLIA NO EDIFÍCIO PRESTES MAIA, OCUPAÇÃO DE 2010.

Fonte: Foto: Anderson Barbosa. Crédito da montagem: João Luiz Maia.

FIGURA 11. FLUXOGRAMA: OS MOVIMENTOS DE MORADIA

Fonte: Elaborado pela autora.

FIGURA 12. CRIANÇAS NA OCUPAÇÃO MAUÁ

Fonte: Foto: Anderson Barbosa. Crédito da montagem: João Luiz Maia.

FIGURA 13. MAPA OCUPAÇÕES DE NOVEMBRO DE 2011

Fonte: Elaborado pela autora sobre mapa do Google.

FIGURA 14: MAPA OCUPAÇÕES MAIO DE 2011

Fonte: Elaborado pela autora sobre mapa do Google.

FIGURA 15: MAPA OCUPAÇÕES OUTUBRO DE 2010

Fonte: Elaborado pela autora sobre mapa do Google.

FIGURA 16: GRÁFICO NÚMERO DE OCUPAÇÕES POR ANO/ GESTÃO MUNICIPAL E FEDERAL

Fonte: Elaborado pela autora

FIGURA 17. PRÉDIO DO INSS NA AVENIDA 9 DE JULHO. OCUPAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Fonte: <http://gruporisco.org/drupal/image/tid/1>. Acessado em 12/04/2012.

FIGURA 18. MADRUGADA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE NOVE DE JULHO – INSS

Fonte: <http://gruporisco.org/drupal/image/tid/1>. Acessado em 12/04/2012.

FIGURA 19. OCUPAÇÃO MAUÁ. VISTA DA OCUPAÇÃO PARA A ESTAÇÃO DA LUZ/ PÁTIO INTERNO DA OCUPAÇÃO/ MOSTRA DE VÍDEO NA OCUPAÇÃO/ JOGO DE FUTEBOL NO PÁTIO/ VISTA DA ENTRADA NA RUA MAUÁ.

Fonte: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/organizacao-coletiva-e-regra-em-ocupacao-de-sem-teto-no-centro-de-sao-paulo-20101107.html>. Acessado em 10/02/2012.

<http://www.edificiosabandonados.com.br/?cat=9>. Acessado em 11/02/2012.

FIGURA 20. VISTAS DO PÁTIO INTERNO DA OCUPAÇÃO MAUÁ/ MERCADINHO DA RAQUEL

Fonte: <http://www.portalfilm.com.br/noticias/membros-da-cafod-visitam-a-ocupacao-maua/1252>. Acessado em 12/04/2012.

FIGURA 21. OCUPAÇÃO AVENIDA IPIRANGA. MARIA DO PLANALTO NO DIA DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE/ ORGANIZAÇÃO DA COZINHA E COLETA DE DOAÇÃO DE ALIMENTOS/ LIGAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA/ REINTEGRAÇÃO DE POSSE/ FAMÍLIAS NA RUA PÓS-REINTEGRAÇÃO.

Fonte: Coletivo Outras Palavras. <http://www.ipiranga895.outraspalavras.net/> Acessado em 10/02/2012. Portal FLM: <http://www.youtube.com/watch?v=AwOOjcq7iRo>. Acessado em 14/03/2012.

FIGURA 22. OCUPAÇÃO AVENIDA IPIRANGA. COLETA DE ALIMENTOS DOADOS PARA COZINHA COMUNITÁRIA/ DIA DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Fonte: Coletivo Outras Palavras. <http://www.ipiranga895.outraspalavras.net/> Acessado em 10/02/2012. Portal FLM: <http://www.youtube.com/watch?v=AwOOjcq7iRo>. Acessado em 14/03/2012.

FIGURA 23. MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE OCUPARAM PRÉDIO NA AVENIDA IPIRANGA

Fonte: Elaborado pela autora sobre mapa do Google.

FIGURA 24. ESCADARIA DO EDIFÍCIO PRESTES MAIA

Fonte: Foto: Anderson Barbosa. Crédito da montagem: João Luiz Maia.

FIGURAS TRAJETÓRIAS DOS PERSONAGENS: Imagens do Google *Street View* e *Maps*, elaborados pela autora sobre mapas do Google.

SUMÁRIO

Percurso: A pesquisa se transforma	166
Introdução: Reflexões acerca do debate sobre os movimentos sociais. Onde se insere este trabalho	244
Capítulo 1. O Centro e suas dinâmicas	422
1.1 Centro: nota sobre nomeação e ideologia: quando o centro fica velho	422
1.2 Caracterização do centro: População, emprego e dinamismo	48
1.3 Vacância imobiliária, déficit e a interpretação dos números – IPTU/ ZEIS	6969
1.4 As intervenções urbanas no Centro	74
1.5 Nova Luz, lei da concessão urbanística e seu perigoso precedente	87
Capítulo 2: Os Atores e suas práticas	98
2.1 Apresentação dos atores. Seminário: “Contexto atual e participação social”, SP, 2008.	1011
2.2 A “chegada” ao Centro	10606
2.3 Movimentos do (no) centro – invisibilidade e visibilidade	1133
2.4 institucionalização, participativismo, gestão e os governos de esquerda	12626
Capítulo 3: Ocupações: passagem e moradia	1344
3.1 Ocupação e Visibilidade: denúncia e festa. Últimas cenas.	1344
3.2 Histórico das ocupações, um novo ciclo de conflitos.	1400
3.3 A festa das grandes ocupações – 1º ato.	1455
3.4 A ocupação como passagem, moradia e resistência: retrato de 3 ocupações e seus históricos – 2º ato	14747
Capítulo 4: Luta, conquistas e trajetórias	178
4.1 Afinal, o que são as conquistas? A polissemia	17878
4.2 A conquista: sucessão de provisoriiedades?	1822
4.3 A conquista: como moradia definitiva no centro	18686
4.4 A conquista: como moradia definitiva na Zona Leste	1900
Considerações finais	2022
Bibliografia	20808
APÊNDICES	22424
Campo: aproximação e metodologia	224
Levantamento e sistematização de dados e material de campo	2299
Principais Entrevistas, Diários de Campo e Personagens	23333
ANEXOS	23535

Da objetividade da situação às falas das ocupações.

O principal objetivo do trabalho, explícito ainda em projeto, foi formulado como se segue:

“Analisar os desdobramentos das atuais relações entre Estado e movimentos populares de luta por moradia, na produção de habitação popular na cidade de São Paulo”.

Delineando-se assim a seguinte hipótese:

“As relações entre Estado e Movimentos possuem características novas, tais como transformações dos movimentos populares, de suas reivindicações e de sua recepção pelo Estado – à medida que canais de participação foram se ampliando e se institucionalizando – da década de 1980 até hoje”.

Assim, a proposta inicial da pesquisa era:

“Identificar e compreender modificações nas formas de inserção urbana, configuradas por meio da produção recente de habitação popular na cidade de São Paulo (1980 – dias atuais) e seus contextos urbanos, resultantes dos desdobramentos das relações entre Estado e movimentos populares de luta por moradia”.

A partir do desenvolvimento da pesquisa, diversos ajustes de foco, no espaço e no tempo, foram realizados. Tanto em função de achados de pesquisa, como da reelaboração das atividades realizadas em campo.

Em relação ao ajuste dos recortes espaciais, imaginava-se a princípio, estabelecer um contraponto entre os movimentos de moradia com maior atuação no centro da cidade e na Zona Leste, bem como analisar os espaços de habitação resultantes da atuação de ambos. Mas, ao longo da pesquisa

observou-se que, além de ser um espectro excessivo, havia muitos cruzamentos e complementaridades entre esses movimentos que poderiam ser levantados junto aos movimentos do centro da cidade. Dessa forma, os movimentos da Zona Leste e os casos emblemáticos de habitação popular lá construídos na década de 1980 e início dos 1990, estão presentes no trabalho, não mais como estudos de caso, mas como importante contraponto histórico.

Assim, centrou-se na atuação dos movimentos do centro da cidade de São Paulo, com ajuste também no recorte temporal: os estudos empíricos passaram a focalizar as experiências do final da década de 1990 até os dias atuais.

A opção pelo Centro e pelas duas últimas décadas mostrou-se profícua, revelando questões chave da produção habitacional popular gerada por meio da relação entre movimentos de moradia e Estado. Algumas dessas questões são nucleadas pelo aparecimento de novos agentes, novas formas de negociação e construção de espaço público, em um momento notadamente de disputa pelo centro da cidade e diminuição da política¹.

Assim, a análise da produção habitacional popular do centro apareceu como questão complementar e não como objeto, uma vez que seus significados em relação a sua inserção na cidade e principalmente, frente às trajetórias urbanas apresentadas por seus moradores, impuseram-se fortemente no decorrer da pesquisa.

A observação dessas trajetórias trouxe novas questões, que ampliaram os estudos empíricos, optou-se então por conhecer também os espaços de ocupação² existentes no centro da cidade, pois parte deles se perfaz, além de forma de pressão, em espaços de moradia. Também foi ampliado o número de

¹ Para este trabalho o conceito de política é entendido, de acordo com Jacques Rancière, não como o exercício do poder ou sua disputa, mas como uma atividade na qual se definem objetos comuns. Como aquilo que romperia uma lógica vivida como natural (ao que o autor chama de "polícia"). A política seria então a possibilidade de ruptura com essa ordem de polícia, criando novos atores e objetos. Ver especialmente: RANCIÈRE, Jacques. O Desentendimento. São Paulo: Editora 34, 1996^a.

² Aqui entendidos como os prédios vazios e abandonados no centro da cidade de São Paulo, ocupados por movimentos de moradia.

entrevistas qualitativas e abertas aos moradores de diversos edifícios “conquistados”³ pelos movimentos.

Foram as primeiras idas a campo que instigaram a um mergulho mais profundo e focalizado nas tramas de negociações entre os agentes presentes na questão habitacional do centro de São Paulo.

Neste sentido, uma das primeiras atividades de campo foi a participação no Seminário: “Contexto atual e participação social”, realizado no início do ano de 2008, no - e sobre o - Centro de São Paulo. Lá estavam presentes agentes do poder público, diversos movimentos sociais, organizações não governamentais, tanto no papel de mediadoras, como assessoras de movimento populares, pesquisadores e representantes do Banco Mundial. Tratou-se de um encontro que marcou o início das ações mais ostensivas da Prefeitura paulistana nas obras de “revitalização” do centro. Foram fóruns nos quais parecia que Estado, ONG’s, bancos e setor imobiliário compactuavam o mesmo discurso⁴.

A observação e participação nesse tipo de evento marcaram o primeiro ano de pesquisa, revelando um palco de negociações sobre o qual aparentemente gestavam-se consensos e geriam-se conflitos. Delineavam-se novos atores, com formas diferenciadas de intervenção e ainda novas formas de negociação e associação.

O ano de 2008 foi especialmente marcado por eventos desse tipo, inclusive “*on line*”, reduzidos nos anos seguintes, juntamente com o fortalecimento das ações da prefeitura de São Paulo. Essas ações tiveram natureza violenta, tais como o aumento da quantidade de reintegrações de posse no Centro e por toda cidade, desapropriações, demolições, ações também violentas contra moradores em situação de rua e criminalização dos movimentos sociais.

Ao longo da pesquisa pôde-se observar claramente um movimento de fluxo e refluxo na construção das relações entre Estado e movimentos de luta por moradia. Como a aproximação e posterior rejeição a alguns canais de participação institucionais, a formação e o desmanche de parcerias com

³ Aqui entendidos como os prédios reformados ou construídos para habitação popular, resultantes de pressão ou ação direta dos movimentos de moradia.

⁴ Tema compreendido de maneira semelhante e trabalhado por Regina Souza, mas com jovens. Ver: SOUZA, Regina Magalhães de. O Protagonismo Juvenil. São Paulo: Editora Paulus, 2008.

ONG's, o aumento da disputa interna dos movimentos por meio de divergências nas formas de atuação e participação institucionalizada, a diminuição paulatina na participação nos inúmeros cursos de “mediação de conflitos”, produzidos tanto pelo Estado, como por ONG's.

A segunda etapa da pesquisa de campo, iniciada ainda no início de 2008 também contribuiu fortemente para a focalização dos estudos nos moradores dos espaços de habitação popular do centro da cidade provenientes de conquistas dos movimentos, ou de edifícios ocupados. Ao entrar nesse universo, com a aplicação de entrevistas abertas e aproximação das bases desses movimentos por meio de participações constantes em suas reuniões, trajetórias de inserção e experiência urbana, compreensão de cidade e direito à cidade, revelaram-se de uma importância antes não colocada para a pesquisa.

Além das questões levantadas inicialmente para a pesquisa, muitas delas redesenhadas no desenrolar do trabalho, novas perguntas se impuseram e reorientaram as investigações de campo.

Como tema inicial, a visibilidade da habitação popular no centro da cidade, resultante de luta por parte dos movimentos de moradia a partir da década de 1990, trouxe importantes transformações, principalmente em relação às possibilidades de inserção da população de baixa renda no Centro, como em relação à criação de Programas específicos para tanto.

Assim, ficaram claros o ganho de qualidade espacial e a inserção urbana dos edifícios e conjuntos localizados no Centro. Mas, ao mesmo tempo levantaram-se outras dimensões e elementos, como: o significado da quantidade de prédios vazios no Centro e das ocupações realizadas por movimentos nesses prédios. Além das questões colocadas pela quantidade de pessoas vindas de periferias que participaram das ocupações desses prédios e passaram a conhecer e utilizar o centro da cidade, estabelecendo formas de utilização e relação com o entorno e seus equipamentos urbanos, além da construção da experiência de luta pela moradia e principalmente pela cidade.

Essas questões somaram-se à análise da conjuntura em que se consolidaram, destacando-se: o processo de “renovação” do centro da cidade realizado com mais ênfase pela atual administração municipal, o que inclui o cancelamento de

diversos programas de habitação popular na região, o aumento das reintegrações de posse, o descumprimento de acordos junto aos movimentos, a revisão inconstitucional do Plano Diretor Municipal, o fechamento de albergues, a criminalização dos movimentos e da população em situação de rua, além do aumento do uso de força policial⁵.

São inúmeras as questões que permearam e cruzaram o campo de pesquisa, muitas delas bastante novas, outras nem tanto, mas absolutamente imbricadas e até indissociáveis. O que tornou árduo o processo de construção de categorias analíticas que pudessem de fato contribuir para o entendimento de um objeto em construção, sem que o trabalho parecesse equivocadamente generalista.

Dessa forma as questões saídas do campo, apresentadas abaixo por eixos, nortearam a pesquisa e impuseram a ordem de apresentação escolhida para o trabalho.

Temas relativos à disputa pelo Centro:

Por maiores e mais violentas que tenham sido as investidas da atual gestão municipal, incluindo a produção do espaço como produto do mercado, no sentido de afastar a população mais pobre, o comércio popular e os moradores em situação de rua, criminalização da pobreza e movimentos, tais ações parecem não reverter o nítido processo de popularização do Centro. A fala de um dos personagens entrevistados é paradigmática neste sentido *“Ao mesmo tempo em que nos querem fora daqui, têm mecanismos que nos mantém”*.

Temas relativos às ações e práticas entre os agentes:

Formas de relação entre os agentes, novas modalidades de negociação (a “formação” de “facilitadores” nas oficinas de mediação de conflitos),

⁵ Embora todas essas ações já ocorressem na administração petista anteriormente (Marta Suplicy: 2000-2004), como demonstrado, por exemplo, nos Dossiês-Denúncia do Fórum Centro Vivo, parece ter havido um agravamento dessas questões junto com a mudança na gestão municipal, de PT para DEM/PSDB (Serra-Kassab: 2005-2012), revelando possíveis “indiferenciações” entre as gestões.

aproximações, rupturas, circuitos onde as mesmas pessoas se cruzam, porém institucionalizadas como atores distintos.

Temas relativos aos movimentos de moradia:

Os movimentos passaram a organizar uma nova demanda, com um novo perfil de pessoas - ainda mais empobrecidas⁶ e uma nova pauta, com formas de ação e negociação distintas, como a ocupação de prédios abandonados no centro.

Destaque também para a nomeação desses movimentos: ‘**sem-teto**’, que se apresentam pela ausência já em seu título. Miagusko, 2008 atribui essa questão ao contexto de diminuição das políticas públicas, perda de direitos e encolhimento da esfera pública.

Temas relativos à visibilidade do centro como problema urbano:

Os “problemas sociais” do centro, tratados até então com filantropia, passam a ser categorizados em programas e gestões específicos, afinal tornaram-se visíveis. Essa pobreza, que historicamente tinha seu lugar de visibilidade nas periferias, vira motor da luta por moradia no centro.

Embora pequenos, os marcos desse deslocamento, de constituição de fala pública, de instituição do Centro como local de moradia e de mobilização – e consequente nomeação - desses atores, vieram na virada da década de 1980 para 1990, na gestão petista de Luiza Erundina.

Temas relativos a trabalho e moradia:

A utilização do espaço de morar, para atividades de trabalho (inclusive nas ocupações) é uma questão importante e permeou praticamente toda a pesquisa de campo. Foram vários apartamentos visitados repletos de produtos para venda em camelôs ou máquinas de costura funcionando a “todo vapor”. O trabalho precarizado é uma constante para a maioria dos entrevistados.

Temas relativos à experiência, espaços de luta e resistência:

Ainda por meio das entrevistas, quando os moradores eram solicitados a mostrar ou narrar algo de que gostassem no centro da cidade, muitos deles se referiam às ocupações realizadas pelos movimentos e ao longo período de experiências vividas por eles dentro desses edifícios.

A busca pela formação do sujeito político, pelas possibilidades de experiência e mesmo constituição de um espaço público, parecem estar muito mais nos momentos de luta, disputa (fala e dissenso) e assim nos espaços das ocupações, do que nas novas relações possibilitadas pelos espaços de “conquista” (prédios de habitação popular no Centro). Pois, foram estes os momentos onde de fato houve intervenção nas relações de força colocadas, o conflito nestes casos não é anulado e a política também não é retirada⁷.

A metodologia utilizada para incursão em campo, baseada em entrevistas e diários de campo é descrita com mais vagar nos anexos.

⁷ De acordo com o entendimento de política anunciado anteriormente, em RANCIÈRE, 1996.

INTRODUÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DO DEBATE SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS. ONDE SE INSERE ESTE TRABALHO

Compreender o vasto caminho construído pela literatura sobre os movimentos sociais, mesmo que de maneira restrita temporalmente (década de 1980 em diante), e dentre apenas questões pertinentes a este trabalho, abre caminho para que se entrevejam conflitos e contradições. Re-interpretar/ ler a produção acadêmica desse período possibilita ir além dos consensos explorados por essa mesma produção (em relação aos contextos das últimas décadas).

Encarar - e escancarar – esses conflitos e contradições tem como intuito colocar no centro do debate as diversas mudanças, interpretações e mesmo apostas de temas fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais ao longo do tempo, tais como: cultura democrática, direito a ter direitos, construção de sujeitos políticos, sociabilidades, instrumentalizações e principalmente política.

Trata-se de uma série de questões que, já na década de 1990 apresentam-se altamente imbricadas, fazendo com que essa releitura seja fundamental. Há novidades certamente, mas muitas reaparições de conceitos, assim, é fundamental evitar periodizações rígidas – tão comumente encontradas - e focos específicos demais, que levariam a não mais que determinações maniqueístas.

Dessa forma, pretende-se aqui se esquivar dessas determinações e aprofundar-se numa relação de contexto e apostas na configuração de sujeitos políticos (ou não) e seus papéis, nas criações e alterações de significados de categorias (como cidadania e direitos), pelos diversos grupos de pesquisadores que se debruçaram e ainda hoje se dedicam à árdua interpretação da atuação dos movimentos sociais.

Ao percorrer estes caminhos, que trazem uma dimensão política imprescindível, intenta-se recolher pistas que, sem dúvida iluminam e localizam as questões contemporâneas colocadas por este trabalho.

Apostas: democracia e política

A década de 80, de intensa produção e acalorada discussão acadêmica sobre os movimentos sociais, foi tratada, entre outros, por PAOLI (1995). A autora tem destaque aqui, pois além de apresentar uma importante revisão da temática, busca as matrizes dos diversos pensamentos sobre os movimentos sociais desde a década de 1970, o que vem ao encontro dos objetivos deste capítulo.

Paoli aponta, no contexto da redemocratização, duas correntes de pensamento que se contrapunham em relação ao papel político desempenhado pelos movimentos no período. A primeira delas, embora valorizasse e celebrasse a atuação dos movimentos, não acreditava em seu potencial político de transformação social⁸. A segunda apostava na inauguração de uma cultura política brasileira, sobre a qual os limites da representação “democrático-formal” poderiam ser extrapolados, legitimando-se conflitos (PAOLI 1995).

Podem ser filiados a este grupo também Vera da Silva Telles e Francisco de Oliveira, quando, por exemplo, este acredita na construção de uma esfera pública no Brasil, mesmo por meio de um processo democratizante construído por uma participação conflitiva dos atores (OLIVEIRA, 1994, p. 15).

O que parece estar saindo como um novo modo de se entender os trabalhadores e os movimentos populares como um conjunto de pessoas e grupos que têm algo em comum é, na verdade, o extraordinário momento de lutas múltiplas que emergiram depois de 1978. Os pesquisadores das ciências sociais dos anos 1980 se viram diante de um momento político marcado por movimentos vários de luta contra opressões diversas, a maioria de base popular, cuja promessa tirava de cena os atributos de “alienação” e heteronomia tradicionalmente atribuídos aos trabalhadores (SADER e PAOLI, 1986, p.61).

É neste último que a autora se posiciona, pois ao colocar como nó central da atuação dos sujeitos naquele período, a busca por um estatuto político⁹. Paoli reafirmava a aposta na construção de uma cultura democrática.

⁸ No sentido de que não substituiriam partidos e sindicatos, podendo - para este grupo - desempenhar no máximo um papel de mediador entre sociedade e Estado. Ver especialmente: CARDOSO, 1984 *apud* PAOLI, 1995, p.36.

⁹ Interessante apontar aqui uma aposta no caráter político desses movimentos sociais. Paoli acreditava que a forma de apresentação das demandas (em relação a identidades e hierarquias, por exemplo), mais que as reivindicações em si, era o que denotava seu potencial

É importante destacar que ambos os grupos de pesquisadores, produziam suas leituras também em um campo político. O segundo grupo dialogava, por exemplo, com autores que, como dito acima, não apostavam na potencialidade transformadora das “experiências inéditas de interlocução e visibilidade do conflito”¹⁰, o que denotava uma clara postura política.

Pode-se dizer que, até então, as análises dos movimentos sociais tinham como horizonte seus vínculos com a experiência da cidade como experiência de classe¹¹. A questão da autonomia desses movimentos, em suas relações com governos ainda autoritários, mais a multiplicidade de suas identidades (trabalhador, morador, mulher etc.) e o aparecimento de outras tantas formas de organização, foram questões que trouxeram definitivamente uma mudança de foco nas análises acadêmicas¹².

Eram diversos movimentos e atores conquistando visibilidade em cena pública por meio da luta por direitos. O país estava imerso em um contexto de abertura democrática.

A formalização dos diversos canais de participação, forte marca do período, e a construção de uma sociedade democrática¹³, eram questões que se anunciavam, já na época, como não necessariamente imbricadas. Mas, o

democratizante e conformaria um entendimento de política que de fato extrapolasse o campo institucional (PAOLI,1995).

¹⁰ Ver Telles, 1998. Trataremos mais à frente dessas questões sob o ponto de vista do dissenso, colocado por Rancière, que já era enunciado neste momento por Telles ao tratar a questão dos direitos sociais e seu sentido político (mais que sua existência ou fragilidade) no contexto brasileiro. A autora utiliza naquele momento termos como: “sujeitos falantes”, “reconhecimento” e “palavra” – como conformadores da política.

¹¹ Ver: FORTES, Alexandre. Miríades por toda a eternidade. A atualidade de E.P. Thompson. Revista de Sociologia da USP, Tempos Social, v.18, n.1. pp. 197-215, junho de 2006. Já de acordo com Baierle (1992), tratava-se de uma abordagem econômico-estrutural predominante no Brasil até meados dos anos 80, sobre a qual podem ser encontradas referências aos seguintes autores: Lojkin, Castells, Borja e Topalov, com importantes desdobramentos nos textos de Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, Pedro Jacobi e José Álvaro Moisés.

¹² Ainda Baierle (1992), sobre o conjunto de teorizações acerca dos movimentos sociais no Brasil distingue três linhas de abordagem: (1) econômico-estrutural, já citada (2) antropológico-cultural, na qual podem ser filiados os seguintes autores: Ruth Cardoso, Teresa Caldeira, Eunice Durham e Tilman Evers e (3) histórico-política, como uma forma de abordagem mais recente sobre a qual podem ser encontrados textos tanto de autores da linha 1, como de Marilena Chauí, Evelina Dagnino e Vera da Silva Telles. Doimo (1995) também identifica três matrizes teóricas distintas: (1) estrutural-autonomista, na qual, dentre outros, podem ser citados Manuel Castells, Jean Lojkin, Francisco de Oliveira e José Álvaro Moises, (2) cultural-autonomista, Edward Palmer Thompson, Ilse Scherer_Warren, Lúcio Kowarick, Eder Sader, Maria Célia Paoli, Vera da Silva Telles e André Caccia-Bava e (3) enfoque institucional, Boaventura de Souza Santos e Ruth Cardoso.

¹³ DAGNINO, 1994, p. 104-5

questionamento dos limites colocados pela chamada democracia formal (apontado por ambos os grupos de autores), pautava a legitimidade do conflito na arena pública, por meio do reconhecimento dos direitos¹⁴.

Os movimentos sociais colocavam-se então publicamente como sujeitos a partir desse questionamento e introduziam na recente “democracia formal” pontos da tal sociabilidade descrita acima.

Esta leitura é pactuada por Dagnino (1994), que trata esse momento, até o final da década de 1980, como o que, para além dos marcos formais, estabeleceu uma relação entre cultura e política¹⁵. Ou seja, uma nova forma de conceber conceitos, como o de cidadania, era colocada pelos movimentos.

Como visto, foram essas mudanças - aparição de novos sujeitos e suas novas formas de inserção¹⁶ - que impuseram ao debate acadêmico uma renovação, em relação às matrizes de leitura utilizadas¹⁷.

Há aí formas diferentes de compreensão e análise desses sujeitos. É bastante comum encontrar pesquisas da época – e mesmo atuais – que acabaram reduzindo, ou procurando categorizar em modelos únicos esses “novos sujeitos” e suas formas de organização.

Os autores que na época trabalharam, pelo contrário, com o entendimento de uma multiplicidade de sujeitos¹⁸, iniciaram um diálogo com o que se convencionou chamar de “novos movimentos sociais”.

As bases analíticas desses trabalhos lastreavam-se em dimensões sobre práticas políticas tradicionais e cultura política, autoritarismo e democracia de base, racionalidade e subjetividade, formação de identidades, cidadania, direitos etc. (SCHERER-WARREN e LUCHMAN, 2004). Eram esses os

¹⁴ Ver: TELLES, 1994.

¹⁵ Este movimento pôde ser observado por toda América Latina. Ver: ALVAREZ, DAGNINO, 2000.

¹⁶ Neste sentido, não há como deixar de citar Sader (1988) e o importante marco colocado por sua obra: os movimentos sociais passavam a constituir-se como sujeitos políticos e suas análises mostravam como suas bases eram reelaboradas, a influência marxista na igreja católica e as dimensões comunitárias – e politizantes - dessas novas formas de organização. Como reflexo dessas formas, a participação ativa no processo de transição democrática no país é enfatizada pelo autor, como ponto alto do papel desses chamados “novos movimentos”.

¹⁷ Pode-se destacar a forte influência da releitura de Gramsci na América Latina nesse momento.

¹⁸ Algumas das matrizes teóricas utilizadas por esses autores podem ser encontradas em textos de: Thompson, Castoriadis etc.

trabalhos¹⁹ que refletiam, mesmo sobre alterações mais localizadas, as apostas no caráter transformador das estruturas de poder existentes em larga escala, talvez até mais do que as chamadas “lutas diretas”.

Por outro lado, havia também as análises que focavam questões mais relativas à institucionalidade desses movimentos e a uma fragilidade inerente a esse processo, imerso em um projeto de redemocratização repleto de entraves da conjuntura política da época. Para esse grupo de autores essas alterações não conseguiriam alcançar qualquer reconfiguração de Estado e consequentemente de reversão da contradição de classes, e mais que isso, poderiam ainda se converter em uma espécie de armadilha que só distanciaria os movimentos de uma mudança mais macro-estrutural²⁰.

Como soma dessas formas de leitura apresentada nos dois parágrafos anteriores, pode ser destacado ainda outro rol de trabalhos, que procurava entender relações entre sociedade e esfera pública, ficando os movimentos sociais no papel de mediadores²¹.

Feltran (2005) alerta para a existência de uma polaridade nas interpretações acadêmicas sobre os movimentos sociais descritos acima, acerca da utilização de modelos sociológicos específicos que não conseguiram dar conta da relação sujeito/ estrutura, enfatizando ora uma ora outra²². O que o autor aponta como principal problema do reflexo dessas análises é a construção de uma trajetória linear e bruscamente periodizada, na qual os movimentos deveriam se encaixar.

¹⁹ Grupo de autores identificado por Paoli, como uma **segunda corrente** de pensamento em relação ao papel político desempenhado pelos movimentos sociais – que apostava na inauguração de uma cultura política brasileira.

²⁰ Grupo de autores identificado por Paoli, como uma **primeira corrente** de pensamento em relação ao papel político desempenhado pelos movimentos sociais - que não acreditava em seu potencial político de transformação social.

²¹ Ver: DOIMO, 1995 e JACOBI, 1989.

²² De acordo com o autor, as interpretações das vertentes de análises acadêmicas feitas nesse período, assentam-se respectivamente: na tradição marxista - por meio de uma leitura estrutural - com foco na organização da sociedade civil e seus conflitos de classe, potencializados pela atuação dos movimentos; na tradição gramsciana, com uma leitura mais relacionada à questão da cultura política - como citado anteriormente - e finalmente uma terceira vertente, que opõe institucionalização à autonomia e intenta decretar os limites de uma atuação transformadora no período.

Trata-se da categorização, ainda bastante corrente de que as décadas de 1970, 1980 e 1990, foram respectivamente de aparição, crescimento e refluxo dos movimentos sociais²³.

A grande efervescência no campo teórico sobre o debate acerca dos movimentos sociais se dá na década de 1980, em contraponto à década de 1990, apontada como declínio dessa mesma produção. Mas, o que parece estar colocado é mais do que uma questão de efervescência ou declínio, mas de aparição pública e forma de interpretação de questões²⁴.

Em um primeiro olhar parece ter realmente havido uma queda no número de estudos sobre movimentos sociais a partir da década de 1990, o que por si só já seria revelador²⁵. Mas, de acordo com Kauchakje (2010), ao pesquisar publicações na USP e UNICAMP em todo o período, o que houve foi uma diversidade de movimentos sociais estudados (com migrações para temas correlatos) e não uma diminuição numérica de produção sobre a temática.

Ou seja, o campo teórico acompanhou as mudanças nas formas de articulações desses movimentos. De acordo com Dagnino (2001), a década de 1990 trouxe aspectos menos visíveis na atuação dos movimentos, mas não menos efetivos ou desimportantes.

Interessante retomar, que esse contexto, sobre o qual eram produzidos tantos estudos sobre os movimentos sociais, produzia-se e era produzido pelas apostas políticas possíveis em relação às potencialidades transformadoras ou não dos movimentos analisados. Sendo, de acordo com MIAGUSKO (2008), o grande divisor dessas distintas matrizes teóricas, a diferença da concepção do conceito de política.

²³ Ver: Maria da Glória Gohn (1991 e 1997) e Ruth Cardoso (1994). A primeira autora aponta três ciclos na trajetória dos movimentos: 1º de 1972-1984 “lutas pela redemocratização”, 1985-1989 “institucionalização” e 1990-1997 “desmobilização dos movimentos” e aparecimento de novos agentes. Já Cardoso distingue apenas duas fases: “emergência heroica dos movimentos”, década de 1970-1980, marcada pelo espontaneísmo, autonomia que em última instância apontava a possibilidade de mudança na cultura política e “institucionalização”, final da década de 1980, início dos 1990, a partir do estabelecimento formal de relações entre movimentos, partidos e poder público, por meio da abertura de canais de participação.

²⁴ Corroborar neste sentido o trabalho de LAVALLE, CASTELLO e BICHIR, 2011: “Movimentos sociais e articuladoras no associativismo do século XXI”, sobre a emergência de novas formas organizativas e sua centralidade na literatura acerca dos movimentos sociais a partir da década de 1990.

²⁵ E nos referenciaria imediatamente a autores que trabalharam com questões como “refluxo”, “cooptação” e “crise” nos movimentos sociais durante a década de 1990.

Essa ambiguidade demarcava um debate que tendia ora para uma ode às possibilidades de alterações, mesmo que pontuais, de algumas das estruturas de poder, ora para um pessimismo ao não alcance dessas alterações exatamente dessas mesmas estruturas de poder²⁶.

Em suma, com interpretações e críticas mais ou menos “macroestruturais”, o debate da época colocou novos termos e com isso demarcou mudanças conceituais bastante importantes²⁷.

Incertezas: a expansão neoliberal

A ideia de concretização democrática, a ser efetivada por meio da criação de novos espaços, orçamentos participativos e conselhos gestores diversos, por exemplo, surgia como uma nova pauta colocada pelos primeiros governos municipais de esquerda na virada da década de 1980 para 1990. Assim, acreditava-se que a almejada cultura democrática começaria a ser desenhada e renovava-se a aposta em um horizonte de transformações sociais, que mesmo considerado incerto e pleno de conflituosidades, poderia ser construído de forma negociada publicamente.

Pactuam desta leitura e da aposta na construção de uma esfera pública, Maria Célia Paoli e também Francisco de Oliveira:

“[nos] termos da transformação da representação desses atores e da construção de uma esfera pública. [...] meu argumento é de que esse movimento de democratização nas bases da sociedade tem muitas virtualidades e cabe a nós explorá-las”. (Oliveira, 1994b, p.6).

“[tal] virtualidade não é para anular os conflitos, não é para instaurar a harmonia nem o reino dos anjos. É para reafirmar os interesses de cada um. Não é o acaso nem o mercado que

²⁶ Para alguns dos autores já citados e que hoje estão no Centro de Estudos dos Direito da Cidadania – CENEDIC - FFLCH/USP, há transformações no uso do conceito “política”. Pois, se a política, como construção conflituosa, era dada como possibilidade aberta pela potencialidade de atuação (inventiva) dos movimentos até o princípio dos anos de 1990, esta aposta parece não se concretizar. Sobre um “campo de práticas legítimas de invenção, conflito e negociação” ver: Paoli, 1995, p. 32.

²⁷ Dentre as quais podem ser citadas: o uso do termo “novos movimentos sociais” e “classes populares” em lugar de proletariado, de acordo com Durham, 1984. Além do entendimento das necessidades cotidianas como forma de politização nos grandes centros urbanos na época, como lembra Kowarick, 2000. Ver também SADER, 1988.

resolvem. O que resolve são atores estrategicamente colocados que, a partir de seus próprios interesses, moldam ou tentem moldar uma política macroeconômica” (Ibid., p. 13).

Mas, é exatamente nesse período que há uma importante mudança, que altera os sentidos dessas novas formas democráticas²⁸ recém- conquistadas. A concomitância da suposta democratização e ao mesmo tempo a questão neoliberal em escala global colocaram lado a lado – de forma não paradoxal, como veremos²⁹ - a consolidação de canais participativos e o aprofundamento incontestado das desigualdades sociais.

Os reflexos no debate acadêmico desse período trazem ponderações acerca de uma democracia, que embora efetivada no plano institucional, não teria conseguido se estender ao plano social. As críticas que avançam a década de 1990 alertam para a permanência de formas autoritárias³⁰, trazidas pela própria cultura política brasileira, mesmo frente às importantes conquistas democráticas vindas da década anterior.

Esse momento, tido como institucionalizador das conquistas, por meio da Constituinte, é outro divisor de águas na literatura sobre os movimentos sociais. Desmobilização, refluxo e até mesmo a morte desses movimentos, foram alguns dos termos comumente utilizados³¹.

Por outro lado, também se enalteceu o caráter propositivo que os movimentos passavam a assumir, uma vez dentro das estruturas administrativas governamentais.

²⁸ Ver: OLIVEIRA e PAOLI, 1999. Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global.

²⁹ Confluência perversa (DAGNINO, 2004), anulação da fala e desaparecimento do sentido da política (OLIVEIRA, 1999).

³⁰ Esse debate se expressa num conjunto de dimensões que aparecem nas seguintes obras: Dagnino, 1994: autoritarismo social e Boaventura Santos, 2002: democratização da democracia. Há ainda diversos estudos empíricos sobre o período que confirmam essas relações, aprofundadas ainda mais com o correr da década.

³¹ Ver Dagnino, 2001, quando a autora ao tratar a diminuição da visibilidade da atuação dos movimentos sociais, faz referência a autores que utilizaram os termos citados, como por exemplo, Alan Touraine e o decreto da morte dos movimentos sociais na América Latina (palestra no XX Congresso Internacional da *Latin American Studies Association* em Guadalajara, 1997), Ruth Cardoso (A Trajetória dos Movimentos Sociais, in Dagnino, 1994), Maria da Glória Gohn (Movimentos, Organizações populares e Cidadania: conquistas, problemas e perspectivas nos anos 90, XVII ANPOCS, 1993) e Ana M. Doimo (A Vez e a Voz do Popular, p. 201).

Desafios e dificuldades à parte, fato é que essa mudança, que necessariamente impunha uma redefinição de papéis e posições, gerou uma diminuição da luta reivindicativa direta. Em paralelo apareciam diversos outros atores que assumiram – de maneira bastante distinta - facetas desse papel reivindicativo.

O papel das ONG's na década de 1990³², trouxe à tona uma lógica participativa e concorrencial (advinda das políticas neoliberais), gerando além da fragmentação, disputas dentro da sociedade civil, seja por representatividade, seja por fontes de financiamento. Trata-se, a partir de então de formas empresariais, que se contrapunham às lógicas mais cooperativistas do momento anterior de organização social.

Mais que isso, essa nova lógica alterava os conceitos de cidadania, participação e mesmo solidariedade, que desconectadas dos horizontes de universalização de direitos, distanciavam-se do período anterior e demarcavam o que se delineava como um “novo” paradigma de relações entre Estado e Sociedade Civil³³.

A década de 1990 poderia ser aquela que consolidaria as transformações sociais – democráticas, políticas/ politizantes advindas do período anterior, mas restavam análises sobre a “anulação” dessa mesma política³⁴.

Sem essa substância social e sem a qualidade fundamental do que Rancière chamou de política do dissenso, a democracia e a sociabilidade políticas aparecem como funcionalmente atadas às disposições de um mercado sem limites e sem fronteiras sociais, e esse próprio mercado, por sua vez, traveste-se como o meio por onde a abertura ao futuro virá pelo acesso às invenções tecnológicas e ao consumo, independente das regulações, contexto de sociabilidades, atores, culturas e populações. Indiferente às violências e exclusões sociais que vêm gerando e surda às críticas e propostas que, renovadas, lhe são dirigidas, a “nova” proposta democrática gerencial joga a preocupação com o social e a vida política para as profundezas do passado... (PAOLI, 1999, p.9).

Neste quadro a violência que campeia na sociedade brasileira e, sobretudo, a violência que é produzida pelos próprios aparelhos de Estado não é senão uma pálida sombra da

³² Destaque para a multiplicação de fóruns nacionais (Fórum Nacional de Luta pela moradia, Fórum Nacional pela Reforma Urbana etc.) e suas associações com ONG's e movimentos sociais.

³³ Ver: Telles, 1994 e Telles e Paoli, 2000.

³⁴ Ver: Oliveira e Paoli, 1999 e Telles 2001.

exclusão da fala e da privatização do público, e, no seu rastro, da anulação da política. Mesmo quando parece partir da “sociedade civil” a vigilância que cobra do Estado sua função [...] o que significava dizer [...] o deslocamento das responsabilidades do Estado para uma suposta “sociedade civil” e a morte da política, pois esse deslocamento somente produz indignação, mas não produz política (OLIVEIRA e PAOLI, 1999, p.81).

Parceria público-privada, terceiro setor, filantropia empresarial, responsabilidade social são alguns dos termos que passam a figurar nessa nova ordenação, na qual as ONG's têm papel de destaque, tanto na execução, quanto na proposição de ações e até mesmo programas sociais.

Além das ONG's deve-se destaque no período, ao aparecimento, tanto dos Conselhos Gestores como de Orçamentos Participativos, que no lugar das lutas reivindicativas diretas, perfaziam-se em novas instituições pós-Constituinte.

Possibilidades e limites dessas novas formas de participação passam a ser pesquisadas, ampliam-se as temáticas estudadas anteriormente, como cidadania, democracia e esfera pública e tornando-as ainda mais complexas à medida que estas são colocadas lado a lado com novas relações de Estado e política, público e privado.

Aqui já começamos a adentrar um universo mais conhecido, próximo daquilo que temos contemporaneamente – mas que apresentará ainda novos elementos e, por conseguinte dificuldades de entendimento e leitura, como veremos mais à frente.

Já a partir de meados da década de 1990, surgem temas que se inserem na conjuntura neoliberal, como a indistinção de discursos – e até mesmo de sujeitos (ressalte-se com antagonismo de projetos políticos) ³⁵, que atravessarão a virada do século.

Mais uma vez os estudos conceituais e analíticos mostram diferenças importantes neste período. A interpretação, por exemplo, do fenômeno da “onguização”, juntamente com a ampliação – ou criação – de novos espaços de

³⁵ Essa indistinção será tratada, de acordo com o material empírico coletado, no capítulo 2, especialmente 2.1 e 2.3.

participação, pode oscilar nesses trabalhos de uma aposta positiva nesses espaços, até o anúncio de uma crise nos movimentos sociais e nas análises desses.

Conceitos como sociedade civil e democracia participativa, juntamente às diversas novas terminologias utilizadas no período, passam a figurar com destaque nas Ciências Sociais e anunciam novas preocupações teóricas e conceituais para a área³⁶.

As interpretações desse momento são partilhadas, em grande parte, pelos grupos de pesquisadores da temática, mas há que se ressaltar algumas diferenças que revelam – assim como observado nos períodos anteriores – além de matrizes teóricas diferentes, apostas distintas.

A partir da leitura dos autores que apontam o desmanche dos direitos conquistados no período anterior, nota-se uma preocupação no desvendamento dos mecanismos pelos quais se engendraram as ações desse “desmanche”³⁷. A questão da indistinção, apontada anteriormente, aparece como decorrência de uma impossibilidade estrutural – e estruturante – da política³⁸.

A privatização da esfera pública corroboraria, na leitura desses autores, para que se forjassem consensos³⁹. Os limites das iniciativas populares, bem como de sua participação institucionalizada estariam então, de partida, bastante delineados (comprometidos?) e fariam parte de novas formas de “gestão”. Trata-se então do desaparecimento das bases de constituição política desses movimentos.

Aquelas mesmas bases colocadas como apostas na década de 1980 e que ao se encontrarem com as transformações trazidas pela década de 1990

³⁶ Vale a pena pontuar que o próprio conceito de sociedade civil sofre alterações em suas formas de interpretação, de um vasto campo homogeneizado em contraposição ao regime militar, ao contexto de redemocratização e pós, onde os atores se diferenciam.

³⁷ Termo cunhado por Schwarz, 1993. Telles, 2001, diz a respeito: “... o desmanche ora em curso, para usar os termos de Schwarz, não diz respeito à demolição de direitos que, aqui em terras brasileiras, nunca chegaram a se consolidar como referência de uma “norma civilizada” nas relações sociais. Mas é o desmanche de um horizonte de futuro e de um conjunto de referências a partir dos quais a cidadania era (e é ainda) formulada como uma aposta política possível”.

³⁸ Ver: Telles, 2001 (Dossiê: os movimentos sociais e a gestão democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa).

³⁹ Como par oposto ao sentido de “dissenso” para Rancière.

desembocariam no que se chamou de “confluência perversa”⁴⁰ – entre a desresponsabilização do Estado e o “protagonismo da sociedade civil” (DAGNINO, 2006).

Essa confluência designaria o encontro entre, de um lado, os projetos democratizantes que se constituíram no período da resistência contra os regimes autoritários e continuaram na busca do avanço democrático e, por outro lado, os projetos neoliberais que se instalaram, com diferentes ritmos e cronologias, a partir do final dos anos de 1980. A perversidade estaria no fato que, apontando em direções opostas e até antagônicas, os dois conjuntos de projetos utilizam um discurso comum (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p.16).

Com bastante similaridade em relação ao entendimento de alguns limites colocados por essa nova fase da conjuntura (vide citação anterior), mas entrevendo possibilidades de constituição de uma arena política, diferencia-se um segundo grupo de pesquisadores⁴¹, que avalia iniciativas locais como alternativas contra-hegemônicas. Mesmo com novas formas de relação institucionalizada com o Estado, mas que ainda poderiam contribuir para ampliação da noção de política e consequentemente da esfera pública.

As “experiências participativas” atravessam a década de 1990 e os primeiros anos de 2000 sendo estudadas de maneiras distintas.

Antes de seguirmos com as discussões acerca da produção acadêmica sobre os movimentos sociais, retomaremos rapidamente a cena da década de 1990, início dos 2000, especificamente dos movimentos de moradia, procurando entender alguns dos conceitos levantados anteriormente.

De acordo com Miagusko, a própria denominação de movimentos de moradia para movimentos de sem-teto “pressupõe outra ação política, outro perfil da demanda e nova cena de expectativas de atendimento do Estado em relação às demandas sociais” (MIAGUSKO, 2008, p. 71).

Esta nomeação pautada pela falta, pela ausência – “sem” – ilustra uma década marcada pela diminuição de políticas públicas, flexibilização e perda de

⁴⁰ Discute e amplia o termo, José César de Magalhães Junior em sua tese apresentada à FFLCH-USP, 2011: Normalização social e neoliberalismo. O autor trata a questão que Dagnino chama de confluência, como algo mais que isso, como governamentalidade, associativismo entre movimentos sociais e patronal.

⁴¹ A ideia de agrupar e separar autores é bastante complicada, afinal trata-se de um debate em constante mutação, inacabado.

direitos, privatização, ascensão do mercado como parâmetro e principalmente encolhimento da cena pública.

Miagusko mostra como no início dos anos 2000 essas relações se inserem em um contexto de desmanche⁴² e encolhimento da legitimidade pública dos movimentos sociais e ainda, quais os mecanismos utilizados para tanto⁴³.

A questão dos programas habitacionais marcou presença na configuração das políticas públicas de habitação e na ampliação da participação por meio dos mais diversos canais. Bem como nas diversas articulações que os movimentos fizeram com outros e novos agentes.

Dessa maneira, o campo de intervenção desses movimentos se alargou e de acordo com Miagusko, gerou uma criminalização daqueles que operassem fora dessa nova dinâmica. Assim como os colocou distante daquilo que seria um lugar político e mais próximo do que seria a lógica policial⁴⁴.

Questões contemporâneas

A partir dessa leitura, outras e novas interpretações surgiam no debate acadêmico e inspiraram autores como Francisco de Oliveira a buscar novas categorias de análise que auxiliassem a compreensão desses novos fenômenos. Para este trata-se de um período sobre o qual há um truncamento na constituição de sujeitos políticos, em relações que podem estar marcadas pela indeterminação.

Mas, mais do que isso, estava colocada também uma importante alteração na política, sua indeterminação, que a tornava pouco relevante e destituída de

⁴² Op. Cit. Schwarz, 1993.

⁴³ De acordo com Miagusko, 2008, se está dito que na questão da habitação os pobres têm um lugar determinado para sua moradia, previsto em programas de fundo público que excluem desse processo qualquer excedente não previsto, está demonstrado também como o consenso policial se apresenta (como operação que impede a subjetivação política). Miagusko utiliza e demonstra claramente a questão da centralidade da política em oposição à “polícia” (Rancière 1996a).

⁴⁴ Neste sentido, vale a lembrança da questão da propriedade e sua contradição, que segue intocada e é em primeira instância o objeto de luta desses movimentos.

sentido, sendo assim não poderia haver “política”, mas tampouco “polícia”, apenas administração (OLIVEIRA, 2007:29)⁴⁵

Se antes a questão urbana era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 60/70) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 80), agora os horizontes estão mais encolhidos, o debate é em grande parte conjugado no presente imediato das urgências do momento, os problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com a gestão urbana. (TELLES e CABANES, 2006, p. 14)

Se há administração, ou espaço para a política, para esses autores são as formas de inserção dos agentes⁴⁶ que vão ao menos, desvendar as formas de experiências – ou não dos mesmos.

Então, se o terreno do conflito foi modificado e a política parece não ser mais possível, nos termos em que foi anunciada na década de 1980 e referenciada nos anos 1990, o que temos hoje quando falamos dos movimentos de moradia e suas lutas em relação ao espaço urbano? Quais configurações seriam possíveis a partir de dimensões identificadas como: “exceção permanente”, “destruição da política”, “antipolítica”, “anulação do dissenso” etc.? Haveria ainda luta, como analisou Laymert Garcia dos Santos⁴⁷? E a tal

⁴⁵ Gabriel Cohn, em *A Tarefa da Crítica*, 2006, explora esses significados, tensionando-os ainda mais, ao dizer que: “Longe de consenso, longe da amálgama do conjunto do não- consenso que assegura uma dominação, o que se tem é uma ruptura fundamental. Uma ruptura no nível dos significados entre dominantes e dominados. Você tem uma forma de unificação paradoxal, que se faz pela ruptura e não pela postura via consenso. O que significa que não há mais palavra comum, pouco importa se a hegemonia assegura e reproduz dominantes e dominados. A hegemonia cria um consenso, que gera de alguma maneira, uma palavra comum; permite, pelo menos, que haja as bases para um entendimento geral. Se você tem essa ruptura fundamental, a palavra comum, não foi abolida, foi posta a distância. O que é uma consequência extremamente importante, porque junto com a eliminação da palavra comum, se elimina o dissenso [...] a anti-hegemonia não dá margem a isso. E gera uma situação em que a pessoa só tem presente. Você abole o passado e bloqueia o acesso ao futuro. O que, em outros termos, mais uma vez significa abolir a dimensão política que se nutre de uma aprendizagem e de uma memória social e que se nutre da capacidade de projetar programa para o futuro. Congela-se o presente. Portanto, tem-se a destituição do significado comum, junto com a destituição do significado não compartilhado, o significado oposto. Isso é fundamental. Ambas são simultaneamente destruídas, as bases do consenso e do dissenso”. Ver também: Rancière, op. cit. e FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, (trad. de. Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁴⁶ No caso dos movimentos de moradia, sua aparição pública começa a se dar por meio de uma nova forma, a “ocupação” de prédios vazios no centro da cidade.

⁴⁷ Ver: SANTOS, Laymert Garcia dos. *Brasil contemporâneo: estado de exceção?* In: OLIVEIRA, Francisco & RIZEK, Cibele. *In: A era da indeterminação*. São Paulo, 2007. (página 297)

“indeterminação” não significaria o fim dos conflitos, como afirmou Francisco de Oliveira⁴⁸? E ainda, as “brechas significativas” a que se refere Maria Célia Paoli⁴⁹, seriam ainda momentos abertos para a possibilidade da política?

E a era Lula, que por um lado trouxe melhoras no mercado de trabalho e das condições de vida, esteve/ está inserida em tempos de anulação da política, funcionalização e gestão da pobreza, privatização do público, anulação do dissenso, indistinação e persistência da constituição de movimentos, ONG's e Estado como parceiros⁵⁰. Qual é a construção da experiência vivida pelos sujeitos/ movimentos de luta por moradia nesse contexto, ela existe, como produz e é produzida pela cidade?

Reconfigurações a partir de um novo ciclo de conflitos

As questões livremente lançadas nos dois parágrafos anteriores nortearam e nuclearam grande parte das buscas empenhadas por este trabalho, tanto do ponto de vista empírico quanto teórico. Não é intenção respondê-las.

Entender o último período em que vivemos como desmanche, ou seja, um mundo no qual as categorias que o estruturavam desfizeram-se, além de apontar para a articulação de um outro mundo, significa necessariamente rever as apostas desse período anterior.

O contexto em que se insere este trabalho parece trazer uma novidade em relação ao período anterior, com a ascensão de um novo governo federal - de bases historicamente de esquerda, que trouxe inúmeras transformações no que diz respeito aos movimentos de moradia, sua aparição pública, formas de organização e suas lutas.

Os achados e indícios que provêm da pesquisa mostraram os meandros dessas novas formas de organização, internas e de suas relações com os

⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: Opacidade e reencantamento. In OLIVEIRA, Francisco, RIZEK, Cibebe Saliba. Orgs. A Era da Indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 43.

⁴⁹ PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. IN: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibebe Saliba (orgs.). A Era da indeterminação. São Paulo: Boitempo. 2007, p. 256.

⁵⁰ Ver mais em: SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. Revista Novos Estudos Cebrap, 85. Novembro de 2009.

demais atores, num momento de construção, daquilo que parece se desenhar como um novo ciclo de conflituosidade, no qual puderam ser identificados momentos de irrupção/ busca de possibilidades democráticas (talvez no sentido de construção ou busca políticas) e também limites. A partir das narrativas, procurou-se entender na trajetória desses sujeitos e movimentos suas principais diferenças, tanto de organização interna, quanto de negociações e entendimento macro, principalmente pós década de 1990, sob a qual para tantos autores – como visto - as questões ficaram nebulosas.

Trata-se de formas de organização interna dos movimentos, subjetividades, aparição pública e privada, institucionalizações, micropolíticas etc.

Parece-nos que esses caminhos – inclusive da disputa pelo sentido da política - se alteraram ainda mais uma vez “pós Lula”. São reconfigurações dos campos de conflito, para além do encolhimento da política que vinha se configurando desde o final da década de 1990.

Assim, este trabalho propôs-se observar esses novos caminhos, suas contradições e ambiguidades, naquilo que se reflete na configuração do espaço urbano e suas lutas. Lutas que denotam uma série de questões sobre o sentido de política e espaço público.

Capítulo 1:

O Centro e suas dinâmicas

FIGURA 7. O CENTRO DE SÃO PAULO. VISTA DE PRÉDIO DA AV. IPIRANGA

Capítulo 1. O Centro e suas dinâmicas

1.1 Centro: nota sobre nomeação e ideologia: quando o centro fica velho

São inúmeros os trabalhos, inclusive acadêmicos, que fazem um grande esforço para dividir o centro da cidade, demarcar quais áreas pertencem a quais categorias: centro novo, centro velho e centro expandido. Sistema viário com anéis, mini-anéis, escalas territoriais, dinamismo econômico e deslocamentos, são algumas das justificativas “técnicas” para apresentação dessas classificações⁵¹.

Há ainda, dentro dessas categorias, as divisões administrativas, que primeiro apareceram sob a forma de distritos, depois administrações e atualmente subprefeituras. Mas, tanto essas categorias, como suas muitas divisões não levam em consideração a grande diferença e diversidade existente entre os bairros. Pelo contrário, existe uma tendência à uniformidade nesse tipo de categorização e cabe questionar quando e por que é interessante utilizá-las.

Isto é, existe uma construção da ideia de centro novo, centro velho e centro expandido, assim como uma construção em relação a quais porções do espaço pertencem a cada uma delas. Não existe uma forma padrão nesse tipo de apresentação e essa maleabilidade denota intenções, ora de homogeneizar ou invisibilizar diferenças, ora de ressaltá-las.

O objetivo desta breve explanação é não naturalizar essas divisões e nomenclaturas ou justificar a escolha de alguma delas para utilização neste trabalho, o que obscureceria os conflitos que estão por trás da adjetivação e construção desses “centros”. Pelo contrário, a ideia é enfatizar que a disputa pelo centro da cidade, passa também pela disputa de seu sentido⁵².

As cidades têm centros, normalmente com referência a seu núcleo de origem histórica e patrimonial, carregados de forte carga simbólica. Em quaisquer

⁵¹ Que denotam relações de poder e de ideologia. Ver: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

⁵² Por vezes se imputa ao discurso dos movimentos (grande mídia) a utilização de “centro expandido” para demarcar suas reivindicações de habitação na região central e por vezes é utilizada pelo poder público e entidades privadas a expressão “centro velho”, para apontar os locais prioritários de suas novas intervenções urbanas. Com apropriações aparentemente distintas, dissimula-se um conflito que é claramente pelo mesmo espaço da cidade, o Centro, bem como se revela uma disputa de sentido, daquilo que é considerado centro da cidade.

endereçamentos, públicos ou privados, quando solicitado o bairro, não há complementos após a palavra centro, mas estes são frequentemente utilizados quando se trata de intervenções urbanas⁵³.

Mais que uma divisão espacial - de localização, essas adjetivações dos centros, carregadas de ideologia, encobrem escolhas e demonstram a construção de consensos em torno do que - e onde - afinal, é o centro da cidade.

No caso de São Paulo, a ideia de um centro velho degradado foi criada - no sentido mesmo da invenção - na década de 1960. De acordo com Villaça, até então o centro havia se expandido, mas não se deslocado⁵⁴. “O centro “pulou” toda a região entre o Largo do Arouche e a Av. Paulista e se dividiu em dois. Pela primeira vez a expansão do centro gerou na verdade dois centros. Essa é a novidade” (1993:2, grifo do autor).

A década de 1960 seria o divisor de águas nessa questão, porque marca a difusão do automóvel no Brasil. A motorização das classes dominantes demandou a construção de novos sistemas viários, viadutos, pontes e elevados, que por sua vez abriram caminho para novos bairros. Inicia-se não mais uma expansão, como muitas antes se deram⁵⁵, mas uma cisão.

Ao centro “velho”, foram impostos atributos como deteriorado, congestionado, poluído, entre outros; este ficou para os pobres (que lá **permaneceram**) e, por oposição, “surge” o centro novo, moderno, dinâmico e menos poluído, que ficou (foi criado) para os mais ricos.

⁵³ Além de São Paulo, Salvador e Recife são alguns desses exemplos: “centro antigo” de Salvador, Recife “antigo” etc.

⁵⁴ Durante os primeiros cinquenta anos do século passado a região central de São Paulo se estruturou em Centro-Velho no triângulo original e Centro-Novo na região da República e Barão de Itapetininga. O centro se expandiu com a construção dos viadutos Chá e Santa Ifigênia, em fins do Século XIX e início do XX, cruzando o Vale do Anhangabaú e ocupando a região de entorno da Rua Barão de Itapetininga e Praça da República, dando origem ao chamado Centro-Novo. Que passava agora a se desenvolver de maneira polinucleada, primeiro a região da Av. Paulista, depois se deslocava radicalmente para o vetor Sudoeste, rumo à Av. Brigadeiro Faria Lima e mais recentemente na região da Berrini.

⁵⁵ Como a realizada pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia em 1929, que já priorizava a abertura para o automóvel, trazia benefícios da valorização imobiliária e propiciava a ida das elites para bairros “sem a mistura do centro” (Villaça 1998). Mas, não fragmentava o tecido urbano como acontecerá na década de 1960.

Há uma série de justificativas, entre as quais a “degradação” é corrente, para esse “deslocamento” do Centro. Ainda Villaça, destaca uma relação de efeito e não de causa nesse fenômeno. Ou seja, o Centro foi abandonado pelas classes dominantes e pelo Estado que se dirigiram a outras regiões da cidade, e por isso este se deteriorou; foram estes atores que se deslocaram e não o Centro, como se faz parecer⁵⁶.

Essa degradação foi produzida e difundida pela classe dominante, que justificou assim o seu abandono e tornou esse, um discurso padrão.

Entendemos por *ideologia* (Chauí, 1981, 21) aquela versão da realidade social dada pela classe dominante com vistas a facilitar a dominação. Essa versão tende a esconder dos homens o modo real de produção de suas relações sociais. Por intermédio da ideologia a classe dominante legitima as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. A ideologia surge no seio da classe dominante, através do descolamento das ideias da realidade social (autonomização das ideias) e consiste na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes em uma sociedade em determinado período histórico. (VILLAÇA, 1998:343)

A produção ideológica lança mão de alguns mecanismos frequentes e comuns [...] Um exemplo urbano do uso desse mecanismo consiste na “deterioração” do centro. Outro mecanismo é a universalização de seus interesses particulares, a qual, aplicada ao espaço urbano, ganha uma formulação própria. Constitui-se na tendência de fazer passar a **cidade** como aquela **parte da cidade** que é de interesse da classe dominante (VILLAÇA, 1998:344, grifo do autor).

Cabe aqui uma pequena digressão, que recupera a história das principais atuações do poder público, em relação à construção, afirmação, expansão e deslocamento do centro de São Paulo.

1. Ao longo da República Velha, a constituição de uma primeira centralidade, como um núcleo terciário elitizado de fisionomia “europeia”, por meio de alargamentos, demolições, legislação sanitária e disciplinadora, normas edíficas, obras de embelezamento e outros incentivos;
2. Em meados do século XX, a expansão rumo ao centro novo, a abertura do tecido urbano ao automóvel e a verticalização intensiva, estruturadas sobre as obras do Plano de Avenidas de 1930;
3. A partir de 1965, uma nova leva de grandes obras viárias, que reduziu a área central a um nó de articulação e passagem na macroestrutura de circulação de automóvel então criada,

⁵⁶ Além das famílias de mais alta renda e mercado imobiliário, direcionaram-se para o sudoeste da cidade diversos gabinetes de vereadores, secretários estaduais e municipais, além de empresas públicas. O retorno da prefeitura para o Vale do Anhangabaú, com a gestão Marta Suplicy é bastante significativo neste sentido.

deteriorando setores inteiros, ao mesmo tempo estruturando o “centro expandido” e abrindo ao automóvel o quadrante sudoeste, eleito como sede das novas centralidades dominantes;

4. Mais recentemente, iniciativas no sentido de consolidar e melhorar as condições de acessibilidade à região por transporte coletivo (metrô, terminais e corredores de ônibus) consagrou sua nova vocação popular, enquanto a pedestrianização de logradouros e outras medidas de tráfego contribuíam para afastar do centro histórico os veículos particulares e, conseqüentemente, os setores motorizados de maior renda (CAMPOS, 2004:33).

Voltando à década de 1960, o Centro, agora mais amplamente acessado pelas classes populares é chamado pelas classes dominantes de “velho” (decadente, deteriorado etc.). Por oposição à expansão denomina-se “centro novo”, que como se pode notar no item 3 do breve resgate realizado por CAMPOS, já abria caminhos para a enorme área que é chamada hoje de “centro expandido”.

Termo este, utilizado tanto por órgãos públicos, como pelo mercado imobiliário⁵⁷, para designar uma área que vai desde a marginal Tietê até a Marginal Pinheiros, Berrini e Faria Lima, além de trazer a ideia de um centro fragmentado e, não à toa, de difícil delimitação.

Para localização das áreas referenciadas por este trabalho, nos mapas a seguir se vê: 1. Subprefeituras com seus respectivos distritos, daquilo que se considera centro expandido. 2. Centro expandido e suas relações com o sistema viário⁵⁸.

⁵⁷ Para Nakano, Malta Campos, Rolnik (2004: 126), a expressão centro expandido traz: “A constituição dos polos administrativos, de consumo e de serviços nas avenidas Paulista, Engenheiro Luís Carlos Berrini, Brigadeiro Faria Lima e em alguns trechos da via marginal ao rio Pinheiros (Avenida das Nações Unidas) revela a reconfiguração econômico-territorial das atividades que apresentam grande dinamismo e capacidade de polarização. A expressão “centro expandido” é insuficiente para designar esse fenômeno, pois não se trata de uma simples expansão do centro abarcando algumas áreas do quadrante sudoeste. Trata-se de um processo de mudança na própria configuração espacial das atividades centrais, principalmente naquelas de cunho administrativo empresarial, de cultura e lazer e nas formas de territorialização”.

⁵⁸ Não por acaso, o mapa que associa a ideia de centro expandido e sistema viário é da Associação Viva o Centro. Seus interesses no estabelecimento dessas relações serão discutidos mais a frente.

FIGURA 8. CENTRO EXPANDIDO, SUAS SUBPREFEITURAS E DISTRITOS.

Fonte: SEMPLA/ PMSP – Adaptado pela autora.

FIGURA 9. CENTRO EXPANDIDO E SUA RELAÇÃO COM O SISTEMA VIÁRIO

Fonte: Associação Viva o Centro

Novo, velho ou expandido, interessa à classe dominante que **suas** expansões sejam sempre **centro** e que a maioria da população aceite e pactue dessas mudanças. Para tanto, como visto, são necessárias estratégias ideológicas que construam um consenso sobre onde é/ está o centro da cidade. Como é o caso da criação do “centro novo”, Villaça, 1998, lembra que, justamente quando o centro da cidade é ocupado pela maioria da população, este não é mais o centro, ou se torna o “velho centro” ⁵⁹.

Mas, o mesmo discurso que justificou a saída das camadas de mais alta renda do centro da cidade será o mote para um retorno, ainda que simbólico⁶⁰. Nesta aparente reviravolta discursiva, a ideia de degradação e esvaziamento do centro passará a ser difundida agora como justificativa para um necessário processo de renovação urbana, que não por acaso coincide com o auge do seu processo de popularização.

Essa aparente contradição “expande-mas-não-pode-abandonar” parece ser a tônica a partir dos anos de 1990 e as intervenções no Vale do Anhangabaú (1990) e depois o projeto Ação Centro (1996), são as primeiras mostras dessa nova relação com o Centro.

A década de 1990 traz um contexto que visibiliza a pobreza da região central e a constitui como problema urbano, somada a um período de expansão neoliberal em escala global, o aprofundamento das desigualdades sociais e a consolidação de um mercado mundial de construção de cidades globais. Estão dadas boa parte das novas justificativas para a construção de um discurso da necessidade de se intervir, novamente, no Centro.

⁵⁹ Villaça utiliza vários exemplos de como se dá essa construção ideológica, de como e quando a classe dominante promove o uso do “seu centro” e como e quando é necessário usar e festejar o “centro velho”. “Nesse esquema a classe dominante promove o uso do seu centro, sempre que, com pretensões hegemônicas, deseja jactar-se, exaltar-se e exibir seus feitos aos dominados. Quando, ao contrário, precisa cativá-los, conseguir sua adesão indo “à sua casa”, vai ao **centro velho**. Por essa razão, as vitórias do Brasil na copa do México em 1970, foram comemoradas nas ruas Augusta e Av. Paulista e os comícios das Diretas foram na Praça da Sé”. (Villaça, 1993:6)

⁶⁰ De acordo com Villaça, como classe dirigente, as classes de mais alta renda não podem abandonar o centro por completo, mesmo que seus interesses econômicos não se encontrem mais ali, tenham se “expandido”.

Mas, antes de seguirmos com o histórico dessas intervenções, será feita uma breve caracterização da região central, com o intuito de tensionar os discursos sobre sua suposta degradação/ abandono, com perda de dinamismo econômico e esvaziamento populacional. Serão apresentados alguns dados sobre crescimento demográfico, perfil populacional e dinamismo econômico, além de uma pequena caracterização das diferenças de cada um dos distritos da região.

1.2 Caracterização do centro: População, emprego e dinamismo

As intervenções urbanas realizadas ao longo da história paulistana geraram uma estrutura de cidade que ainda tem o centro como grande nó de articulação. Todo o sistema de transportes corrobora para isso e faz da região central o destino de mais de 3 milhões de pessoas todos os dias⁶¹.

Trata-se do principal polo gerador de empregos da cidade, da maior concentração de comércio e serviços, bem como de equipamentos culturais do município.

Toda essa incontestável vitalidade da região central parece - ou pretende parecer - ficar difusa em meio à construção de discursos insistentes em anunciar seu esvaziamento, degradação e padecimento econômico. A seguir nos deteremos em cada um desses pontos.

Os dados em relação ao crescimento populacional, dos anos de 1980 até os anos de 2000 de fato apontaram uma perda de população no centro como um todo⁶². A região Central perdeu mais de 179.000 habitantes, ou cerca de 30% de sua população residente. Ao passo que, nesse período, os distritos periféricos seguiram crescendo vertiginosamente.

Uma série de trabalhos foi feita em cima dessas informações, com o intuito de entender essa dinâmica no contexto da cidade e observar as especificidades

⁶¹ De acordo com a Pesquisa Origem e Destino do Metrô de São Paulo, 2008.

⁶² Vale dizer que, de acordo com o Ministério das Cidades (2004), há um fenômeno nacional, que se repete em outras metrópoles, a população total das sete maiores regiões metropolitanas cresceu 30%, enquanto seus centros cresceram menos que 5%. Em alguns casos a população do município central diminuiu.

que atingiram de forma diferente os distritos que compõem o centro⁶³. Mais que a reconfiguração das áreas de dinamismo econômico, a partir da década de 1970 um conjunto de fatores contribuiu para esse “esvaziamento”: a transferência de parte do centro econômico e financeiro, a ida da população de classes média e alta para a Avenida Paulista e posteriormente Berrini, a valorização imobiliária dessas regiões⁶⁴ em paralelo ao processo de popularização do Centro.

Mas, para a última década, 2000-2010, alguns trabalhos já apontavam uma reversão – ou estagnação – desse processo de esvaziamento e os resultados do último Censo confirmaram essa hipótese, conforme demonstram as tabelas e mapas a seguir.

⁶³ Ver: MEYER & GRONSTEIN. São Paulo, Centro XXI: entre história e projeto. São Paulo, Associação Viva o Centro, 1994. E ROLNIK, Raquel; KOWARICK, Lucio; SOMEKH, Nadia. (eds.). São Paulo: crise e mudança. São Paulo: Brasiliense, 1990, 215p.

⁶⁴ Sobre a lógica econômica da apropriação da renda fundiária como propulsora da expansão da cidade ver: MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 2011. No prelo.

Evolução da população: distritos da área central e periféricos								
Distritos	População em números absolutos				Crescimento em porcentagem			
	1980	1991	2000	2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-2010
Sé	32.965	27.186	20.106	23.651	- 17,53 %	- 26,04 %	17.63 %	-28,25%
Bom Retiro	47.588	36.136	26.569	33.892	- 24,06 %	- 26,47 %	27.56 %	-28,78%
Brás	38.630	33.536	24.505	29.265	- 13,19 %	- 26,93 %	19.42 %	-24,24%
Cambuci	44.851	37.069	28.620	36.948	- 17,35 %	- 22,79 %	29.09 %	-17,62%
Pari	26.968	21.299	14.521	17.299	- 21,02 %	- 31,82 %	19.13 %	-35,85%
Bela Vista	85.416	71.825	63.143	69.460	- 15,91 %	- 12,09 %	10.00 %	-18,68%
Consolação	77.338	66.590	54.301	57.365	- 13,90 %	- 18,45 %	5.64 %	-25,82%
Liberdade	82.472	76.245	61.850	69.092	- 07,55 %	- 18,88 %	11.70 %	-16,22%
República	60.999	57.797	47.459	56.981	- 05,25 %	- 17,89 %	20.06 %	-6,59%
Sta. Cecília	94.542	85.829	71.111	83.717	- 09,22 %	- 17,15 %	17.72 %	-11,45%
Total Centro	591.769	513.512	412.185	477.670	- 13,22 %	- 19,73 %	15.88 %	-19,28%
Cidade Tiradentes	8.603	96.281	190.555	211.501	1019,16 %	97,92 %	10.99 %	2358,46%
Parelheiros	31.711	55.594	102.493	131.183	75,31 %	84,36 %	27.99 %	313,68%
Anhangüera	5.350	12.408	38.502	65.859	131,93 %	210,30 %	71.05 %	1131%
Total MSP	8.493.226	9.646.185	10.405.867	11.244.369	13,58 %	7,88 %	8.05 %	32,4%

Tabela 8. Evolução da população: distritos da área central e periféricos.

Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE ⁶⁵elaborados pela autora.

⁶⁵ Os dados da coluna porcentagem 2010 são de elaboração da autora, pois até 20/03/2012 a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE ainda não havia tabulado os dados do novo Censo.

Mapa – Taxa média geométrica de crescimento anual da população

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010.

Figura 10 – MAPA DA TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração da Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU

Todos os 10 distritos da região central⁶⁶ voltaram a crescer na última década, foram 65.485 habitantes a mais. Se consideramos esses 10 distritos mais todos os outros que compõem o chamado centro expandido, houve retomada do crescimento em todos (exceto Água Rasa e Alto de Pinheiros), sendo assim 175 mil habitantes⁶⁷ a mais.

Os trabalhos que apostaram na reversão da tendência de decrescimento populacional apontaram a fixação de uma população mais empobrecida no centro, em função da proximidade de trabalho - formal precário e principalmente informal, como uma das responsáveis por esse fenômeno. Um dos dados que pode se inclinar em relação a essa hipótese é o fato do aumento da área construída residencial nos distritos centrais não acompanhar

⁶⁶ Aqui considerados os 8 da Subprefeitura da Sé mais Brás e Pari, que hoje fazem parte da Subprefeitura da Mooca. Esses dois distritos faziam parte da antiga Administração Regional da Sé, portanto é comum encontrar essa forma de apresentação – 10 distritos da região central - quando se trata de tabulação de dados ao longo do tempo.

⁶⁷ Os dados sobre o centro expandido foram tabulados pela Prefeitura de São Paulo, a partir dos novos resultados do Censo de 2010, disponíveis em: http://sp2040.net.br/wp-content/uploads/2011/10/IU_n%C2%BA_2_out_20111.pdf. Acessado em 08/03/2012.

esse incremento populacional, induzindo a pensar em adensamento por subdivisão de cômodos (KARA-JOSÉ, 2010)⁶⁸.

De relação mais direta, o aumento do número de encortiçados, ambulantes e moradores em situação de rua⁶⁹ também confirma o crescimento demográfico de uma população mais empobrecida na região.

Os resultados do último Censo que poderiam auxiliar nesta contagem ainda não foram divulgados⁷⁰, mas uma pesquisa realizada pela FIPE⁷¹ com dados de até 2008 mostrou que na última década o número de moradores em situação de rua cresceu 57% em toda a cidade, 41% somente na Sé (1.195 moradores) e República (1.570 moradores). Em 2000 foram contados 8.088, em 2003 eram 10.399 e em 2008 já somavam 13.666 pessoas.

Há outra informação que corrobora para a compreensão dessa inversão na tendência de perda de população do Centro. Trata-se do aumento de lançamentos habitacionais na região, parte em construções novas e parte (menor) em reformas de prédios antigos. O que indica a constituição de perfis diferentes de moradores, ocupações distintas no tecido central e um tipo novo de empreendedor imobiliário.

A partir da tabela abaixo, nota-se o forte aumento do número de unidades residenciais lançadas na região central e sua localização principal, nos limites do que se considera centro expandido (onde ainda haveria relativo “estoque” de terras).

68 Kara-José baseia-se em trabalho de Rolnik et. al., 1990, onde a autora altera a forma de cálculo da densidade (normalmente área/ população) e o faz sobre a área construída, para comprovar um aumento populacional em cortiços na Sé e outros bairros centrais.

69 De acordo com Barros (2004), há uma invisibilidade nessa população, que dificulta sua contagem e até mesmo nomeação.

70 De acordo com o calendário de divulgação dos dados do Censo, estes serão publicados apenas em abril de 2012, data posterior à entrega deste trabalho.

71 FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Principais Resultados do perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo, 2010. Silvia Maria Schor e Maria Antonieta da Costa Vieira. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Esse relatório revelou também as principais atividades de trabalho dessa população para obtenção de renda, estes são: catamateriais recicláveis (62,1%), Lava-guarda carros-flanelinha (12,9%), carga e descarga (10,9%) e vendedor (doces, frutas, amendoim, flores e jornais) (8,5%). Todos esses dados contribuem para o entendimento do novo perfil do morador do centro.

Número de Unidades Residenciais Verticais Lançadas					
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais					
Unidades Territoriais	1992	2000	2001	2002	2009
Lapa	434	2.595	1.991	2.308	2.640
Barra Funda	-	-	46	20	172
Lapa	72	138	532	610	968
Perdizes	254	756	997	1.148	306
Vila Leopoldina	108	1.176	416	530	526
Mooca	920	1.970	1.604	1.329	2.271
Água Rasa	170	746	266	48	833
Belém	86	-	68	-	192
Brás	-	-	-	-	422
Mooca	64	552	466	295	140
Parí	-	-	68	-	-
Tatuapé	600	672	736	986	684
Pinheiros	844	2822	2119	1756	1037
Alto de Pinheiros	62	141	323	123	13
Itaim Bibi	187	954	682	608	768
Jardim Paulista	415	1.022	545	748	127
Pinheiros	180	705	569	277	129
Sé	709	2.028	1.523	932	932
Bela Vista	144	546	416	-	386
Bom Retiro	-	-	-	-	-
Cambuci	20	96	292	-	262
Consolação	53	288	477	350	-
Liberdade	60	328	210	372	86
República	60	370	-	102	198
Santa Cecília	372	400	128	108	-
Sé	-	-	-	-	-
Ipiranga	972	944	1.035	567	2.451
Cursino	-	360	40	184	498
Ipiranga	-	-	-	-	546
Sacomã	972	383	658	113	
Vila Mariana	874	2.221	1.095	1.930	816
Moema	458	1.357	654	1.315	244
Saúde	-	-	-	-	292
Vila Mariana	416	864	441	615	280

Fonte: Embraesp; Sempla/Dipro. Elaborada pela autora. Destaque para os distritos com maior número de lançamentos relativo e sua localização limítrofe na região central.

TABELA 9: NÚMERO DE UNIDADES RESIDENCIAIS VERTICAIS LANÇADAS.

Sobre os edifícios reformados, Kara-José, 2010 em pesquisa de campo confirma o lançamento de mais de 40 deles para uso habitacional⁷² na última

⁷² Em pesquisa de campo realizada por mim em 2007, essa tendência já era notável. Foi iniciado um processo de levantamento desses novos empreendimentos em edifícios reformados e constatou-se claramente a tendência, bem como um tipo distinto de perfil do agente promotor dessas reformas, pequenos escritórios de arquitetura e construtoras se comparados aos que atuam no vetor sudoeste da cidade. A título de exemplo, um dos imóveis visitados, reforma de prédio na Av. Ipiranga, 1248 (que já havia sido ocupado por movimentos de moradia e chegou a ser negociado pela CEF para o PAR) era lançamento recente (Arco

década. A diferença em relação às unidades novas e os edifícios reformados vistas acima diz respeito a localização, estes ficam nos distritos mais centrais.

Novos ou reformados, todos esses empreendimentos são voltados a um público de classe média e média baixa, atraído pelos novos postos de trabalho (veremos a seguir) e favorecidos pela ampliação do acesso ao crédito imobiliário para esta faixa de renda⁷³.

O crescimento de famílias com rendas média e média baixa na região na última década corrobora para a hipótese da fixação desse novo perfil de renda no centro da cidade.

A partir dos resultados das Pesquisas Origem-Destino do Metrô, de 1997 e 2007, Kara-José, 2010 aponta essas alterações no perfil de renda:

[...] percebe-se que em todos os distritos houve diminuição de porcentagens de famílias com renda acima de 8 s.m. (média baixa e média renda). Estas mudanças são mais expressivas no Brás, Cambuci, Bom Retiro e República, onde cresce a porcentagem das menores rendas. Por outro lado, nos distritos Bela Vista, Santa Cecília e República ocorreu a diminuição das porcentagens de alta renda (KARA-JOSÉ, 2010:50)

Esses dados sugerem também que os moradores de renda mais alta continuam saindo da região.

Se espacializarmos esses dados fica clara a presença maior de famílias de renda média e média-baixa ao norte e ao leste do Centro, enquanto as maiores rendas estão ao sul e oeste⁷⁴.

Uma vez explorados os perfis dessa população que teria sido responsável pela retomada do crescimento na região central, é importante destacar que, em

Arquitetura), 14 andares, com mais de 300 unidades de 35 a 55m². Na época o valor das unidades variava de R\$ 85.000,00 a R\$ 127.000,00, hoje (02/2012), os valores já são R\$200.00,00 a R\$300.000,00 respectivamente e não se encontram mais unidades a venda. Essa valorização confirma a demanda e o perfil da população atraída para o centro atualmente.

⁷³ O que segue uma tendência nacional a partir dos anos 2000 com os incentivos do governo federal à produção habitacional. Ver: SHIMBO, L. Z. Habitação social, Habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Carlos, USP Tese de Doutorado, 2010. Sobre o lançamento de unidades novas no centro ver: KARA JOSÉ, 2010, especialmente o capítulo 4.

⁷⁴ É possível estabelecer uma relação dessa distribuição de famílias por faixas de renda com a quantidade de empregos formais por distrito, de acordo com anexo, ao final deste trabalho.

relação ao resto da cidade esse incremento populacional nas áreas centrais ainda é baixo, principalmente se comparado às regiões periféricas.

Nesse sentido vale apresentar os mapas abaixo, para ilustrar também essa dinâmica na cidade como um todo. O primeiro mostra a atual densidade demográfica dos distritos do município e o segundo compara as taxas de crescimento populacional dos períodos 1991 a 2000 e 2001 a 2010.

FIGURA 11: DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TIPOLOGIA DOS DISTRITOS

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração da Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.

No primeiro mapa as maiores taxas de crescimento estão nos bairros de Vila Andrade (5,6% a.a.), Anhanguera (5,54% a.a.), Vila Leopoldina (3,92% a.a.) e Morumbi (3,1% a.a.)⁷⁵, muito distantes dos 2,55% e 2,45% de aumento populacional na última década dos dois distritos centrais que mais cresceram, Cambuci e Bom Retiro, respectivamente.

⁷⁵ (Vila Andrade e Anhanguera), desde os anos 80, estão entre os cinco distritos com os maiores níveis de incremento demográfico. A explicação seria, no caso do primeiro, ter sido o distrito que mais se verticalizou na última década, além da proximidade com Paraisópolis, bem como Anhanguera, com grandes acréscimos de áreas construídas residenciais para baixa renda. Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, sobre os dados do Censo Demográfico 2010. Publicação Informes Urbanos, acessado em 10/02/2012. http://sp2040.net.br/wp-content/uploads/2011/10/IU_n%C2%BA_2_out_20111.pdf

Abaixo segue um comparativo do adensamento populacional nas áreas centrais nas últimas décadas. O centro possui três (República, Santa Cecília e Bela Vista), dos cinco distritos mais densos da cidade (os outros dois são: Cidade Ademar (222,23 hab./ha) e Sapopemba (210,76 hab./ha).

Unidades Territoriais	Área	Densidade (pop/ha)			
	(ha)	1980	1991	2000	2010
Sé	210	156,98	129,46	95,79	112,62
Bom Retiro	400	118,97	90,34	66,5	84,73
Brás	350	110,37	95,82	71,88	83,61
Cambuci	390	115	95,05	73,63	94,74
Pari	290	92,99	73,44	51,12	59,65
Bela Vista	260	328,52	276,25	243,04	267,15
Consolação	370	209,02	179,97	147,36	155,04
Liberdade	370	222,9	206,07	167,23	186,74
República	230	265,21	251,29	207,47	247,74
Santa Cecília	390	242,42	220,07	182,51	214,66
Total Centro	3260	1862	1617,76	1306,53	1506,68
Cidade Tiradentes	1.500	5,74	64,19	127,1	141
Parelheiros	15.350	2,07	3,62	6,7	8,55
Anhanguera	3.330	1,61	3,73	11,54	19,78
Total MSP	150.900	56,28	63,92	69,15	74,58

TABELA 10: DENSIDADE POPULACIONAL POR DISTRITO.

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS 1980, 1991, 2000 E 2010 ELABORAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO/SMDU - DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO/DIPRO - ELABORAÇÃO DA AUTORA

Os dados acima demonstram que se as áreas dos distritos centrais são muito menores do que a dos distritos da periferia que mais se adensaram (ambos com mais de 1.000 ha) há então outra relação necessariamente a ser feita, com a área construída.

Já é sabido que há um esgotamento de terras nos distritos mais centrais, logo não é difícil deduzir que o incremento populacional da região central não foi acompanhado do aumento de área construída. O que nos leva a pensar em um tipo de adensamento dessa população em imóveis subdivididos, tipicamente locados pela população de baixa renda.

Kara-José, 2010, traz esses dados e confirma que, ao se inverter a forma de cálculo da densidade (relação habitantes/ área), para habitantes por área residencial construída, há uma alteração na relação dos distritos centrais considerados mais adensados. Na primeira forma de contagem, idêntica à da

tabela acima, os distritos mais densos seriam: Bela Vista, República, Santa Cecília, Liberdade e Consolação, e na segunda, Brás, Pari, Sé e Bom Retiro. Distritos nos quais sabidamente há contratação de vasta mão de obra precária e imigrante na cadeia têxtil⁷⁶.

Agora nos debruçaremos sobre a questão do dinamismo econômico da região central, com uma breve apresentação de dados sobre emprego, atividades e serviços ao longo das últimas décadas. O que se pretende é demonstrar que há uma forma de interpretar esses dados que constrói o discurso do esvaziamento e perda de dinamismo da região, obscurecendo novas dinâmicas, especificidades e principalmente uma mudança de perfil nas atividades econômicas do Centro.

Como visto na questão demográfica, o Centro vinha perdendo população desde os anos de 1980, quadro que só começa a ser revertido na última década. Sem dúvida a questão econômica acompanhou a mesma tendência – de queda e crescimento.

O discurso corrente era o de que a região central vem perdendo sua centralidade econômica na cidade, que esta estaria se deslocado para os novos centros (Berrini, Faria Lima). Mas, o Centro continua concentrando o maior número de empregos no setor terciário, logo essa migração de empresas, comércio e serviços é relativa, como veremos e sem dúvida faz parte de uma construção ideológica, que afirma a construção de novas centralidades em detrimento das “antigas”.

⁷⁶ Sobre isso ver: ITIKAWA, Luciana e VEIGA, João Paulo Cândia. Canais de negociação no âmbito do trabalho informal precário em duas pontas do setor têxtil: produção e comercialização. Conferência Internacional da rede Global Labour University. Qual caminho, qual saída, desenvolvimento global: desafios às estratégias sindicais. Unicamp, Campinas, 2008. De acordo com Itikawa também se trata de população de difícil contagem e possivelmente subestimada, pois “os trabalhadores subcontratados em oficinas clandestinas, dificilmente poderiam encaixar-se exatamente nas categorias supracitadas relativas à contagem. Existem casos onde eles são assalariados sem registro, trabalhadores familiares sem remuneração”. Ver também: RIZEK, GEORGES e SILVA. Trabalho e imigração: uma comparação Brasil-Argentina. Revista Lua Nova, São Paulo, 79: 111-142, 2010.

Antes de se explorar essas novas dinâmicas econômicas da região central é importante resgatar que houve um contexto que contribuiu para as alterações que veremos. A partir do final da década de 1970, o município de São Paulo entrou numa descendente em relação ao emprego na indústria, o que de acordo com o discurso daqueles que pregam a queda do dinamismo econômico do Centro, teria sido causado por um processo de desindustrialização na capital. Mas, de acordo com Diniz *et. al.* 2004, o que houve foi uma reestruturação da atividade, com forte transferência para o setor de serviços.

Há ainda inúmeras causas para essa alteração do perfil de emprego na região, dentre as quais se destaca a privatização e desregulamentação de atividades (telecomunicações, por exemplo), que geraram uma série de novas empresas e novos postos de trabalhos.

Essa pesquisa realizada por Diniz *et. al.* traz novas e reveladoras informações não somente sobre essa reestruturação como uma nova espacialização dessas funções, demonstrando que o que tem havido é uma substituição de atividades na região central, com o crescimento daquelas de menores salários.

Não há como deixar de citar que todo esse contexto de reestruturação produtiva gerou, além do desemprego, um aumento do trabalho informal, notável nas últimas décadas no Centro da cidade. Itikawa, 2006 fez um raio X da ocupação do trabalho informal nos espaços públicos do Centro e demonstra que em nada menos que 80% das vias públicas dos distritos Sé e República estão ocupadas por, pelo menos, um trabalhador informal.

Seria importante, portanto, analisar os dados também em relação ao trabalho informal no centro da cidade, pois sem dúvida parte fundamental de seu dinamismo econômico está contido nessas relações. Mas, sua contagem é difícil, bem como sua caracterização bastante variante⁷⁷. Assim, seguiremos

⁷⁷ Assim, sugerimos as leituras de PAMPLONA, João Batista. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In: Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (Org.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP / EMURB / CEBRAP, 2004, p. 307-337. Além de ITIKAWA, Luciana Fukimoto. Trabalho informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas". São Paulo: FAUUSP, 2006. Tese de Doutorado. Itikawa sugere uma relação de complementaridade entre o trabalho formal e informal e no Centro isso é fortemente presente. A autora demonstra o caso da demanda gerada pelas inúmeras repartições localizadas no centro, que gera um tipo de trabalhador informal que presta serviços como: fotos para documentos, preenchimentos de formulários,

com os dados sobre o trabalho formal no Centro - que por si só são bastante reveladores para os objetivos deste trabalho - a partir da década de 1990, durante o auge do discurso sobre a queda de dinamismo no Centro.

De acordo com NAKANO, CAMPOS e ROLNIK, 2004, ainda que tenha havido uma queda na quantidade de empregos durante a década de 1990 – foram perdidos 108.000 postos – a oferta de trabalho ainda era alta.

Ao mesmo tempo, a região central continua mantendo uma grande oferta de trabalho. Em 1997 os distritos Sé e República concentravam cerca de 195.000 empregos (quase 8% da oferta total paulistana), dos quais cerca de 34.000 no comércio e 140.000 nos serviços; os dez distritos centrais reuniam quase 600.000 postos de trabalho (praticamente 25% da oferta do município)⁷⁸. (p.139)

O Centro seguia como referência na concentração de empregos, mesmo durante a década de 1990. Ou seja, ao mesmo tempo em que se alardeava a migração das atividades econômicas da região central associando-a a uma decadência de seu dinamismo econômico, é evidente que o Centro nunca deixou de ser um polo de atração para o emprego.

Há um discurso corrente que o Centro não é mais funcional para alguns segmentos, como o financeiro, por exemplo, pois haveria uma obsolescência dos prédios antigos, o que justificaria essa migração para o sudoeste da cidade, em busca dos “prédios inteligentes”. Mas, essa mudança, de acordo com as pesquisas realizadas pelos autores supracitados, é feita apenas por partes dos departamentos desses segmentos, nos quais trabalham pessoas de mais alta renda, que utilizam o transporte individual. No Centro teriam ficado os empregos ligados a setores operacionais e de mão de obra com salários inferiores.

De acordo com COMIN,

venda de manuais para concursos entre diversos outros documentos que fazem parte de um mercado ilícito.

⁷⁸ Os autores utilizaram como fonte para esses dados a Pesquisa Origem – Destino do Metrô, 1997 que utiliza uma metodologia diferente da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, por exemplo, que utilizaremos mais a frente, por isso haverá pequenas diferenças entre os dados, mas nada que comprometa as conclusões.

A dinâmica observada na última década aponta para uma especialização crescente nos segmentos de menor complexidade, que demandam mão de obra relativamente menos qualificada, como as atividades de segurança, recrutamento e agenciamento de mão de obra e serviços temporários, em detrimento dos segmentos de serviços mais especializados prestados a grandes corporações, como as atividades de auditoria, assessoria empresarial e publicidade (COMIN, 2004:7) ⁷⁹

O autor demonstra que apesar da queda no número de estabelecimentos – que ainda assim tem participação significativa na região – o emprego formal, na subprefeitura da Sé e distritos mais próximos à Avenida Paulista, como o de Bela Vista tiveram um crescimento já antes da virada dos anos 2000⁸⁰.

Fica claro que, o Centro já no final da década de 1990 passava por uma mudança de perfil das atividades realizadas na região, fato que se consolidará na última década, de tal forma a levar uma retomada do crescimento do número de empregos em todos os 10 distritos da região central, conforme mostraram os resultados do último Censo.

É importante lembrar que o mercado de trabalho no Brasil nesse período cresceu e se formalizou como um todo, em um processo de diminuição da informalidade, precariedade, flexibilização e terceirização do trabalho, que marcou as décadas anteriores.

Seguem abaixo duas tabelas com a relação emprego e população, em um comparativo da última década. A opção por apresentar duas tabelas, a primeira elaborada em cima da Pesquisa Origem-destino do Metrô e a segunda feita pelo Ministério do Trabalho é demonstrar além de um evidente crescimento na relação emprego/ habitante apontado por ambas, que a retomada do

⁷⁹ Para essa constatação, COMIN baseia-se no trabalho de BESSA (2004), em texto do mesmo livro: “Caminhos para o centro”, no qual o autor sugere que empresas de grande porte passaram a se fixar no centro na última década, pois lá encontraram custos imobiliários mais baixos e uma boa rede de infraestrutura, além da facilidade de transportes. O autor demonstra o quão é significativo que essas empresas - de telecomunicação, informática, serviços de pesquisas de mercado e publicidade venham se concentrado cada vez mais nos distritos mais próximos ao quadrante sudoeste, como Consolação, Bela Vista e Liberdade (ao passo que diminuem sua atuação nos distritos da República e Sé, onde, há mais de uma década se adensavam). Mas, em compensação, COMIN demonstra que nesses distritos, a concentração de atividades jurídicas, contábeis e de auditoria segue em importância, com a proximidade dos órgãos da administração pública e do poder judiciário. De acordo com o autor parte muito significativa do setor do setor financeiro ainda encontra-se no chamado centro histórico.

⁸⁰ Os dados são resultados da pesquisa de CINTRA e CORRÊA, 2004.

crescimento populacional na região foi mais tardia que o incremento no número de empregos. Por exemplo, em 2007 a população na Sé era de 17.337 habitantes para 167.198 empregos, na primeira tabela, já em 2010 a população da Sé era de 23.651⁸¹.

Distritos	1997			2007		
	População	Empregos	Emp/Pop.	População	Empregos	Emp/Pop.
Sé	21.254	145.247	6,83	17.337	167.198	9,64
República	49.665	158.337	3,19	43.210	202.109	4,68
Bom Retiro	27.788	63.159	2,27	22.870	79.214	3,46
Bela Vista	64.895	130.927	2,02	58.892	142.254	2,42
Consolação	58.587	98.941	1,69	49.176	108.631	2,21
Cambuci	32.090	38.170	1,19	25.265	38.829	1,54
Santa Cecília	75.827	77.201	1,02	64.579	94.134	1,46
Liberdade	64.348	54.549	0,85	55.598	63.546	1,14
Sub-total São Paulo	10.899.060	4.626.885	0,42	10.899.060	5.898.138	0,54
Total RMSP	17.834.628	6.959.395	0,39	19.543.605	8.947.952	0,46

Fonte: elaborada a partir da Pesquisa Origem e Destino do Metrô, 1997 e 2007

TABELA 11: EMPREGOS E POPULAÇÃO POR DISTRITO. (KARA-JOSÉ, 2010:66)

Relação Empregos formais por habitante						
Distritos	2000			2010		
	População	Emprego	Relação	População	Emprego	Relação
Sé	20.106	79.883	3,97	23.651	93.149	3,93
Bom Retiro	26.569	40.115	1,50	33.892	57.954	1,70
Brás	24.505	31.999	1,30	29.265	57.967	1,98
Cambuci	28.620	23.141	1,24	36.948	40.638	0,9
Pari	14.521	15.084	0,96	17.299	22.810	0,76
Bela Vista	63.143	62.196	1,01	69.460	117.491	0,59
Consolação	54.301	52.405	1,07	57.365	93.147	0,61
Liberdade	61.850	24.619	2,51	69.092	41.485	1,66
República	47.459	76.795	1,61	56.981	153.349	2,69
Sta. Cecília	71.111	59.756	0,84	83.717	77.604	0,92
Mooca	63.280	38.030	0,60	75.724	55.163	0,72
Total Centro	412.185	504.023	0,82	477.670	810.757	0,59
Cidade Tiradentes	190.555	2.254	84,54	211.501	4.540	46,59
Parelheiros	102.493	2.634	39,91	131.183	5.080	25,82
Anhangüera	38.502	948	40,61	65.859	4.867	13,53
Total MSP	10.405.867	2.389.309	4,35	11.244.369	3.990.013	28,18

TABELA 12: RELAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS POR HABITANTE.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Nota: Esta tabela não inclui 190 estabelecimentos e 898.749 empregos da Administração Pública no Município de São Paulo, cujos dados não permitem tratamento espacializado por Distritos Municipais. Elaboração: SMDU/Dipro.

⁸¹ A diferença nos resultados na relação emprego/ habitantes entre as duas tabelas apresentadas se dá também pela diferença de metodologias utilizadas, a segunda exclui os empregos públicos e uma série de estabelecimentos, por isso a relação cai.

Já no quadro abaixo é possível se estabelecer uma relação, por subprefeituras, do Centro com o restante da cidade, demonstrando mais uma vez sua importância como principal polo de concentração de empregos na cidade.

TABELA 13: CONCENTRAÇÃO DE EMPREGOS POR SUBPREFEITURAS EM RELAÇÃO À CIDADE.

FONTE: SEMPLA (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO)/INFOLOCAL - ELABORAÇÃO: KAIRÓS.
NOSSASAOPAULO.ORG.BR – BASE CENSO 2010 – IBGE.

Nota-se que todas as subprefeituras que compõem o chamado centro expandido concentram mais de 59% dos empregos da cidade, com destaque para a Sé, com 16,91% dos empregos.

Já ao se observar essa mesma relação só que por distrito, nos 10 distritos do centro (os 8 da Subprefeitura da Sé, mais Brás e Pari – destacados na tabela abaixo) a maior concentração encontra-se na República, Bela Vista e Sé.

Empregos - 2010		
Porcentagem de empregos na região central em relação ao total da cidade		
Distritos	Porcentagem	Nº absolutos
	100%	3.990.013
Itaim Bibi	7,56	301.733
Jardim Paulista	4,24	169.090
Vila Mariana	4,07	162.243
República	3,84	153.349
Bela Vista	2,94	117.491
Pinheiros	2,77	110.346
Barra Funda	2,60	103.663
Lapa	2,58	102.929
Moema	2,40	95.958
Sé	2,33	93.149
Consolação	2,33	93.147
Santa Cecília	1,94	77.604
Saúde	1,90	75.686
Brás	1,45	57.967
Bom Retiro	1,45	57.954
Ipiranga	1,43	56.927
Mooca	1,38	55.163
Vila Leopoldina	1,31	52.427
Belém	1,21	48.181
Perdizes	1,20	47.913
Liberdade	1,04	41.485
Cambuci	1,02	40.638
Pari	0,57	22.810
Cursino	0,56	22.272
Água Rasa	0,56	22.261
Alto de Pinheiros	0,56	22.191
Fonte: SEMPLA (Secretaria Municipal de Planejamento). Destaque para os distritos que formam a subprefeitura da Sé		

TABELA 14: PORCENTAGEM DE EMPREGOS NA REGIAO CENTRAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DA CIDADE

Essa distribuição por distrito, como se vê no mapa abaixo, denota uma dinâmica dentro do anel central, na qual as maiores concentrações de emprego estão nos distritos do sul e oeste, exatamente onde houve uma diminuição das porcentagens de famílias com mais alta renda, como já visto. O que contribuiria para a compreensão de uma mudança no perfil das atividades econômicas da região.

FIGURA 12: DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGOS NO CENTRO

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010. Elaboração da Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.

O que parece ficar claro, após as análises da retomada de crescimento populacional e de empregos no Centro, é a consolidação de um perfil popular de ocupação. Marcado pelo crescimento de atividades nas áreas de telecomunicações (os *call centers*) e serviços que demandam mão de obra com menor qualificação, pelo retorno de alguns órgãos públicos (e toda rede de prestação de serviços que estes mobilizam), pelos serviços temporários etc.

É exatamente o crescimento dessas atividades na região que se contrapõe ao discurso de sua decadência econômica (bem como as informações em relação às mudanças nos setores tradicionais – como jurídico e financeiro, que não saíram por completo do Centro, apenas alteraram a distribuição de seus postos de trabalho na cidade, como visto), e que tem alavancado a retomada do crescimento populacional da região.

Chegamos agora ao terceiro ponto que gostaríamos de elaborar em relação à caracterização da região central, demonstrar mais claramente essa diversidade

de atividades e serviços, apresentando um arrazoado sobre cada distrito, enfatizando suas vocações e diferenças.

Afinal, trata-se de mais um discurso a ser questionado, o de homogeneização do Centro. Pacaembu e Higienópolis, por exemplo, que pertencem ao distrito da Consolação, são bairros de baixa densidade demográfica e alta renda e escolaridade. Nesse mesmo centro, temos partes remanescentes da Favela do Gato (Bom Retiro) e do Moinho⁸² (Santa Cecília), com índices completamente opostos.

NAKANO, CAMPOS E ROLNIK, 2004 trabalham com a ideia de que não se trata de uma área central, mas várias, com dinâmicas, usos e estado de conservação distintos⁸³.

No âmbito dos distritos centrais [...] podem ser identificados diversos subespaços altamente especializados, desde os tradicionais núcleos financeiro e jurídico do centro velho até a recente aglomeração de lojas de artigos para igrejas evangélicas na Baixada do Glicério, passando por conhecidos polos comerciais como os de eletroeletrônicos (Santa Ifigênia), confecções (Bom Retiro), idem mais tecidos, acessórios e armário (Rua 25 de Março), máquinas e equipamentos (Rua Florêncio de Abreu), material para restaurantes e bares (Rua Paula Souza), automóveis, peças e acessórios (Campos Elíseos, com um sub-setor anexo hoje especializado em motocicletas e peças, voltado ao crescente mercado de motoboys), companhias aéreas e agências de turismo (avenida São Luís), lustres e luminárias (Rua da Consolação), artigos e restaurantes orientais (Liberdade) e assim por diante. (p.148)

Ao começarmos pela Sé e República destaca-se farta concentração de agências de turismo, de serviços temporários, jurídicos, concessionárias de crédito, presença forte de comércio informal, atacadista (calçados) e diversas bancas de jogo do bicho. A densidade construtiva é alta, bem como a verticalização e a quantidade de prédios vazios, tanto residenciais como

⁸² Esta que foi recentemente “incendiada”, levantando inúmeras suspeitas sobre uma ação criminosa, por a favela localizar-se em uma área privilegiada da cidade.

⁸³ Neste trabalho os autores relacionam essa diversidade com as ocorrências de atividades econômicas, da densidade populacional e rendimentos dos moradores, o que sucintamente pretendemos fazer a seguir, utilizando para tanto, base de dados desses autores e pesquisa de campo realizada.

comerciais (a ocupação residencial é pequena e de baixa renda). A presença de garagens e edifícios garagem é marcante e tem aumentado⁸⁴.

Na República encontram-se alguns dos famosos prédios de arquitetura moderna, como o Copan, *Louvre* e *Eiffel*, antes ocupados pela classe média-alta.

A comparação entre os usos em 1991 e em 2008 revela a diminuição de 50% do uso residencial vertical de alto padrão nesse distrito, e o aumento dos usos residencial vertical de médio padrão e residencial vertical de baixo padrão, o que toma-se como indicador da continuidade da troca de população de maior poder aquisitivo por de menor (KARA-JOSÉ, 2010:41)

NAKANO, CAMPOS E ROLNIK, 2004 observam ainda outra especificidade nesses distritos, a que chamam de centralidade periférica. Para os autores, essa região, mais a Mooca, continuam sendo locais importantes de comércio, consumo, serviços, trabalho e principalmente, acesso a áreas de empregos para classes populares. Não mais o sendo para aquela parcela da população de alta renda, que se deslocou para o sudoeste da cidade e passou a prescindir desse centro, tornando-o para estes uma centralidade periférica.

Embora a ideia de relativizar a importância de uma região, sob a perspectiva da utilização desta pelas classes de mais alta renda corrobore para a manutenção dos discursos sobre a deterioração do Centro, a análise sobre a utilização desta porção da região central destaca a crescente popularização do mesmo.

- Ainda sobre a Sé, a Rua 25 de março e suas proximidades, além do vasto comércio atacadista (tecidos) é o principal centro do comércio informal da cidade. Possui grande quantidade de camelôs nas calçadas, lojas de vestuário, calçados e, cosméticos, além do *shopping* 25 de março – fechado e reaberto inúmeras vezes – com grande diversidade de produtos importados e eletrônicos. Já na Ladeira Porto Geral os antigos prédios tem seus andares tomados por lojas de peças para bijuterias. A ocupação residencial aqui também é pequena e de baixa renda.

⁸⁴ De acordo com Kara-José, 2010:44, o número de terrenos vazios no Centro – que já eram poucos - caiu pela metade entre 1991 e 2008, de acordo com a autora por dois fatores, certa dinâmica construtiva e outro ligado ao crescimento dos terrenos utilizados para garagens (muitos feitos em áreas demolidas) e edifícios garagens.

- A Baixada do Glicério tem forte concentração de cortiços, edifícios de quitinetes, concentração de catadores e seus depósitos.
- As proximidades da Rua Santa Ifigênia concentram o maior comércio de produtos eletroeletrônicos do país, há presença de comércio informal e a densidade populacional é média e de baixa renda, é forte a presença de aluguel de cômodos, como pensão e cortiços. À noite, com o fechamento do comércio, é local de uso e venda de Crack. Aqui também se localizam cinemas, teatros pornô e boates (Rua Aurora e Vitória).
- Higienópolis concentra empresas de terceirização, atividades do setor jurídico, bancos, editoras, administradoras de seguros, condomínios, imobiliárias, e peças para autos. A densidade populacional é alta bem como a renda dos moradores e o padrão residencial. Pacaembu também tem residências de alto padrão, mas unifamiliares e baixa densidade populacional.
- General Osório e proximidades (também Duque de Caxias e Mauá) concentram comércio de peças e acessórios para autos e motos, há alguns hotéis e a densidade residencial é alta e de baixa renda.
- Próximo à Pinacoteca, o entorno da Avenida Tiradentes, Luz, além de monumentos históricos importantes (Estação da Luz, Museu de Arte Sacra, Jardim da Luz etc.), há ruas de comércio tradicional, como a São Caetano com seu comércio voltado para noivas e Florêncio de Abreu com comércio de ferramentas. A concentração de pensões com aluguel de cômodos é alta, mas a densidade residencial é baixa e de baixa renda.
- Bom Retiro, Brás e entorno da José Paulino são conhecidos por suas lojas de confecções e comércio atacadista, além de sediarem uma importante cadeia de atividades ligadas a produção têxtil⁸⁵, a região possui alta densidade populacional de residências de renda média. A Rua Barão de Limeira bastante conhecida pelo comércio de carros e peças de motos e autos, tem alta densidade populacional de baixa renda. Há galpões de fábricas e armazéns abandonados.

⁸⁵ Ver: Renato Garcia e Juan Cruz-Moreira. O complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente. In: Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (Org.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP / EMURB / CEBRAP, 2004.

- Santa Cecília tem comércio de peças para autos e confecções. Sua densidade populacional é baixa e de baixa renda, possui algumas indústrias e galpões em funcionamento parcial.
- Bela Vista, com alta concentração de hotéis na Rua Augusta, comércio de tecidos e armarinhos no Bixiga, tem também atividades ligadas à música, teatro e literatura, bem como livrarias, serviços jurídicos e de temporários. Trata-se de uma área com bastante mescla de atividades e densidades populacionais, as áreas de baixa densidade ficam próximas às Avenidas 9 de Julho, 23 de Maio e rua Rui Barbosa; no Bixiga a área é de baixa renda, mas nas ruas dos Ingleses e Franceses há áreas de alta renda. Há presença de pensões com aluguel de cômodos.
- A Avenida Paulista e seu entorno tem alta concentração de organizações profissionais, sindicais, setor financeiro, processamento de dados, agências de viagens, serviços jurídicos, atividades voltadas para telecomunicações e gestão empresarial. A densidade populacional é baixa e de alta renda.
- O bairro da Liberdade, conhecido pelo comércio atacadista de artigos de uso pessoal é referência pela ocupação japonesa. A diversidade de atividades é grande, mas em quantidade menor que nas outras regiões, a densidade populacional é alta, de baixa renda, com alto índice de aluguel de cômodos. Encontram-se casas de jogos, próximo à Avenida Liberdade e ao Fórum João Mendes.
- Aclimação tem forte característica residencial, com alta densidade, de renda média e alta e o Cambuci tem grandes áreas industriais em funcionamento parcial, com baixa densidade populacional e de baixa renda.

Antes de encerrar essas breves descrições é importante lembrar que o Centro também detém a maior concentração de equipamentos de lazer, ensino e cultura⁸⁶. Apenas para enumerar alguns dos últimos grandes equipamentos

⁸⁶ O trabalho de Botelho e Freire, 2004 traça um interessante perfil da diversidade dos equipamentos culturais, de lazer e ensino no centro da cidade. Apenas para ilustrar a diversidade e quantidade desses equipamentos, segue breve enumeração do levantamento feito pelos autores: apenas no Brás, Pari e Sé, são 79 teatros e salas de concerto, 37 museus, 19 cinemas, 18 centros culturais, inúmeros sebos e livrarias, 4 SESC, 29 Instituições de Ensino Superior (IES) com aproximadamente cem mil alunos e outros cerca de cem mil em escolas

culturais construídos ou reformados temos: a recuperação da Estação da Luz e o Museu da Língua Portuguesa, a reforma do antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, que se transformou no Museu do Imaginário Brasileiro e Memorial da Liberdade, reforma do Mercado Municipal, o restauro da Pinacoteca do Estado e a criação do Complexo Cultural na antiga estação Júlio Prestes, onde está a Sala São Paulo uma das melhores salas de concerto da América Latina, Teatro Municipal, Biblioteca Municipal Mario de Andrade, Conservatório Dramático Musical, Escola de Dança de São Paulo, nome atual da Escola Municipal de Bailado fundada em 1940, inúmeras igrejas e templos religiosos, Centro Cultural Banco do Brasil, Departamento do Patrimônio Histórico - DPH etc.

1.3 Vacância imobiliária, déficit e a interpretação dos números – IPTU/ZEIS

“O número de imóveis vagos supera o déficit habitacional brasileiro”. Esta frase apareceu fartamente em jornais de grande circulação e publicações dos movimentos de moradia⁸⁷, logo após o resultado do último Censo, em novembro de 2010.

Vale lembrar que o crescimento do número de imóveis vazios faz parte de uma dinâmica que atinge toda a cidade – com destaque para a região central, conforme já apontavam os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no Censo de 2000. Na época foram registrados 420.327 domicílios vagos em toda a cidade (o déficit era calculado em 203 mil moradias, ou seja, metade), sendo 45 mil deles no centro da cidade.

públicas e privadas de ensino infantil, fundamental e médio. Além de possuir 120 das 348 bibliotecas existentes no município.

⁸⁷ Certamente não da mesma maneira, enquanto o enfoque dado por jornais como a Folha de São Paulo e Estadão tiveram manchetes como: Agência Estado de São Paulo de 07/12/2010: “São Paulo tem 290 mil imóveis sem moradores, diz IBGE” e a relação estabelecida com o déficit só aparecia dentro da matéria, a Carta Capital de 09/12/2010 por exemplo, tinha a seguinte manchete: “Há mais imóveis vazios do que famílias sem moradia em São Paulo”. Outras manchetes: Agência Brasil de 11/12/2010: “Número de casas vazias supera déficit habitacional brasileiro”. CMI – Centro de Mídia Independente de 11/12/2010: “Censo indica que número de casas vazias supera déficit habitacional”.

Mesmo com todos os problemas inerentes ao conceito de déficit⁸⁸, o que tem se tornado público é que existem mais casas vazias do que pessoas sem moradia. De acordo com os novos dados do Censo a relação entre os domicílios vagos no país e o déficit habitacional é de 6,07 milhões para 5,8 milhões⁸⁹. Esses dados dão visibilidade à pauta dos movimentos de moradia e reforçam seu discurso, que já utilizava os dados do Censo de 2000 para justificar suas ações.

A maior parte desses domicílios vagos está no Estado de São Paulo, 1.112 milhão de acordo com o Censo 2010, onde o déficit é de 1.127 milhão de acordo com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - Sinduscon-SP, que calcula ainda que 77% desse déficit é composto por famílias com renda de até três salários mínimos.

Os dados preliminares do último Censo revelaram que 290 mil desses imóveis vagos estão na capital paulista⁹⁰, que atualmente tem um déficit de 712 mil

⁸⁸ Referimo-nos aqui ao déficit não apenas como quantidade de casas a serem construídas, mas também situações de inadequação. Sobre essa ampliação do conceito de déficit ver: METRODATA, Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE). Necessidades Habitacionais: déficit habitacional e inadequação habitacional por cidade. Rio de Janeiro, 2003.

⁸⁹ Nos 6,07 milhões, de acordo com o Censo, estão inclusos também imóveis em construção e excluídos imóveis de ocupação ocasional ou com moradores temporariamente ausentes. O déficit de 5,8 milhões foi calculado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), tomando como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), também realizada pelo IBGE. Esse dado foi contabilizado pela quantidade de famílias que se declaram sem domicílio, que compartilham do mesmo, que pretendem se mudar ou ainda que moram em lugares considerados inadequados (aqueles que vivem em casas alugadas não são computados aqui). Vale questionar o interesse da instituição Sinduscon em calcular os dados do déficit, relacionando-os diretamente à necessidade de construção de novas unidades habitacionais. Sobre isso ver o trabalho de AZEVEDO e ARAÚJO, 2007, que faz “uma crítica ao viés corporativo da metodologia elaborada pelo Sindicato da Construção Civil/SP (Sinduscon/SP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas/SP. Essa abordagem superestima o déficit quantitativo ao considerar a totalidade dos domicílios das favelas como “déficit”. Não distingue, também, a necessidade de construção de novas moradias da “inadequação de domicílios” que, sem implicar custos de reposição total das unidades, exige políticas públicas complementares à habitacional, como saneamento, infraestrutura, urbanização, regularização fundiária, etc.”.

⁹⁰ Sem contar as 107 mil casas fechadas, consideradas pelo Censo como aquelas em que “vive alguém que não foi encontrado pelos recenseadores, mesmo após muitas tentativas”, segundo a coordenadora técnica do Censo 2010, Rosemary Utida em entrevista ao Jornal da Tarde, “Há mais casa vazia que famílias sem lar em SP” de 07/12/2010. O que poderia indicar que o número de domicílios vagos pode estar subestimado. Também não foram computados prédios públicos ou comerciais ociosos. A Secretaria de Habitação Municipal, na figura de seu secretário Ricardo Pereira Leite, em entrevista na mesma matéria supracitada, contesta a alta quantidade de imóveis vazios alertando para o “fenômeno de vacância e equilíbrio” – quando a pessoa se muda e o antigo e novo imóveis encontram-se vazios – o que poderia significar no máximo 8% desse número.

unidades habitacionais. Só no centro da cidade são 22.087 unidades, 13% das casas e apartamentos.

De acordo com os movimentos há no centro de São Paulo a possibilidade de abertura de 800 mil unidades habitacionais; a conta é feita pelos prédios abandonados, com potencial para reforma⁹¹ e baseada no recente Plano Municipal de Habitação (2010) – PMH - da cidade de São Paulo, que contabilizou 809.419 mil famílias vivendo em situações de “inadequação habitacional”⁹².

Mas, para a Secretaria de Habitação, respaldada pelo Plano Municipal de Habitação - PMH, a maior parte dessas famílias será atendida com obras de infraestrutura e processos de regularização fundiária, restando então 133 mil famílias, que por viverem em áreas de risco necessitariam de novas habitações, perfazendo o chamado “déficit real”⁹³.

O que fica evidente com a apresentação de todos os dados acima é que há um conflito de significações e outro relativo a contagem. Essas disputas são de alguma forma resultantes de um processo de conflito e politização sobre a questão da moradia, especialmente em São Paulo.

Esse conflito e politização podem ser estendidos ainda à relação entre os edifícios vazios e o IPTU. Tanto o IPTU progressivo, como outros instrumentos defendidos por diversos movimentos, ONG's e entidades de classe desde a Constituição de 1988 em seu capítulo sobre a Reforma Urbana, fazem parte das bandeiras de luta especialmente dos movimentos de moradia.

⁹¹ Os movimentos de moradia, neste caso na figura de Osmar Borges - FLM em entrevista a diversos jornais trabalham com o número de 800 mil famílias que vivem em áreas de risco, favelas, cortiços ou moradias precárias e que não entram na conta do chamado “déficit real” de 130 mil famílias, a ser discutido a seguir.

⁹² De acordo com a Fundação João Pinheiro, 1995 (O Déficit Habitacional no Brasil, Belo Horizonte, 1995), é considerada inadequação qualquer necessidade de adequação da moradia existente: seja de natureza fundiária, urbanística ou de edificação. Para estes casos não há a necessidade da construção de novas moradias. De acordo com o PMH, HABISP e Fundação SEADE, o centro de São Paulo tem as seguintes quantidades de domicílios em situação de inadequação: 10.724 unidades em favelas, 262 em núcleo urbanizado, 11.086 em cortiço e 1.659 em conjunto habitacional. Para o centro o déficit por substituição de moradia (necessidade de substituição da moradia existente) é de 7.924 unidades e mais o déficit por incremento (crescimento populacional ou eliminação de coabitação indesejada) em toda a cidade é de 226 mil domicílios.

⁹³ Ainda de acordo com o PMH, a projeção do crescimento populacional para 2024 aponta para um déficit de 610 mil novas moradias para famílias que surgirão no período e cuja renda deverá ser inferior a três salários mínimos.

Desde a ocupação de prédios na região central pelos movimentos de moradia na década de 1990, a questão do IPTU vem se tornando pauta importante para os movimentos, a ponto de fazer parte de suas listas de reivindicações, o que traz novos elementos ao debate e demarca novos campos de atuação.

Não apenas o IPTU, mas a questão das ZEIS, das leis contidas no Plano Diretor, dados sobre a composição dos conselhos participativos entre outros dispositivos jurídicos, passaram a fazer parte do debate e das reivindicações dos próprios movimentos. Se por um lado a incorporação desse instrumental pode denotar um aumento da politização desses movimentos, no sentido da forma de apresentação de suas demandas e estratégias de reivindicação, por outro lado pode induzir a um tipo de institucionalização dessas mesmas reivindicações, ao ponto de diminuir ou comprometer suas próprias ações.

São Paulo foi o primeiro município a regulamentar, em junho de 2010, o IPTU progressivo⁹⁴, previsto já na Constituição Federal. Trata-se de um instrumento que em última instância pretende frear a especulação e induzir a entrada de imóveis subutilizados no mercado. Sua combinação com as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS previstas em Plano Diretor induziriam a produção de habitação em áreas bem localizadas da cidade⁹⁵.

Em setembro de 2011 foram divulgadas as primeiras notificações de habitações enquadradas no IPTU Progressivo. Foram 1053 imóveis e terrenos notificados⁹⁶ e a partir de então, seus proprietários deveriam provar a utilização dos mesmos.

Para a notificação desses primeiros imóveis, o critério foi a localização. Pois, de acordo com a Lei nº 15.234, de 1º de julho de 2010, que instituiu os

⁹⁴ Vale lembrar que sua aprovação tem bases na construção do Plano Diretor Participativo na gestão Marta Suplicy.

⁹⁵ Os proprietários desses imóveis, que não cumprirem função social, ou terão que adequar seus imóveis, ou terão suas alíquotas de IPTU dobradas anualmente, até o teto de 15% e em seu não cumprimento decorridos cinco anos da cobrança do IPTU Progressivo, o município poderá desapropriar o imóvel com pagamento em títulos da dívida pública. Destaque-se que embora a regulamentação do instrumento tenha sido bastante festejada, a efetividade de sua aplicação é discutível. Apenas para citar uma das empresas que trabalha com “gestão patrimonial”, a Soluções Consultoria, assim que a Lei foi regulamentada, publicou, em atenção aos seus clientes (entre outros, Citibank, Itaú-Unibanco, Redecard) formas dos proprietários não serem enquadrados na cobrança progressiva do IPTU em seus terrenos, além de reforçar o oferecimento de seus serviços “especializados em documentação patrimonial e empresarial, assegurando uma gestão documental atualizada perante aos órgãos pertinentes as atividades de cada cliente”.

⁹⁶ De acordo com a publicação de 24/09/2011 no diário Oficial da cidade de São Paulo

instrumentos para o cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana (parcelamento ou edificação compulsória e IPTU progressivo no tempo), as áreas de aplicação dessa Lei devem ser as ZEIS-2 e ZEIS-3⁹⁷ e o perímetro da Operação Urbana Centro (Lei nº 12.349, de 6 de junho de 1997)⁹⁸.

O bairro com o maior número de notificações é o Ipiranga, com 204 terrenos vazios, seguido pela Sé com 181 notificações. A maioria é de imóveis, apartamentos sem uso ou prédios abandonados. Também tiveram quantidade considerável de notificações imóveis nos seguintes bairros: Jabaquara (137), Mooca (89) e Itaquera (69).

Esses dados demonstram que essa vacância imobiliária tem relação direta com as mudanças no dinamismo da região central, discutidas anteriormente.

Mesmo não se tratando de um fenômeno exclusivo da região central, mas parte da dinâmica urbana de todas as grandes regiões metropolitanas brasileiras, os desdobramentos dessa vacância imobiliária, no caso da região central de São Paulo, resultam em um vasto campo de conflitos, repleto de mediações e nuances. Onde o ponto central é a disputa pela ocupação desses espaços com melhor localização na cidade.

As ferramentas usadas para esse tipo de disputa são diversas, desde aquelas mediadas pela legislação regulamentada pelo poder público, como pelas lutas empreendidas pelos movimentos direta (ocupações de prédios e processos que dão visibilidade à questão) e indiretamente, na cobrança da aplicação de instrumentos como o IPTU progressivo.

Como visto, a questão da vacância imobiliária no Centro gerou, especialmente na década de 1990 uma indistinção de discursos ao ser apropriada pelo poder

97 De acordo com o Plano Diretor de São Paulo, a ZEI-2 trata de terrenos baldios ou subutilizados, nos quais devem ser propostas moradias de interesse social, bem como equipamentos culturais e sociais. A ZEI-3 trata de terrenos ou imóveis que estejam subutilizados em áreas que contem com infraestrutura urbana e de serviços, bem como oferta de empregos (região central). Para estas situações propõe-se a reforma de moradias para habitação de interesse social e mecanismos que impulsionem atividades de geração de emprego e renda.

98 A Lei do IPTU progressivo prevê claramente a exclusão da área que trata a Lei nº 14.918, de 7 de maio de 2009, a Lei da Concessão Urbanística, aplicada na região da Luz (perímetro definido pela prefeitura, pelas Avenidas Casper Líbero, Ipiranga, São João, Duque de Caxias e Rua Mauá, no Distrito da República). A concessão Urbanística e o projeto “Nova Luz” Luz serão tratados a seguir.

público, pelos movimentos e pelo mercado imobiliário - que viu na reforma desses prédios vazios a possibilidade de alta lucratividade em rendas fundiárias mediante a produção de habitação para a população de rendas médias. É nesta aparente indistinção ou confluência de discursos que se constituem diversos campos de conflito.

1.4 As intervenções urbanas no Centro

As chamadas “transferências das funções do Centro”, operadas pela classe dominante em associação direta com o poder público, como já discutido no início do capítulo, pautaram e definiram a direção das intervenções urbanas realizadas ao longo da história.

Desde o processo de europeização do Centro, na virada do século XIX para o XX, essas intervenções trataram de construir um centro para as elites, o que do ponto de vista simbólico, significava construir também uma identidade e uma imagem de dinamismo econômico.

Historicamente os centros urbanos são locais repletos de conflituosidade, locais de convivência da riqueza e da pobreza, de representações simbólicas de ambas.

As próprias intervenções urbanas realizadas ao longo do tempo revelam, tanto o conflito, quanto o seu vencedor. No caso dos planos viários, as áreas escolhidas para serem demolidas, não por acaso, situavam em locais habitados por trabalhadores, de comércio popular, com grande concentração de mendigos, cortiços, prostituição etc. – denotando claro processo de limpeza social. Além das dinâmicas de expulsão da população pobre pela própria valorização imobiliária causada por essas intervenções⁹⁹.

As normas sanitárias, a questão viária, os códigos de obras e as leis de zoneamento constituíram, por meio da ação estatal direta, a centralidade paulistana e definiram a desejada elitização da região (ROLNIK, 1997).

Com o intuito de estabelecer relações entre os projetos urbanos implementados no centro de São Paulo e seus processos de expansão e

⁹⁹ Ver Chaloub, 1996, sobre a destruição do cortiço cabeça de porco no Rio de Janeiro.

popularização, serão brevemente recuperadas as principais intervenções urbanas realizadas na região.

De acordo com Villaça (1998:263), o início do processo de segregação das elites (antes em torno do triângulo histórico) se dá a partir do final do século XIX, já em direção à Paulista (“além-Anhangabaú”). A expansão do centro e sua ocupação por camadas de baixa renda estavam dadas.

As primeiras décadas do século XX consolidam essa expansão em direção ao chamado “centro novo”, República¹⁰⁰. Os Planos de Avenidas (implementados por Prestes Maia de 1938 a 1945) contribuem para tanto, com a abertura do tecido urbano para o automóvel.

O processo de verticalização do centro se intensifica ao longo das novas vias e atinge seu auge na década de 1950, com edifícios de escritórios e habitacionais – de alta densidade, bem como quitinetes¹⁰¹.

Também não por acaso, esse período coincide com a alteração da legislação vigente em relação à limitação dos altos coeficientes de aproveitamento para a construção de edifícios. Rolnik *et. al.*, 1990, aponta como esta alteração por um lado, afetou a produção de habitação para rendas mais baixas no centro e ao mesmo tempo incentivou o mercado imobiliário – que até então construía os arranha-céus no centro - a voltar seus interesses em direção ao sudoeste da cidade, seguindo o deslocamento das camadas de renda mais alta e onde ainda havia lotes maiores.

No final da década de 1950, o centro estava claramente dividido, pelo Vale do Anhangabaú, em duas partes... Este passou a ser o “Centro Novo”. Para o “lado de lá” do Anhangabaú, o antigo centro tornou-se o “Centro Velho”, voltado para as camadas populares. (Villaça, 1998:264-265)

¹⁰⁰ De acordo com Frúgoli, (1995:30-31), era um momento em que o centro recebia mão de obra migrante, que se fixava em bairros como o Brás. Esse fluxo de pessoas colaborará para que a população de São Paulo praticamente dobre dos anos 20 para os 30.

¹⁰¹ Ver: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (org.). A promoção privada de habitação econômica e arquitetura moderna 1930-1964. São Paulo, Rima/ FAPESP, 2002.

A década de 1960 induz ainda mais essa expansão no sentido sudoeste da cidade, com mais grandes obras viárias, há o deslocamento de atividades junto com as camadas de mais alta renda, como já explanado no início do capítulo.

A consolidação dessa estrutura viária expandiu enormemente o centro inicial da cidade e acabou por conformá-lo em um nó de articulação, um ponto de “baldeação”. Foram construídos viadutos, túneis, avenidas e elevados, que facilitaram ainda mais o acesso de automóveis à região sudoeste.

Enquanto isso, já na década de 1970, havia uma expansão do sistema de transportes e o centro recebia grande quantidade de pedestres, que se dirigiam para o trabalho, ou por lá passavam para trocar de transporte. O acesso mais facilitado ao centro contribuiu para as alterações no comércio local de rua, que passavam a se adaptar a um público de menor renda (inclua-se o aumento do número de camelôs) (Nakano, Malta e Rolnik, 2004 e Frúgoli, 1995).

A partir de então, quando muitos bairros do centro já se configuravam como populares, alguns projetos municipais de intervenção no centro são colocados em prática, tais como: Plano de Revitalização do Centro (Olavo Setúbal, 1979-1982), Plano de Revitalização da Área Central (Reynaldo de Barros, 1979-1982) e o Projeto Luz Cultural (Mario Covas, 1983-1985). É quando começam a aparecer menções à revitalização do centro em projetos do poder público (KARA-JOSÉ, 2010:27).

Os anos de 1980 são marcados por grandes investimentos públicos e imobiliários voltados para as elites fora do centro, abertura de avenidas e túneis (túnel sob o rio Pinheiros e sob o Parque Ibirapuera). São desta época o Centro Cultural São Paulo e o SESC Pompéia, além da inauguração de diversos *shoppings*. É também o início das obras para a canalização do Córrego Águas Espraiadas, o que consolidaria o “desenvolvimento” (expansão do capital imobiliário) da porção sudoeste da cidade¹⁰².

Na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de “decadência” do centro é tão somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população. Nessas condições,

¹⁰² Ver: FIX, Mariana. *Parceiros da Exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.

sendo o centro realmente da maioria, ele é o centro *da cidade* (Villaça, 1998:283, grifos do autor).

A gestão de Luiza Erundina, 1989-1992, também realizou intervenções no Centro, em um momento em que os interesses voltavam-se para outras regiões da cidade (vetor sudoeste). Entre as quais se destacam, a finalização do túnel do Vale do Anhangabaú e o restauro do Palácio das Indústrias, que se tornou sede da prefeitura e emblema de uma re-apropriação do Centro. Além do marco em relação à atuação nos cortiços, com projetos que se tornaram referência, como o Madre de Deus e Celso Garcia¹⁰³. Destaque também para a produção dos conjuntos populares Eiras Garcia, Imoroty, Pedro Facchini e Vilinha 25 de Janeiro, que mesmo com inúmeros problemas¹⁰⁴, são também referências quando o assunto é habitação na área central.

“Deixado a se deteriorar” (*id. ibid.*), o centro entra os anos 1990 incorporando definitivamente discursos, sobre recuperação, requalificação, revitalização ou ainda renovação¹⁰⁵ como ideias dominantes. Esses termos começam a frequentar também a esfera pública, que passa a se utilizar dos mesmos para fundamentar suas ações, em intervenções urbanas cada vez mais pontuais.

O fato da região central ter perdido aproximadamente 70.000 habitantes da década de 1980 a 1990 contribui para tanto e foi apropriado de maneiras distintas. Por um lado, por aqueles que apostaram nas intervenções como uma ‘revitalização’, no sentido da atração de investimentos. Por outro, esse “esvaziamento” foi o mote para que os movimentos de moradia pautassem a

¹⁰³ Ver: COMARÚ, Francisco. Intervenção Habitacional em Cortiços na cidade de São Paulo – O mutirão Celso Garcia. Dissertação de mestrado/ POLI-USP, São Paulo, 1998. Vale lembrar que se tratava de um contexto pós-constituinte, com movimentos fortalecidos em torno da pauta sobre a reforma urbana. A aprovação da Lei Moura, em 1991 também faz parte desse contexto, bem como a formação da União das Lutas de Cortiços, considerado o primeiro movimento de moradia com atuação no Centro (ver capítulo 2).

¹⁰⁴ Ver: KOHARA, Luiz. Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços. Tese apresentada à FAU-USP, 2009. Ver também: KOHARA, Luiz e CARICARI, Ana Maria; KOHARA, Luiz (Org.). *Cortiços em São Paulo: soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção à moradia*. São Paulo: CESE, 2006. PICCINI, Andréa. *Cortiços em São Paulo. Conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*, São Paulo, Annablume, 1999.

¹⁰⁵ Há toda uma discussão por trás da utilização dessas terminologias que não nos deteremos aqui. A esse respeito ver: PASQUOTTO, Geise Brizotti. Renovação, Revitalização e Reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. *In: Revista Complexus*, ano 01, n.2, setembro de 2010.

demanda por habitação popular no Centro e se visibilizassem por meio da ocupação de prédios vazios.

Para as classes dominantes há uma série de fatores que determinaram esse olhar novamente para o Centro, com intuito de re-apropriá-lo. Nesse contexto há a construção da naturalização de um processo de 'degradação', quando, de acordo com Villaça (1998), trata-se de uma construção social e histórica.

A primeira intervenção no Centro que marca esse momento é o lançamento da Operação Urbana para o Vale do Anhangabaú, ainda na gestão Luiza Erundina.

Também fazem parte do contexto dessa época, entre outros, as mudanças na estrutura produtiva, privatizações, desregulamentações de atividades e flexibilização trabalhista. O que sem dúvida conformou todo esse novo campo das políticas urbanas e inseriu um rol de novos atores.

A gestão Maluf/ Pitta (1993-2000), apesar de voltar praticamente todas as suas ações para o “desenvolvimento” do vetor sudoeste¹⁰⁶, deixando de lado a região central, abre uma lacuna para participação da Associação Viva o Centro, que passa a ter papel fundamental na construção da ideia de se revitalizar a região.

Essa Associação foi criada em 1991 para participar do processo de recuperação do Centro, na gestão Erundina. Trata-se de uma entidade que representa as grandes instituições privadas com interesse imobiliário no Centro.

Para Frúgoli (2000:80-83), os programas de intervenção pública desse período, são resultantes da forte pressão exercida por esse grupo. Corrobora esta interpretação FERREIRA, (2007:270), que enfatiza a concentração da iniciativa privada (investidores imobiliários basicamente), em torno da Associação Viva o

¹⁰⁶ Desde o governo Jânio Quadros, 1986/1988 e depois Paulo Maluf, 1993/1996 e Celso Pitta, 1997/2000 houve grande concentração de investimentos na abertura e extensão de avenidas, túneis e viadutos, localizados quase que exclusivamente na região sudoeste, “criando as condições necessárias para o enorme *boom* imobiliário, tanto comercial como residencial, nos bairros desta região (Itaim-Bibi, Vila Nova Conceição, Brooklin, Morumbi, Santo Amaro, Alto da Boa Vista, Moema, entre outros (COMIN, 2004:5).

Centro¹⁰⁷ a partir dos Anos de 1990, como “responsável pela interface entre os interesses empresariais e as políticas públicas adotadas na região”.

Nesse contexto enquadram-se: a criação do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro – Procentro de 1993, a Operação Urbana Centro¹⁰⁸ e a Lei de Fachadas em 1997, com incentivos como transferência de potencial construtivo e isenção de IPTU.

Alguns exemplos dos investimentos realizados nesse âmbito, viabilizados tanto pelo poder público (municipal, estadual e federal)¹⁰⁹, como pela iniciativa privada, foram as reutilizações de prédios com interesse histórico, em uma série de intervenções pontuais, como o Shopping *Ligth*, a Sala São Paulo, o Centro Cultural Banco do Brasil, a reforma da Pinacoteca, do Parque da Luz e do antigo DEOPS¹¹⁰.

É interessante observar a Operação Urbana Centro, criada com o claro objetivo de tornar o centro atraente para investimentos (em diversas áreas: cultura, turismo e setor imobiliário), se traduz até hoje na revisão de uma série de restrições construtivas no centro da cidade, entre outros incentivos (FRUGOLI, 2000). Um dos mais utilizados é a transferência do potencial de construção¹¹¹.

Já no final da década de 1990 há um novo ingrediente que justificará ainda outras formas de intervenções na região central, trata-se do Planejamento Estratégico. A Associação Viva Centro segue protagonizando os discursos que constroem a necessidade de intervenções no Centro, mas desta vez o apelo foi a necessidade de que São Paulo entrasse no circuito das cidades mundiais¹¹²,

¹⁰⁷ Esta entidade, bem como demais atores atuantes no centro serão tratados em mais detalhes no capítulo 2.

¹⁰⁸ Criada, segundo Nakano, Malta e Rolnik, 2004, após o fracasso da Operação Anhangabaú, que não atraiu o volume esperado de investidores.

¹⁰⁹ Os governos estadual e federal no período, focalizaram mais políticas para a região central que a esfera municipal e marcaram a segunda metade da década de 1990 com programas habitacionais e política cultural. Tratou-se, respectivamente do Programa de Atuação dos Cortiços PAC/ CDHU, do governo Mario Covas (1995-1998) e da construção de equipamentos culturais de peso somados a recuperação do patrimônio, no governo FHC (1995-2002).

¹¹⁰ Estas já sinalizavam o uso do planejamento estratégico, discutido a seguir.

¹¹¹ Nakano, Malta e Rolnik, 2004 demonstram que até junho de 2001 a “vantagem” da Operação Urbana Centro mais usada pelos investidores foi a compra de potencial construtivo, transferido para locais com maior dinâmica imobiliária.

¹¹² Em que pese, de acordo com FERREIRA, 2007, São Paulo não ser uma cidade global, mas que assim como tantas outras – periféricas - procurou se organizar em torno dos Planos Estratégicos, para atrair investimentos.

e, portanto, seu centro precisaria ser “recuperado e remodelado, para que se tornasse eficiente e competitivo”.

Arantes (2000) demonstra como o planejamento estratégico e a cultura foram utilizados em conjunto nas intervenções urbanísticas em grandes centros urbanos, quando a cidade passa a ser o novo empreendimento que pode e precisa ser vendido. A recuperação – ou construção – de seu “dinamismo” demanda e justifica a recuperação desses centros e a cultura é o novo mote para a constituição dessa imagem¹¹³.

A retomada do centro através do filtro técnico da publicidade, conferindo-lhe o caráter de cenário opaco que realça os produtos de consumo, significa limpar da cena os habitantes que não têm papel na nova história e que teimosamente insistem em interferir no seu enredo. A purificação técnica do espaço justifica-se na justa medida em que constrói a população do “centro velho” como não sujeitos, cuja pobreza e carência é traduzida em termos de ausência de história e interesses próprios. (SOUZA, 2000:210)¹¹⁴

Esperava-se então que, por meio da nova estratégia - de apelo cultural¹¹⁵ - esses novos empreendimentos alavancassem a valorização da região e finalmente atraíssem investimentos e público.

Mas, ainda assim, os projetos implementados seguem não conseguindo atrair o mercado imobiliário para a região e o processo de popularização do centro não é revertido. Pelo contrário, pode-se dizer que teve seu auge com o início das ocupações de prédios vazios pelos movimentos de moradia, em 1997. Mesmo ano da formulação do Programa de Atuação em Cortiços - PAC pela

¹¹³ De acordo com Vainer (2000) o planejamento estratégico, além de promover a “cidade mercadoria”, estabelece quais estratégias ideológicas serão usadas para que as políticas necessárias sejam aceitas – e desejadas - por toda a população. FERREIRA, 2007, lembra os megaeventos esportivos como bons motes para tanto, além da instituição de “gestões participativas”, entre outros.

¹¹⁴ O texto de Souza, “Centro cindido e sociabilidade urbana a deriva: um roteiro trágico”, com apoio no livro de Frúgoli, 2000, estabelece um paralelo com o filme “Sábado” (1995) de Ugo Giorgetti, que tem o centro de São Paulo como cenário. A proposta é demonstrar exatamente como essas “estratégias ideológicas” ditam a “decadência” da região central e seu significado político e social. Ver: SOUZA, Nelson Rosário. Centro cindido e sociabilidade urbana a deriva: um roteiro trágico. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 14, p. 209-213, jun. 2000.

¹¹⁵ Kara-José, 2007 demonstra como intervenções que tem a cultura ou a arte como mote, são aparentemente envoltas em um caráter universalista, parte fundamental da construção dos consensos necessários para as ações empreendidas.

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU do governo do Estado.

Adentram-se os anos 2000 com a gestão de Marta Suplicy (2001-2004) assumindo a prefeitura paulistana e apresentando o projeto “Reconstruir o Centro”, em substituição ao projeto da gestão anterior.

Pode-se ressaltar entre outras, que a principal diferença entre os projetos é que este ampliava o foco de atuação, incluindo os bairros mais populares contíguos ao núcleo central (Sé-República). Essa ampliação foi criticada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Associação Viva Centro, que queriam foco nos investimentos para visibilizar as intervenções, atraindo assim, mais investimentos¹¹⁶.

Mas, há que se ressaltar que mesmo com a aceitação de muitas ingerências da Associação Viva Centro e BID¹¹⁷ e se utilizando do complicado discurso da diversidade¹¹⁸, a gestão Marta foi a que realizou as ações mais abrangentes para o Centro. Além de ter conseguido incluir diversas ações com o objetivo de inclusão social, demonstrando claramente a preocupação com o óbvio processo de gentrificação pelo qual passaria o centro com as intervenções propostas. Ênfase para os programas habitacionais voltados a famílias com renda de até 3 salários mínimos (Plano Morar no Centro, Plano Reconstruir o Centro e Ação Centro).

Também na gestão Marta, são incluídos pela primeira vez, no Plano Diretor aprovado em 2002, diretrizes e instrumentos específicos para os projetos de intervenção no centro, com destaque para a criação e demarcação das ZEIS -

¹¹⁶ De acordo com Helena Menna Barreto, coordenadora do Programa Morar no Centro na gestão Marta *apud* Arantes, 2008, o BID mede seu “sucesso” em intervenções por meio de indicadores de valorização imobiliária. Motivo que sem dúvida pode ser estendido também a Associação Viva o Centro, fazendo com que, junto com o BID, ambas partilhassem do mesmo discurso.

¹¹⁷ De acordo com Arantes, Clara Ant, administradora regional da Sé, presidente do Procentro e coordenadora do “Reconstruir o Centro”, mesmo tendo recuado da proposta original, aceitando certa focalização dos investimentos, foi demitida. É quando assume a urbanista Nádia Somekh, como presidente da Emurb (Empresa Municipal de Urbanização), esta coordena o desejado plano mais “focalizado”, na Sé/República. Ver mais em: ARANTES, 2008.

¹¹⁸ Que como uma navalha, pode servir de ambos os lados. “Ou seja, para quem entende que o Centro vai atrair moradores de renda média, a diversidade social é argumento para manter políticas de habitação social, para quem entende que o Centro é popular, é argumento para trazer as classes médias” (ARANTES, 2008:13).

Zonas Especiais de Interesse Social (áreas prioritárias para produção e regularização de HIS – Habitação de Interesse Social).

A demarcação da ZEI-3 foi paradigmática, pois foi feita em conjunto com assessorias e movimentos, a partir da localização de imóveis vazios no Centro, além de contar com um programa específico, o Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat - PRIH.

[...] a tônica para o centro desta época será dada por três focos: criação de uma política habitacional de interesse social no Centro, com reaproveitamento do estoque subutilizado; reabilitação urbana com recursos exógenos ao setor público municipal, seja advindos de financiamento externo ou de investimentos da iniciativa privada; e implantação de alguns instrumentos do Estatuto da Cidade (2001), constante nos Planos Diretor e Regionais Estratégicos (KARA-JOSÉ, 2010:38)

A partir de 2005, com a mudança de gestão na prefeitura, agora Serra-Kassab, a questão do foco nas intervenções volta a ser mencionada, mas com a diminuição de sua abrangência. Todas as alterações realizadas no projeto (leia-se cancelamento de quase todos os programas que tratavam de inclusão social, incluso os programas habitacionais), que teve financiamento do BID desde gestões anteriores, foram aceitas e incentivadas pelo Banco.

Vale citar também a exclusão de vários perímetros das ZEIS-3 do Plano Diretor, além do estabelecimento do aumento do teto de renda para Habitação de Interesse Social – HIS, de 6 para 12 salários mínimos. Além do cancelamento dos Decretos de Interesse Social para desapropriação visando reforma para habitação social, dos edifícios Prestes Maia e São Vito (ambos com projetos e linhas de financiamento prontos). A alegação por parte da nova gestão foi a inviabilidade econômica para projeto de HIS¹¹⁹.

¹¹⁹ A gestão Marta propôs algumas leis que facilitariam o pagamento de dívidas de proprietários de edifícios com potencial interesse social, por exemplo, a (Lei 13.259/02) que permitiria a “dação em pagamento” desses prédios para quitar dívidas com o município, aqueles com vocação residencial poderiam ser destinados diretamente à Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB). Já a Lei 13.736/04 permitiria a dispensa do pagamento das dívidas de IPTU para os proprietários que vendessem seus imóveis a entidades promotoras de HIS (COHAB, CDHU, CAIXA). Ambas as leis não foram usadas.

Como? Se for descontado o que os proprietários devem, o prédio sai muito barato, e o custo pode ser assumido por famílias de baixa renda. Mas a desapropriação, correndo na Décima Vara, continua. Para fazer o que, então, com esse prédio? Por último, somos surpreendidos com a notícia de que os proprietários foram contemplados pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), que perdoaria os juros de mora e a multa, reduzindo o valor total de sua dívida a menos de um terço do total e parcelando em longuíssimo prazo (SILVA, Helena Menna, 2008 *in* 1ª Jornada em defesa da Moradia Digna)¹²⁰

A atual gestão Serra-Kassab, desde o início de 2005, demonstra que possui objetivos e forma de atuação distintos da gestão anterior, reduzindo em muito o diálogo com os segmentos populares e organizados. Ela cortou canais de participação instituídos e vem realizando inúmeras e sistemáticas ações que têm como consequência o deslocamento e a expulsão da população mais vulnerável [...] A título de exemplo, nota-se que a atuação repressiva e violenta da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar ganhou muito mais peso dentro deste contexto, com o acirramento das tensões sociais na região e o aumento da violência institucional. Ações como as observadas no despejo da ocupação Plínio Ramos, na Operação Limpa no bairro da Luz e no Glicério, além dos espaços públicos em geral, como baixos de viadutos (construção de rampas e muros), praças, parques (gradeamento, cercamento e instalação de câmeras) e calçadas, têm afetado diretamente o cotidiano e a sobrevivência dos grupos mais vulneráveis, como catadores e catadoras de materiais recicláveis, a população de rua, crianças e adolescentes em risco, moradores e moradoras de cortiços e habitações precárias, trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, além de profissionais do sexo, gays, lésbicas, entre outros e outras. (FCV, 2006:3)

Outras ações previstas na gestão anterior, como melhoria do transporte público e programas de assistência social também foram cortados. O discurso da inclusão social é abandonado e substituído pela ideia de renovação, simbolizada na região da Santa Ifigênia, onde construiu-se (ideologicamente) sua degradação e com o auxílio da grande mídia foi nomeada Cracolândia.

¹²⁰ Este trecho consta da seguinte publicação e trata-se da fala de Helena Menna Barreto Silva, Urbanista, membro do LabHab – Laboratório de Habitação da FAU-USP, em uma das mesas do evento: “A jornada e a continuidade dos programas habitacionais no Centro”. São Paulo (SP) Defensoria Pública do Estado de São Paulo. I Jornada em Defesa da Moradia Digna / Defensoria Pública do Estado de São Paulo. – 1. ed. – São Paulo: Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2008.

Nasce assim o “Projeto Nova Luz¹²¹”, como carro chefe do programa “Ação Centro”, com investimentos do BID e das esferas estadual e municipal.

Inicia-se uma intervenção militarizada¹²² e inconstitucional¹²³, o discurso de degradação da região da Luz, pretende justificar a demolição dos primeiros dez quarteirões na área. A prefeitura institui em 2005 a Operação Limpa, ação de uma semana com a presença de 200 policiais, sob a qual foram efetuadas prisões, centenas de pessoas revistadas e o fechamento de hotéis e albergues.

As intervenções urbanas passam agora a usar da justificativa da “transformação necessária”, uma vez que o mote da cultura não estava surtindo o efeito esperado.

É neste bojo que ‘nasce’ a “Cracolândia”, como problema recém descoberto e novo mote para apropriação da área, é o auge de uma política claramente de extermínio¹²⁴, operada pela iniciativa privada com aval e indução do poder público.

A chamada Cracolândia torna-se a justificativa a ser consentida pelo resto da sociedade, como se esta degradasse o Centro, mais uma vez há uma relação de efeito de não de causa. Afinal todo o processo de degradação da região foi construído pela própria política urbana adotada, tendo como auge as demolições iniciadas em 2007¹²⁵.

¹²¹ Frúgoli, 2000: 109 demonstra que desde a década de 1980 a região concentra os interesses de um mesmo grupo político, hoje agrupado em torno do PSDB e da Associação Viva o Centro. Na época o projeto em andamento era o Luz Cultural, gestão de Franco Montoro. Sobre intervenções recentes ver: RIZEK, C. S. Intervenções Urbanas Recentes na Cidade de São Paulo. In: Robert Cabanes; Isabel Georges; Cibele Saliba Rizek; Vera da Silva Telles. (Org.). Saídas de Emergência - ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, v. 1, p. 339-358.

¹²² Sobre o processo de militarização pelo qual a cidade de São Paulo vem passando ver: HIRATA, Daniel. A produção das cidades securitárias: polícia e política. In: Le Monde Diplomatique Brasil, 07 de março de 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1123>. Acessado em 14/03/2012.

¹²³ Aqui a alusão é à revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo realizada pela gestão municipal Serra/ Kassab, que tem sofrido diversas ações judiciais alegando sua inconstitucionalidade. A decisão foi tomada pelo juiz Marcos de Lima Porta, da 5ª Vara da Fazenda Pública, que julgou a ação civil pública de 2 de abril de 2008, movida pelo Instituto Polis e pela União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior.

¹²⁴ Que se traduziria na ação policial efetivada na Luz sobre uma população altamente vulnerável, seja nas prisões e ações violentas sobre os usuários de crack, seja nos despejos das ocupações.

¹²⁵ Há três exemplos bastante significativos sobre a construção pública dessa degradação, a demolição do prédio da antiga rodoviária de São Paulo, o fechamento do Polo Fashion Luz e a desapropriação de imóveis na Rua dos Gusmões (centro da “Cracolândia”), todos em 2007 e

Casos como o da chamada Cracolândia, fazem uma ligação da criminalização da pobreza (moradores de cortiços, moradores em situação de rua, catadores) com o discurso da marginalidade (tráfico e uso de drogas), homogeneizando ambas para a construção ideológica da justificativa não só da intervenção urbana no local, mas da legitimação da utilização da força policial¹²⁶.

São Paulo entra definitivamente para o mercado global das grandes intervenções, referências internacionais de projeto são utilizadas e arquitetos de renome¹²⁷ internacional contratados, denotando a mesma linha das mega intervenções urbanas pelo mundo, em eventos esportivos, culturais etc.

De acordo com Kazuo Nakano:

Esse tipo de projeto viaja o mundo inteiro por parte de grupos interessados em fazer essa articulação entre o dinheiro que está sobrando nos bancos e nas bolsas de valores e que vai ser aplicado no espaço urbano, em empreendimentos imobiliários. Não é um modelo urbanístico, é um modelo de negócio financeiro, fundiário e imobiliário (NAKANO, 2011 *in* Brasil de Fato)¹²⁸.

E neste negócio o que tem sobrado para o poder público é mais do que atuar como um facilitador, com isenções de impostos, incentivos fiscais e demolições de quadras inteiras, mas retirar o que atrapalha do caminho, invisibilizando os reflexos de sua pobreza (afinal São Paulo não seria uma cidade global?), por meio do uso da força policial para expulsar a população pobre, os mendigos etc.

todos sem uso até o momento. Assim, as imagens que se tem da região são de terrenos repletos de entulhos, que aparentam ruínas urbanas. Daí parte-se para a construção da justificativa da intervenção, a qualquer custo.

¹²⁶ O enorme fracasso da operação foi alardeado inclusive pela grande mídia que não pôde deixar passar despercebida, nem a entrada de mais de 200 policiais armados em uma área repleta de 'nóias', em sua maioria extremamente empobrecidos e desarmados, nem as pífias apreensões de pedras de crack e prisões por tráfico em um ano de "Operação Limpa". Bem como tem sido veiculadas notícias sobre a mudança dos usuários de crack para regiões próximas, denunciando o óbvio, "cracolândia" não é um lugar.

¹²⁷ Para o projeto do centro cultural da Nova Luz (que terá três teatros, biblioteca e restaurante), foi contratado o escritório suíço Herzog & de Meuron.

¹²⁸ Trata-se de uma entrevista de Kazuo Nakano para o jornal Brasil de Fato, há versão impressa: novembro de 2011, ano 9, n. 453, mas o trecho da citação está apenas na versão *on line*, disponível em: (<http://www.brasildefato.com.br/novaluz/noticia/sob-controle-privado>). Acessado em 15/02/2012. Nakano baseia suas referências em Lefebvre e David Harvey, "que apontam que o excedente de recursos econômicos de setores produtivos da economia são aplicados em negócios imobiliários, em negócios fundiários, aproveitando a renda fundiária, a renda da terra urbana".

No bojo das intervenções de requalificação/ disputa pelo Centro, um fato marcante foi o processo de desapropriação e posterior demolição do edifício São Vito. Trata-se de um dos mais emblemáticos casos de como a política de intervenções urbanas no Centro vem tratando a questão da moradia.

São Vito

Construído na década de 50, o famoso “treme-treme”, contemporâneo do edifício Montreal de Oscar Niemeyer, por exemplo, são/ eram parte de um importante cenário urbano e arquitetônico da época. Eram imóveis com apartamentos de um dormitório.

O São Vito, até sua desapropriação, abrigava basicamente famílias pobres: alguns proprietários e muitos inquilinos. Em 2004 o edifício foi desocupado pela administração municipal Marta Suplicy, para reforma, com a promessa de retorno dos moradores. Tratava-se do Programa Morar no Centro.

Mas, com a mudança política da nova administração, em pouco tempo as bolsas aluguel oferecidas aos antigos moradores, para que esperassem a reforma, foram cortadas e decidiu-se pela implosão do edifício para a construção de uma praça, um centro gastronômico e estacionamento. O terreno dará lugar a um parque de 5.400 m² que fará a ligação do Mercado Municipal com o Palácio das Indústrias.

Após o corte das bolsas aluguel das famílias que aguardavam a reforma do edifício, muitas delas voltaram a ocupar o prédio, agora articuladas com os movimentos de moradia, como forma de cobrar as promessas feitas pela gestão municipal anterior. Mas, sob forte ação e repressão policial, a desocupação do edifício aconteceu no início do ano de 2009 e a implosão foi iniciada em outubro de 2010, “tijolo a tijolo” e terminou em abril de 2011.

A implosão do edifício Mercúrio colado ao São Vito também fez parte das ações, assim como a demolição do Viaduto Diário Popular também fará.

Além da destruição de um patrimônio arquitetônico, do mau uso do dinheiro público, de colocar abaixo a possibilidade de moradia em 624 apartamentos (estima-se que lá circulavam mais de 3 mil pessoas), o São Vito tornou-se um marco na disputa pelo centro. A batalha judicial, com uma série de suspensões da demolição, foi intensa, sob a alegação da inconstitucionalidade, afinal o edifício ficava em ZEIS, com força de lei no PD¹²⁹.

Há também a dimensão simbólica dessa demolição, que apagou da memória de São Paulo a história de mais de 3 mil pessoas.

1.5 Nova Luz¹³⁰, lei da concessão urbanística e seu perigoso precedente

“Tornar realidade o antigo sonho paulistano de resgatar o charme e o vigor socioeconômico de outros tempos” ou “o maior projeto de reconstrução urbanística do mundo”, são algumas das frases que se encontram no sítio da prefeitura na internet para se referir ao Projeto Nova Luz. A primeira faz parte das ideias presentes nas intervenções urbanas a partir da década de 1990, que como visto pautavam ações que buscavam a re-apropriação do centro (seja simbólico, seja pela possibilidade dos ganhos fundiários e imobiliários) pelas classes dominantes. Já a segunda marca o ingresso da cidade de São Paulo no mercado mundial das intervenções urbanas, abrindo a cidade para o capital financeiro e imobiliário.

Por meio de discursos como esses, em 2005 foi apresentado à população o Projeto Nova Luz, que basicamente entrega para uma empresa privada a transformação de parte da região central, outorgando-lhe a possibilidade de

¹²⁹ A aprovação da região como Zona Especial de Interesse Social e o fomento à habitação popular fez parte do Plano diretor Municipal da cidade, aprovado pela Câmara Municipal na gestão Marta Suplicy, com amplo apoio de setores populares. A revisão desse Plano Diretor pela atual administração (Serra/ Kassab) para que se alterasse a legislação específica para esta região foi inconstitucional e gerou uma série de batalhas judiciais entre movimentos de moradia e Estado. Aqui vale lembrar também os estudos de viabilidade realizados pela FAU USP para a reabilitação do edifício.

¹³⁰ A questão da nomeação e ideologia aparece novamente, Luz, Nova Luz, Santa Ifigênia e Cracolândia, além de toda a simbologia da substituição dos nomes tradicionais dos lugares por aqueles que atribuem os valores que se pretende para o momento, essas nomeações geram, não a toa, uma confusão sobre a localização desses lugares.

fazer desapropriações (incluam-se inúmeras demolições – 33% do espaço) e vender os terrenos com lucro.

Serão aproximadamente 500 mil metros quadrados de intervenção, 45 quarteirões, entre as avenidas Ipiranga, São João, Duque de Caxias, Rua Mauá e Avenida Cásper Líbero, mais duas praças na região da Luz e Santa Ifigênia.

FIGURA 7: PERÍMETRO DA INTERVENÇÃO DO PROJETO NOVA LUZ

Fonte: Elaboração própria sobre mapa do Google.

FIGURA 8: MAQUETE OFICIAL DO PROJETO NOVA LUZ. TRANSPARENTES: PRÉDIOS A SEREM DEMOLIDOS
 FONTE: <http://pluralmente.wordpress.com/2012/01/09/uma-nova-luz-sob-gentrificacao/>

A previsão para início das obras é 2012, dividida em 5 etapas , num total de 15 anos e o custo estimado é de um bilhão de reais (750 milhões com desapropriações e R\$ 255 milhões para infraestrutura) ¹³¹, mais as demolições que já começaram.

Neste sentido a maquete da foto acima é bastante significativa, os prédios marcados para demolição são transparentes e simbolizam 33% da área que deverá sumir, se invisibilizar junto com a sua história ¹³².

Estão previstas a construção de centros culturais, ampliação de áreas verdes e de lazer, atração de indústrias de tecnologia de informação e reforma de prédios históricos.

O projeto Nova Luz se caracteriza pela fragmentação e pelas mega obras de funções rígidas, os incentivos ao mercado imobiliário são escandalosos e incluíram redução de IPTU, ISS e outros.

¹³¹ Um terço desse valor deverá ser financiado pela Prefeitura.

¹³² Vários coletivos de arte têm atuado na região central como forma de chamar atenção para as intervenções urbanas que vem sendo realizadas. No caso das demolições que ainda estão previstas para acontecer, o coletivo “matilha cultural” coloriu as ruas da Santa Ifigênia com lambe-lambe, marcando cada imóvel que seria demolido e dentro de que prazo: 5, 10, 15 anos, de acordo com o Projeto Nova Luz. Outros coletivos com atuação no Centro: garapa: <http://garapa.org/>, mapa xilográfico: <http://www.mapaxilografico.tk/> e DAR – desentorpecendo a razão: <http://coletivodar.org/>. Acessados durante todo período da pesquisa.

O Projeto tem sido alvo de críticas desde o início de sua apresentação (sem contar que o prefeito e mais 24 vereadores chegaram a ser cassados por receber dinheiro do setor imobiliário¹³³), mas o auge dos problemas viria em 2009 com a aprovação da lei da concessão urbanística.

A concessão urbanística já constava na Lei do Plano Diretor Estratégico da Cidade de 2002 e previa que a Prefeitura pudesse delegar a uma empresa privada, ou consórcios (mediante licitação ou concorrência) a execução de obras urbanas¹³⁴.

A diferença é que a partir da lei aprovada em 2009, que trata da concessão urbanística para utilização no Projeto Nova Luz, liberaram-se as desapropriações sob a responsabilidade da empresa concessionária.

Chama a atenção nessa terceirização de desapropriações a forma jurídica com que esta foi respaldada, pois a empresa vencedora da “Concessão Urbanística” passa a ser regulada pelas mesmas leis que as empresas concessionárias de serviços, como transportes, comunicação, água ou luz, o que significa que esta poderá estar autorizada também à cobrança de tarifas, diretamente do usuário¹³⁵.

¹³³ A relação entre o mercado imobiliário e a Prefeitura de São Paulo não se dá por acaso. Em novembro de 2010, o juiz Aloísio Sérgio Rezende Silveira, da 1.ª Zona Eleitoral de São Paulo, condenou a Associação Imobiliária Brasileira (AIB) a pagar R\$ 30,8 milhões por ter feito doações ilegais a vereadores e ao prefeito Gilberto Kassab durante a campanha de 2008. A ação foi proposta pelo promotor eleitoral Maurício Antônio Ribeiro Lopes, que sustentava que a AIB servia como “fachada” do Secovi (sindicato que representa o setor imobiliário). A lei 9.504/97 veta candidatos e partidos de receberem, direta ou indiretamente, recursos provenientes de entidades de classe ou sindicais. Kassab e 24 vereadores chegaram a ter seus mandatos cassados, mas todas as sentenças foram anuladas pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

¹³⁴ O projeto foi desenvolvido por um consórcio eleito por meio de licitação em maio de 2010 e formado pelas empresas Concremat Engenharia, Cia.City, Aecom Technology Corporation e Fundação Getúlio Vargas (FGV). O consórcio foi responsável, entre outros, pelo plano de reurbanização destinado a recepcionar as Olimpíadas de Londres, em 2012, e a requalificação da região central de Manchester, ambos na Inglaterra.

¹³⁵ Há aqui um malabarismo jurídico considerável. Para que uma empresa privada pudesse fazer as desapropriações pretendidas, foi-lhe outorgada, por meio do mesmo regime jurídico das concessões comuns (concessionárias de água, luz) a autorização do poder público. Este respaldo encontra-se na Lei Federal de nº 8.987, de 13-2-1995 com as complementações previstas na Lei Municipal nº 14.517, de 16-10-2007 e na Lei Federal nº 11.079, de 30-12-2004 (art. 4º). Desta maneira, ficou estabelecida a base legal para as desapropriações, com referência direta ao art. 3º do Decreto-lei nº 3.365/41, “Art. 3º Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriação mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato”.

Imbróglios jurídicos a parte, fato é que com esta concessão o município conferiu direitos a particulares de promover uma reurbanização que pressupõe desapropriações, que as expensas da concessionária, poderão ser ressarcidas com revenda de novas unidades advindas dessa reurbanização (some-se a realização de lucro).

Logo, a empresa privada, travestida de concessionária pública, por uma manobra jurídica, realiza a especulação imobiliária que a prefeitura enquanto figura do poder público não pode fazer. É a permissão de atividade lucrativa, possivelmente por meio da revenda de unidades previstas nas obras de revitalização, é a especulação imobiliária como estrutura da política urbana.

A Prefeitura inventou essa tal de concessão urbanística em que não tem que pagar pelas desapropriações - nomeia um concessionário que desapropria e paga ao proprietário. Em troca ele fica com uma parte considerável daquilo que ele desapropriou para explorar em regime de monopólio todo o empreendimento imobiliário dos 45 quarteirões. Ninguém mais pode entrar naquele trecho, que vira uma espécie de feudo do concessionário. Não sei por que razão outras incorporadoras, outras empresas do setor imobiliário não reclamaram até agora. A não ser que estejam dentro desse consórcio que vai tocar as obras. Se esse projeto não for barrado pela Justiça, amanhã você vai ter Nova Jaraguá, Nova Bixiga, Nova Liberdade, Nova São João, e assim por diante. Dentro desse quadro, a cobrança de tributos, principalmente pela forma tão exacerbada como vem cobrando o município de São Paulo, deixa de ter sentido. Para que cobrar tributos se eu posso reurbanizar a cidade inteira sem gastar nada? (HARADA, Kiyoshi¹³⁶, 2011 *in* Brasil de Fato)

A partir da aprovação da Lei da Concessão Urbanística, uma série de atores que já havia se posicionado contra inúmeros pontos do Projeto, passa agora a se unir na oposição às demolições liberadas para a empresa concessionária. A Associação Amo a Luz (Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz), Câmara de Dirigentes Lojistas da Santa Ifigênia e movimentos de

¹³⁶ Advogado responsável pelo pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade que suspendeu as todas as ações em curso relacionadas ao Projeto Nova Luz. Harada representa o Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos ,

moradia são alguns Dos atores, que mesmo com interesses e motivos diversos passam a se unir na oposição¹³⁷.

A pauta comum escolhida foi basicamente a falta de participação (e também sua funcionalização)¹³⁸ da sociedade civil em geral na elaboração do Projeto. Mas, os argumentos contra o projeto são inúmeros e vão desde problemas na inserção efetiva da participação popular até o fato de não constar no projeto uma linha sequer sobre os usuários de crack, questões de saúde e moradores em situação de rua.

Em relação a habitação, a proposta do Projeto Nova Luz é atrair novos moradores (que deverão crescer dos atuais 11,6 mil para 23,6 mil)¹³⁹ e aqui demarca-se mais um dos grandes embates acerca desse Projeto. Os atuais moradores da região, não foram notificados sobre quais imóveis serão atingidos. Sabe-se apenas que das unidades habitacionais propostas para acomodar o incremento populacional esperado, pouco mais de 2.000 unidades habitacionais serão em ZEIs.

Essas ZEIs fazem parte do PDE do município desde 2002 e encontram-se em 11 das 45 quadras da intervenção. Pelo PDE cada ZEI deveria ter um Conselho Gestor, que participaria do Plano de Urbanização da área e de sua implementação. A criação do Conselho Gestor se deu já no final do processo e ainda assim a participação dos movimentos de moradia, por exemplo, teve que ser negociada. De acordo com o representante dos movimentos de moradia no Conselho, a principal tarefa do Conselho Gestor, será garantir o atendimento habitacional às famílias de baixa renda que hoje estão na região. Mais uma vez a questão da participação é minimizada.

¹³⁷ A Associação Amo a Luz, uma das principais articuladoras da oposição ao projeto anuncia que Estão sob ameaça de despejo 15 mil famílias que moram na região e 18 mil empresas que juntas empregam mais de 60 mil pessoas.

¹³⁸ Em 11 de agosto, a Prefeitura de São Paulo realizou um grande evento para apresentar a versão "consolidada" do projeto Nova Luz, que propõe a requalificação do centro da capital paulista. Assim como em todo o processo de elaboração do projeto, moradores e comerciantes se mostraram insatisfeitos com os resultados. Eles denunciam que a Prefeitura não incorporou à versão final uma série de recomendações feitas pelo Conselho Gestor da Zona Especial de Interesse Social (Zeis), como políticas sociais e de saúde para os dependentes químicos que vivem na região.

¹³⁹ De acordo com projeção da FGV, como consta no projeto Nova Luz, disponível no sítio da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Esta questão é tratada em um dos relatórios do Projeto: “Estudos de Viabilidade Econômica, Mercadológica e de Situação Fundiária – Consolidados” divulgados pela Prefeitura. O relatório indica que a “valorização” que ocorrerá na região depois da requalificação “delimita o público que terá condições de adquirir esses imóveis”.

Segundo o documento, os imóveis mais baratos e destinados para famílias de baixa renda, classificados como Habitação de Interesse Social (HIS), de 42 m², serão acessíveis para famílias com renda mensal superior a 6 salários mínimos e custarão R\$ 120 mil. Já os imóveis de 50 m² serão acessíveis para famílias com renda mensal superior a 10 salários mínimos ao preço de R\$ 143 mil.

O relatório cita ainda que, “para alojar famílias de menor poder aquisitivo nessas áreas, necessariamente haverá a necessidade de transferências, que podem vir na forma de subsídio público”. Nesse sentido, o governo estuda que os imóveis sejam comercializados via Caixa Econômica Federal, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida.

O relatório mostra ainda:

Esses valores estão próximos dos praticados nos mercados da Bela Vista e de Santa Cecília [bairros da região central] nos últimos dez anos: respectivamente R\$ 277 mil e R\$ 230 mil por imóvel. Isso indica que as áreas e os valores são condizentes com o mercado paulistano que passará a contar com uma nova área de empreendimentos residenciais.

Esse estudo estima ainda que o concessionário vai pagar, no máximo, mil reais pelo metro quadrado de cada imóvel desapropriado e poderá revender por cerca de onze mil reais o metro quadrado e, ainda assim, executarão as obras com mais de R\$500 milhões de dinheiro público obtidos com a prefeitura por meio de incentivos fiscais¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Tabelas de lucros e demolição:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/no_vluz/201108_EVEMSF.pdf. Acessada em 15/04/2012.

FIGURA 9: MAPA DAS SUBPREFEITURAS ADMINISTRADAS POR MILITARES

Fonte: Elaboração própria sobre mapa da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP.

As intervenções no Centro ao longo do tempo não conseguiram tornar efetivo um processo de gentrificação, neste sentido a ideia de se trazer de volta o “glamour” da região por meio da atração/ retorno das camadas de mais alta renda parece não ter previsão para se concretizar. Assim, os projetos de intervenção se utilizaram de ferramentas diferentes ao longo do tempo, do embelezamento, aos equipamentos culturais, o que vemos hoje é o uso explícito da força, em ações militarizadas e altamente invasivas, como as demolições de quadras inteiras.

Para o que parece ter chegado ao limite, segue o mapa das subprefeituras de São Paulo. Nada menos que 21 subprefeitos são coronéis da polícia militar, o que torna evidente a situação de administração que se encontra a cidade, loteada para a especulação imobiliária e militarizada.

Capítulo 2:

Os Atores e suas práticas

FIGURA 10. FAMÍLIA NO EDIFÍCIO PRESTES MAIA, OCUPAÇÃO DE 2010.

Capítulo 2: Os Atores e suas práticas

Como brevemente explorado no capítulo 1, há uma somatória de fatores que direcionou os olhares – e ações – para o Centro da cidade a partir da década de 1990. O cenário configurado contrapôs, de um lado a patente visibilidade de uma população empobrecida e organizada em torno dos movimentos de moradia, (que passa a entender a região central como espaço de luta e reivindicações) e de outro, uma parcela da população que passa a ver - e construir - esse mesmo centro como espaço em degradação e abandono (justificando as mais diversas intervenções).

Dessa forma, diferentes atores constroem o Centro como local prioritário de ações (recursos, programas, disputas). Edificadas sobre um mesmo palco e com aparente semelhança, os discursos elaborados têm chaves distintas.

O protagonismo desses discursos também se encontra diluído e por vezes sua distinção não é simples. A questão do participativismo cabe como luva para agravar esse embaralhamento.

Nesse sentido as operações realizadas no Centro são emblemáticas das ações práticas, passando pelas ONG's, pelo Banco Mundial, e chegando aos movimentos, a participação é ferrenhamente defendida como pauta comum.

Essa ode participativa, somada à indistinção de discursos faz parte de um contexto de encolhimento da esfera política, que como observa Paulo Arantes, nunca esteve tão cheia e ao mesmo tempo tão vazia¹⁴¹. Dessa forma, os interesses por trás das ações são escamoteados e aparentemente desenha-se um lugar do não-conflito¹⁴².

¹⁴¹ A citação é feita por MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. In: Carta Maior, 27/11/2007. Algumas reflexões sobre os movimentos sociais urbanos por ocasião da realização da 3ª Conferência Nacional das Cidades, que aconteceu em 29 de novembro, em Brasília. Ver também: RIZEK, A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007 e LOPES, João Marcos e KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: SILACC 2010 – Simpósio Ibero-Americano Cidade e Cultura 03: novas espacialidades e territorialidades urbanas. São Carlos/SP.

¹⁴² Ver também: PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVERIA, Francisco e RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). A Era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007.

Em diversos momentos, a evidente disputa pelo Centro parece ficar difusa, a criação de novas formas de negociação como a ‘mediação de conflitos’ contribui fortemente para isso. Oliveira, 2001, acredita que exista um:

[...] novo clima, um novo ambiente, formado em parte por antigos e em parte pelos novos atores... [a sociedade], sua estrutura não mudou tão radicalmente assim. O que mudou muito foi a forma de sua visibilidade, ou a visibilidade dos problemas e a maneira da sociedade encará-los (OLIVEIRA, 2001).

São formas de relação entre os agentes e novas modalidades de negociação que alteram os lugares de aproximações e rupturas, reconfigurando os campos de conflito – ou de visibilidade desse conflito.

De uns tempos para cá, autoridades governamentais desandaram a gesticular e arengar como se fossem militantes de uma ONG, de todas as ONGs, misteriosamente eleitos pela mão invisível do destino para advogar a boa causa da sociedade, ocupando, porém, graças sabe-se lá a que, manobras astuciosas da razão, postos-chave no aparelho do Estado, sobretudo os diretamente concernidos por uma entelêquia cívica denominada “o social”... também as empresas, por uma espécie de esquizofrenia programada, principiaram a se comportar em público como se fossem de verdade organizações não lucrativas! No fundo, se ainda distribuem dividendos para seus acionistas, é por mera e incontrolável decorrência técnica de sua maior eficácia no uso de bens escassos. Em primeiro lugar viriam os incontornáveis direitos de cidadania – como seria de esperar dessas verdadeiras centrais de recursos à disposição da sociedade (ARANTES, Paulo, 2000).¹⁴³

Os atores envolvidos na disputa pela região central são muitos e não é objetivo elencá-los ou esgotar sua análise aqui¹⁴⁴. Deter-nos-emos naqueles que fizeram parte da pesquisa de campo, daqueles que são acionados nas

¹⁴³ Ver: Paulo Arantes, “Esquerda e direita no espelho das ONGs”, publicado pela Associação Brasileira de ONGs – ABONG, nos Cadernos Abong nº 27, de maio de 2000, “ONGs – identidade e desafios atuais”

¹⁴⁴ Para citar alguns: São além dos movimentos (FLM), Assessorias Técnicas (Casa Assessoria Técnica, Integra Cooperativa), ONG’s (Centro Gaspar Garcia de direitos Humanos Instituto Polis), parlamentares, Estado, ONG’s nacionais, ONG’s internacionais, Movimentos diversos (populares, de média e alta renda), Setor imobiliário e Bancos.

situações de visibilidade, ato de ocupação, protestos, negociações. Lugares de aproximação e ruptura

Assim, este capítulo será iniciado com a apresentação de um dos momentos flagrantes da construção de consensos acerca dos projetos para o centro da cidade. Trata-se de um seminário realizado em 2008 sobre as atuais intervenções no Centro de São Paulo, desde os Programas Municipais de Reabilitação da Área Central, financiados pelo BID a partir de 2004, até o Projeto Nós do Centro, financiado pela União Europeia desde 2006.

Esse evento acabou se tornando paradigmático por, dentro do período da pesquisa, ter sido um dos únicos fóruns a reunir uma grande gama de atores, evidenciando, além da formação de consensos, processos de negociação e novas formas de mediação. Fóruns como esses possibilitam entrever em quais momentos se cruzam e se afastam os diversos atores, bem como quando seus discursos se sobrepõem¹⁴⁵, inclusive até o ponto de parecerem dizer a mesma coisa.

O papel dos ‘facilitadores de negociação’ e ‘mediadores de conflitos’ são uma das novidades largamente difundidas atualmente. Essas figuras se fizeram presentes nesse seminário, que contou também com a utilização de um novo vocabulário – incorporado por praticamente todos os atores - que gera “clientes” e categoriza “públicos-alvo”, como será visto a seguir.

¹⁴⁵ Aqui vale o destaque para a sobreposição de papéis distintos em um mesmo ator, em suas inúmeras e cada vez maiores formas de participação institucionalizada. Como exemplo, uma das entrevistadas trabalhou nos Escritórios de Inclusão Social, do centro da cidade, mantidos por ONG’s internacionais, como Conselheira de Habitação, coordenadora de movimento e secretária de deputados. São diversas situações semelhantes, onde interesses distintos parecem se colocar em uma mesma pessoa.

2.1 Apresentação dos atores. Seminário: “Contexto atual e participação social”, SP, 2008.

Inicialmente é importante que se leve em consideração o fomento e a produção de Seminários como esse, por parte da iniciativa privada em alianças com ONG's¹⁴⁶. A própria composição das mesas no Seminário, com participação de inúmeras entidades não governamentais, grupos de empresários, Bancos, representantes de movimentos de moradia e pouca representação do poder público é uma mostra da trama de interesses, de acordos e dos conflitos que vêm acontecendo nessa região.

Uma das propostas do Seminário foi discutir as possibilidades de “ampliação do controle social em políticas públicas locais”¹⁴⁷, mas o objetivo principal foi discutir o contexto atual do centro da cidade a partir da visão de diversos atores.

O papel do “diálogo” entre os diversos setores foi mediado por umas das ONG's organizadoras do evento, aqui denominada de ONG FAPS, na figura de uma “administradora pública especializada em mediação”.

O seminário contou com representantes de diversas Assessorias em políticas sociais, ONG's internacionais, representantes do Movimento Nossa São Paulo, diretores de projetos da Empresa Municipal de Urbanização da Prefeitura Municipal de São Paulo - EMURB, representantes do Sindicato da Habitação - Secovi (maior sindicato do setor imobiliário da América Latina), da Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo - HABI/ SEHAB, do projeto Nós do Centro¹⁴⁸, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, lideranças da União dos Movimentos de Moradia, além de representantes do Fórum Centro Vivo

¹⁴⁶ Faziam parte da organização do evento ONG's que atuam em âmbito nacional e internacional, desde “Formação e Assessoria em Políticas Sociais” até “combate à pobreza no mundo”.

¹⁴⁷ Questão bastante discutida ultimamente e que faz uso do discurso da técnica, que envolto em uma aura de neutralidade, justifica “possibilidades e impossibilidades”.

¹⁴⁸ O objetivo do projeto “Nós do Centro” é “contribuir para a redução da “vulnerabilidade” dos moradores da região central da cidade” e “melhorar a qualidade de vida da população, por meio de orientação e capacitação profissional”. A meta é “alcançar 10.500 famílias moradoras no Centro da cidade de São Paulo”.

(fundado em 2000 a partir do encontro “Movimentos populares e Universidade”) e do Laboratório de Habitação da USP.

Abaixo segue um breve relato do Seminário, com foco nos objetivos da apresentação feita por cada um dos atores.

Emurb:

A apresentação da EMURB fez um resgate de alguns dos projetos de intervenção urbana efetivados no Centro¹⁴⁹, apresentou o Projeto Nova Luz e mostrou uma série de imagens da revitalização de prédios e calçamentos. Não se falou em programas de inclusão social, nem de moradia. A representante da EMURB foi questionada por um membro do Movimento Nacional dos Catadores, que da plateia falou sobre a apreensão das carroças dos catadores como parte de um processo de banimento dessa população do Centro. A resposta desviou o foco quando a representante da EMURB enalteceu o “papel social” dos catadores do Centro e lembrou à mediadora da mesa sobre a inexistência de um espaço para esse tipo de debate.

Habi:

Boa parte da apresentação da HABI tratou de justificar a descontinuidade dos programas habitacionais vindos da gestão anterior, Marta Suplicy. Para tanto, foram atribuídos a esta ‘falta de técnica e má gestão’. Sobre o Programa de Locação Social e Bolsa Aluguel, ambos também da gestão anterior, foi dito que estes não serão ampliados, apenas mantidos, pois têm ‘sérios problemas de concepção’, sem que se dissesse quais. Houve questionamento, por parte dos movimentos de moradia presentes, sobre o Edifício São Vito e a resposta foi rápida e enfática: “este não será objeto de uso residencial social, porque seria “economicamente inviável”. Nesse momento houve mais uma vez reclamação por parte dos movimentos presentes acerca da não abertura para o debate. A mediadora também mais uma vez sugeriu que apenas ao final de todas as apresentações houvesse espaço para perguntas. Foi lembrado o programa Procentro, ressaltando principalmente os problemas atribuídos à gestão petista de Marta Suplicy. Neste sentido houve insistência na fala sobre que não há falta de recursos, mas falta de continuidade e preparação técnica.

Ong’s:

Nas falas das entidades que têm algum tipo de programa de inclusão social no Centro, houve farta utilização de um novo vocabulário referente à gestão da pobreza, como “reabilitar o público vulnerável” (“público- alvo” ou ‘prioritário’ também foram termos utilizados), “capacitar jovens de acordo com a demanda do mercado de trabalho” para “incluir-los e encaminhá-los”. Nesse momento há novamente uma interrupção da fala por

¹⁴⁹ Disponíveis em: <http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/projetos>, acessado em 10 de outubro de 2008.

uma liderança do Movimento Nacional da População de Rua, que aponta as seguintes questões: “O Projeto Nós é um projeto de expulsão do Centro e esses escritórios de inclusão e incentivo à diversidade são lugares de cooptação de uma população fragilizada”. Como ainda não havia sido aberto espaço para o debate, o Instituto organizador do evento fez a mediação, pedindo que se aguardasse o momento para debates, o que não impediu que o representante seguisse, da plateia, com a crítica aos Escritórios de Inclusão Social do Projeto Nós do Centro, dizendo que “o Movimento não os aceita, nem as chamadas “oficinas de inserção produtiva”, pois estes servem apenas para atrair a população mais pobre e depois expulsá-la”.

Na fala do representante do Centro Gaspar Garcia, foram colocadas informações que entraram em conflito direto com o que havia sido dito pelos representantes da prefeitura. Foi lembrado o alto número de ações de despejos na área central. Falou-se também da criminalização dos movimentos populares e da enorme quantidade de conflitos no Centro não noticiada. Este representante foi categórico ao dizer que, **“mesmo que se façam encontros como este e que se venda uma imagem de consenso, este não existe”**. Para este representante há um problema de fundo que nunca é discutido e no lugar, discutem-se programas setoriais que jamais resolverão os problemas que se mostram no centro da cidade. O representante do Centro Gaspar Garcia diz ainda que há uma excessiva institucionalização e mercantilização com esses programas. Para ele há um limite institucional que nunca vai “conseguir formar uma única peça”.

Logo em seguida foi a vez de um representante do BID falar. Este apresentou uma série de slides; no intuito de que todos entendessem a atuação do banco, foram “didaticamente” mostrados níveis de investimento, taxas cambiais etc.

Um dos “agentes internacionais” (representante de uma das ONG’s organizadoras) - que ficaram conhecidos como “os de gravata” pelos Movimentos presentes - faz uma fala colocando questões como: necessidade de parcerias, desperdício de recursos, necessidade de “harmonização” entre os envolvidos, programas de “gestão” desses “problemas”, uso de “indicadores precisos” e financiamentos vinculados a “resultados”.

Logo após falou o coordenador nacional da União dos Movimentos de Moradia, que fez um histórico sobre o fechamento dos canais de participação popular na gestão Serra/ Kassab e lembrou a atração dos movimentos de moradia para o centro da cidade.

Já a fala dos representantes do LABHAB buscou recolocar as questões apresentadas, ampliando seu contexto e apresentando críticas a partir de um histórico do Estado patrimonialista brasileiro, demonstrando que o uso da violência permeia diversas ações e estas não necessariamente precisam ser explícitas. É lembrado ainda que estas ações existem, por

exemplo, nos casos de reintegração de posse e perpassam diversas ações de uma “elite que continua dominando o controle da terra”.

A próxima apresentação é de uma das ONG's organizadoras do evento, que faz longa apresentação sobre um relatório realizado pela mesma, de monitoramento de políticas para o Centro. Sempre ilustrada com muitos gráficos e dados, a escolha pela técnica de planilhas, aferição de resultados, eficiência de gestão, é clara e colocada como a grande possibilidade de “conciliação de interesses e inserção em um diálogo democrático”. O papel que esta ONG se atribui – e que é possível que lhe seja atribuído - fica muito claro nesse Seminário. Trata-se de um intérprete, avaliador, porta voz, tradutor, aquele que pode (tem “capacitação técnica”) para realizar a ponte entre os agentes e propor soluções aos conflitos que eles mesmos identificam, catalogam e classificam.

Nesse momento os mediadores da mesa (ONG FAPS) retomam a fala encerrando o pequeno espaço de debates e finalizam o evento colocando questões como: “a necessidade e possibilidade de conciliação de interesses e que para tanto, basta que existam espaços como este, de debate democrático”. É quando o Fórum Centro Vivo faz a entrega do “Dossiê denúncia” ¹⁵⁰, que traz diversas matérias sobre atos violentos contra a população de rua na atual gestão municipal, selando a harmonia do conflito. (Diário de Campo)

Sobre o relato desse seminário é necessário demarcar, em cima do trabalho de LAVALLE, CASTELLO e BICHIR, 2011, a emergência de novas formas organizativas, chamadas por eles de “articuladoras” e sua centralidade na relação com os movimentos sociais a partir da década de 1990. No caso do seminário descrito acima, a figura do mediador de conflitos faz esse papel.

De acordo com os autores trata-se de “entidades constituídas por outras associações ou entidades, ou entidades civis, com a finalidade de coordenar e orientar suas ações e interesses bem como articular as diversas entidades que as constituíram. Não se trata de fóruns, conferências ou de outros espaços periódicos e até mesmo esporádicos de coordenação da ação entre atores da sociedade civil, senão de organizações plenamente institucionalizadas”. (262) Trata-se de um novo ator, com poder de intermediação entre os demais atores.

No lado oposto a isso, ilustra o trecho do diário de campo abaixo.

¹⁵⁰ Op. Cit.

Jandira, liderança do MSTC, retoma a fala dizendo que a luta organiza, pauta a demanda e traz soluções; que excesso de planejamento e negociações só dificultam e atrasam, “por isso precisamos partir para ação mais um vez”. E acrescenta: “lá no evento da ONU, eles estão discutindo mediação de conflitos, conflito se resolve é com política pública. Se não desapropriar prédio em São Paulo, dar condições de financiamento, nossas lutas serão em vão” (D4, P13)¹⁵¹.

Vale o destaque para dois dos atores presentes no seminário e que cruzam, de lados opostos, com frequência esse campo de conflitos, o Secovi e o FCV.

Não é objetivo deste trabalho caracterizar esses atores, portanto serão apontadas apenas algumas referências consideradas relevantes para sua caracterização.

Há uma declaração recente e bastante interessante do vice-presidente do Secovi, Claudio Bernardes acerca do Projeto Nova Luz, quando questionado sobre a valorização imobiliária esperada. Bernardes resume a questão dizendo que a intervenção na Santa Ifigênia permitirá comprar imóveis e terrenos com um “valor de Cracolândia” e depois revendê-los a “preço de Itaim”¹⁵².

Sobre o FCV, pode-se dizer que sua atuação acompanhou os momentos picos de organização dos movimentos do centro da cidade, tendo seu auge em 2005 com a confecção do dossiê denúncia. Por ser uma entidade que aglutina e por vezes articula tantas outras, seu principal espaço de comunicação tem se constituído virtualmente, o que não tem contribuído para o fortalecimento da entidade, que tem passado por momentos de desarticulação. Mas, de qualquer forma, acabou se constituindo em um importante contraponto e aglutinador de atores resistentes às atuais intervenções do Centro¹⁵³.

¹⁵¹ A identificação "E" refere-se à Entrevista, a identificação "P" refere-se a Personagem e finalmente "D" identifica Diário de Campo. Em anexo pode-se consultar uma lista das entrevistas realizadas os personagens e diários de campo. Os nomes dos entrevistados foram alterados.

¹⁵² Em entrevista realizada por Felipe Francisco de Souza, em seu livro publicado recentemente: A Batalha pelo Centro de São Paulo.

¹⁵³ Parte da pesquisa de campo tratou do acompanhamento desse tipo de entidades/ fóruns e no caso específico do FCV pôde-se perceber as inúmeras dificuldades de ação e mobilização a partir de 2008/9, quando se tentou fazer uma segunda edição do dossiê-denúncia.

2.2 A “chegada” ao Centro

Então, eu acho que está associado ao processo de dificuldade de acesso à terra na periferia... vai ficando cada vez mais distante, cada vez mais difícil você morar nessas regiões, então esse processo de periferização das cidades, de expansão rumo às suas periferias, gerou também um movimento inverso de uns setores, de fazer um processo de retorno ao centro, ou de fixação mesmo das famílias nas áreas centrais, dizendo que o centro pode ser de fato um território, uma das áreas mais consolidadas da cidade. Possui territórios abandonados pelo setor imobiliário, ou pelos governos de plantão, que muitas vezes são desvalorizados pelo próprio mercado imobiliário... que na verdade nem são tão desvalorizados assim, mas abandonados pelo mercado imobiliário para especulação imobiliária. Que de certa forma levantou, a partir da década de 1990, muito o interesse dos movimentos e passou a haver uma disputa intensa por esses espaços e territórios nas regiões mais consolidadas e áreas centrais da cidade, das regiões metropolitanas, principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais, Fortaleza, Alagoas, Salvador, então os movimentos passaram também a olhar o centro de fato como um espaço de moradia, coisa que o movimento via como um espaço de passagem, rumo à periferia. Mas, isso de fato é um fenômeno interessante e um patamar importante de mudança na pauta e na agenda dos movimentos, no final da década de 1990 e início dos anos 2000. (E1, 2009)

O excerto acima é parte de uma entrevista concedida a autora, por uma das principais lideranças dos movimentos populares. A pergunta versava sobre os motivos do aparecimento das lutas por moradia no centro da cidade a partir da década de 1990.

Assim como para os outros atores, esse novo olhar para o centro da cidade é construído por uma série de motivos, que se sobrepõem e se engendram em discursos repletos de ambiguidades, contradições e disputas, inclusive por seu protagonismo.

Construiu-se um tipo de fala padrão, no caso dos movimentos, que justifica e positiviza/politiza sua presença e suas novas formas de ação no Centro da cidade, levando a uma questionável teleologia em relação a sua **ida** ao Centro. A própria pesquisa de campo se deparou fartamente com esses discursos, que

se constituem e são constituídos por uma gama de atores que sustentam e organizam a atuação desses movimentos¹⁵⁴.

No caso do trecho da entrevista acima, trata-se de uma das poucas lideranças a estabelecer relações entre a presença dos movimentos no Centro e a “dificuldade de acesso à terra na periferia”, além de tocar em questões como especulação imobiliária e disputa. Mas, como veremos, trata-se de um traço de politização, no sentido da ampliação da questão, que não comparece na maioria das falas. Os excertos abaixo mostram uma relação direta de causa e efeito, que constrói uma ida dos movimentos para o centro da cidade.

Liderança:

Olha é assim, nós nos Anos 90, a gente viu que o trabalhador de baixa renda, ele não pode ir para periferia, porque lá não tem emprego, lá não tem a infraestrutura para se manter uma família. Então o trabalhador ele tem que morar próximo ao serviço, onde tem a infraestrutura (E2, 2009).

Coletivo/ Assessoria:

Assim, no início dos anos 1990 os movimentos sociais e populares de luta por moradia adotaram como estratégia reivindicar programas habitacionais na área central da cidade de São Paulo, ocupando os edifícios vazios da região. Por meio dessa estratégia a luta por moradia se aliou conjuntamente à questão da reforma urbana, do direito à cidade, e à necessidade de viver em locais dotados de infraestrutura, equipamentos sociais e empregos como os centros das grandes cidades (D'ANGELIS, RAMOS, HIRAO *et al.*)¹⁵⁵.

Pesquisador 1:

Os movimentos de moradia estão evoluindo e não exigem mais apenas moradia, como nos anos 1980. Hoje em dia eles não aceitam ser isolados na periferia. Querem ter acesso aos serviços básicos de saúde, transporte e educação e aos

¹⁵⁴ O que não exclui um rol de pesquisas acadêmicas. Os outros atores são ONG's, como a Apoio, Cafod, advogados e assessorias. Sobre matrizes discursivas ver: SADER, 1988.

¹⁵⁵ Esses autores fazem parte do Grupo Risco, formado em 2004 por alunos de arquitetura e artes plásticas da Universidade Estadual de Campinas, trata-se de um “grupo interdisciplinar de estudo e ação sobre o território e seus desdobramentos sociais, artísticos e tecnológicos”. D'ANGELIS, RAMOS, HIRAO *et al.* Pelo direito à cidade. À desocupação do Edifício Prestes Maia em São Paulo. Sítio internet: Vitruvius. Minha Cidade. 079.02 São Paulo, ano 07, jul 2007. Disponível em : <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/07.079/1932>. Acessado em: 04/05/2010.

equipamentos culturais urbanos disponíveis no centro da cidade (RAMOS, D. H., 2010).

Pesquisador 2:

Na segunda metade da década de 1990, os movimentos de moradia começaram a ocupar imóveis vazios, especialmente edifícios públicos, no centro de São Paulo como estratégia de luta e de organização urbana de trabalhadores empregados e desempregados. Reivindicava-se o direito à moradia nas áreas centrais, com todos os atributos que esta localização territorial oferece, como oferta de empregos, acessibilidade urbana, serviços de educação e saúde, entre outros (BLOCH, 2007).

Movimento (figura institucional):

A luta da FLM é por uma reforma urbana em que os pobres também morem na região central, que ocupem os espaços já consolidados da cidade, no sentido de diminuir os impactos ambientais com a expansão horizontal da cidade. Luta para que os imóveis de devedores da União, do Estado e do Município sejam espaços para construir moradia popular. Luta por participação popular e por mutirões autogestionados (FLM, 2010).

Claro que não se pode deixar de mencionar que todos esses discursos se constituem em um campo político e demarcam uma clara posição.

Por outro lado, é certo que todas as citações acima demonstram um embaralhamento entre os motivos do aparecimento da luta por moradia no centro e questões como direito à cidade.

Parece que de repente houve uma ida dos movimentos de moradia tradicionalmente vistos nas periferias, ao centro da cidade, em busca do direito a morar em áreas bem servidas de infraestrutura e próximas ao emprego. Essa tese aparece de tal forma ratificada por textos e discursos que é necessário resgatar a história desses atores para compreender um pouco melhor essa gênese.

Ivani – Não é que eles vieram, aconteceu assim, quando começaram os movimentos de moradia, era na época de Dom Paulo, que acolheu, ajudou, orientou, a pastoral da moradia entrou com toda a força, com seminários, ensinando os nossos direitos, como a gente tinha que fazer para conseguir, então formou líderes e esses líderes se expandiram, cada um formou

um movimento, então existia ainda Fazenda da Juta, o Leste 1, o Leste 2, existia a pastoral da moradia de São Miguel, que toma conta do Itaim, São Miguel, Itaquá, por ali, só que agora mais organizado, porque para isso estudaram; a gente faz um curso, tem orientação e aí aprende a fazer o trabalho direito, sabe aonde ir buscar, sem precisar tanta briga, tanta luta, e antes não, antes tinha que lutar, praticamente sem saber por que estava lutando.

Olivia – Mas e sobre o aparecimento dos movimentos de moradia aqui no centro? As ocupações dos prédios daqui do centro, por que isso começou a acontecer?

Ivani – Porque na época a gente fez um mapa, isso vários movimentos, a ULC, vários outros, a UMM mesmo, eles saíram procurando onde eram os prédios vazios, fizeram um plano e levaram isso ao diretório. Esses prédios estão desocupados, estão vazios e a gente quer que eles sejam moradia. Começou essa luta... (D5,P18, E4).

O trecho acima é parte de uma entrevista realizada com um membro da ULC, formado em liderança pelos grupos de base das Pastorais ainda na periferia. Aqui já aparece uma relação entre os movimentos da Zona Leste e do Centro (na figura da ULC), mediados pela UMM, então fica claro que os atores do Centro já traziam uma mobilização.

Um período de confluência de diversas questões é o que melhor define o momento do aparecimento das lutas por moradia no Centro e o que se pode distinguir são algumas questões relacionadas ao contexto da época, que vão desde a forma de expansão da cidade, passando pelo aprofundamento das desigualdades socioeconômicas que marcaram a década de 1990, até certa funcionalidade da visibilização de uma pobreza que sempre esteve presente na região central. Vamos explorar um pouco cada um desses pontos.

A histórica expansão das cidades por periferias e o esgotamento do padrão periférico de crescimento, é um dos pontos que faz parte desse contexto. De acordo com Rolnik¹⁵⁶, esse fenômeno começa a dar sinais de falência já no início dos anos de 1980.

Tal esgotamento se explica, por um lado, pela diminuição relativa da oferta de lotes populares decorrente de diminuição de loteamentos clandestinos em função de legislações mais restritivas e da própria inelasticidade dessa oferta, à medida

¹⁵⁶ ROLNIK, R. Planejamento Urbano. Morar, atuar e viver. 1990. Texto também disponível no sítio a seguir: http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/9/docs/doutrinaparc_23.pdf. Acessado em 18/02/2012.

que aumentava a distância entre a periferia e as zonas concentradoras de emprego. Por outro lado, a crise é diretamente decorrente da recessão e diminuição do poder de compra dos salários em conjunturas altamente inflacionárias, o que reduz a capacidade de comprometimento do trabalhador com a poupança inicial e prestações do lote¹⁵⁷ (ROLNIK, 1990).

Nesse contexto, a lógica – loteamento/ casa própria/ mais autoconstrução - não estava mais sendo possível. Havia uma elevação no preço da terra, aumento dos custos de transporte e sua precarização, tudo como parte de questão econômica do período, marcado pela recessão, inflação, achatamento dos salários e desemprego.

Trata-se do período de maior crescimento da população favelada e encortiçada. De acordo com a Prefeitura de São Paulo, 1991, estimava-se que cerca de 3 milhões de indivíduos, ou seja, 30% da população paulistana viveria em cortiços¹⁵⁸.

Deve-se lembrar que esse empobrecimento da população gerou também um fenômeno descrito como crescimento hiperperiférico¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Além do fim do Sistema Financeiro de Habitação.

¹⁵⁸ O dado de 3 milhões de pessoas era uma projeção da prefeitura de São Paulo, em publicação de 1990 (Sempla. *São Paulo: crise e mudança*, São Paulo, PMSP-Sempla/Brasiliense, 1990). São diversos e discrepantes os dados sobre essa população no período, o que se deve em grande parte à dificuldade da própria definição do conceito de população encortiçada e às diferentes metodologias de contagem utilizadas. Mas, o que é comum a todas é que do Censo de 1990 para o Censo de 2000 essa população cresceu, de acordo com SAMPAIO e PEREIRA, 2003, aproximadamente 60% no período. Para mais informações ver: KOWARICK, 1988 e 2007. Além de PICCINI, 1999 e KOHARA 2009.

¹⁵⁹ Ver trabalho de: TORRES, H., MARQUES, E., BITTAR, S, et. al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estudos avançados, CEBRAP, 17 (47), 2003. Há apresentação da distribuição dos grupos sociais no espaço da região metropolitana de São Paulo, com especial ênfase em situações de pobreza e vulnerabilidade social. A partir do Censo de 2000 os autores delimitaram os diversos grupos sociais e sua distribuição no tecido metropolitano, mostrando que a configuração espacial resultante é mais complexa e intrincada do que sugere a literatura e confirmando um crescimento de periferias. O estudo mostra e analisa, por exemplo, uma tabela com a distribuição e caracterização da população em 10 grupos, sendo os 4 mais pobres descritos da seguinte forma: Grupo 1 (população: 3.130.249) “muito pobres em intensa expansão ou periferia de fronteira”: muito pobres com muito baixa escolaridade, muitos pretos e pardos e migrantes nordestinos recentes, péssimas condições urbanas e altíssimo crescimento. Grupo 2 (população: 2.519.271) “muito pobres em área precária em crescimento ou periferia em crescimento”: muito pobres, muito baixa escolaridade, muitos pretos e pardos e migrantes nordestinos recentes, condições urbanas ruins e alto crescimento. Grupo 3 (população: 1.516.073): “muito pobres em área precária, mas consolidada” ou periferia estabilizada”: muito pobres, muito baixa escolaridade, muitas mulheres chefes com baixa escolaridade, condições urbanas médias e sem crescimento. Grupo 4 (população: 1.019.352): “classe média baixa pobre em crescimento em áreas precárias”: classe média baixa pobre com baixa escolaridade, condições urbanas e alto crescimento. TORRES, H., MARQUES, E.,

Vamos juntas mais à noite para a reunião da FLM, no caminho, de ônibus, Jô conta do seu trabalho de base nas periferias, ela e Luiza de final de semana vão a bairros muito retirados para “apresentar” o movimento. Ela conta também que não imaginava que existissem bairros tão distantes onde o aluguel fosse tão comum e emenda dizendo: “olha que eu sou da periferia da periferia!” (D4, P8)

A década de 1990 trata de consolidar esse empobrecimento, em um contexto flexibilização das gestões federais de Collor e FHC. Como visto no capítulo anterior, o Centro, assim como toda a cidade perdeu postos de emprego, mas continua tendo a maior concentração de empregos da cidade, além das possibilidades de trabalho informal e viração serem muito maiores lá do que em qualquer outro lugar do território urbano. Isso apareceu durante todo o levantamento de campo, seguem alguns dos trechos de entrevistas que tocaram nessa questão.

Quanto às possibilidades de trabalho:

Ivani – Eu tenho oficina de costura no Brás e minha filha tem um Box lá também, nós vamos de metrô, um metrozinho, rápido, gasta uns dez minutos por dia. A oficina eu tive que alugar, porque no prédio não pode (E4, P18).

Juliana - Para as pessoas que trabalham aqui no centro, que não dependem de condução, porque se a gente vai para periferia, a gente depende muito de condução, aí não dá não (E5, P20).

Maria – Eu prefiro porque aqui é mais fácil para eu trabalhar, lá eu... Quando eu vim para cá, eu estava desempregada e ainda hoje eu não estou mais trabalhando registrada, trabalho por conta (voz vai baixando, quase some). Como eu não tenho mais oportunidade do emprego, para trabalhar assim por conta aqui no centro é melhor. Porque se eu for morar numa vila, eu vou ter que pagar condução para ter que trabalhar todo dia, aí vou pagar prestação do apartamento lá, porque se eu tivesse que morar longe, eu já estava num apartamento e aí sai muito mais caro. Por isso que eu prefiro morar aqui (E6, P25).

Rubens – Ah, o centro é melhor. O trabalho, o tempo, a condução que você evita, o tempo. As condições de trabalho é bem melhor em centro do que em bairro, tudo fica mais fácil no centro. As crianças estudam em escolas que são um pouco melhores (E7, P22)

Gisele – É que o governo tá jogando muito é para Zona Leste e é igual aos albergues, tudo para fora, não adianta, eles querem ficar aqui. Poxa, que eles bebem, bebem, usam droga, usam, só que catam papelão aqui, conseguem aqui, comem daqui, lá não vão conseguir! Como que vai para lá e depois vem para cá, no outro dia, com a carroça, andando? Não dá. Então o que eles querem fazer com a população é a mesma coisa, é Guaianazes, é José Bonifácio, Tiradentes.

Olivia – Que, aliás, foi o que houve com boa parte das pessoas que ocuparam o Prestes, foram direto para Tiradentes, pois saíam unidades direto para eles, ou a carta de crédito num valor que não compra nada por aqui.

Gisele – É aí que quebra, porque para fora ninguém quer, a gente quer aqui, no centro, no centro de São Paulo e é um direito nosso. Porque tem tanto prédio aí abandonado, sem fazer nada! (E4, P19).

População mais empobrecida, com vínculos de trabalho mais instáveis, disposta a morar nas ocupações, como opção para não pagar o aluguel (seja do cortiço, seja da casa na periferia).

...a liderança da TNG (Terra da Nossa Gente, da Cidade Tiradentes) relatava a mudança de perfil de “sua base”. Ela dizia que assim como no centro, as pessoas já estavam vindo “para morar”, muitas vezes são ex-moradores de rua que nunca ouviram falar de movimento, então diz ela “precisamos fortalecer o trabalho de base, já dentro das ocupações” (D4, P17)

Abaixo segue trecho de entrevista, sobre a parcela de pessoas vindas da periferia.

Maria José – Vêm dos bairros, da periferia. Por exemplo, eu vim de lá, da periferia e eu tenho contato com as pessoas de lá. Então pessoas vêm procurar o movimento. Aí tem também pessoas que pegam uma carta de crédito e compram na periferia, chegando lá eles vão falar como eles chegaram até lá, aí eles contam lá e as pessoas vêm procurar aqui, como ele conseguiu uma carta de crédito. Aí a pessoa vem e procura o movimento e é até engraçado, em tudo quanto é lugar tem um movimento, mas eles acreditam mais aqui, no MSTC, no movimento do centro. Porque quando a gente faz a nossa luta aqui no centro, é mais divulgada, porque lá na periferia... Não sei se você já ouviu falar, o acampamento que a FLM fez lá na Zona Leste¹⁶⁰, teve despejo, eles moraram, fizeram acampamento lá em frente, não teve nada, nem uma notinha não saía. Eles vieram atender, só quando eles pegaram um

¹⁶⁰ Ocupação de 6 meses (abril à outubro de 2009), com aproximadamente 3500 pessoas, realizada pela FLM no bairro Jd. Dos Limoeiros, Vila Prudente.

ônibus e vieram aqui, acampar em frente à prefeitura, chegaram lá seis horas e quando era meio dia, já tinham decidido, já tinham negociado, já tinham ocupado, porque aqui no centro é mais visível (E3, P8).

Aqui entra a questão da vacância imobiliária decorrente de mais um deslocamento das classes dominantes. São comuns os discursos do abandono da região central nesse período, mas a presença dos prédios vazios com altas dívidas de IPTU – que não são desapropriados pela prefeitura – deveriam atestar o contrário. O novo vetor sudoeste de expansão da cidade é a bola da vez para a especulação imobiliária, e Centro se torna uma caderneta de poupança (até que seu resgate seja necessário), uma vez que a propriedade da terra segue intocada.

Recuperaremos agora um pouco da história da mobilização que já existia na região central e é parte fundamental desse novo ator – movimento de moradia do centro que ocupa prédios.

2.3 Movimentos do (no) centro – invisibilidade e visibilidade

Por trás da porta de pequenas casas de bairros tradicionais, e muitas vezes até de alta renda, escondem-se condições terríveis de salubridade. (Kohara, 2008: 96)¹⁶¹

Escondidas pelas mesmas condições do excerto acima, a história das lutas dos moradores de cortiços é parte da gênese das ações dos movimentos de moradia no Centro hoje.

Com forte tendência à invisibilização, essas lutas são antigas e caminharam lado a lado com a questão dos loteamentos clandestinos nas periferias, por exemplo. O que se quer dizer com isso é que havia uma evidência da periferia

¹⁶¹ 1ª Jornada em Defesa da Moradia Digna. Em apresentação sobre um dos temas do evento: Programas Habitacionais de Interesse Social no Centro. Kohara apresentou, junto com Alessandra Vieira (também membro do Centro Gaspar Garcia de direitos Humanos), “A problemática dos cortiços em São Paulo”.

como local da pobreza e, portanto, as lutas lá empreendidas geravam grande visibilidade¹⁶².

Descortinar, mesmo que pequenos trechos da história das lutas dos cortiços evidencia, a partir de quando esse também importante problema urbano passou a se constituir como tal para toda a sociedade e principalmente para o poder público. Bem como, a partir de quando sua organização em torno de movimentos reivindicatórios passa a ter visibilidade e por quê.

O objetivo desse resgate se justifica na medida em que aponta possibilidades de que boa parte da mobilização vista hoje no Centro tenha suas raízes também nessas lutas, configuradas por pessoas que lá já moravam. Esses elementos parecem conformar um perfil distinto, das bases que formaram os movimentos de luta por moradia nas periferias¹⁶³.

Essa população empobrecida do Centro se formou há mais de um século, quando se iniciou o grande crescimento populacional da cidade. A proximidade com o trabalho e com os equipamentos sociais fez com que a forma predominante de moradia dos trabalhadores de baixa renda do Centro fosse os cortiços¹⁶⁴.

Corroborando com a tese da invisibilidade, é preciso apontar e problematizar as categorias que organizam os censos específicos sobre a população encortiçada, pois o que há é sua contabilização a partir da caracterização destes como pensões e habitações coletivas. Embora esse tipo de contagem induza a falhas e sobreposições, fato é que ao longo da história essa população tem crescido. Malfadadas as diversas tentativas de se extinguir esse tipo de habitação¹⁶⁵, não somente por suas evidentes condições de

¹⁶² Ver: CAMARGO, C. P. F. *et. al.* São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza. São Paulo, Loyola, 1976.

¹⁶³ A base dos movimentos do Centro hoje tem muitas pessoas vindas das periferias, mas outras tantas que sempre estiveram no Centro. O que vai no sentido oposto a diversos trabalhos que induzem a um deslocamento da população periférica para o Centro, ignorando a existência de uma camada da população já existente e com históricos específicos de organização.

¹⁶⁴ Sobre a história da formação dos cortiços paulistanos ver: LEMOS, Carlos. Os primeiros cortiços paulistanos. In: SAMPAIO, Maria Ruth (Org.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAU-USP; FAPESP, 1998. e PICCINI, Andrea. *Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999. p.90

¹⁶⁵ A criação do Código Sanitário em 1894 incentivou, entre outros motivos, o processo de periferização da cidade. Ver: KOWARICK, L.; ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço

precariedade e insalubridade, mas por sua proximidade com as moradias das elites paulistanas¹⁶⁶.

Todas as intervenções urbanas pelas quais a cidade passou, de alguma forma demoliram, segregaram, ou no mínimo utilizaram os cortiços como justificativa para tanto.

Deve-se levar em consideração também que, para além da resistência dessa população em continuar na região Central, a construção de cortiços e vilas operárias para aluguel foi uma forma importante de aplicação do capital e perfaz um mercado altamente dinâmico e rentável até hoje¹⁶⁷.

As condições de insalubridade, o valor abusivo do aluguel, as altas tarifas de água e luz, os despejos sem aviso prévio e as difíceis relações com os intermediários, sempre fizeram dos cortiços palco de lutas.

A diferença é que somente a partir do contexto do processo de recuperação das liberdades políticas e democráticas no final da década de 1970, essas lutas passaram a sofrer alterações em suas formas de organização. Os trabalhos de formação política realizados pelas Pastorais da Arquidiocese de São Paulo¹⁶⁸ tiveram grande influência na alteração das pautas das lutas dos moradores de cortiços, considerados até então de difícil mobilização.

Contribuíram nesse sentido, também as ações do Centro de Defesa de Direitos Humanos Setores Pari/ Catedral – que mais tarde se transformaria na ONG Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos - um dos principais parceiros na atuação dos movimentos de moradia do Centro até hoje. Na época, esse Centro de Defesa conseguiu chamar a atenção para a pobreza do centro da cidade, com destaque para o problema dos cortiços, por meio da elaboração,

na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

¹⁶⁶ “A existência desses casarões antigos, desocupados, no centro da cidade coincide com a construção dos bairros de Campos Elísios e Higienópolis, marco de uma das primeiras mudanças das elites para fora do centro, fugindo ao contágio das epidemias e outras insalubridades”. (p.130) Ver: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. *O cortiço paulistano entre as ciências sociais e política: The paulista slum tenement between social sciences and politics*. Rev. Inst. Estud. Bras. [online]. 2007, n.44, pp. 125-140. ISSN 0020-3874.

¹⁶⁷ Kohara, 1999 realizou estudo sobre o mercado da habitação em cortiços e demonstrou que esta é a locação habitacional por metro quadrado mais cara da cidade, com valores 50% superiores se comparados com moradias de classe média em bairros como Pinheiros. As taxas de água e a luz seguem a mesma lógica. Ver: Kohara, L. T. Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudo de casos na área central da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) EPUSP, 1999.

¹⁶⁸ Mais conhecidos pelas formações dos Grupos Eclesiais de Bases nas Periferias. Ver: SINGER, P. I. (Org.); BRANT, V. C. (Org.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980

em 1985¹⁶⁹, de um documento, entre outras ações que colocavam os moradores de cortiços como uma questão de política pública.

Os bairros que apresentaram maior índice de envolvimento com a questão da moradia nos cortiços foram: Mooca, Belém, Tatuapé, Sé, Bom Retiro, Ipiranga, Bela Vista, Pari/ Canindé, Santa Cecília e Luz. Estas são até hoje as regiões de origem de boa parte dos membros dos movimentos de moradia atuantes no Centro, flagrados em diversos momentos pela pesquisa de campo¹⁷⁰.

A essa altura, final da década de 1980, a estimativa realizada pela SEMPLA era de 3 milhões de moradores em cortiços e apesar do avanço nas discussões sobre o problema dos cortiços (pastorais, trabalhos acadêmicos), o Plano Diretor de São Paulo de 1988 não apontou sequer uma intervenção nessas moradias.

A Reforma Urbana já era pauta nacional e em 1988 vem a primeira articulação nacional de movimentos de moradia, na Primeira Caravana da Moradia para Brasília: “chega de aluguel e despejo” era uma das reivindicações. Mas, não só, toda a mobilização da época levava à ampliação dessas pautas, que começavam a sair do escopo dos atendimentos pontuais para a constituição de uma organização política que passava a cobrar direitos e constituição de políticas públicas.

No relato dos próprios movimentos, a gestão petista de Luiza Erundina foi um marco no atendimento específico da demanda dos moradores de cortiços, tanto pela base de apoio popular do partido, como pelo contexto recente da Constituinte e pela aprovação da Lei Moura (1991). Ainda assim houve a ocupação do edifício Martinelli nesse período. Toda essa conjuntura levou à compra, pelo poder público, de dois edifícios encortiçados, na Avenida Celso Garcia (hoje com 182 famílias) e Rua Madre de Deus (45), reformados em regime de mutirão autogerido¹⁷¹. Neste bojo entram também diversas

¹⁶⁹ Este documento denunciava também a situação de catadores, crianças e famílias em situação de rua, dando visibilidade à questão da pobreza na região central.

¹⁷⁰ Ver ao final do capítulo 4: tramas dos personagens, que demonstra, dentro do universo da pesquisa, quantos destes iniciaram suas lutas em cortiços nesses bairros, a partir da segunda metade da década de 1990.

¹⁷¹ Trata-se de projeto emblemático na questão da habitação em áreas centrais, sobre isso ver Comarú, 1998, op. cit. A história do Madre de Deus ainda não se constitui enquanto movimento de sem teto, uma vez que nos registros da Associação dos Trabalhadores da Mooca mostram

associações que se mobilizaram para obter financiamento: Eiras Garcia, Imoroty, Pedro Fachini, Rua do Carmo e Vilinha 25 de Janeiro.

Em 1990 é formalizada a União das Lutas de Cortiços - ULC, como decorrência direta da crescente organização - e também demanda - da ação nos cortiços. Considerada o primeiro grande movimento da região central, a ULC formalizava a união de uma série de outros já existentes: Movimentos dos Trabalhadores da Mooca, Movimento de Moradores nos Cortiços da Região do Ipiranga, Movimento dos Moradores nos Cortiços da região do Belém e Tatuapé, Movimento de Moradores em Cortiço da Região da Celso Garcia e Vinte um de Abril e o Movimento de Moradia e dos Catadores de Papel e Papelão da Região Central da Cidade de São Paulo.

Com a crescente demanda e organização do movimento começam as primeiras divisões, em 1993 funda-se o Fórum dos Cortiços com os grupos de base do Brás, Vila Formosa e Ipiranga (NEUHOLD, 2009:47).

O ano de 1997 é considerado um marco na mudança das formas de reivindicação desses movimentos, que passam a realizar ocupações organizadas em prédios vazios no Centro. O protagonismo dessas ações é sem dúvida disputado, com mais frequência se indica a ocupação de um prédio da Secretaria da Fazenda, na Rua do Carmo como a 'primeira ocupação', organizada pela ULC¹⁷² com cerca de 1.500 famílias. Mas, há também a ocupação dos 5 sobrados da USP na Santa Cecília, organizada pelo Fórum dos Cortiços, UMM e a Pastoral da Moradia.

Sobre a ocupação da Rua do Carmo, uma ex-liderança da ULC, em entrevista a Aquino, 2008, relata a situação dos despejos dos cortiços na época, justificando a ação e a apontando como a primeira do gênero.

Eu tenho orgulho, assim, dessa entidade ser a primeira entidade de ocupar prédio público, abandonado, no centro da cidade. Começamos no dia 8 de março de 97. Por quê? Primeiro porque a gente se deparou, e se depara até hoje, com

uma carta dos moradores do cortiço da rua Madre de Deus endereçada a Luiza Erundina pedindo a desapropriação do imóvel, para reconstruí-lo em regime de mutirão.

172 Há depoimentos de membros do MMC – Movimento de Moradia do Centro - que nasceria da dissidência da ULC somente após essa ocupação, que já se colocavam enquanto entidade, reivindicando também o protagonismo dessa ação.

muitos prédios abandonados, muitos imóveis sem função social no centro da cidade, enquanto as periferias já se encontraram com municípios vizinhos. Então, a partir de 97, o que aconteceu? Era uma avalanche de despejos nos cortiços. Nós não tínhamos o que fazer com essa população. Para você ter uma ideia, tinha dia que tinha três despejos de cortiço. E era... parecia aquilo que eu te falei, um caminhão de boi indo para o matadouro, aquilo era o despejo. O que eu sempre costumo dizer é que a população do cortiço, ela está muito mais vulnerável para ir para a rua, para ir para o albergue. Ou voltar para outro cortiço. Porque a porta da saída é essa. E essa população vale menos do que o lixo da cidade de São Paulo. Se você pegar quanto a prefeitura investe na questão social da cidade e o quanto ela gasta com o lixo da cidade, quem tem mais valor? Com certeza é o lixo... E aí nós começamos essa discussão. (AQUINO, 2008: 53) ¹⁷³.

Disputas por protagonismo à parte, o que fica evidente é que havia uma conjuntura propícia na época que levou à ocupação desses prédios e que demarca uma nova etapa de visibilidade das lutas por habitação no Centro.

Para Miagusko, 2008:

Os movimentos de sem-teto ainda não aparecem como tal e a luta se vincula fundamentalmente às condições do cortiço. Mas, a ocupação dos 5 sobrados da Universidade de São Paulo na Santa Cecília apresenta uma cena nova: o ato de ocupar embute a ideia da permanência e possibilidade de aquisição do imóvel (MIAGUSKO, 2008:158)

A questão da ocupação com possibilidade de permanência mobiliza um perfil de população que tem alto grau de flexibilização em suas relações de trabalho e extrema provisoriedade em seus locais de moradia. O que tornou as ocupações de prédios vazios para morar, mesmo cientes da transitoriedade frente a uma reintegração, por exemplo, algo absolutamente plausível.

Exatamente pela forma de se conduzir essas ocupações, do ponto de vista de sua gestão e de seu uso político, que ainda em 1997 há mais uma divisão na ULC, e é fundado o MMC – Movimento de Moradia do Centro¹⁷⁴.

¹⁷³ Este excerto traz o trecho de uma entrevista dada a AQUINO por um antigo membro da União da Luta dos Cortiços, ULC. Ver: AQUINO, Carlos Fildelfo. A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). 2008 (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências – Departamento de Antropologia Humanas, Universidades de São Paulo. São Paulo, 2008.

¹⁷⁴ Especificamente sobre a trajetória do MMC ver: BLOCH, Janaina, 2007.

As ocupações seguem e o desgaste na condução das mesmas cresce, o que somado à precariedade das condições que se estabelecem para moradia em prédios normalmente fechados há mais de uma década, gera novas divisões nos movimentos.

Em 1998 há a primeira dissidência do Fórum dos Cortiços, nasce o MTSTRC – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Região Central; a segunda viria em 2000, com a fundação do MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro. Em 2003 surgiria ainda o MMRC – Movimento de Moradia da Região Central, como dissidência do MMC.

A partir de então, a tensão sobre a forma de utilização das ocupações passa a definir duas formas distintas de atuação nos movimentos. De um lado ficaram aqueles que achavam que as condições de insegurança e insalubridade das ocupações causavam mais desgastes que conquistas e de outro, os que achavam que era possível utilizar as ocupações tanto como moradia, como para chamar a atenção para a luta¹⁷⁵.

No primeiro bojo, articulados em torno da UMM¹⁷⁶ ficaram: o Fórum dos Cortiços e o MMC, que também seguiriam com as ocupações, mas como forma de pressão e não mais as utilizando como moradias: ficava instituída a figura da “ocupação denúncia”.

No segundo grupo, ficaram os movimentos que viriam a formar a Frente de Luta por Moradia – FLM, que manteriam as ocupações como possibilidade de moradia e forma de pressão. O que além de significar assumir a gestão desses espaços e entendê-los como possibilidade/necessidade de politização, significa também dar vazão a uma demanda grande de pessoas que não têm como pagar aluguel. Essas duas vertentes agrupadas em torno da UMM ou da FLM passam a dar o tom das ações dos movimentos no centro de São Paulo a partir

¹⁷⁵ É possível explorar também que essas duas formas de atuação possam ter surgido como decorrência das relações estabelecidas dentro do governo petista de Marta Suplicy por uma parte das lideranças, para além das dificuldades de manutenção das ocupações e seus desgastes como ferramenta política.

¹⁷⁶ A UMM foi fundada na década de 1980 e até a criação da FLM agrupava boa parte dos movimentos de atuação no Centro. Para mais informações sobre a história da UMM ver: VIDIGAL, 2005.

de 2003/2004. Segue abaixo um quadro resumo com as filiações dos movimentos, data de fundação e forma de agrupamento¹⁷⁷.

FIGURA 11. FLUXOGRAMA: OS MOVIMENTOS DE MORADIA

Fonte: Elaborado pela autora

O esquema apresentado acima é bastante reducionista, pois há uma série de pequenos movimentos, que embora se agrupem junto à UMM ou à FLM não fazem parte de nenhum dos apresentados no quadro acima, considerados de maior visibilidade. São movimentos que “adquiriram independência”, como suas próprias lideranças falam, e conformam bases importantes em ações como as de ocupações. O caso abaixo, de uma das personagens entrevistadas pelo trabalho é um desses exemplos, segue sua resposta quando questionada sobre sua filiação à UMM.

Sim, o movimento é: Movimento de Moradia Vitória do Belém, eu fui uma época filiada à ULC, agora a gente tem independência, mas a gente caminha junto quando é para elaborar algum programa de governo, alguma luta específica da área de cortiços, aí a gente caminha junto. Eu sou filiada direta da União dos Movimentos de Moradia. (E8, P25).

¹⁷⁷ O quadro foi montado a partir de informações obtidas pela pesquisa de campo, em acordo com os trabalhos de NEUHOLD, 2009, BLOCH, 2007 e MIAGUSKO, 2008.

Há ainda outra questão importante sobre a filiação aos movimentos, que é sua associação direta aos coordenadores ou lideranças, que acabam se sobrepondo ao próprio movimento, denotando um tipo de personalização que gera relações de clientela¹⁷⁸, como exploraremos a seguir. Trata-se de uma situação bastante comum, também flagrada pela pesquisa de campo em diversos momentos, como demonstrado abaixo.

D. Maria – (eu morava) Em Santo Amaro. Mas, a gente andava no Brás, procurando emprego, mesmo. Daí eu vi assim, movimento de moradia. Aí essa colega me convidou para ir um dia, porque ela já participava de movimento de moradia e eu fui com ela, passei 4 anos em um movimento, era: moradia no centro.

Olivia – Que ano era?

Maria- 2003, aí passou uns 3 anos lá e eu não consegui nada.

Olivia – Onde a senhora morou quando veio para cá?

D. Maria 1 – Num outro prédio que nem esse, mas não era esse, mas aí eu desgostei por algumas coisas que aconteceram, aí eu saí e fiquei mais ou menos um ano sem participar. Aí eu encontrei esse outro, que era de uma ex-coordenadora desse primeiro que eu ia e eu fiquei lá, estou lá até hoje, ainda não consegui, mas foi porque eu não quero morar longe, eu quero ficar no centro, mas eu tenho uma esperança, que vai sair, daqui para o final desse ano, começo do outro.

Olivia – O que vai sair, carta de crédito, ou unidade?

D. Maria 1 – Unidade mesmo.

Olivia – Onde?

D. Maria 1 – Vai sair aqui na Avenida Ipiranga, na 7 de Abril e na Rangel Pestana, com a Celso Garcia... não, com a Maria Domitila. Bom são esses que a gente tem promessa que vai sair no final desse ano e no começo do outro. Ah... eu não vejo a hora de chegar.

Olivia – E a senhora sabe como vai ser o financiamento?

D. Maria 1 – Vai ser financiamento pela Caixa. Mas, olha tudo que eu estou falando é o que eu escuto lá, que minha líder fala para gente e eu acho ela uma pessoa muito sincera.

Olivia – É a Amélia?

¹⁷⁸ São relações de caráter privado, familiar, que reproduzem relações de poder. Ver: BAIERLE, Sérgio. Porto Alegre neoliberal: a decapitação social-capitalista de líderes comunitários e os limites do Novo Gerencialismo Público inclusivo. Coleção cadernos da Cidade. Nº. 15, volume 12, novembro 2009. Porto Alegre/RS.

D. Maria 1 - (silêncio) A primeira que eu fui foi a Amélia, agora eu estou com a Cida, a Cida era de lá, coordenadora junto com a Amélia, aí ela saiu (E6, P25).

As referências às ocupações também podem acontecer da mesma maneira:

Olivia – A senhora não participou dessa ocupação?

Ivani – Não, essa era do Gegê¹⁷⁹. Eu era do Celso Garcia. Aqui eles ocuparam junto com o Asdrúbal do Nascimento e ocuparam durante muito tempo no Ouvidor¹⁸⁰ (E4, P18).

Essas inúmeras ramificações dos movimentos, inclusive sua personificação na figura das lideranças, têm lastro na questão da institucionalização dos mesmos, em grande medida gerada pela necessidade de participação em convênios com as diversas esferas de governo e fundações privadas.

Baierle, 2009, trata essa questão e aponta os problemas desses espaços, que poderiam servir para a politização das relações entre movimentos e Estado – além de diversas fundações privadas - e acabam por se reduzir apenas ao papel de mediadores de interesses.

Os movimentos comunitários caíram numa armadilha de difícil saída no presente, já que esta armadilha expressa o novo consenso que atravessa o espectro político quase que como um todo. Hoje, toda organização de moradores que se preza busca tornar-se apta à captação de recursos para convênios com os governos e fundações privadas. Não é mais uma opção, é a única possibilidade de garantir a oferta de determinados programas e serviços, como creche, alfabetização de adultos, oficinas de aprendizagem e outros. É preocupante que os espaços que poderiam servir para a politização desta relação entre sociedade e Estado ... praticamente não consigam desvencilhar-se eles próprios do mero papel de mediação de interesses, dos lobbies vinculados a projetos de poder de pessoas e grupos, fortalecendo o caráter corporativo dos titulares de convênios e pouco influenciando no desenho dos programas, na constituição de parâmetros públicos para a gestão dos contratos e avaliação dos serviços prestados. E muito menos contribuindo para a análise de sua lógica macroeconômica (BAIERLE, 2009, pp.33-34).

¹⁷⁹ Referência à liderança do MMC.

¹⁸⁰ Ocupação da Rua do Ouvidor realizada pelo MMC-Movimento de Moradia do Centro ULC-Unificação das Lutas de Cortiços, com duração de sete anos (1998-2005).

Outro dos problemas relacionados a essa fragmentação é a questão do enfraquecimento do poder reivindicativo e de pressão, gerada por essa divisão institucionalizada. Um dos primeiros programas de atendimento à população encortiçada, o PAC – Programa de Atuação em Cortiços, por exemplo, tratava como figura jurídica as associações de moradores, e não os movimentos.

FLM – Frente de Luta por Moradia: “Quem não luta tá morto”¹⁸¹

A FLM, por agrupar os movimentos que optaram por seguir com as ocupações, tanto como forma de denúncia, como de moradia e ainda ocupar cargos institucionais, foi o principal movimento pesquisado por este trabalho.

Atualmente a FLM congrega 12 movimentos, muitos deles da Zona Leste¹⁸² e Sul da cidade e coordena as principais ocupações do Centro.

Sua formalização enquanto entidade é de 2004, mas sua articulação enquanto frente única se inicia em 2003, quando alguns dos movimentos que viriam a formar sua base decidiram fazer uma ocupação simultânea¹⁸³.

Os movimentos que formaram a FLM na época de sua fundação foram: MSTC, Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Fomaesp, Associação de Mutirões, Movimento Quintais e Cortiços da Região da Mooca, Movimento Terra de Nossa Gente e Fórum de Mutirões e mais quatro grupos que se uniram em torno do Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (Grupo Colorado, Setor 8, Grupo da Água Rasa e 14 de janeiro, todos da zona leste). Posteriormente mais dois movimentos se juntaram à Frente: Movimento de Moradia da Zona Norte e o Movimento Centro-Norte.

Grande parte desses movimentos era filiada à UMM, criticada pelos mesmos por ter abandonado a luta direta. Assim, a FLM se intitula um movimento que “cansou de fazer ato”, mas reconhece avanços institucionais, tanto na legislação urbana, quanto na ampliação dos canais de participação,

¹⁸¹ Essas palavras de ordem constituíram-se no grito de guerra da FLM, são entoadas ao fim de assembleias, entradas em ocupações e reintegrações de posse. É também o nome do Boletim Informativo da FLM.

¹⁸² Parte importante das lideranças da FLM participou das experiências de mutirões autogeridos de 1989-1991 na Zona Leste.

¹⁸³ Os prédios ocupados foram: Hotel Danúbio, Rua Brigadeiro Luiz Antonio, um prédio na Rua Conselheiro Nébias e o Hotel Términos, na Avenida Ipiranga, todos no centro da cidade.

participando, portanto de muitos deles, como o Conselho Municipal de Habitação e Conselho Municipal de Juventude.

Seguem abaixo trechos de entrevistas com membros e lideranças da FLM, destacando diferenças entre a UMM e a FLM.

Jandira, diz que a Frente (FLM) nasceu da necessidade de se fazer ações diretas, que a UMM (entidade a que pertenciam anteriormente) tinha discussões muito fechadas, diferentes daquela, onde todos poderiam estar presentes. Jandira disse que a UMM sempre “podou” as ocupações. E que a ideia de se reunir as entidades insatisfeitas, que eram muitas, foi do advogado “Manoel Del Rio”. Assim iniciou-se o processo de ocupação simultânea de 6 prédios: Hotel Danúbio, Conselheiro Nébias e Mauá (D3, P8).

Luiza - Então a FLM hoje ela é composta por esses 12 movimentos cada qual com sua autonomia de negociação, porém nós não somos um movimento de negociação, essa é a nossa diferença da União, a gente não vive só de negociação, nós temos o lobby, fazemos o lobby, negociamos aqui e acolá. Mas, quando a nossa necessidade aperta, ou então quando a gente vê que ninguém supre a nossa necessidade, a gente parte para luta. Então essa é a diferença da FLM com a União. Nós não somos movimentos de negociação, somos de ação e de luta. (E2, P7).

Maria José – Olha esses... (aponta para meu caderno, onde está escrito UMM), eles não batem, eles não vão para luta, são um movimento que fica mais parado (risos). É um movimento que aceita o que o governo faz, então quando eles fazem uma luta, não fazem aquela luta... eu falo assim, de verdade, as propostas da família, que é da moradia e tudo, aí eles vão se desviando no meio do caminho, que é para fazer a luta por moradia, aí eles vão se perdendo, aí essas próprias famílias desses movimentos, vêm procurar o MSTC, a gente tem a legalidade, é um movimento sério, é um movimento que a gente chega e tem as portas abertas na prefeitura, na CDHU, é um movimento que não deixa a desejar (E3, P8).

Dois atores importantes dentro da FLM são o MSTC e a ONG Apoio, que exemplificam respectivamente uma das mais importantes ramificações dos movimentos atuantes no Centro hoje e suas relações com ONG's.

O MSTC é um dos movimentos de maior influência da FLM. Embora o MSTC seja relacionado ao Centro, por ser onde se realizam suas ações de maior

visibilidade, sua atuação se dá por toda a cidade, são cerca de 20 grupos de base¹⁸⁴.

A ONG Apoio fornece assessoria jurídica, promove palestras, cursos de formação política e encaminha muitos membros dos movimentos para empregos, além de dividir sua sede com a FLM, MSTC e MMRC.

Além da ONG Apoio, trabalham junto à FLM as ONG's Movimento de Defesa dos Favelados - MDF e Centro de Capacitação da Juventude - CCJ, que se articulam por meio do Programa Urbano, que tem por objetivo "fortalecer a eficácia do trabalho desenvolvido por entidades locais para melhorar as condições de moradia da população de baixa renda acomodada em bolsões de pobreza, como favelas e cortiços"¹⁸⁵.

Muitas lideranças da FLM e MSTC têm cargos dentro dessas ONGs e desenvolvem diversos trabalhos junto às mesmas, como se pôde perceber ao longo da pesquisa de campo. O trecho da entrevista abaixo demonstra diversas relações da FLM, não apenas com as ONGs citadas, mas com cargos de representação em conselhos municipais.

Hoje a FLM ela atua também no segmento de Programa Urbano, que é um programa desenvolvido com a CAFOD, a MDF e a própria APOIO, então a gente faz um trabalho aí também, a gente atua na Zona Leste, na Zona Sul e na área de favelas, as áreas mais necessitadas, tá? Nós pela FLM a gente tem uma linha de negociação muito grande, nós conseguimos muitas coisas ultimamente, a gente tem hoje dentro do conselho municipal de Habitação quatro representantes, que são dois titulares e dois suplentes. Nós também elegemos hoje o conselho Municipal da Juventude também, o setorial moradia e a gente além de desenvolver essas políticas voltadas realmente ao trabalhador de baixa renda a FLM atua na cidade como um todo, na questão da juventude. A juventude não é só brincadeira, juventude tem também que pensar na seriedade, é formação. (E2, P7).

¹⁸⁴ Há informações acerca de 30 e até de 50, as próprias lideranças não sabem ao certo quantos grupos de base estão ligados ao MSTC, pois de acordo com estas, a todo tempo há novas filiações e desfiliações. Sobre a atuação do MSTC na cidade como um todo ver (inclusive ocupações): CRISTINA, Nathalia. Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009). Dissertação apresentada ao IFCH, UINCAMP, Campinas, 2009.

¹⁸⁵ O Programa Urbano é uma iniciativa que a CAFOD - Agência Católica para o Desenvolvimento e emergência da Igreja Católica (ONG inglesa) propôs à Comunidade Europeia. Sobre o Programa Urbano ver:

<http://www.programaurbano.com.br/quem-somos.php> Acessado em 08/04/2012. O MDF trata-se do Movimento de Defesa dos Favelados.

A ênfase dada a essas relações como formas de negociação se configurou em um tipo de fala padrão para as lideranças, não só da FLM, mas da maioria dos movimentos. Parece haver uma necessidade de se publicizar a capacidade/necessidade desses movimentos em atuações complementares ao que eles mesmos chamam de luta direta. O que denota que essas ligações estão absolutamente engendradas nas relações que os movimentos estabelecem com esses outros atores, ao ponto da incorporação e indistinção de seus discursos.

2.4 Institucionalização, participativismo, gestão e os governos de esquerda

Embora se intitulem mais ou menos negociadoras, as duas principais entidades aglutinadoras dos movimentos de moradia atualmente, a UMM e a FLM, bem como muitos de seus movimentos filiados, têm ligações com diversas ONG's¹⁸⁶ e assessorias, além de disputarem vagas nos mais diversos canais de participação¹⁸⁷.

Ou seja, nenhuma dessas entidades está fora da lógica participativista, ainda que um dos principais motivos da criação da FLM tenha sido a insatisfação com as formas de luta da UMM, como visto nos diversos excertos das entrevistas realizadas. Boa parte dos membros e lideranças que se aglutinaram em torno da FLM definiu a UMM, autodenominada “entidade mãe”, como excessivamente negociadora, que teria perdido sua autonomia ao ter boa parte de suas lideranças em cargos do governo¹⁸⁸.

O viés institucional alcançado por essas entidades, lastreado na exigência deste para participação em projetos, na obrigatoriedade de relação com ONGs

¹⁸⁶ A FLM e boa parte dos movimentos de sua base têm o suporte de ONG'S, como a APOIO e a CAFOD, já citadas. A ULC por sua vez tem ligação com a ONG Integra e o Fórum dos Cortiços com a Fábrica Urbana. O suporte dessas ONG's vai desde o pagamento e viagens de 'capacitação' para militantes, cursos de formação e financiamento de lideranças até a viabilização de espaços para sedes e repasse financeiro direto. Ver mais em: BLOCH, 2007.

¹⁸⁷ Sobre a participação nos Conselhos, como o municipal de Habitação ver Tatagiba e Teixeira, 2007.

¹⁸⁸ Desde as gestões petistas: Luiza Erundina, depois Marta Suplicy e atualmente também no governo federal – gestões Lula e Dilma.

e escritórios de assessoria, contribui para a destituição da própria capacidade política do movimento¹⁸⁹. A ascensão de governos de esquerda e a inclusão de membros dos movimentos em cargos públicos corroboram esta tese¹⁹⁰, que traz consigo ainda outros problemas referentes à sustentação desses governos, como demonstra Tatagiba 2007:

(...) sabemos que muitas pessoas dos movimentos têm uma tripla militância – movimento, partido e, quando o partido está no governo, sentem-se parcialmente governo, mesmo não ocupando cargos no poder público (Tatagiba e Teixeira, 2007: 86).

Por outro lado todas essas relações também contribuíram para elevar o grau de politização – mesmo que este tenha ficado mais restrito às lideranças – no sentido da ampliação do entendimento dos direitos, ainda que as reivindicações em busca desses direitos percam-se funcionalmente nos imbricados caminhos institucionais dos inúmeros programas habitacionais e de auxílio.¹⁹¹ O trecho da entrevista abaixo com uma das lideranças de um movimento da Mooca filiado a UMM ilustra a situação descrita acima.

Aparecida, liderança da ULC: A gente tem que entrar, a gente tem que estar presente em todos os locais, a luta por moradia é aquilo lá, o arroz, o feijão e o ovo, é organizar as famílias, ter uma terra e indicar, adequar a um programa, porque você precisa ter a terra e um programa, senão não acontece nada, é ato para a rua, mas também você tem que saber a burocracia e como funciona, quais são as leis que existem na atualidade, quais os programas de governo que têm. Porque Programa é uma coisa diferente de lei, um Programa é coisa que você tem na atualidade e aí você tem que agarrar. Então a gente tem que estar presente, seja num Conselho municipal, seja num estadual, que talvez seja implantado agora, ou seja, num nacional. Tem que estar presente. (E8, P25).

¹⁸⁹ Sobre o debate acerca da autonomia dos movimentos e sua institucionalização, ver Doimo, 1995, e a questão do “imobilismo teórico”.

¹⁹⁰ Ver CAVALCANTI, 2006.

¹⁹¹ Um exemplo dessa relação são as cartas de reivindicações dos movimentos de moradia, sejam estas publicadas em momentos de início de ocupações, sejam em reintegrações de posse. Nestas constam citações constitucionais e jurídicas, além de cobranças por atendimentos emergenciais ou paliativos, o que demonstra o conhecimento – e implícita aceitação – dos desenhos institucionais. Algumas dessas cartas estão em anexo e perfazem uma rica fonte do atual estado de gerenciamento alcançado pelos movimentos.

Todo esse necessário conhecimento da burocracia, a qual se refere a militante entrevistada acima, reflete uma disputa pelo acesso aos programas e recursos públicos, que vão desde a inserção de famílias em programas habitacionais até a distribuição de políticas compensatórias (bolsas aluguel, por exemplo).

De acordo com Tatagiba, 2007, há uma relação direta entre essa disputa pelo acesso aos programas e a constante fragmentação dos movimentos. Essa fragmentação acompanharia a também não pequena fragmentação do próprio desenho institucional das políticas habitacionais, repletas de espaços de participação em todas as esferas de governo. O que sem dúvida gera um tipo de competição entre os movimentos – e lideranças, claramente vista pela pesquisa de campo, como demonstram os trechos dos diários de campo e entrevistas abaixo.

Jandira (MSTC) reclama do assédio que as lideranças sofrem, ela narra diversas histórias de pessoas que a telefonam pedindo verba, indicação na prefeitura para conseguir cartas etc. Ela chama essas pessoas de parasitas e diz que a única maneira de desconstruir essa visão é com formação nas bases.

Mas, fato é que esses pedidos às lideranças têm lastro, afinal são elas as pontes entre a base e o poder público, são elas que passam os nomes das famílias que serão atendidas ao final das ocupações – são elas que aferem as pontuações¹⁹² e ranqueiam as famílias - seja com cartas de crédito, com auxílio-aluguel, unidades ou auxílio-emergência. Seus nomes são conhecidos dentro de todos os órgãos públicos (D4, P13).

Há uma organização da demanda por moradia claramente mediada pelos movimentos, na figura de suas lideranças, o que em última instância provoca uma competição entre estes, gerada pela escassez dos recursos. Configura-se desta forma um tipo de ação e participação de resultados, balizado na lógica mesma da gestão.

Essas práticas têm reconfigurado relações dentro dos movimentos, e entre estes e as instituições políticas. Ainda de acordo com Tatagiba, 2011, a “autonomia parece ceder espaço a certo pragmatismo envergonhado, onde o que conta é a eficácia da ação” (p.240)

¹⁹² Atribuídas às famílias em ocupações por meio de sua participação nas rotinas coletivas (limpeza, creche, “coordenações de andar”, cozinha, etc.)

O trecho de entrevista abaixo, parte da pesquisa de campo, ilustra em partes essas relações.

Aparecida – Não, eu não recebi carta de crédito... como a gente fez parte da negociação daqueles prédios, então eu entrei como indicação dos movimentos de moradia. E eu queria que muito mais gente do movimento tivesse conseguido lá dentro. (silencia).

Olivia – Você conhece pessoas lá dentro desses prédios, tem contatos ainda lá? Poderia me passar, para eu fazer mais entrevistas?

Aparecida – Sim, tenho, mas... Como você vai conversar com o Sidney e com a Dona Cida, por exemplo, o João que é da ULC, ele mora dentro do Banespa! Ele é também coordenador da ULC ele faz parte da luta. A Cida, por exemplo, ela mora dentro do Joaquim Carlos, ela, a Penha, a coordenação. Olha, eles não tiveram nenhum privilégio, eles também foram lutadores e seguiram a pontuação. Também se não tivessem pontuação, também não entrariam lá (E8, P25).

Neste escopo é importante discutir também os dilemas da ampliação dos canais de participação associados à emergência de governos de esquerda.

De acordo com Zibechi, 2006 o contexto da ascensão dos novos governos de esquerda na América Latina levou a uma modificação na atuação dos movimentos sociais e suas relações com o sistema político. Tais transformações se devem às dificuldades desses movimentos em se estabelecerem no novo cenário, oscilando ações de sustentação desses governos e embate. Este novo cenário teria contribuído para revelar divergências nas formas de ação dos movimentos e os instigado a ainda mais fragmentações.

O governo Lula é bastante paradigmático neste aspecto, Tatagiba, 2011 aponta que a reorientação programática do partido ao longo da década de 1990, teria causado uma participação instrumental que acompanhou essas mudanças de perfil no partido (redução de expectativas e apostas). “Como duas faces de uma mesma moeda, o “pragmatismo envergonhado” dos movimentos... parece encontrar abrigo no pragmatismo das lideranças e governos petistas”. (p.241)

Cavalcanti, 2006, também discutiu a perda da autonomia dos movimentos frente a governos de esquerda e ao analisar especificamente a atuação da UMM, afirma que:

A UMM teve suas fronteiras dissolvidas, tudo aquilo que delimitava seus contornos, que lhe conferia identidade, dissolveu-se; durante os anos da administração Marta, tornou-se tarefa difícil distinguir o que era estrutura do movimento com que era estrutura do governo (p.94).

De fato, constituíram-se redes de apoio dentro das instâncias governamentais e movimentos, o que sem dúvida gera uma relação de interdependência que tem na perda da autonomia, uma de suas mais graves consequências. Além do afastamento cada vez maior do debate de temas mais amplos, como lembra MARICATO, 2007.

Mas essa possibilidade, de debater temas estruturais, é longínqua não apenas para a diretora do Bird, mas também para a maior parte dos movimentos sociais e ONG's que se multiplicam no Brasil e no mundo, guiados pela hegemonia do "participativismo". É evidente que esses movimentos estão ocupados com problemas importantes como gênero, raça, meio ambiente, saneamento, habitação etc., mas, aparentemente, nos ocupamos em buscar melhores condições de vida, compondo um cenário dividido e fragmentado, tomando a parte pelo todo, contidos nos limites de um horizonte restrito, sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo. Desistimos de fazê-lo (MARICATO, 2007, s/pag.).

Mas, voltando à questão da participação e seus dilemas em governos de esquerda, no que concerne a este trabalho é imprescindível que se discutam as ocupações, como opção pela luta direta também dentro desses governos. Ainda que se saiba que esses governos tenham sido responsáveis, no caso do município de São Paulo, pelo aumento e mesmo criação de diversos espaços participativos¹⁹³.

Teoricamente, a análise das ocupações dos prédios poderia atestar momentos onde houve maior diálogo entre governo e movimentos, e quais foram os

¹⁹³ De acordo com Tatagiba, 2011: 242, as gestões petistas foram responsáveis por 54,3 % do total dos espaços participativos existentes na Prefeitura.

momentos onde a necessidade desse tipo de luta direta teria sido maior. De fato, há uma diminuição considerável de ocupações em momentos chave da gestão de governos petistas (municipais e federal)¹⁹⁴. Mas, não dá para se generalizar como tendência durante toda a gestão.

Esta questão em específico será tratada no próximo capítulo.

¹⁹⁴ Foram diversas as citações de campo sobre isso, uma delas aconteceu quando entrevistava uma das coordenadoras da ocupação Prestes Maia. Ela contava sobre a espera do resultado das eleições de 2002 para presidente para iniciar a ocupação do prédio, que aconteceu em 2 de novembro do mesmo ano. Tratava-se do segundo turno dessas eleições, com Serra – PSDB e Lula – PT como candidatos.

Capítulo 3:

Ocupações:

passagem e moradia

FIGURA 12. CRIANÇAS NA OCUPAÇÃO MAUÁ.

Capítulo 3: Ocupações: passagem e moradia

O objetivo deste capítulo é explorar as experiências da ocupação e seu entendimento, procurando flagrar em perspectiva macro e micro as questões relatadas pelos entrevistados e pela repercussão de suas ações. Serão tratados temas que remetem à visibilidade e invisibilidade, além do movimento de atração e expulsão dessas pessoas no centro da cidade, estabelecido tanto pelas ocupações como pelas conquistas.

3.1 Ocupação e Visibilidade: denúncia e festa. Últimas cenas.

A pauta principal era o “salão de Festas”¹⁹⁵, o que precisava ser montado, afinal aquele era o momento, a conjuntura de final do governo Lula, para os movimentos, era a hora de re-ocupar, “todos os movimentos estão fazendo assembleias”, dizia-se na reunião. (D4)¹⁹⁶

Segundo Jandira e Osmar a “demanda está alta”, têm muitas famílias sendo despejadas no centro, muita criança na rua, cortiços demolidos, albergues fechados, o que os fazia ter certeza que o momento é de novas ocupações, para cobrar antigos acordos e estabelecer novos. Os focos principais para re-ocupação são: Prestes Maia e Nove de Julho. (D4, P12, P13)

Eu acredito que a gente vá ter que começar a juntar tudo de novo e fazer o que se fazia antigamente, que é ocupar, resistir, ficar e construir, ou talvez em terra que não esteja regularizada, como foi a Fazenda da Juta, eu não sei, mas a gente vai ter que começar a se juntar de novo e fazer as ocupações. (E8, P25)¹⁹⁷

Então às vezes a gente não vai fazer a ocupação, porque está negociando. Aí quando para, por exemplo, a gente, saiu daquele prédio ali da Nove de julho e teve aquela verba por 6 meses, que venceu agora, vai começar a renovar agora em fevereiro, por mais 6 meses e aí se a gente vir em fevereiro, março, a gente volta de novo a ocupar, a pressionar. Porque a gente não pode ocupar antes, porque a gente acaba... não justifica. (E3, P8)

¹⁹⁵ Preparação para a ocupação.

¹⁹⁶ Os trechos assinalados com a letra “D” fazem parte dos diários de campo relacionados nos apêndices e respectivamente numerados. Já a letra “P” significa o “personagem-informante”, também devidamente referenciado nos apêndices deste trabalho.

¹⁹⁷ Da mesma forma que para os diários de campo utilizou-se a letra “D” como forma de referenciar os excertos selecionados, a letra “E” trata das entrevistas realizadas e o “P” segue referindo-se aos mesmos personagens.

Os excertos acima, coletados pela pesquisa de campo, são do final de 2009. São pessoas de diferentes movimentos, filiados à UMM e à FLM em um ano sem ocupações, marcado por grande expectativa de negociação. Estes pareciam anunciar a retomada das ocupações e um novo ciclo de conflitos, como forma de luta direta e a unificação dos movimentos na ação.

Anunciavam também a exaustão, a morosidade e os limites das negociações desses movimentos com o poder público municipal. O momento unia a grande quantidade de despejos (no centro da cidade e na zona leste), o número crescente de sem-tetos e uma dinâmica urbana feita de prédios vazios.

Em outubro de 2010, maio e novembro de 2011 as ocupações são retomadas, em ações coordenadas, respectivamente pela FLM e por 13 movimentos diferentes, na maior ocupação unificada e realizada no mesmo dia (e também em número de prédios) da história de São Paulo.

CENA 1: MADRUGADA DE 07 NOVEMBRO DE 2011

Realizamos os principais serviços para o bom funcionamento desta cidade, entretanto nossas famílias estão espremidas por um conjunto de necessidades. Lutamos e trabalhamos muito para sobreviver, mas a cidade regida pelas leis do mercado, especialmente imobiliário, impede que nossa renda assegure nossos direitos. Sabemos que a situação de nossas famílias decorre da injustiça histórica. Sabemos também, que nas circunstâncias atuais, nosso sofrimento não tem razão de continuar. Por isso, nos organizamos e ocupamos esses imóveis abandonados, sem função social, respaldados por nossas Leis, que assegure nosso direito à moradia e por meio de nosso direito de agir¹⁹⁸.

Ônibus, famílias vindas de diversas partes da cidade, despejadas, despojadas. Colchões, enormes sacolas, painéis, apitos, olhos que buscam na escuridão, massa e indivíduo.

¹⁹⁸ Trecho da Carta aberta assinada pelos 13 movimentos, por ocasião das ocupações coordenadas de 7/11/2011, endereçada ao Prefeito: Gilberto Kassab, ao Secretário de Habitação Municipal: Ricardo Pereira Leite, ao Governador Rubens Alckmin, ao Secretário de Habitação do Estado: Silvio Torres e ao Presidente da CDHU: Mario Amaral. A carta traz as reivindicações específicas de cada movimento e cobra a resolução de acordos não cumpridos.

Para os movimentos é uma forma de pressionar o governo a dar respostas aos inúmeros processos de negociação pendentes. Para a quase absoluta maioria das 3.500 pessoas, uma forma de não pagar aluguel. Já a expectativa de conquistar uma moradia e a possibilidade do início de um processo de politização, sociabilidade e vivência do espaço público no centro da cidade, talvez sejam colocadas como horizontes apenas para uma pequena parcela dessas pessoas.

As ocupações são sempre um momento de grande visibilidade, há vasta cobertura da imprensa e fica patente uma série de disputas: são divergências sobre o número de ocupantes, suas origens, motivações etc.

Cinco dessas ocupações foram feitas na Avenida Ipiranga e São João, referências incontestes da urbanização paulistana e ícones de uma atmosfera boêmia e cultural nas décadas de 1950 a 1970.

Até o fechamento deste trabalho (12/2011) restavam – desta ação de ocupação - apenas 5 prédios ocupados, a polícia já havia executado ordens de reintegração de posse em todos os outros²⁰⁰. Os relatos são de uma ação truculenta, como será discutido posteriormente.

CENA 2: MADRUGADA 19 DE MAIO DE 2011

Ocupações de maio de 2011			
Endereço	Distrito	Número de Pessoas	Movimento
1-Rua São Joaquim, 329	Liberdade	600	UMM
2-Av. Rangel Pestana, 1099	Brás	800	UMM
3-Rua Conselheiro Crispiniano, 125	Brás	400	UMM
4-Rua Professor Romeu Pelligrini, 85	Ipiranga	300	UMM

²⁰⁰ Foi elaborada uma tabela, encontra-se em anexo, que até o fechamento deste trabalho, traz as informações sobre as reintegrações ocorridas, além de listar todas as ocupações e suas informações de 2008 a 2011.

FIGURA 14: MAPA OCUPAÇÕES MAIO DE 2011

Esta ação ocorreu em âmbito nacional, coordenada pela UMM, em função do Dia Nacional de Mobilização pelo direito à Moradia.

Com exceção do prédio ocupado no bairro do Ipiranga, todos eram de propriedade pública. As ocupações da rua Conselheiro Crispiniano, avenida Ipiranga e ao atos realizados no bairro da Liberdade, e registraram confrontos com a polícia.

O prédio da Rua Conselheiro Crispiniano já havia sido adquirido pela Secretaria do Patrimônio da União para moradia popular há mais de 1 ano e as obras ainda não haviam sido iniciadas.

CENA 3: MADRUGADA DE 04 OUTUBRO DE 2010 –RETORNO AO PRESTES E INSS

Ação coordenada pela FLM, mais de 4.000 pessoas, 4 edifícios ocupados. É a ação que reconstituirá a que foi a maior ocupação vertical da América Latina, a do edifício Prestes Maia.

Ocupações de outubro de 2010			
Endereço	Distrito	Número de Pessoas	Movimento
1-Av São João, 588	República	300	FLM
2-Av. Prestes Maia, 911	República	1200	MSTC/FLM
3-Av. Ipiranga, 905/895	República	1200	MSTC/FLM
4-Av. Nove de Julho, 584	República	2000	MSTC/FLM

FIGURA 15: MAPA OCUPAÇÕES OUTUBRO DE 2010

Nesta ação estavam 700 famílias da Favela do Linhão da Eletropaulo, Zona Leste.

Houve também acampamento no Viaduto do Chá, que conseguiu prorrogar por mais 3 meses o atendimento de 326 famílias despejadas em 2009 do terreno da ocupação Alto Alegre, São Matheus, Zona Leste.

3.2 Histórico das ocupações, um novo ciclo de conflitos.

FIGURA16²⁰¹: GRÁFICO NÚMERO DE OCUPAÇÕES POR ANO/ GESTÃO MUNICIPAL E FEDERAL
Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico apresentada acima aponta em números o histórico a ser desenvolvido neste tópico e tem por objetivo estabelecer relações entre as ocupações e as gestões municipais e federais.

²⁰¹ As informações até 2007 foram baseadas no levantamento feito por NEUHOLD, 2009 e SILVA e SIGOLO, 2007. De 2008 a 2011 os dados para a elaboração desta tabela são parte do levantamento realizado pela pesquisa de campo e foram elaborados pela autora. Há uma tabela, como apêndice deste trabalho, que traz todas as ocupações realizadas de 2007 a 2011, levantadas pela pesquisa de campo realizada, mais informações coletadas junto aos movimentos.

As ocupações no centro da cidade não são novas e como já discutido no capítulo 2, não é possível estabelecer uma teleologia da ida ao Centro por parte dos movimentos. Como visto, houve uma somatória de questões, que vão desde o esgotamento do padrão periférico de terras, direito a morar em um lugar servido de infraestrutura até a proximidade de possibilidades de trabalho (inclusos: informal ou subemprego). Uma ou todas as alternativas anteriores, estabeleceram a um só tempo, relações entre edifícios abandonados no centro da cidade, lógicas especulativas, criminalização e visibilidade da pobreza.

As histórias de ocupações e despejos em antigos casarões encortiçados no centro da cidade são vastas e datam do início do século passado²⁰². Interessa aqui resgatar o histórico dessas ocupações a partir do momento de sua maior visibilidade pública, o final da década de 1990.

Trataram-se pela primeira vez de ações coordenadas de ocupações em prédios vazios da cidade, organizadas por movimentos. Pela primeira vez também se articulava um discurso comum que envolvia questões amplas como direito à cidade e Reforma Urbana.

O ano de 1997 é considerado o marco dessas ações, com uma série de ocupações, dentre as quais destaca-se a dos “casarões da USP”, que mais tarde viria se tornar o conjunto habitacional Pirineus, referência frequente dos movimentos de moradia.

Essa ação foi organizada pelo Fórum dos Cortiços, tratava-se de um conjunto de casas de propriedade da USP, nos Campos Elíseos, ocupadas por mais de 100 pessoas recém despejadas de um cortiço na Rua Tomás de Lima, na Sé.

As ocupações do Casarão Santos Dumont, que durou 4 anos e do Casarão do Carmo também são referenciadas como as primeiras no Centro.

O Casarão do Carmo foi ocupado por 1500 pessoas em uma ação de grande visibilidade organizada pela ULC, que buscou apoio da OAB, Igreja Católica e CUT na época dos pedidos de reintegração de posse.

²⁰² Ver PICCINI, 1999.

Essa ocupação marca também o início de uma das primeiras dissidências da ULC, o MMC. Após a reintegração de posse do Casarão do Carmo, as famílias, em uma negociação direta com o governador, foram encaminhadas para um colégio na Zona Leste e lá ficaram por mais de um ano, até que um grupo – hoje o MMC - decidiu ocupar o edifício da Secretaria Estadual da Rua do Ouvidor, na Sé, fechado há 8 anos. As demais famílias que ficaram na escola, ocuparam já em 1999 no Brás, o antigo Hospital Nossa Senhora da Conceição, que estava desativado.

Ainda no ano de 1997, haveria a tentativa de ocupação de um dos prédios do INSS, por mais de mil pessoas, que foram impedidas pela polícia de entrar no prédio.

No total foram 5 ocupações no ano de 1997, todas realizadas em prédios públicos, o que demarcou nessas primeiras ações uma relação direta de cobrança para com o Estado.

Em 1998 foram 3 ocupações, de um prédio da CEF, que durou 3 anos, do Hospital Matarazzo e Riachuelo, ambas de menos de 1 ano. As duas últimas resultaram, respectivamente, em unidades habitacionais para 17 famílias em um empreendimento da CDHU na Mooca entregue em 2011 e na reforma do prédio para habitação social.

No ano de 1999 foram registradas 17 ocupações, além de passeatas de grande visibilidade, normalmente após processos conflituos de reintegrações de posse. É deste ano a chamada “primeira megaocupação”, realizada pela UMM, com cerca de 6100 pessoas, que ocuparam 4 imóveis em menos de uma hora.

De acordo com a própria UMM, o final da década de 1990 conformava-se em um momento de grande efervescência, o maior depois dos marcos das grandes ocupações nas periferias no final da década de 1980. O que o constitui sem dúvida como um novo ciclo de conflitos.

Ciclo este que se caracterizou basicamente por reivindicações que giravam em torno de cobranças da retomada de projetos de gestões anteriores, tais como os mutirões autogeridos da época de Luiza Erundina e os programas de ação em cortiços da época de Mário Covas.

Uma vez estabelecidas tantas ocupações e mobilizadas tantas pessoas, a tendência dos anos seguintes foi de diminuição do número de ocupações, afinal muitas dessas duraram dois, três e até cinco anos, como a da Rua da Abolição. Outras ocupações que foram mantidas: Casarão da Santos Dumont, prédio do INSS, Rua do Ouvidor, CEF da Floriano Peixoto, Hospital do Brás, Ana Cintra, Paulino Guimarães e Conde São Joaquim.

O final da década de 1990 também foi marcado por violentas reintegrações de posse, como no caso da ocupação de um imóvel que pertenceu ao Banco Nacional, na Rua Libero Badaró. Após pouco mais de um semestre de ocupação, já no ano de 2000, a reintegração foi cumprida por 150 homens, entre tropa de choque, bombeiros e soldados. O movimento responsável pela ocupação, o MMC, reúne inúmeros relatos de agressões.

Uma pausa nos processos de ocupação deveu-se também às primeiras conquistas, como o prédio da Rua Fernão Sales, viabilizado pelo PAR para famílias que estavam em uma ocupação organizada pelo MMC na Rua Floriano Peixoto²⁰³.

Essa suspensão das ocupações nesse período também se deveu às expectativas do início da nova gestão na prefeitura de São Paulo. Assumia Marta Suplicy do PT com um plano de governo que contemplava parte das reivindicações dos movimentos.

Um marco desse comprometimento foi um estudo, finalizado em 2001, sobre a situação da área central, esvaziamento econômico, imobiliário e populacional, com propostas para uso habitacional no Centro. Esse relatório foi feito pela Comissão de Estudos sobre Habitação na área Central, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo e contou com participação de movimentos, técnicos, acadêmicos e parlamentares²⁰⁴.

²⁰³ Esse empreendimento é tido como piloto dentro da política de reabilitação de prédios vazios.

²⁰⁴ Essa comissão foi presidida pelo arquiteto Nabil Bonduki, vereador na época. Ver: SÃO PAULO, Câmara Municipal. Comissão de Estudos sobre Habitação na área central. Relatório final, SP, setembro 2001.

Os anos da gestão Marta também marcaram o ingresso de diversas lideranças dos movimentos de moradia em cargos no governo. É possível se estabelecer esta, como mais uma das questões que teriam colaborado para as pausas nas ocupações. As únicas três que aconteceram em 2001 dirigiram suas reivindicações aos governos estadual e federal.

Em 2002 as ocupações são retomadas em um contexto em que a UMM torna pública sua preferência pela negociação às ocupações. É o início de um processo de fragmentação de entidades dissidentes e a fundação de outros movimentos.

Enuncia-se aqui outro período de grande visibilidade das ações dos movimentos no Centro, caracterizando ainda mais um ciclo de conflitos, que terá como ponto alto o final da gestão Marta e início da gestão Serra/ Kassab.

Em 2004 foram realizadas 11 ocupações, foi o primeiro ‘abril vermelho urbano’²⁰⁵. A UMM volta a ocupar e as articulações nacionais com a UNMP, CMP e MNLM são fortalecidas. Importante destacar que ainda em 2004, pouco depois do encerramento das eleições que deu vitória à Serra, houve mais uma megaocupação. MSTC e MTSTRC ocuparam 6 imóveis e marcaram definitivamente sua separação da UMM e filiação à recém-criada FLM.

Já na gestão Serra, em 2005 a UMM confirma sua opção por fazer ocupações mais como forma de denúncia do que moradia e segue realizando negociações e passeatas. A FLM também realiza ocupações, sendo a mais importante delas o retorno ao prédio do INSS na Avenida Nove de Julho, de onde saíram as negociações com o Ministério da Cidade, que iniciariam o processo de reforma do prédio para moradia.

As ocupações dos primeiros anos do governo Serra tiveram suas reivindicações voltadas para a cobrança dos acordos feitos na gestão anterior e rompidos por esta, como volta dos programas Bolsa Aluguel e Locação Social, a reforma de prédios e a liberação de verbas para mutirão.

²⁰⁵ Em alusão às ações do “abril vermelho” realizadas pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, como forma de lembrança dos 19 sem-terra mortos em Eldorado dos Carajás (PA) em abril de 1995. Essas ocupações coordenadas, de 31 de outubro de 2004, se deram logo após o anúncio da vitória de Serra para a prefeitura de São Paulo.

O ano de 2005 também foi marcado por violentas reintegrações de posse, como a da ocupação Plínio Ramos e violações diversas de direitos humanos, como refletiu o Dossiê Denúncia, confeccionado pelo Fórum Centro Vivo - FCV. Além da destituição de uma das mais emblemáticas ocupações, a da Rua do Ouvidor, organizada pelo MMC²⁰⁶.

Em 2006 e 2007 o número de ocupações volta a cair, a UMM segue, em articulação nacional, com as ocupações denúncia, cobrando acordos e verba do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, sob o controle do CGFNH – Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação. A FLM ocupou 3 prédios, o São Vito, o INSS República e em seguida o Hotel Santos Dumont, já ocupado pelo MSTC em outra ocasião.

A partir de então se anuncia um novo ciclo, que não se configura apenas pelo número de ocupações – que atingirá seu auge novamente somente em 2011, mas pelas formas de relações entre os atores. São processos de reintegração de posse cada vez mais truculentos, com novas formas de se gerir os conflitos.

3.3 A festa das grandes ocupações – 1º ato.

Aí ela chegou lá num dia de sexta-feira e disseram, olha a gente vai fazer uma grande festa, porque a gente não chama ocupação, você quer ir? Aí ela falou, eu quero, explicaram para ela o que era a grande festa.(E3, P8)

O excerto acima foi relatado por uma entrevistada, que lembrava como uma de suas amigas foi convidada para a “festa vindoura”: a ocupação Prestes Maia.

O dia da ocupação dos edifícios é sempre narrado com entusiasmo e repleto de detalhes. A experiência vivida por essas pessoas no ato de entrada mistura transgressão, justiça e expectativa.

²⁰⁶ A reintegração de posse dessa ocupação foi bastante simbólica, uma vez que além de ser antiga (1997-2005), foi alvo de diversos trabalhos acadêmicos, por ter consolidado grupos de alfabetização e espaços de formação política. Essa reintegração somada à prisão de uma das principais lideranças dos movimentos de moradia desarticulou e fragmentou o movimento.

Na outra ponta, o trabalho de base desenvolvido longamente junto às famílias, a preparação política, o momento adequado e a escolha dos prédios

E quando a gente ia fazer ocupação? A gente entrava no ônibus aquela multidão, parecia que ia viajar, era muito bom. E quando vinha a polícia, aí era uma correria, eu adorava tudo isso. Minha mãe morria de medo, mas eu não estava nem aí. Que nem na Rangel, parou o ônibus, aquele monte de gente, a gente foi entrando, porque tinha um muro, aí tinha um gramado com uma parede toda fechada, aí tinha que abrir. Nisso foram os homens já na frente, abrindo na marreta e abria um burquinho e já iam passando, igual tatu mesmo, minha mãe torceu o pé e eu ali me divertindo muito. Tudo escuro... (E4,P19)

Até que foi um ali, ligou a luz, o gato e aí todo mundo grita, aquela festa. Ela morria de rir, dizia que era gostoso, queria ficar a noite toda bagunçando e eu já procurando um lugarzinho, para gente dormir e começar a vigília, um dorme, depois o outro, porque no outro dia, tem que trabalhar. (E4, P18)

Em todas as ocupações as cenas obedecem a um padrão e a um encadeamento semelhantes, madrugada, ônibus lotados, muita gente, pertences, homens na frente (comissão de frente), mulheres e muitas crianças depois. Paredes, muros ou portões precisam ser derrubados, comissão de “luz”, ocupação dos espaços e assembleia.

As lideranças, sempre acompanhadas de um advogado do movimento e de militantes antigos e conhecidos, passam nas ocupações levando as primeiras palavras de incentivo e organização. São falas sobre a importância e dificuldade de se conviver no coletivo, explicam a hierarquia e o respeito à entidade. Sugerem dinâmicas de funcionamento, de escalas, revezamento de portaria, idas aos sacolões para pedir doações, como fazer as regras internas etc.

Sobre o perfil dos ocupantes moradores:

As famílias que geralmente participam das ocupações vêm de grupos de base de diversos movimentos, em bairros mais afastados, normalmente na Zona

Leste ou no Centro. São trabalhadores informais, flexibilizados, subempregados, desempregados, despejados. Moradores de cortiços, que pagavam em média R\$ 500,00 de aluguel em quartos degradados e sem banheiro, mais a utilização da água “por cabeça”. São moradores de favelas e áreas de risco e extremo risco, como os da favela “Mar Vermelho”²⁰⁷.

Como já abordado ao longo do trabalho, trata-se de um perfil de extrema vulnerabilidade, que inclui tanto pessoas vindas das periferias, como do centro. Muitas vezes trata-se de famílias que já passaram por diversas ocupações e têm feito das mesmas, mais os acordos conseguidos (auxílio-aluguel), sucessivas moradas.

Nos últimos anos, de acordo com a pesquisa de campo e com os dados apresentados no capítulo 1, houve a inclusão de uma parcela ainda mais empobrecida junto aos movimentos de moradia. A participação de população em situação de rua também aparece como nova e a questão do fechamento dos albergues no centro da cidade parece ter contribuído para tanto.

Há também famílias de bolivianos, trabalhadores subempregados das muitas oficinas de costura da região e catadores, que com suas carroças recolhem e fornecem todo o tipo de material nas ocupações.

3.4 A ocupação como passagem, moradia e resistência: retrato de 3 ocupações e seus históricos – 2º ato

Aí na época era a eleição para Presidente e a gente pensou que ia ocupar antes das eleições. Eu já estava toda afoita, porque eu já estava com meus aluguéis todos atrasados, doida para ir logo, mas não deu para ocupar antes, a gente teve que ocupar em novembro. Dia 2 de novembro e aí quando a gente veio para ocupação, a gente já veio decidido a morar²⁰⁸. (E3, P8).

²⁰⁷ Os moradores da Favela do Mar Vermelho participaram da ocupação da Avenida Ipiranga 895/905, como será visto mais adiante.

²⁰⁸ Rever nota 194, sobre a espera pelo resultado das eleições.

FIGURA 17. PRÉDIO DO INSS NA AVENIDA 9 DE JULHO. OCUPAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE POSSE

NOVE DE JULHO – O INSS E O VIADUTO OCUPADO

Madrugada de reintegração de posse Nove de Julho - INSS

FIGURA 18.

Chego às 19h30 em frente à ocupação na Avenida Nove de Julho, recém “despejada” do prédio do INSS logo em frente.

Era o horário combinado, o centro já estava vazio; em suas ruas escuras saltavam aos olhos alguns bares, pequenas portas de boates com moças de roupas curtas, banquinhas de churrasco e raros transeuntes que caminhavam rapidamente para um ponto de ônibus.

Nesse dia estive no centro da cidade desde as 9h00, caminhando, buscando passar em frente a ocupações, cortiços e prédios “revitalizados” para moradia social. Buscava anonimamente flagrar o movimento, as formas de apropriação daquele espaço, os diálogos, o comércio e principalmente aquilo que não estava dito.

Tive um grande companheiro nesse dia de campo, meu pai. Ele é corretor de imóveis, mas trabalha a maior parte de seu tempo levando e trazendo documentos ao centro da cidade, Fórum, Prefeitura. Como todo bom office-boy, João conhece muito bem a região e me ajudou imensamente com alguns endereços, como ele dizia, as “bocadas” onde você vai. Sem entender absolutamente meu trabalho de pesquisa, pedi sua ajuda para me acompanhar na visita à ocupação Nove de Julho, marcada para a noite.

Encontramo-nos no metrô Anhangabaú e fomos andando até o viaduto ocupado. Li o endereço para ele, Rua Álvaro de Carvalho, 197, ele procurava o número nos prédios e eu o advertia de que não se tratava de um prédio, mas de um viaduto. Quando chegamos perto do que imaginei que fosse a entrada da ocupação – bem embaixo do viaduto – tentei ligar novamente para Luiza, avisar que eu havia chegado. Já estávamos “estranhos no pedaço” e não queria fazer a aproximação sem que alguém de dentro da ocupação pudesse nos inserir.

Paramos em frente a uma boate, de onde fiz as ligações, sem sucesso, celulares embaixo de viaduto pegam muito mal, fui saber depois. Passada quase meia hora de tentativa de abordagem, fomos interrogados pelo segurança da boate: “o que vocês estão procurando?” Ao dizer que se tratava da ocupação, o homem foi rápido, “do movimento né? É naquela entrada ali”. Decidi então me aproximar daquele “buraco no viaduto”, a “entrada” e me apresentar. “Boa noite, Luiza está?”,

perguntei a dois rapazes que montavam uma espécie de recepção. “Sim, você é a pesquisadora da USP”?

A apreensão inconfessa que nós dois sentíamos cedia imediatamente lugar a surpresa. Assinamos uma lista de controle de presença, passamos por um corredor feito de panos e lençóis pendurados, nas paredes cartazes com desenhos de crianças. Eram alusões a casas, família, respeito, limpeza e reciclagem.

Luiza vem nos buscar na “portaria”, ela já havia sido avisada, a rapidez na comunicação chega a ser impressionante. Somos recebidos calorosamente. Luiza é uma mulher de aparentemente 50 anos, negra, baixa, cabelos curtos, postura firme e sorridente. O espaço, muito limpo e organizado, é bastante amplo e estava dividido em quatro partes. Logo à esquerda desse corredor de entrada, com a aparência de um galpão, tinha um espaço livre, onde brincavam muitas crianças. Vi bolas, colchões, papéis, lápis e um agradável ruído de brincadeira de criança. Do lado direito um grande espaço, como um salão, onde se enfileiravam inúmeros sofás, com distância apenas para as pernas entre um e outro, como uma fileira de bancos em um trem. Nestes sofás estavam inúmeras famílias absolutamente compenetradas na novela da Globo, que passava em uma TV distante uns 20 metros do último sofá. Falei boa noite para aqueles que notaram minha presença.

Observei também que ao fundo e ao longo desses dois espaços, “galpão das crianças” e “galpão dos sofás” havia uma série de cortinas. Vi algumas pessoas entrando e saindo de lá, eram os quartos. Divididos igualmente por panos e lençóis, marcavam o espaço de cada família para dormir.

Seguindo, atrás do “galpão de sofás”, um espaço que lembra um grande quintal, com boa parte ao ar livre. A iluminação da rua, que vinha lá de cima do viaduto, trazia um ar sombrio, mas repleto de vida. Nesse “quintal” estava um grupo de mulheres que fazia as unhas com o auxílio de uma pequena luminária. Lá também era a cozinha, muitas panelas, pratos, copos e uma pia, tudo absolutamente improvisado, mas extremamente limpo e organizado. Eram quase 20h00 e o jantar já havia sido servido, tudo estava arrumado e as enormes panelas secavam sobre uma bancada de madeira.

São muitos os fios que correm livres pelo meio do espaço, desembocando em luminárias e tomadas para ligar aparelhos eletrônicos, como celulares, televisor e secador de cabelos. Também há um esquema para saída de água.

Antes desse “quintal” havia ainda uma pequena sala, com um altíssimo pé direito, como todo o espaço sob o viaduto. Luiza me mostrou esta sala, como de “jantar”, onde as refeições eram servidas por turnos, primeiro as crianças, depois as famílias que chegavam mais cedo do trabalho, depois as outras etc.

À medida que vou adentrando o espaço e comentando sobre a organização e limpeza, Luiza ressaltava várias vezes a situação do espaço antes da ocupação, as toneladas de lixo,

entulho, ratos e baratas que foram retirados em mutirões de limpeza realizados pelos próprios ocupantes.

Voltando ao “quintal”, o papo era animado e somando-se a curiosidade com a minha presença, chegaram mais algumas mulheres. Fiquei por alguns instantes apenas ouvindo e observando, não apressei o início da entrevista e ouvi histórias sobre filhos, o dia no emprego, ex-maridos etc. Um bate-papo de mulheres, ao redor de um fogão de onde saía um delicioso cheiro de café.

Era notável a referência de liderança na figura de Luiza, para além do âmbito da ocupação. Isso podia ser notado pela atenção que as outras mulheres prestavam aos seus comentários e às solicitações de sua opinião, pois como elas mesmas diziam “Luiza tem experiência de vida”.

A forte presença feminina nas ocupações impressiona, mais do que a enorme quantidade de crianças.

Tinha algumas balas na bolsa, que comprei de garotos em cima do viaduto, ofereci às mulheres, sentamo-nos, conversamos um pouco sobre os temas que eram debatidos ali sem que eu ligasse a câmera. Depois que começamos todos a nos sentir mais à vontade – e os olhos de meu pai já estavam mais confortados, decidi começar.

Luiza pede que tragam mais três cadeiras, para que façamos a entrevista sentados, João ajuda a buscá-las na “sala de jantar”, junto a um grupo de homens que observava atento a “estranha movimentação” no “quintal”.

Luiza ajeitava-se na cadeira, estava muito arrumada, maquiagem, salto alto, brincos; fiz um elogio e ela respondeu agradecida, que tinha um trabalho e fazia questão de se arrumar todos os dias, pois não ter casa não significava não ter dignidade.

Início as perguntas e há uma pequena mudança de postura em Luiza, entra em cena a militante. Por algumas vezes durante a entrevista tento “reencontrar Luiza”.

Uma das mulheres nos traz café, todas as xícaras são de um mesmo conjunto, vamos conversando e tomando café.

Não escondo minha indignação ao saber que a FLM congrega 12 movimentos, pois quando de minha visita à UMM perguntei pela FLM, por outros contatos de movimentos e não obtive resposta alguma. A ocupação da Nove de Julho, a saída do prédio do INSS era muito recente e foi bastante noticiada e a UMM, como aquela entidade que congrega diversos movimentos, me disse que não tinha “contatos” dessa ocupação (telefones, endereço e demais informações). Foi aí que eu tive a certeza de que precisava ir falar diretamente na ocupação da Nove de Julho e entender também a relação que se estabelecia entre esses movimentos.

Quando pergunto sobre a história da ocupação do prédio do INSS, de onde vêm aquelas famílias, além de uma narrativa de lutas que perpassa anos, fazem parte do discurso alguns temas

que acredito serem novidade na fala dos movimentos. O principal deles é a questão da função social da propriedade urbana. Essa temática foi introduzida com a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001. Depois vêm várias citações confusas em relação à existência de uma lei arcaica de terras.

Nota-se também que de alguma forma há esperança na resolução dos conflitos, via mediação do Estado, isso fica claro quando se aponta o judiciário como falho, como uma instância que “deveria ajudar a todos”.

Peço para que Luiza narre o histórico da ocupação do prédio do INSS e como é a atual situação de negociação. Mais do que a ocupação de seis anos, de 1997 a 2003, Luiza conta do retorno à ocupação em abril deste ano, quando eles ficaram 64 dias. Esses 64 dias de ocupação são fortemente sublinhados por Luiza, como um período de forte resistência. Ela conta da ida para baixo do viaduto, como forma de não dispersar o movimento e continuar a chamar atenção, mas principalmente porque não se tinha para onde ir. Luiza afirma que não fosse a resistência de 15 dias das famílias acampadas na calçada embaixo do viaduto, não teriam conseguido o acordo da possibilidade de ocupação “dentro” do viaduto, tampouco as bolsas emergenciais. Ela narra situações de violência e desrespeito nas reintegrações e inclusive nas tentativas de “reintegração de posse da calçada”.

Luiza também faz questão de frisar que foi a Prefeitura que “abriu as portas” de “debaixo do viaduto” para que eles ocupassem, enquanto aguardavam o atendimento de todas as famílias com bolsas aluguel emergenciais, até a reforma do prédio. Luiza conta sobre a situação do viaduto, a falta de água, luz, banheiros e o esforço que o movimento empenhou na organização e limpeza daquele espaço. Nesse momento ela aproveita para frisar que a ideia não é ficar ali, por isso eles não investiriam mais do que aquilo, naquele espaço.

Quando pergunto sobre como está o acordo com o Estado, ela imediatamente retoma as possibilidades abertas com o governo federal e não com o municipal. Naquela mesma semana havia saído a aprovação de um laudo para avaliação da situação estrutural do prédio, encomendado pelo Ministério das Cidades e Luiza o comemorava como uma conquista. É bastante impressionante como as lideranças em geral conhecem o desenho institucional público e os caminhos a serem percorridos burocraticamente. A impressão que se tem é que exatamente por terem sido inseridos nesse “desenho” institucional, por meio dos diversos canais de participação que se abriram nos últimos anos, há uma complacência maior com aquilo que o poder público justifica ser possível e impossível de fazer. As justificativas técnicas, como por exemplo, impedimentos para a construção de habitação social no centro, são partilhadas por eles e a aparente necessidade de um laudo estrutural, no caso, é algo plenamente justificável. Afinal, trata-se de um laudo “técnico”, que ao dizer que o prédio poderá ser ocupado, não haveria mais questionamentos. Mais uma vez me deparo com a questão da técnica mediando conflitos e se

apresentando com uma aura de neutralidade, normalmente muito bem aceita pelos movimentos.

Agradeço a Luiza e desligo a câmera, mas ao nos levantarmos continuamos a conversar e ela começa a contar de uma tentativa de invasão da polícia na noite anterior. Religo a câmera. Ela relata o diálogo de um dos jovens responsáveis pela portaria naquela noite. O rapaz disse ao policial que ele não poderia entrar sem um mandado judicial. Luiza fez questão de ilustrar com esse caso o resultado das reuniões de formação que o movimento faz com os jovens dentro das ocupações.

Despeço-me de todos, abraço cada uma das mulheres presentes. João, pessoa absolutamente humilde e que nunca havia se entendido como um sem-teto que é, segue meu gesto, entendendo-se como parte daquela cena. Seus cumprimentos eram agora acrescidos de uma admiração notável, em seus olhos e em suas palavras de despedida e encorajamento. (D2, P6, P7)

Todo o relato acima é parte de um dos Diários de Campo e flagra um dos momentos considerados mais transitórios no que concerne o entendimento da ocupação como possibilidade de moradia. Trata-se de uma sucessão de momentos de passagem que se configuram como momentos de moradia transitória. O viaduto da Rua Álvaro de Carvalho, próximo à Câmara Municipal de São Paulo, era agora mais uma passagem de moradia para as 400 famílias que ocupavam, desde 12/04/2009 o edifício do INSS na Avenida Nove de Julho.

Essas famílias foram para o viaduto logo após a reintegração no prédio do INSS que foi cumprida numa manhã, em 16/06/2009, estavam presentes além do Oficial de Justiça, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e cinco caminhões de mudança disponibilizados pela prefeitura. Mas, o caminhão levaria apenas móveis e pertences para um galpão desativado do INSS, na Vila Maria, as famílias encaminhavam-se para a rua.

“A casa mais próxima era debaixo do viaduto”, dizia Luiza ao responder para onde foram as famílias da ocupação. A negociação com a prefeitura apontou como única possibilidade a ida para os albergues Boraceia e Pedroso, que inclusive foi desativado pela prefeitura no segundo semestre de 2009. As famílias não aceitaram, “o albergue não foi feito para abrigar famílias”, dizia Luiza, como coordenadora da ocupação.

Sem dúvida parte das famílias após uma reintegração, busca abrigo em casa de parentes e amigos, e ainda outras acabam em favelas. Mas de acordo com uma das lideranças, a maioria segue com o movimento e vai para outras ocupações, sejam estas prédios, ou como no caso, um viaduto.

A utilização de um viaduto como espaço de moradia, mesmo que transitório e sua mediação com a cidade por meio das redes de relações que estabelecem essas pessoas com o centro da cidade, principalmente de trabalho, são as principais justificativas de sua persistência.

É interessante notar também que a opção dada pela prefeitura é exatamente o caminho oposto percorrido por uma série de novos membros dos movimentos de moradia, inclusive que ocuparam o edifício do INSS. São pessoas em situação de rua, que deixaram os albergues em busca de uma solução definitiva de moradia, por meio da luta junto aos movimentos e que acabaram sendo obrigadas a retornar as suas situações anteriores, de albergados, ou ainda em situação de rua.

O histórico da ocupação na “Nove de Julho”, prédio do INSS, é bastante emblemático, é um dos edifícios que foi ocupado mais vezes, a primeira data de 1997 após aproximadamente uma década de abandono.

O prédio foi construído no início do século XX (um dos primeiros do trecho na Av. Nove de Julho) para abrigar a sede do IAPETEC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, órgão que se tornaria INPS, posteriormente INSS e devido uma série de modificações na estrutura de funcionamento do INSS o prédio foi aos poucos sendo desocupado.

Em 1998, o prédio foi incluído, pelo governo federal, no Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e com a promessa de que a reforma do prédio seria iniciada, as famílias saíram pacificamente do edifício em 2003.

Faltaram laudos, vistorias, reuniões e o retorno das famílias ao prédio nunca existiu. Dentre os discursos e alegações “técnicas” de inviabilidades estavam: o fato do Ministério das Cidades não ter liberado a verba para o laudo que avaliaria a estrutura do edifício, as dívidas do INSS com a Sabesp e Eletropaulo, a aprovação da reforma na Prefeitura etc.

Os movimentos decidiram ocupar novamente o prédio, como forma de pressão ao não andamento das negociações. 2006, 2007, duas ocupações, duas reintegrações.

Chegamos então a 2009, quando é feita a 4ª ocupação (“comemora-se” mais de 20 anos de abandono do imóvel), e a 4ª reintegração 4 meses depois. É desta reintegração que partem as famílias para debaixo do viaduto, relatada pelo diário de campo exposto acima.

O prédio voltará a ser ocupado em 26/04/2010, na Cena 3, descrita anteriormente, e sofre sua 5ª reintegração em 18/11/2010.

Ficha rápida:

Identificação: prédio do INSS 9 de Julho

Endereço: Avenida 9 de Julho, 584.

Propriedade: pública

Ocupações e reintegrações:

1ª: 1997-2003: saída pacífica com promessa de reforma do prédio, via PAR

2ª: 2006: reintegração de posse

3ª: 2007: reintegração de posse

4ª: 2009: 4 meses de ocupação - reintegração de posse

5ª: 26/04/2010 à 18/11/2010: 6 meses e meio de ocupação - reintegração de posse

Reivindicações e negociação: 14 anos de luta, os movimentos pleiteiam 540 UH

Movimento: MSTC/ FLM

Obs.: De acordo com Barreto e Sigolo, 2007, os leilões para tentar vender esse edifício foram esvaziados, sendo mais provável que o prédio tenha compradores interessados em demolição e aproveitamento do terreno (uma vez que está inserido na área da Operação Urbana Centro).

FIGURA 19. OCUPAÇÃO MAUÁ. VISTA DA OCUPAÇÃO PARA A ESTAÇÃO DA LUZ/ PÁTIO INTERNO DA OCUPAÇÃO/ MOSTRA DE VÍDEO NA OCUPAÇÃO/ JOGO DE FUTEBOL NO PÁTIO/ VISTA DA ENTRADA DA OCUPAÇÃO NA RUA MAUÁ.

FIGURA 20. VISTAS DO PÁTIO INTERNO/
MERCADINHO DA RAQUEL

Manhã de sábado, visita à ocupação Mauá. Desço na Luz, estação cheia, assim como as ruas, ambulantes e mercadorias fazem o contraste com o cinza predominante na cena, o comércio aberto é pujante. Sujeira nas ruas, velhos casarões com portões de ferro deteriorados, pichações; isso é certo, mas o dito esvaziamento da área central definitivamente não está ali. Sigo pela calçada lateral da Estação da Luz, Rua Mauá, lojas de roupas baratas, bares, gente indo e vindo. Quando o olhar parece se habituar à cor da poluição impregnada nos muros e fachadas, a monotonia é interrompida: “Ass. Moradores Mauá. MSTC. Movimento Sem Teto Centro”, são as inscrições, com aspecto de recém pintadas em vermelho e branco, na entrada do antigo hotel. As pessoas que passam por este portão parecem estar a uma distância abissal daquelas que entram apressadas na Estação Pinacoteca logo em frente, hoje a exposição é grátis e o prédio do Departamento de Ordem Política e Social - DEOPS fora reformado há pouco. (D5, 2009)

Desde março de 2007, o antigo hotel é ocupado por 230²¹⁰ famílias, em uma ação organizada por 3 movimentos: MSTC²¹¹, MMRC e ASTC-SP.

²⁰⁹ A nomeação da ocupação denota questões relativas à criação de identidade e endereço, a maioria dos moradores refere-se às mesmas como: Prestes Maia 911, Mauá 354, Ipiranga 895 etc. Da nomeação pela ausência, “sem-teto”, ainda que de forma provisória (ou no caso de moradias em áreas de risco e favelas sem numeração ou nomes de ruas), a ocupação fornece endereço, por meio do qual estas pessoas matriculam filhos em escolas, preenchem cadastros para empregos, fazem prestações ou crediários.

²¹⁰ O número de famílias é uma média, a própria Associação faz contagens frequentes e informa quantidades distintas, afinal há certa mobilidade entre os moradores. Novas famílias são convidadas pelas lideranças em grupos de base, principalmente nas periferias, quando há vagas deixadas por aqueles que conseguiram cartas de crédito (que podem chegar a R\$77.000,00) ou unidades habitacionais. Há publicações – dos próprios movimentos – com o número de 217 e outras 240 famílias: aqui optamos por uma média. A maior parte das famílias que iniciou essa ocupação veio de um despejo - após o cancelamento da bolsa-aluguel em um

Inaugurado em 1953, o Hotel Santos Dumont foi construído em função das comemorações do Quarto Centenário de São Paulo²¹² e recebia milhares de pessoas recém chegadas pela antiga Rodoviária da Luz. Até que em 1982, com a construção da nova Rodoviária no Tietê, na gestão Paulo Maluf²¹³, a da Luz foi definitivamente desativada, contribuindo para tornar ociosa toda uma estrutura de bares e hotéis no entorno.

Assim, o número 354 da Rua Mauá, após seu apogeu como hotel, teve seus andares alugados para escritórios já ao longo dos anos de 1980 (advocacia, jornal, lojas no térreo). O prédio ficou abandonado por 17 anos até a data de sua segunda ocupação, em 2007²¹⁴.

Desde então, os 180 apartamentos, mais as áreas comuns do primeiro andar são ocupados por mais de 1.000 pessoas. Hoje, o velho edifício chama atenção, pelo movimento de entrada e saída dos moradores e pelas roupas penduradas nas janelas que dão frente para Rua Mauá.

As famílias estão divididas pelos 30 apartamentos que existem em cada um dos 6 andares do edifício. A “administração geral”, como se diz na ocupação, é feita pela Associação Mauá de Moradores – fundada na época da ocupação pelos 3 movimentos.

De acordo com a Associação, foram retirados 20 caminhões de lixo e entulho nos primeiros mutirões de limpeza para ocupação do prédio. Dentre as primeiras atividades ainda estavam a ligação de água e luz. A narração sobre os primeiros dias, na maior parte das ocupações é bastante semelhante, o

edifício na Rua Santa Rosa, Brás. Atualmente a ocupação Mauá também tem recebido famílias vindas de outras ocupações que sofreram reintegração de posse no Centro.

²¹¹ A sede do MSTC hoje é na ocupação Mauá.

²¹² De acordo com entrevista realizada por Mariana Desidério Barbosa com Leon Sznifer, um dos filhos do proprietário do imóvel. A íntegra da entrevista encontra-se em vídeo e está disponível em <http://www.edificiosabandonados.com.br/?cat=9>, acessado em 09/02/2012.

²¹³ Já em 1977 o Terminal Intermunicipal Jabaquara foi inaugurado e passou a descentralizar o fluxo da Rodoviária da Luz. Para um rápido resgate da questão e a atual “desconstrução da Luz”, a partir da desapropriação do local e início da demolição ver: BRANDALISE, Vitor Hugo. “Demolição de rodoviária começa a mudar a Luz”. O Estado de S. Paulo: pág. C12. (13 de abril de 2010). Outro artigo com imagens da área, que em 1988 transformou-se em *shopping* voltado para o setor de confecções e a partir de 2007 foi desapropriado para criação do Complexo Cultural Luz - que abrigará o Teatro da Dança de São Paulo orçado em R\$ 600 milhões - encontra-se em “Desconstruindo a Luz”, <http://blogs.estadao.com.br/olhar-sobre-o-mundo/desconstruindo-a-luz/> acessado em 20/04/2010.

²¹⁴ O prédio já havia sido ocupado 2003 pelo MSTC, mas a reintegração de posse ocorreu 1 mês e 26 dias depois.

árido trabalho e as primeiras dificuldades enfrentadas são lembrados com detalhes.

Hoje o prédio é limpo e pelos corredores de paredes desgastadas se vê a sequência de portas com números feitos a mão. As portas fechadas contribuem para a penumbra do local, já das abertas saem diversos sons: música, barulho de crianças (há muitos bebês – inclusive recém-nascidos), televisão, alguma discussão; os cheiros são de comida e uma mistura de mofo com produtos de limpeza.

Vidros quebrados misturam-se a tapumes, panos e lençóis tornam-se divisórias, que permeados pela luz, colore o espaço. São notáveis os problemas com umidade nas diversas manchas pelas paredes. Os também escurecidos corredores são aos poucos revelados pelos inúmeros bicos de luz, dispostos pela fiação elétrica improvisada e aparente, que caminha ao longo do teto.

O pátio interno, “famoso” nas fotos da ocupação²¹⁵ se desvela imponente, de uma vez, ao final dos compridos corredores. As velhas paredes que com suas marcas de infiltração rodeiam o pátio, contrastam com as roupas coloridas, penduradas em varais improvisados em quase todas as janelas e vitrôs. Esse espaço, que a princípio poderia gerar uma sensação claustrofóbica – direciona imediatamente o olhar para o céu emoldurado por esses “muros”. Crianças brincam, pessoas passam de lá prá cá, há pequenas rodas de conversa e ensaia-se uma partida de futebol.

Do espaço coletivo para o privado, as aglomerações de pessoas continuam, nos apartamentos de 20m² moram até duas famílias. Além dos moradores, o espaço é disputado com geladeiras, fogões, armários, micro-ondas e outros eletrodomésticos, além de camas e sofás. Fotografias, flores, paredes pintadas e diversos enfeites dispostos em prateleiras nas paredes, são comuns à maioria dos apartamentos e estabelecem o contraponto à provisoriedade da ocupação.

²¹⁵ As fotos podem ser vistas em algumas matérias de jornais de grande circulação, normalmente na época das ocupações coordenadas, e mais recentemente, no filme “Estamos Juntos” de 2011, de Toni Venturini, que teve a ocupação Mauá como um de seus cenários.

Os banheiros são coletivos, 6 por andar, há azulejos faltando, vidros e louças quebrados e encanamento aparente, mas o cheiro de limpeza chama atenção. Em muitos desses banheiros lavam-se roupa e louça, para aqueles que não construíram pias ou tanques dentro dos apartamentos (há lavanderia comunitária).

Entre as muitas atividades de trabalho e comércio dentro da ocupação, destacam-se os “salões de beleza” e as pequenas oficinas de costura, onde as mulheres confeccionam dia e noite as roupas que são vendidas no Brás, especialmente na Feira da Madrugada. Há também diversas bordadeiras, que fazem seus trabalhos para as lojas da Rua das Noivas²¹⁶.

Há um mercadinho/ restaurante no primeiro andar, que serve almoço aos moradores por R\$ 6,00. O local é administrado por uma moradora²¹⁷ que tem ali sua fonte de renda, ela conta com uma funcionária, também da ocupação.

A faxina é outro trabalho comum no prédio, são mulheres que limpam os espaços coletivos e recebem uma quantia paga pela Associação, por meio das arrecadações mensais para o condomínio. Assim também funciona com o esquema de portaria, que foi recentemente aprimorado com câmeras de vigilância e portão eletrônico. Os porteiros também são pagos pela Associação²¹⁸.

²¹⁶ Tradicional local especializado em artigos para noivas, na Rua São Caetano, bairro da Luz.

²¹⁷ Raquel, ex-ambulante e dona do mercadinho tornou-se “Micro Empresária Individual”, na matéria publicada pelo site da FLM, APOIO e CAFOD, quando da visita de membros internacionais da CAFOD à ocupação Mauá. Ver: <http://www.portalfilm.com.br/noticias/membros-da-cafod-visitam-a-ocupacao-maua/1252>, <http://www.projetoempresa.com/apoio/detalhesNoticia.asp?idNoticia=UXJI4PVQSK> e <http://www.programaurbano.com.br/enlacando/>. Acessados em 15/02/2012. Sobre o valor da refeição, ver: <http://novashistorias.wordpress.com/2010/05/31/as-mulheres-do-edificio-maua/>. Acessado em 10/06/2010.

²¹⁸ No caso das faxineiras, cada andar escolhe uma pessoa para a limpeza, a ajuda é de R\$ 300,00 por mês. Normalmente são escolhidas mães com filhos pequenos que não podem trabalhar fora. Os espaços comuns são limpos em mutirão aos domingos e há churrasco ou café da manhã oferecido pela Associação para aqueles que ajudarem. Aos porteiros que trabalham em turnos de 12 horas, são pagos R\$ 700,00 por mês, estes devem vigiar o entorno da ocupação, fazer a segurança na Associação e conferir o RG dos visitantes. A contribuição mensal para Associação é de R\$ 100,00 por família (R\$ 20,00 para limpeza e R\$ 80,00 para manutenção elétrica, hidráulica etc.); cerca de 50 famílias que não conseguem arcar com o valor, são isentas dessa taxa. Para o incremento dessas arrecadações, existem diversos projetos, sempre citados pelas coordenadoras, como por exemplo, a criação de um *shopping* popular em esquema de cooperativa. As fontes dessas informações são, além de entrevistas à autora, entrevistas dadas à Revista Babel, CHAN, Iana, 2011. Na fila do direito à moradia. A história de famílias que dão vida a edifícios abandonados. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/babel/index3.php?tema=Espera&id=15>. Acessado em 09/02/2012.

Outras atividades importantes organizadas pelos moradores, e não remuneradas, dizem respeito ao funcionamento de uma creche e biblioteca (feita de doações). Há também salas para prática de capoeira, dança, teatro e exibição de filmes; no pátio são organizadas partidas de futebol²¹⁹. Na entrada da ocupação há um local para doações de roupas e outros objetos, também organizado pelos próprios moradores.

Para fora da ocupação, a maioria dos moradores trabalha no centro, em atividades informais, são camelôs, faxineiras, pedreiros, motoboys²²⁰.

As regras de convivência²²¹, a entrada e saída de moradores e visitantes, as decisões sempre tomadas em assembleias²²², tudo é semelhante a outras ocupações. Há cartazes de cartolina pelos corredores com os dizeres: é proibido beber e usar drogas dentro da ocupação - bem como entrar embriagado, não circular sem camisa ou sair de toalha dos banheiros - casais não podem tomar banho juntos nos banheiros coletivos - às crianças, que devem estar matriculadas em escolas; não é permitido permanecer nas escadas depois das 22h00 e visitas apenas até as 21h00²²³ etc.

²¹⁹ Há diversos projetos de cultura e lazer na ocupação, à espera de financiamento, como a construção de quadra poliesportiva e uma sala com equipamentos de projeção, vídeo e computadores para registrar o dia-a-dia da ocupação. As fontes de financiamento vêm normalmente de ONG's, como a APOIO e CAFOD. Sobre a atuação da CAFOD, especificamente na ocupação Mauá ver: <http://www.programaurbano.com.br/enlacando/>. Acessado em 08/02/2012.

²²⁰ As atividades de trabalho são semelhantes a uma gama grande de população empobrecida, que trabalha informalmente. A diferença, sempre ressaltada, tanto por moradores das ocupações, como por lideranças de movimentos, é que os salários não são mais comprometidos com o aluguel, então essas pessoas passam a gastar com telefone, prestações de eletrodomésticos e fazer compras com cartão de crédito. A comprovação disso está nas correspondências dos moradores, centralizadas, no caso, na Associação Mauá.

²²¹ Os problemas são levados às coordenações de andares e em casos mais graves podem parar nas assembleias, das quais podem sair advertências e no caso de reincidência pode haver expulsão da família, com a devolução do apartamento. A questão da violência interna é assunto controverso e algumas das cenas são relatadas nos bastidores, embora apareçam como pauta em diversas assembleias. A ocupação Mauá foi palco de dois crimes, uma mulher esfaqueada pelo marido - a coordenadora conta que ambos não eram moradores da ocupação - e uma criança de dois anos baleada pelo pai e ex-marido de uma moradora da ocupação - a mesma coordenadora diz que ele teria roubado uma chave para entrar.

²²² As assembleias Gerais na ocupação Mauá acontecem toda 2ª quarta-feira do mês. As reuniões de coordenação geral, com os coordenadores de andares (que representam as famílias e devem repassar as informações a elas, bem como zelar pela limpeza e cumprimento das regras) acontecem todos os sábados à tarde.

²²³ A coordenação deve ser informada daquelas que dormirão no prédio.

Ficha rápida:

Identificação: Ocupação Mauá

Endereço: Rua Mauá, 354. Luz, SP.

Propriedade: Mayer Wolf Sznifer

Ocupações e reintegrações, respectivamente e tempo de duração:

1ª: 2003 – 1 mês e 26 dias

2ª: 24/03/ 2007 até hoje (12/2011) – 4 anos e 9 meses

O edifício na “revitalização” do centro: “Área de entretenimento”

Usos: Hotel Santos Dumont, escritórios, lojas.

Abandono: 17 anos (até a ocupação de 2007)

Dívida ativa: O imposto não é pago regularmente desde 1974 e os proprietários devem R\$ 2.220.586,49 à prefeitura.

Reivindicações e andamento das negociações:

Na época da desativação do hotel, a família que detém o espólio do bem declarou ter interesse na desapropriação do imóvel e receber a indenização. Mas, na primeira ocupação houve pedido de reintegração de posse e as famílias saíram. Hoje não há pedido de reintegração registrado.

FIGURA 21. OCUPAÇÃO AVENIDA IPIRANGA. MARIA DO PLANALTO NO DIA DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE/ ORGANIZAÇÃO DA COZINHA E COLETA DE DOAÇÃO DE ALIMENTOS/ LIGAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA/ REINTEGRAÇÃO DE POSSE/ FAMÍLIAS NA RUA PÓS-REINTEGRAÇÃO.

IPIRANGA 895/905: ALTO ALEGRE E FAVELA DO LINHÃO

A história dessa ocupação, a pouco mais de 50 metros da “famosa” esquina, começa na Zona Leste em São Matheus, quando em outubro de 2009 840 famílias organizadas pelo Movimento Moradia Terra de Nossa Gente - MMTNG²²⁴ e Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana - MSTRU, ambos ligados à Frente de Luta por Moradia - FLM foram despejadas de um terreno grilado no “Jardim Alto Alegre”. As famílias moraram lá por 7 meses.

De acordo com a Pastoral da Juventude da Vila Alpina (que também é parceira da FLM, APOIO, MDF e CAFOD) que realizava diversas ações de apoio à ocupação, essas famílias vinham de situação de rua, de despejos tanto por falta de condições de pagar aluguel como de áreas de risco, mananciais ou ocupações irregulares. A Pastoral relata casos de famílias inteiras que moravam dentro de um caminhão abandonado. O acampamento, rodeado por favelas, recebia todos os dias, segundo a coordenação, novos pedidos de famílias para integrar a ocupação.

Os relatos dessa reintegração de posse são repletos de violência e arbitrariedades, desde o não aviso de seu início até a derrubada de casas por tratores e queima de barracos madrugada adentro²²⁵. As famílias, que além de perderem pertences e documentos, montaram um acampamento na Rua Bento Guelfi (em frente ao Centro Unificado - CEU Alto Alegre), sob forte presença da polícia.

Em abril de 2010, parte dessas famílias acampou no Viaduto do Chá, em protesto contra o despejo de Alto Alegre e de lá saiu após negociação que garantiu atendimento emergencial e mais 30 meses de bolsa-aluguel até a moradia definitiva. Após 3 meses, o auxílio foi suspenso²²⁶.

²²⁴ De acordo com Maria do Planalto, coordenadora do movimento, em entrevista ao coletivo Outras Palavras, o MMTNG já conta com 30 grupos de base em SP, a maioria na Zona Leste.

²²⁵ Em reunião com as famílias, a CDHU havia garantido a prorrogação do prazo de reintegração, ao menos até que saísse o atendimento emergencial. O acordo não foi cumprido e as famílias foram surpreendidas pela Tropa de Choque.

²²⁶ Esse acordo foi feito dia 31/04/10, com representantes da prefeitura, governo estadual e federal. Foi assinado um Termo de Compromisso no qual as famílias receberiam um atendimento emergencial e bolsa-aluguel de R\$ 400,00 e a inclusão no programa Parceria Social (auxílio moradia de R\$300,00 por mês durante 30 meses), até que saísse a moradia definitiva por meio de algum programa habitacional. A ata dessa reunião está assinada por

Mais uma vez despejadas, as famílias participaram da ocupação coordenada pela FLM de 4 prédios, na madrugada de 04 de outubro de 2010. Alguns dos moradores da ocupação contam o dia da entrada no prédio como uma vitória contra a polícia, que desistiu da intervenção após ver as 1200 (sendo 350 crianças)²²⁷ pessoas que entravam no prédio e ocupavam rapidamente seus 15 pavimentos.

FIGURA 22. COLETA DE ALIMENTOS DOADOS PARA COZINHA COMUNITÁRIA/ DIA DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Quando nós chegamos aqui, tivemos que tirar 15 caminhões de lixo daqui de dentro, eles punham o concreto no cobertor. Aí você fala, e se tiver reintegração? Tudo que foi feito nesse prédio aqui, vai pesar para o governo? Não, vai pesar o fato de nós ser invasores para eles, isso vai pesar. A polícia vai chegar, vai descer o pau, vai jogar bomba, vai atirar, não vai perguntar se tem criança. Que nem hoje aqui, chegou a cavalaria aqui hoje, aqueles cavalos bonitos, puseram aqui em cima da calçada para revistar três pessoas nossas daqui de dentro, então humilha aí fora. Porque eles são o poder e aí eles pegam e olham para janela, como a dizer, qualquer dia eu estou aí dentro. (Maria do Planalto, MMTNG)²²⁸

Para essas famílias, ocupar e ser despejado já não era a primeira vez, mas a ida para a região central da cidade sim. O prédio ocupado, mais um antigo hotel, o Brazilian Palace²²⁹ era considerado um dos melhores da região, suas atividades se iniciaram em 1978 e com o tempo o local chegou até a abrigar um bingo. De acordo com a FLM o edifício estava abandonado há mais de 10 anos.

Essas famílias vinham, além do terreno de Alto Alegre, de diversos grupos de base.

Nanci Cavaleti, Conselheira de Habitação da Sehab, Elizabete França, Superintendente de Habitação Popular da Sehab, Rosangela Curra, da CDHU, Daniel T. Montandon e César Ramos Santos, ambos do Ministério das Cidades, além de Maria Cristina Chiguetti Carnier e Magda Ramos Jardim, da Caixa Econômica Federal. Ainda de acordo com a FLM, o terreno Alto Alegre na Zona Leste seria desapropriado para a realização de moradia popular.

²²⁷ De acordo com a coordenação do movimento.

²²⁸ Em entrevista ao Coletivo Outras Palavras, este trecho consta do web documentário produzido no final do ano de 2010, por ocasião da ocupação da Avenida Ipiranga. Disponível em <http://ipiranga895.outraspalavras.net/site/home>. Acessado em 15/03/2011, a entrevista foi transcrita pela autora.

²²⁹ Na época, a propriedade era da família Antônio Ermírio de Moraes, depois o prédio foi alugado para a família Reinales, dona de uma rede hoteleira em São Paulo, composta por dez hotéis só no centro.

Se você for lá no Mar Vermelho, onde essa menina aqui mora, duvido que se você for lá você não chora. Tem uma favela, lá na rua Pernambuco, você chega lá (Ver mapa abaixo), nossa, é sub-humano, as crianças senta assim, as lesmas vai subindo nas criança. O esgoto é dentro do barraco, dentro do quarto, você abre a porta, o esgoto passa assim. As criança sentada e as lesma assim ó, minhoca subindo, você tira foto e traz para prefeitura, eles fala, a gente não pode fazer nada, não pode fazer nada... Se eles tão aqui, não é porque eles acham bonito ocupação, quebra parede, enfrentar polícia... dormir no chão... no papelão, morar na Avenida Ipiranga, é porque precisam, a necessidade faz a causa. (Maria do Planalto, MMTNG)

Algumas famílias também vieram da Favela do Linhão, na Zona Leste (ver mapa abaixo). Trata-se de um terreno com mais de 700 famílias que desde 2002 têm recebido pessoas de despejos e ocupações próximas. Os barracos ficam logo abaixo de uma rede elétrica de alta tensão da Eletropaulo, a situação é da mais absoluta precariedade²³⁰.

FIGURA 23. MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE OCUPARAM PRÉDIO NA AVENIDA IPIRANGA.

²³⁰ A Favela do Linhão fica no Jardim Ipanema, rua Henrique Perdigão. Algumas famílias de lá, organizadas pela FLM, ocuparam não só o 895 da Av. Ipiranga, como também o 925, já o 799 e 627 da Avenida São João na mega ocupação de novembro de 2011. Com a reintegração de posse de quase todos esses prédios, muitas famílias voltaram para o “Linhão”, mas algumas delas com a bolsa do programa municipal “Parceria Social”.

No quarto dia de ocupação, a coordenadora Maria do Planalto conta que todos ficaram presos dentro do prédio por 9 horas. Por volta do meio dia, a polícia militar lacrou a entrada do edifício e impediu a entrada de água e comida. A situação se estendeu até as 20h00, em uma clara tentativa de coação²³¹.

Para as famílias dessa ocupação, estava claro, de acordo com a coordenação, que a possibilidade de moradia nesse prédio era remota. Mas o caráter de denúncia da ação e a iminente reintegração de posse não imprimiam a transitoriedade esperada. Junto a muita precariedade e provisoriedade, chegavam móveis, televisores, armários e principalmente construam-se formas coletivas de organização, além do estabelecimento de pequenas relações de trabalho e comércio²³².

Sobre o cotidiano dessa ocupação, uma das formas de organização coletiva que chamava atenção era em relação às crianças. Como a maior parte das famílias veio da Zona Leste, além de seus vínculos de trabalho não serem no centro, as crianças estavam matriculadas e em ano letivo corrente em escolas distantes.

Havia então um esquema de revezamento de mães que acompanhavam crianças de 1 a 10 anos no longo trajeto feito em transporte público, até as escolas e creches próximas às antigas moradas²³³.

Nessa ocupação, embora tenha havido mutirão para limpeza dos esgotos, não foi feita a ligação da água, que subia em baldes pelas escadarias do prédio, tanto para cozinha como para utilização em higiene pessoal, como banhos e descargas.

A organização da cozinha comunitária²³⁴ foi rápida e para que se arrecadassem os alimentos, um grupo, sempre acompanhado de carroceiros moradores da ocupação, saía todas as manhãs para o Mercado Municipal.

²³¹ São diversas as formas de violência vividas nessas situações, que vão desde ações repletas de arbitrariedade, como reintegrações sem leitura de mandado – como dizem os movimentos – até formas de violência simbólica, como a da situação descrita anteriormente. Nesses casos, a um só tempo, desmontam-se organizações políticas e publicizam-se imagens que associam *marginalização e criminalização aos movimentos*.

²³² Ainda que a ocupação tenha durado pouco mais de um mês, as formas de trabalho dentro da ocupação logo se estabeleceram: manicure, cabeleireiro, venda de doces e salgadinhos, faxina.

²³³ Além de um esquema de escalas para cuidar das crianças na ocupação, depois que voltam da escola.

Na porta dos quartos havia os nomes dos membros das famílias, com o total de pessoas (muitos escreviam abaixo dos nomes: “lotado”). Cada quarto ficou em média com 17 pessoas, os colchões ou papelões no chão não têm espaço entre si e nestes há sempre duas pessoas, além de crianças. O nome dos coordenadores de andar é fixado nos corredores em uma cartolina, bem como as regras de convivência.

A reintegração de posse, como esperado, não demorou a sair e o pedido, solicitado pela HM Engenharia, que integra o grupo Camargo Corrêa foi prontamente aprovado²³⁵. A princípio para dia 15/11/11, mas a pedido da Polícia Militar, Cia de Engenharia de Tráfego - CET e Secretaria da Habitação - SEHAB, que disseram precisar de mais tempo para organizar a saída de tantas pessoas, a reintegração foi postergada para o dia 25/11/11, ironicamente 1 ano após essas mesmas famílias terem sido retiradas, também por meio de reintegração de posse, do terreno de Alto Alegre.

Assim, após 1 mês e 22 dias, cerca de 1200 pessoas desceram, com seus pertences, as escadas do número 895/905 da Avenida Ipiranga.

Apesar dos 10 dias além do previsto para reintegração, não estavam presentes, nem assistentes sociais, tampouco representantes do Conselho Tutelar. Na porta da ocupação, de um lado: caminhões disponibilizados pela prefeitura²³⁶, Guarda Civil Metropolitana e Tropa de Choque. Do outro, 15 andares do prédio com suas sacadas ocupadas por pessoas que gritavam palavras de ordem e batiam panelas e garrafas, além de moradores de outras ocupações e lideranças de diversos movimentos que faziam falas em um microfone. O diálogo era com os agora ex-moradores da ocupação, além de

²³⁴ Organizada, sobretudo por mulheres, chegaram a ser produzidos mais de 50 kg de arroz para as refeições. A organização interna das ocupações chama atenção e a da Ipiranga chegou a ser matéria de jornal, disponível em <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/organizacao-coletiva-e-regra-em-ocupacao-de-sem-teto-no-centro-de-sao-paulo-20101107.html>. Acessado 17/12/2010.

²³⁵ O coletivo Outras Palavras procurou a HM Engenharia que não se manifestou sobre a reintegração, mas anunciou que no local há projeto para um novo empreendimento, sobre o qual não tem maiores informações. Já o grupo Folha, ao procurar a Prefeitura, publicou em seus jornais que a empresa apresentou projeto à Prefeitura, de reforma e adaptação para Habitação de Interesse Social, e que esta “aguarda apenas a complementação de documentação para efetivar aprovação”.

²³⁶ Esses caminhões são comuns em reintegrações de posse e normalmente levam móveis e pertences para um lugar pré-acordado.

falas direcionadas à imprensa presente²³⁷ e às pessoas que passavam apressadas pelas ruas do Centro.

A única negociação que foi feita entre a coordenação da ocupação e a polícia, foi para que se esperasse as famílias tomarem café da manhã (sob a alegação policial que o horário, 6h00, deveria ser cumprido, pois o trânsito de automóveis não poderia ser comprometido).

A Avenida Ipiranga, completamente bloqueada na quadra em frente ao prédio, acordou com o **barulho** da manifestação pela saída das 1200 pessoas e teve seu trânsito parado por essas famílias com sacolas e colchões.

O destino, a calçada da Câmara Municipal, foi alcançado após poucas horas de passeata. Organizados pela Frente de Luta por Moradia - FLM, as famílias do Ipiranga 895 se uniram às 150 pessoas do Movimento dos Sem Teto do Centro - MSTC, acampadas em frente à Câmara já há quase uma semana.

O acampamento durou 12 dias, com cerca de 350 pessoas²³⁸, que de lá saíram com a promessa de 111 bolsas de “Parceria Social”²³⁹.

Boa parte das 1200 pessoas voltou para o “Linhão”, outros procurariam parentes, muitos à rua, e tantos outros não sabiam²⁴⁰.

O prédio 895/ 905 da Avenida Ipiranga, já desde o dia da reintegração de posse recebeu um portão de aço, que substituiu a antiga entrada de madeira, além de uma guarita com segurança. Essa forma de lacrar o edifício após as reintegrações de posse é chamada de “muro da vergonha”.

²³⁷ Das poucas matérias publicadas em jornais da grande imprensa, a maioria focava os problemas com trânsito, a ação rápida da PM, ou ainda citava projetos de habitação da prefeitura municipal.

²³⁸ Essas pessoas relataram a intimidação que sofreram pela Guarda Civil Metropolitana - GCM, ao serem revistadas diversas vezes, ao serem impedidas de entrar na Câmara, de usar o banheiro etc. Além da proibição e vigilância policial constante para que não se amarrassem barbantes – para armar as lonas - no gradil da Câmara, “patrimônio público”, como repetiam os policiais.

²³⁹ Bolsas no valor de R\$300,00 por um período de 6 meses, que seriam distribuídas pelo movimento às famílias com “pior situação”.

²⁴⁰ De acordo com entrevistas realizadas pela própria FLM e coletivo Outras Palavras.

Ficha rápida:

Identificação: Ocupação Ipiranga 895/ 905

Endereço: Av. Ipiranga, 895/905, Centro, SP.

Propriedade: CCDI - Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário²⁴¹

Ocupação e reintegração, respectivamente e tempo de duração:

1ª: 04/10/2011 à 25/11/2011 – 1 mês e 22 dias

conquista/ acordo: 111 famílias serão atendidas pelo Parceria Social

usos: hotel, bingo, abrigo moradores de rua

abandono: 10 anos

²⁴¹ Uma das empresas que financiou a campanha do atual prefeito Gilberto Kassab. Ver mais em SOUZA, Felipe, A batalha pelo centro de São Paulo, Editora Paulus, São Paulo, 2011.

Capítulo 4:

Lutas: conquistas e trajetórias

FIGURA 24. ESCADARIA DO EDIFÍCIO PRESTES MAIA.

Capítulo 4: Luta, conquistas e trajetórias

Este capítulo não pretende fazer um balanço ou avaliação dos resultados das ações dos movimentos, mas entender seus processos e significados à luz de uma esfera de encolhimento da política. As conquistas dos movimentos não se resumem à vitória ou derrota, remetem à criação de novos campos, práticas e sociabilidades.

4.1 Afinal, o que são as conquistas? A polissemia

Chego ao prédio na Av. Nove de Julho que me havia sido relatado como uma das conquistas do movimento, a ideia era realizar entrevistas com os moradores. Assim que chego ao local, noto uma placa de papelão ao lado do elevador informando o valor dos quartos para moradores com bolsa-aluguel e moradores “normais” (sic). Tratava-se de um prédio de moradia provisória - e não definitiva como eu imaginava - pago com uma bolsa fornecida pela prefeitura após a reintegração de posse do edifício Prestes Maia. Bolsa-aluguel também é considerada uma conquista para os membros do movimento, bem como a aprovação de um novo programa, moradias provisórias e até auxílios emergenciais. O conceito de conquista começa a se ampliar (D3, P9)

Sobre as conquistas, assim que lhe pergunto qual considera a maior conquista do movimento, ela responde prontamente: “Ah, foi o Prestes”. A palavra “conquista” segue ampliando seus significados. A ocupação como conquista de um tempo sem pagar aluguel, como espaço de resistência, como direito à moradia em um espaço urbano melhor qualificado. (D3, P9)

Osmar rapidamente toma a fala e diz que as conquistas não são muitas frente à luta, mas que “nossos maiores produtos são inquantificáveis, pois são a formação e o esclarecimento”, as “conquistas são maiores que os prédios”. (D4, P12, P15)

O sentido inicial da busca pelas tais “conquistas” colocado por esta pesquisa limitava-se aos prédios transformados em moradia popular no centro de São Paulo. Essa visão restrita foi se desfazendo à medida que a pesquisa de campo foi tomando corpo.

Os excertos acima são apenas alguns exemplos de uma busca que precisou necessariamente ampliar seu escopo. Das ocupações, passando por auxílios paliativos, às experiências vividas na coletividade, são várias as citações, quando se questiona o que são as conquistas do movimento. Por entre frestas de falas é possível vislumbrar inclusive uma experiência fragmentada é certo, mas inédita de cidade.

São redes de solidariedade, tecidas e desconstituídas a todo o tempo, que marcam relações de sociabilidade, mesmo que baseadas em rudimentos de politização.

E eu, mesmo morando ali na Prestes Maia, eu vivi outra forma de se viver, a organização, as pessoas, que você conhece todo mundo, tem amizade com todo mundo, foi muito diferente. Para mim mesma, na época eu tinha um problema de depressão, eu fiquei lá na Prestes Maia e mudei completamente. Na periferia é você, o trabalho e você, você não tem... é outra cidade. E aqui no centro você conhece muitas coisas, os direitos. Você tem direito de ir e vir, direito à moradia, direito, direito a tudo né? Você aprende, tipo dentro de um movimento, naquele coletivo, porque no movimento você aprende muita coisa mesmo. (E3, P8)

A fala apresentada acima é exemplar e se repetiu, de maneira pouco distinta em muitas entrevistas, em falas de lideranças e de membros mais novos e mais antigos do movimento. Há uma relação de conhecimento da cidade a partir da noção de direitos, que o ingresso no movimento e a luta cotidiana por moradia possibilitaram.

Claro que esta não é uma relação direta, tampouco tão frequente quanto alardeada por algumas lideranças dos movimentos. São vidas tão despidas daquilo que é básico à sobrevivência e sua reprodução, que se pode facilmente questionar qualquer sentido de experiência.

As condições de transitoriedade – e precariedade – não apenas na moradia, mas no trabalho e nas relações entre esses indivíduos, se estendem à forma de utilização do espaço público, se não vejamos:

Gisele – Vai na Pajé²⁴², vai na Liberdade comprar celular importado. Vai no domingo vê as feiras dos coreanos, isso tem para gente fazer.

²⁴² Referência à galeria Pajé.

Ivani – São as compras, entendeu, as compras.

Gisele – Mas, além disso, é bom porque é próximo a tudo, condução fácil, você não fica sem um trabalho, é bom por causa disso.(E4, P18, P19)

Maria – [risos] vou não... Ainda não fui. [voz muito baixa] Não faço uso de nada...

Olivia – É estar perto do trabalho o mais importante para senhora, não é?

Maria – [risos envergonhados] eu trabalho muito... Meu trabalho me prende muito: costurar, fabricar e vender não é fácil não. Sou mais presa de que ser empregada... (E6, P23)

Os trechos acima são respostas sobre a utilização do centro da cidade sob o ponto de vista da vivência de seu espaço público. As formas de abordagem foram as mais diversas, como o que os entrevistados faziam em seu tempo livre, onde encontravam seu lazer, por que o Centro da cidade lhes parecia um lugar melhor para se viver etc.

Na contramão do excerto das entrevistas apresentadas anteriormente, estas mostram a crueza das relações estabelecidas com a cidade, pouco ou nada além das necessidades de trabalho e locomoção.

Não raras vezes os comentários em relação ao “tempo livre” restringem-se a um parco (des)entendimento de lazer e cultura²⁴³. De maneira bastante compreensível, são alusões ao comércio de eletrônicos de importados chineses, feiras de roupas etc. Contrabando, mão de obra imigrante e trabalho precário: puxar a longa teia dessas relações não é objetivo deste trabalho, mas apenas assinalar a indução ao tipo de consumo que lhes é possível, travestido de lazer, além da perpetuação de situações diversas de vulnerabilidade.

Até aqui há uma aparente indiferenciação das experiências explicitadas como conquistas. Mas, o que o trabalho de campo demonstrou é que talvez a distinção seja mesmo muito pequena. Para aqueles que já conquistaram sua moradia no centro da cidade, para aqueles que fazem da sucessão de provisoriedades sua moradia (seja em ocupações ou em prédios de bolsa-aluguel), ou ainda, para aqueles que viveram experiências no centro da cidade e voltaram para a periferia, os relatos são muito parecidos.

²⁴³ O que não é exclusividade das classes populares.

Além das considerações acerca da ampliação do significado de conquista é necessário ao menos pontuar aquelas divulgadas pelos movimentos do centro como tal, aqui consideradas institucionais. Trata-se dos prédios transformados em moradia, e também dos programas e auxílios.

Os movimentos de moradia do centro de modo geral consideram que a primeira grande conquista na região foi a viabilização do Programa de Atuação em Cortiços – PAC e do Programa de Arrendamento Residencial – PAR, resultado de lutas desde a primeira metade da década de 1990, incluindo ocupações no Pari, Brás e Mooca, que posteriormente se tornaram habitação de interesse social.

Os mutirões Madre de Deus e Celso Garcia, já abordados no capítulo 1, também são apontados como marcos inaugurais das conquistas dos movimentos no centro da cidade. Dessa época, os convênios com associações de moradores, as experiências de autogestão, as assessorias técnicas e movimentos, também são destacados como conquistas importantes.

Nesse bojo, entram os programas criados na gestão Marta Suplicy, como o Locação Social, o Bolsa Aluguel, o Programa de Cortiços e os Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIHs), além da aprovação das áreas destinadas às Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, incluídas no Plano Diretor.

Os empreendimentos viabilizados no Centro, relacionados mais diretamente às lutas dos movimentos são: Riskallah Jorge, Hotel São Paulo, Maria Paula, Pirineus, Asdrúbal do Nascimento, Riachuelo, Fernão Sales²⁴⁴, Banespa, Joaquim Carlos, Senador Feijó, Maria Paula, Olarias, Parque do Gato, Brigadeiro Tobias e Pari Canindé²⁴⁵.

²⁴⁴ Inaugurado em 2001, este foi o primeiro prédio reciclado do Centro, via PAR, prefeitura e Ministério das Cidades. Foram 54 famílias do MMC atendidas.

²⁴⁵ Ver especialmente sobre a produção pública de habitação social no Centro: SILVA, Helena Menna Barreto (coord.); SÍGOLO, Letícia Moreira. Oportunidades e limites para a produção de

As lutas maiores ao longo da história, no âmbito da Reforma Urbana, também são lembradas pelos movimentos de moradia como conquistas; dentre as quais são normalmente destacados: Lei Moura, Plano Diretor, Estatuto da Cidade, ZEIS, Fundo Nacional de Moradia Popular, O Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - CGFNHS e o Conselho Nacional das Cidades.

4.2 A conquista: sucessão de provisoriedades?

Chego ao endereço da “conquista” descrito por uma das lideranças, só com nomes das pessoas para entrevistar, não tenho telefones, nem endereço completo, como é de costume. A rua não era Maria Paula, como me haviam indicado, este era o nome do prédio, que na verdade também não era de moradia definitiva, mas provisória, subsidiada com “bolsa aluguel”. Este prédio – um cortiço - foi indicado como uma conquista, resultado de várias ações de pressão, inclusive ocupações. (D7)

Rubens explica que aquele prédio é resultado de diversas manifestações pós-ocupação do Ana Cintra e Matarazzo, que como paliativo ofereceram-lhes a bolsa-aluguel. (D7, P22)

Além das ocupações já descritas neste capítulo como moradias transitórias, os “prédios de bolsa-aluguel”, são também conquistas que normalmente acontecem depois de ocupações.

Como se pode ver no quadro resumo de ocupações e negociações (em anexo), e nos retratos selecionados das três ocupações, muitas vezes a reintegração de posse de um imóvel é acertada – barganhada – em bolsas-aluguel.

Trata-se de um valor mensal, que gira normalmente em torno de R\$ 350,00, que a prefeitura paga às famílias que moravam na ocupação²⁴⁶ até que se acerte qualquer outra negociação²⁴⁷. Seria o primeiro paliativo, um auxílio

habitação social no centro de São Paulo. Relatório de pesquisa. São Paulo: Lincoln *Institute of Land Policy*, Nov. 2007.

²⁴⁶ Normalmente são assistentes sociais quando da desocupação desses edifícios que realizam o cadastro das famílias. A coordenação do movimento também pode ser chamada a auxiliar, principalmente quando o número de auxílios liberados é menor que a quantidade de famílias.

²⁴⁷ Como será visto mais adiante, as negociações para a desocupação dos edifícios podem incluir até o famoso “cheque despejo” (em torno de R\$ 3.000,00 para cada família “voltar a sua terra natal”).

emergencial, com duração de seis meses a dois anos, que com dificuldades pode ser renovado mais uma ou duas vezes.

Rubens – Nós lutamos, corremos muito atrás disso aqui, manifestamos, aí conseguimos. Foi fruto de todas as ocupações. Aí conquistamos a primeira bolsa-aluguel, foi contrato de dois anos e meio; vencendo isso, continuamos a gente mesmo pagando. Os que não podiam pagar saíram daqui, foram para Mauá e outras que tem por aí. Aí falei, vou ficar por aqui, é difícil pagar aluguel, mas mais difícil é ficar na rua. Eu já tinha perdido bastante coisa na Steink, móveis... Aí ficamos um tempo aqui, corremos atrás, fizemos mais manifestações e fizemos o segundo contrato do bolsa-aluguel. (E7,P22)

Outro exemplo de conquista, na sucessão de bolsas-aluguel é visto abaixo, a partir de um dos trechos dos diários de campo.

A procura pela rua na Zona Cerealista do centro da cidade é difícil, as indicações não estavam ajudando e só resolvo a questão quando começo a perguntar sobre um prédio “dos movimentos de moradia”. O comércio ao lado me vê ali e se adianta em me dizer, “isso aí é prédio do povo dos movimentos, você quer falar com eles”? (D7)

Diversos pátios internos, varais, escadarias escuras e sujas, crianças. Logo aparece um zelador, perguntando quem eu era e o que queria; digo que procuro Rubens (nome que Luiza me passou). Ele pede que o acompanhe, subimos no primeiro bloco de apartamentos, por uma escadaria arredondada que circunda um largo pátio, são três andares, mais um terraço. Devem ser em média 18 quartos por andar. (D7)

Trata-se de um “três cômodos”, como a senhora mesmo fala, uma pequena cozinha, um quarto, cuja cama é o sofá que divide espaço com a máquina de costura e muitos panos de prato recém-costurados, além do banheiro. (D7, P23)

Entramos, Rubens estava no banheiro de um quarto muito pequeno e sujo. Havia uma cama sem lençóis e um banco desgastado, assim como a pintura e a velha esquadria, que pequena, emoldurava um saco preto rasgado que trazia um facho de luz à cama de solteiro, onde sentamos os três para conversar. A menos de meio metro de nossas pernas, as paredes, repletas de marcas escuras, descascavam e escureciam ainda mais o pequeno espaço sombrio. Havia ainda uma televisão, um aparelho de DVD e muitos sacos grandes de lixo, com objetos para venda em camelô, Dvds, caixas de papelão. O ambiente cheirava mofo e a porta ficou aberta. (D7, P22, P24)

Rubens conta que assim que saiu o prédio da Mooca, faz menos de um mês, ficaram nesse quarto de aluguel dois enteados e um cunhado - difícil imaginar como - num espaço

que entre a cama de solteiro e a parede tem menos de 60 cm.
(D7, P22)

Essa é a conquista Maria Paula, um antigo casarão atrás do Mercado Municipal de São Paulo. Esse imóvel estava fechado há alguns anos e – por indicação dos movimentos²⁴⁸ - foi negociado com a prefeitura como paliativo para diversos movimentos.

O prédio todo é ocupado por integrantes de movimentos de moradia diferentes, que fizeram ocupações nos edifícios Ana Cintra e Matarazzo, além de famílias indicadas diretamente pelas lideranças dos movimentos como negociação de diversas ações.

Há famílias que seguem aguardando promessas:

Maria – Vai sair aqui na Avenida Ipiranga, na Sete de Abril e na Rangel Pestana com a Celso Garcia... Não com a Maria Domitila. Bom são esses que a gente tem promessa que vai sair no final desse ano e no começo do outro. Ah... eu não vejo a hora de chegar. Nesse apartamento aqui eu já morei um ano já, mas morei em outro aqui também, era mais caro e maior e não tinha necessidade de ser maior do que esse. Aí eu desci para esse e estou esperando...

Olivia – Esperando para sair sua moradia definitiva aqui no centro.

Maria – Esperando, esperando...

Nesse mesmo prédio há famílias que aguardam a entrega de unidades definitivas, como é o caso de Rubens e Maria que irão para o prédio da Mooca, antigo Cine Imperial.

Mas, enquanto todos aguardam, a habitabilidade da conquista Maria Paula depende deles.

Rubens – E aqui? Que era para pagar? Tudo sujo, nojento. Aqui que é só para conquistar o espaço para pagar com o bolsa-aluguel. Tivemos que limpar tudo do mesmo jeito. Para entrar aqui, tivemos que limpar se quisesse.

D. Maria 2 – E era para pagar! Para pagar! Muito sofrimento, eu digo foi demais.

Rubens – Vários caminhões de entulho, fizemos muito mutirão aqui de limpeza.

²⁴⁸ Que sempre tem um levantamento de prédios vazios e abandonados no centro.

D. Maria 2 – E a gente está pagando isso aqui e o dono quer que todo mundo do bolsa-aluguel saia daqui! (E7, P22, P24)

Rubens conta que esse prédio onde eles estão, do “bolsa aluguel”, teve que ser limpo por eles (normalmente é assim) e que foi muito difícil. Ele conta que estão todos revoltados, pois o dono desse prédio quer que todas as pessoas do “bolsa aluguel” saiam do prédio.

Rubens e D. Maria 2 relatam que o prédio tinha “coisas terríveis” dentro e que eles entraram e limparam, viram tudo aquilo e agora que está limpo o dono quer que saiam. Pergunto quais “coisas terríveis” tinham por lá? D. Maria diz que o prédio era tomado por usuários de droga, que era muito perigoso, que tinha “até corpo aqui”, que nem o dono tinha mais controle, que nem ele entrava mais e que “graças ao movimento eles entraram” e os usuários saíram. Segundo D. Maria 2, o dono do prédio “claro, topou na época, afinal limparíamos e resgataríamos o prédio dele e ele ainda ia receber por isso”. (D7, P22, P24)

Mais trabalho, mais submissão, mais precariedade, mais provisoriidade e ameaças.

O trecho abaixo, retirado de um dos diários de campo, trata de outro prédio de bolsa-aluguel, localizado na Avenida Nove de Julho.

Pelo metrô Anhangabaú, Terminal Bandeira, peguei qualquer ônibus que seguisse pela Nove de Julho; a referência do prédio era “antes do minhocão”, uma região bastante empobrecida. Chego pouco antes das oito horas da noite em frente ao prédio, as ruas do entorno já começavam a ficar esvaziadas, comércios fechados, moradores em situação de rua embaixo do viaduto, apenas alguns bares.

São muitos os prédios que funcionam como pensionato nessa região, são edificações antigas - bastante malcuidadas - grandes apartamentos subdivididos com divisórias de PVC. Não consigo localizar a numeração e pergunto nos bares se conhecem um prédio onde moram pessoas dos movimentos de moradia, rapidamente me indicam: “é aquele prédio ali”.

Assim como em outros campos realizados, há uma rápida localização dos prédios com pessoas dos movimentos, pois normalmente são conhecidos no local por suas atividades de militância, ou mesmo pelas ocupações que fizeram. Há claramente um marco nesses espaços públicos e uma alteração das relações de sociabilidade locais, trazidas pelos membros dos movimentos e suas ações.

Ao entrar no prédio, cumprimento o porteiro e lhe digo que vou à casa de Maria José, pois eu não sabia qual era o apartamento. Muito solícito ele me diz o andar e avisa que eu não me preocupe com o número do apartamento, pois “lá é tudinho da família dela”. (D3)

Pergunto-lhe se ele era do movimento e sim, ele é mais um rapaz se revezam na portaria e têm seus custos rateados pelos demais moradores no valor do condomínio (o prédio tem aproximadamente 25 andares e o elevador funciona). (D3, P9)

Sem dúvida estamos em um apartamento que pertencera a alguma família de classe média, dada a alta metragem, pé-direito, assoalho, revestimentos etc. Sem dúvida também, esse prédio faz parte do movimento de abandono do centro pelas classes de mais alta renda, descrito por Flávio Villaça. Muitos prédios como esse, têm agora seus luxuosos apartamentos de um por andar, com duas ou três salas, divididos em quartos para as classes populares trabalhadoras do centro. E também para os membros dos movimentos de moradia que recebem bolsa-aluguel da prefeitura, como o caso dos ex-moradores da ocupação Prestes Maia.

Antes de começar a entrevista com Maria José peço para ir ao banheiro e beber água, Maria José me mostra o apartamento e me apresenta a sua família. São três filhos adultos, dois casados, com suas respectivas famílias e filhos, um sobrinho que mora com a namorada e outro solteiro, além da própria Maria José que fica sozinha no quarto, pois acaba de divorciar-se. São 12 pessoas e em alguns dos quartos há fogão e geladeira.

As pessoas estão divididas em seis quartos, três deles “originais” e os outros três resultados de divisões de salas. Há dois amplos banheiros, um coletivo (social) e o do quarto de Maria José, suíte. A cozinha é o único lugar de onde se pode ter uma vista - *“linda vista do centro da cidade”* segundo Maria José - da grande janela sobre a pia. Na sala, ou estreito corredor sem iluminação, que restou da divisão do antigo apartamento em quartos, apenas uma mesa e duas cadeiras, onde Maria José eu nos sentamos. (D3)

4.3 A conquista: como moradia definitiva no centro

“Trinta anos de luta e há um mês tenho minha moradia”, Aparecida começa a conversa assim, ainda sem que eu pergunte nada. Entendo sua empolgação em me contar sua história, pois a conquista era recente. (D8, P25)

O trecho do diário de campo acima se refere a um empreendimento da CDHU, com 238 unidades divididas em três torres, realizado pelo Programa de Atuação em Cortiços do governo do Estado - PAC. Esse terreno na Mooca, antes de abrigar um grande cortiço, era cinema, o antigo Cine Imperial que funcionou de 1948-1970. Algumas unidades foram entregues a membros dos

movimentos de moradia que residiam em cortiços próximos à região, e as demais seguiram a demanda da CDHU.

A história dessa conquista é lembrada por dois dos personagens entrevistados pela pesquisa, como uma das lutas mais antigas do Centro. Na época ambos se organizavam em torno da ULC, mas hoje um faz parte do MSTC e o outro se manteve na UMM. O processo dessa luta se iniciou ainda com o primeiro Movimento de Cortiços da Mooca, o Movimento de Moradas, Quintais e Cortiços da Mooca, que reivindicou em 1994 um projeto de intervenção no cortiço do antigo Cine Imperial. Tratava-se de uma área de 2.000 metros quadrados absolutamente encortiçada; as histórias de tráfico e exploração por sublocadores, além das condições de insegurança e insalubridade são sempre lembradas.

O decreto da desapropriação da área para habitação foi feito em 1999 pelo então governador Mario Covas, já no âmbito do Programa de Atuação em Cortiços - PAC, gerenciado pela CDHU²⁴⁹.

As unidades foram entregues apenas em 2011, após inúmeras ações dos movimentos no sentido de cobrar a promessa feita desde a época da desapropriação da área em 1999.

Essa conquista da Mooca foi acessível para pouquíssimos membros (17 famílias), afinal poucos se enquadravam nas exigências para o financiamento²⁵⁰, além das unidades destinadas à demanda dos movimentos terem sido poucas.

O trecho da entrevista abaixo ilustra o dito acima, quando Aparecida narra como foi o processo de cadastramento das famílias do cortiço do Cine Imperial.

Aparecida – Por exemplo, chegaram para as famílias que moravam lá, que eram 113 famílias, “ou você sai daqui e quando tiver pronto você volta, ou a gente dá uma ajuda de R\$ 1800,00 para você voltar para o lugar de onde veio, ou a gente te dá uma carta de crédito, para você comprar em qualquer lugar”. Isso ocorreu em 2000, então ninguém quis pegar carta

²⁴⁹ O PAC, embora tenha se formalizado enquanto Programa em 1998, entrou em vigor de fato somente em 2002, quando foram liberados os recursos por meio de empréstimo do BID.

²⁵⁰ 25 anos, sendo os 5 primeiros de outorga onerosa, os valores ficaram em torno de R\$ 200,00 mais R\$ 100,00 de condomínio.

de crédito porque estava iludido que ia voltar para lá. Quem pegou R\$ 1800,00 eles cadastraram tudo e falaram: você já foi atendido na época e podia ter comprado uma casa e teve uns que ou voltaram para o seu Estado de origem, ou foram para o Itaim, ou foram mesmo para a periferia, e acabaram não retornando mesmo. Os que continuaram com a gente, quando chegou na hora da habilitação, eles não quiseram saber, eles não aceitaram e não deixaram entrar lá no projeto. Nós brigamos lá na CDHU e eles falaram que não iam voltar porque já havia tido um atendimento naquele projeto da Mooca. A Cirella tentou o tempo todo embargar a obra do nosso, os moradores do prédio da Cirella fizeram abaixo-assinado que era para gente não voltar a morar lá, foi assim horrível. A nossa aceitação teve rejeição. Porque uma Cirella chega muito mais rápido com dinheiro, o governo é muito lerdo, ele tem que passar pelas etapas, mas também não pode demorar 15 anos, 30 anos que o proprietário se enche e vende mesmo para uma Cirella da vida. (E8, P25)

Esse processo não é diferente de tantas outras lutas empreendidas pelos movimentos, no sentido da morosidade, da dificuldade de inclusão dos membros dos próprios movimentos e inclusive em relação à concorrência com o próprio mercado imobiliário, o que ilustra emblematicamente a atual situação de disputa pela terra no centro da cidade.

O outro personagem (P22) que conseguiu unidade nesse empreendimento reforçou a distância da nova casa ao trabalho, e alguns dos percursos da luta, conforme segue abaixo.

Rubens – Já estamos na Mooca. Aí saiu, foi o parecer do juiz, que teve a primeira audiência né, da Ana Cintra, que demorou esse tempo todo, porque a gente colocou na justiça, aí teve uma audiência, aí o juiz não decidiu nada entre nós e a CDHU. Eles queriam colocar nós em um determinado lugar que nós não queríamos ir, como em bairros distantes né. Aí o juiz falou assim, o primeiro empreendimento que surgir no centro, a prioridade é de vocês. Nós éramos 17 famílias, nas quais, estava Jandira no meio também. Aí saiu agora e o juiz perguntou pra gente se a gente queria ficar no Pari ou na Mooca, aí eu preferia a Mooca, lógico. Ela não queria muito ir, mas...

D. Maria 2 – Querer ir eu quis, o problema é só a distância, porque eu trabalho aqui, trabalho na rua, na feirinha e sempre trabalhei na rua, para eu vir de lá a pé, como ele falou, fica bem mais longe. Olha eu acho assim um pouco estranho, mas fui, estou gostando. Morei toda a vida aqui no Centro, estou acostumada aqui.

Essa conquista da Mooca é considerada Centro pelos movimentos, o que denota uma disputa pelo sentido mesmo de Centro, como demonstram os excertos acima.

Outro ponto a se considerar em relação às conquistas é o fato do movimento intentar se constituir como um atalho para a moradia, onde são bastante comuns alusões como: "o direito não tem fila". O que ficou claro ao longo da pesquisa é tratarem-se de práticas discursivas²⁵¹, uma vez que absolutamente todas as histórias de conquistas de unidades habitacionais via movimento, são de no mínimo mais de uma década de lutas, como fica claro no excerto abaixo, onde definitivamente o movimento não foi um 'atalho'.

Olivia – E de demanda dos movimentos, que são companheiros de vocês há muito tempo, tem quantos lá?

D. Maria 2 – Tem só 4, é acho que só, só 4 famílias e o resto eu não sei nem de onde que veio. Sabe, isso eu até comentei com a Jaira, comentei com a Jandira, também, eu fiquei um pouco decepcionada com o movimento, porque a gente que lutou tanto, muitos anos mesmo, a gente só conseguiu lá porque ele acabou de falar qual o motivo; e quem, acredito que não sabe quase o que foi uma luta, o que é uma luta, estão lá, do mesmo jeito onde que eu com os meus filhos, trabalhamos muito, lutamos muito, muito mesmo. Se eu soubesse que era daquele jeito eu tinha corrido atrás e estava lá como todos. Se você ver, olha, tem casazinho bem novinho, deve ter menina que completou 18 anos agora, que está lá!

Rubens – Nem sabe o que é movimento de moradia.

D. Maria 2 – Tem casazinho bem novinho, bem novinho mesmo, que eu não sei como nem onde eles conseguiram. E eu quero, até eu comentei com os meus filhos, eu vou fazer de tudo para ver se eu consigo uma moradia para eles também.

D. Maria 2 – E foi com sofrimento hein! Você imagina o que é um sofrimento? É sofrimento mesmo. Tudo bem que a gente, como eles falam, ocupava os prédios mesmo, que não era da gente, mas a gente fazia isso não era por, como se diz, a gente não queria se apossar daquele imóvel. Aí esses imóveis ficavam muitos anos ali, abandonados, aí você imagina como é que é a situação de um prédio abandonado há tantos anos, a gente tinha que limpar, limpar todos os apartamentos bem bonitinho e olha o sofrimento! E quem não sofreu nada, é que nem eu falei! As meninas que não sofreram nada, nem sabem o que é isso estão lá, com a casa novinha.

²⁵¹ É interessante observar que muitos trabalhos acadêmicos absorvem essa ideia de "atalho" para o direito, via movimentos.

Rubens – E arrombar a porta? E entrar em prédio? E brigar com polícia? E frio e fome?

D. Maria 2 – O Ana Cintra tinha entulho demais, coco de pombo, nossa senhora, tinha que raspar com enxada para sair aquilo lá. (E7, P22, P24)

4.4 A conquista: como moradia definitiva na Zona Leste

“É com dor no coração que eu deixo o centro, mas eu vou pra casa própria né?” (P10, D3)

Há um número grande de pessoas que após anos de luta no Centro, seja em sucessivas ocupações ou bolsas de auxílio aluguel, consegue unidades habitacionais nas periferias, com frequência na Cidade Tiradentes.

Um dos personagens entrevistados, autor do excerto da entrevista acima, contava-me com entusiasmo sobre a experiência vivida na ocupação Prestes Maia e o quanto “todos foram companheiros naquela época”, dizia também que “o Prestes vai deixar saudades”. Essa família acabara de “conseguir” sua moradia, via carta de crédito no valor de R\$ 55.000,00 e se mudaria para Cidade Tiradentes. Perguntei se não procuraram apartamentos no Centro, uma vez que moram, trabalham e têm escola para os filhos no Centro há mais de 10 anos. Com muito menos entusiasmo respondem-me que não queriam arriscar mais uma tentativa de renovação da carta de crédito (válida por seis meses) e então preferiram usá-la. Contaram-me que procuraram por muito tempo um apartamento no Centro, mas que os preços estavam muito altos, “essa Minha Casa Minha Vida aumentou tudo”, justifica a mulher, que diz ainda que durante o ano todo, os filhos morarão durante a semana com uma cunhada que ainda terá mais um tempo de bolsa-aluguel e ficará no Centro, mais próximo da escola onde seus filhos estão matriculados. Ela, desempregada, diz que tem vários conhecidos em Cidade Tiradentes, do próprio movimento, “*não me sentirei sozinha*” e o marido reclama, ao dizer que levará no mínimo duas horas no deslocamento entre seu trabalho no Centro e sua nova casa na Zona Leste. (D3, P10)

Enuncia-se por meio de situações como essas a questão da negação de uma cidade (Centro) e de uma experiência ali vivida. A trajetória dessas pessoas na cidade, permeada pelos processos de sociabilização e em alguns casos de politização pelos quais passaram e o retorno de parte destas para a periferia, traz novas questões. Não apenas no sentido da negação de um espaço urbano

melhor qualificado no centro da cidade em “troca” da casa própria na periferia, mas de mecanismos que atraem e repelem essas pessoas.

Esses mecanismos – não totalmente determináveis – se fazem presentes nas diversas trajetórias empreendidas por esses atores, de sua chegada ao centro da cidade, passando pelos processos de reintegração de posse ao retorno para as preferências, em parte dos casos.

Ilustra sobremaneira esta questão uma fala recente da FLM, publicada em uma de suas cartas às autoridades em função das reintegrações de posse dos prédios ocupados nas Avenidas Ipiranga e São João: “Querem que a gente desapareça. Que vivamos como apátridas em nosso próprio território. Chutados de um lado para o outro”.

No sentido de ilustrar o que foi discutido acima, serão apresentadas as tramas de alguns dos personagens entrevistados. O objetivo foi o de espacializar não só a luta por moradia, por meio da ocupação de edifícios, mas a trajetória destes indivíduos na cidade, observando, por meio do mapeamento, suas mudanças de inserção, tanto do ponto de vista de suas redes sociais, como dos serviços oferecidos.

TRAJETÓRIAS DOS PERSONAGENS:

Personagem 25 - Aparecida		
branca, aproximadamente 50 anos, solteira.		
Data da entrevista	14/08/2009	
Ocupação atual	Secretária de deputado	
Movimento que atua	ex-ULC- Moradia Vitória do Belém - UMM	
Da luta a conquista	18 anos	
Conquista	mora no CDHU Mooca (antigo Cine Imperial)	
Trajetória/ resumo <u>CDHU-Mooca</u>	1992	Cortiço na Mooca (1)
	1992	Cortiço Madre de Deus Rua Madre de Deus, 769 (2)
	1999	-ocupou Gasômetro Rua do Gasômetro, 660 - Brás (3)
	1999	- ocupou 21 de Abril Rua 21 de Abril, 569/585 - Brás (4)
	1999	ocupou antigo Banespa R. Celso Garcia, 787 – Brás (5)
	2010	conquistou Mooca / CDHU(antigo Cine Imperial) <u>Rua da Mooca</u> , 3430 (6)

Personagem 18: D. Ivani		
negra, aproximadamente 55 anos, solteira, mãe de 4 filhos		
Data da entrevista	20/03/2010	
Ocupação atual	costura, tem <u>box</u> no Brás	
Movimento que atua	ULC/UMM e Pastoral da Terra	
Da luta a conquista	27 anos	
Conquista	mora no Ed. Olga <u>Benário</u>	
Trajetória/ resumo Ed. Olga <u>Benário</u> /PAR	1983	- perdeu a casa na enchente/ Tatuapé - morou embaixo do viaduto Cons. Carrão (1) - ocupou terreno (colégio abandonado). Rua Diamante Preto - Carrão (da lona preta para alvenaria: 22 anos) (2)
	1999	via grupo da Celso Garcia entra para ULC
	1999	ocupou antigo Banespa R. Celso Garcia, 787 - Brás (3)
	2002	ocupou INSS/ Rangel Pestana (entre outros) R. Rangel Pestana, 1099 - Brás (4)
	2002	conquistou Olga <u>Benário</u> (antigo Banespa) R. Celso Garcia, 787 - Brás (3)

Personagem 8 - Maria José		
negra, aproximadamente 50 anos, separada, mãe de quatro filhos.		
Data da entrevista	14/08/2009	
Ocupação atual	Doméstica	
Movimento que atua	MSTC - FLM	
Da luta a conquista	8 anos	
Conquista	CDHU Cidade Tiradentes	
Trajetória/ resumo Ed. Prestes Maia	2001	Vila Joaniza - Casa de Aluguel (1)
	2001	- grupo de base. Rua dos Italianos – Bom Retiro (2)
	2002	-ocupou Conselheiro Crispiniano Rua Conselheiro Crispiniano, 125 República (3)
	2002	-ocupou Prestes Maia Av. Prestes Maia, 911 - República (4)
	2007	Bolsa Aluguel - Av. Nove de Julho, 197 (5)
	2009	CDHU Cidade Tiradentes (6)

Personagem 3 - Dona Valdete		
negra, aproximadamente 60 anos, aposentada, em processo de divórcio		
Data da entrevista	13/08/2009	
Ocupação atual		
Movimento que atua	AMMRS - UMM	
Da luta a conquista	15 anos	
Conquista	Apartamento Mutirão Itaim Paulista : Santo Dias - CDHU	
Trajetória/ resumo	1994	Terreno grilado divisa SP/Taboão da Serra (1)
		- várias ocupações
	2005	-ocupou CDHU - Santo Dias Rua Manoel Rodrigues Santiago, 501 - Itaim Paulista (2)
	2009	CDHU - Santo Dias Rua Manoel Rodrigues Santiago, 501 - Itaim Paulista (2)

Personagem 22: Rubens		
negro, aproximadamente 50 anos, casado, pai de 5 filhos		
Data da entrevista	16/03/2010	
Ocupação atual	Frete para camelô no centro	
Movimento que atua	FC/MSTC/FLM	
Da luta a conquista	12 anos	
Conquista	mora no CDHU Mooca (antigo Cine Imperial)	
Trajetória/ resumo Ed Ana Cintra CDHU MOOCA	1996	- cortiço <u>Pq. D. Pedro</u> - grupo de base. Rua dos Italianos – Bom Retiro (1)
	1997	Hospital Matarazzo (2)
	1999	- ocupou Ana Cintra – 5 anos Rua Ana Cintra, 123 – Sta. Cecília (3)
	2002	<u>Rua Frederick Steink</u> (bolsa aluguel) (4)
	2007	<u>Rua Maria Paula</u> (bolsa aluguel) – zona cerealista (5)
	2010	conquistou Mooca / CDHU(antigo Cine Imperial) <u>Rua da Mooca</u> , 3430 (6)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou demonstrar diversos desdobramentos relativos às novas ações e práticas dos movimentos de moradia no centro de São Paulo. A partir de questões recolhidas pela pesquisa de campo, observou-se a constituição de um novo ciclo de conflitos, configurado por uma nova disposição dos atores envolvidos na disputa pelo centro da cidade.

Dessa forma, as questões empíricas pautaram as reflexões teóricas e flagraram diversos momentos, como, por um lado, de constituição de discursos que pretendiam construir lugares de não conflito, ou por outras formas de resistência.

Buscou-se a todo tempo compreender, a partir das trajetórias dos personagens e suas lutas por moradia, as múltiplas relações estabelecidas com a cidade e seu sentido.

O entendimento do contexto, bastante específico, sobre o qual se desenvolveram as questões apresentadas, baseou-se na detecção de contradições e ambiguidades, o que nos levou a questionar uma série de hipóteses. Questões como a ida dos movimentos de moradia para o centro da cidade a partir da década de 1990 e a chamada ‘perda de dinamismo’ e ‘esvaziamento do Centro’, constituíram-se em teses a serem questionadas e nortearam boa parte da pesquisa.

As disputas pelo centro da cidade revelaram-se também como disputas pelo sentido de cidade. A utilização da ideia de centro novo, centro velho ou expandido demonstra mais que formas de categorização, mas construções ideológicas. A desnaturalização dessas ideias aponta diretamente para a questão da disputa pelo que é o centro da cidade e sua apropriação.

A tese fortemente difundida de que o Centro estaria se deslocando pelo espaço da cidade, caminha *pari passu* à crescente popularização desse mesmo e único centro. A lógica especulativa de apropriação da renda fundiária como propulsora da expansão da cidade é um dos nós centrais dessa questão

e as intervenções urbanas ao longo da história têm amparado esta forma de desenvolvimento urbano.

A pesquisa procurou trabalhar com uma série de dados que auxiliassem na compreensão dos motivos dessa apropriação do centro por diversos atores e da visibilização de uma série de questões, nesse contexto específico. Por que de repente a pobreza na região central passou a se constituir como um dos principais problemas urbanos da cidade? Por que o Centro passou a ser o alvo prioritário de ações e investimentos? Por que as lutas por moradia passaram a se tornar visíveis?

A evidente conjuntura de aprofundamento das desigualdades sociais econômicas, somada à consolidação de um mercado mundial de construção de cidades globais são algumas das pistas.

Norteadas por essas questões, a pesquisa levantou dados sobre crescimento demográfico, perfil populacional e dinamismo econômico do Centro, com o intuito de tensionar os discursos sobre sua suposta degradação/ abandono, perda de dinamismo econômico e esvaziamento populacional.

O que aparece muito claramente é uma incontestável vitalidade da região, tanto como polo gerador de empregos, como de atração e fixação de pessoas, atestando mais uma vez que há na constituição dos discursos acerca do esvaziamento populacional do centro, uma recusa a outro processo. Qual seja, de mudança do perfil do morador da região central, bem como das atividades econômicas lá desenvolvidas.

O centro da cidade sofreu de fato uma perda de população, da década de 1980 aos anos 2000, em paralelo ao crescimento de distritos periféricos da cidade. Além do claro direcionamento do crescimento urbano para outras regiões da cidade, como o vetor sudoeste.

Mas, esse quadro foi dando mostras de reversão já em meados da década de 1990 e se confirmou a partir dos anos de 2000. No período de 2000-2010, todos os distritos da região central voltaram a crescer.

Essa retomada se deveu em parte, à fixação de uma população mais empobrecida no Centro. Pesquisas em relação à alteração do padrão de renda

e notadamente um incremento populacional por subdivisão de cômodos, são alguns dos dados que confirmam esse novo perfil do morador do Centro.

Há também uma população de renda média e média baixa que têm ocupado as novas unidades dos lançamentos habitacionais localizados mais próximos dos limites do que se considera centro expandido. Trata-se aqui também de outro perfil de morador do Centro, favorecido pela ampliação do acesso ao crédito imobiliário para esta faixa de renda e atraído pelos novos postos de trabalho.

Esses novos postos de trabalho também determinaram uma mudança no perfil econômico da região central, o que definitivamente não se caracteriza como perda de dinamismo. Da forma análoga à perda populacional, o Centro na mesma época perdeu postos de emprego, mas seguiu como o local que mais concentra ofertas de trabalho da cidade, além da possibilidade - crescente - de trabalho informal.

Há diversas pesquisas que apontaram a reestruturação das atividades econômicas do Centro, com forte transferência para o setor de serviços, incluindo também uma nova espacialização de funções, com o crescimento daquelas de menores salários. Dessa forma, a quantidade de empregos formais no Centro também voltou a crescer no período 2000-2010, acompanhando o movimento nacional de crescimento e formalização do mercado de trabalho.

Constatada a mudança do perfil econômico e populacional, restava questionar o crescimento do número de imóveis vazios do Centro frente ao déficit habitacional, no sentido de entender como esses dados constituem diferentes discursos e evidenciam conflitos, que vão desde entendimentos distintos sobre déficit até uma disputa pela forma de sua contagem.

A questão da vacância imobiliária no Centro gerou, especialmente na década de 1990, uma indistinção de discursos, ao ser apropriada pelo poder público, pelos movimentos e pelo mercado imobiliário.

Esse contexto marca a visibilidade dos movimentos de luta por moradia no Centro por meio de suas novas formas de ação, pela ocupação desses prédios vazios, constituindo no final da década de 1990 um primeiro ciclo de conflitos.

A questão do esgotamento do padrão periférico de crescimento, o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e até mesmo a funcionalização da visibilidade da pobreza na região central, são alguns dos pontos que podem ser relacionados ao aparecimento dos movimentos. Que passam a agrupar pessoas ainda mais empobrecidas (já moradoras do Centro e vindas das periferias), com vínculos de trabalhos mais instáveis e, portanto, dispostas a morar nessas ocupações, assumindo toda transitoriedade.

O que fica claro é que há uma somatória de fatores que direcionou os olhares – e ações – para o Centro nesse período. O cenário configurado contrapôs, de um lado a patente visibilidade de uma população empobrecida e organizada em torno dos movimentos de moradia, (que passa a entender a região central como espaço de luta e reivindicações) e de outro, uma parcela da população que passa a ver - e a construir - esse mesmo centro como espaço em degradação e abandono (justificando as mais diversas intervenções).

Esse encontro de interesses aparece absolutamente mediado por uma série de atores e novas formas de negociação. A pesquisa flagrou diversos desses momentos e procurou tensionar nesse sentido, a questão do participativismo, que tanto apresentou momentos em que contribui para a politização, como para escamotear conflitos, evidenciando um esvaziamento da esfera política.

Em meio a todo esse contexto, a pesquisa de campo revelava diversas nuances das lutas por moradia no centro da cidade, apontando em perspectiva macro e micro as experiências relatadas pelos entrevistados e pela repercussão de suas ações.

Anunciava-se mais um ciclo de conflitos, que inicialmente não se configurou apenas pelo aumento do número de ocupações - que atingirá seu auge somente em 2011 - mas principalmente pelas formas de ação do poder público.

Trata-se do contexto das últimas intervenções urbanas no Centro, sob as quais fica cada vez mais patente a continuidade de um processo de privatização generalizado, do qual não escapa o Estado. A relação de promiscuidade entre capital financeiro, imobiliário e Estado é de tal forma evidente que este em um processo inédito, tem franqueado à iniciativa privada decisões sobre a ocupação urbana.

Trata-se de um dos momentos mais truculentos, no sentido mesmo de uma militarização da região central. Ao mesmo tempo em que ações violentas de reintegrações de posse se efetivam e engendram-se mecanismos para afastar a população mais pobre do Centro, constroem-se fóruns de conciliação e mediação de conflitos.

Em uma alusão a Rancière, instaura-se a lógica policial, no avesso do sentido da política e em um mundo reduzido em suas expectativas e a atuação dos movimentos traz diversas ampliações dos sentidos de suas conquistas.

Assim, não se pretendeu fazer um balanço ou avaliação dos resultados das ações dos movimentos, mas entender seus processos e significados, que não se resumem à vitória ou derrota, mas remetem à criação de novos campos, práticas e sociabilidades.

Aqui apareceram talvez os pontos principais deste trabalho, que são as questões de visibilidade e invisibilidade reveladas pelo movimento dessas pessoas no centro da cidade, estabelecido tanto pelas ocupações realizadas pelos movimentos de moradia como pela amplitude do sentido de suas conquistas.

As trajetórias dessas pessoas, permeadas pelos processos de sociabilização e em alguns casos de politização pelos quais passaram a partir das lutas empreendidas no centro da cidade, perfazem um tema de pesquisa que permanece em aberto. Essas trajetórias são bastante diversificadas e tornam-se especialmente instigantes quando parte dessas pessoas acaba retornando para a periferia – no caso de conquistas de unidades habitacionais fora do Centro.

Nesses casos pode-se pensar em uma negação do espaço urbano melhor qualificado no Centro, em “troca” da casa própria, ainda que seja na periferia. Parece tratar-se de um movimento que atrai e expulsa essas pessoas do Centro, a partir de um conjunto de processos que determina sua trajetória. Como expressão de uma série de determinações econômicas e políticas, mas também indeterminações, essas pessoas não são protagonistas desses trajetos, que podem delinear um tipo de funcionalidade autômata.

Ao mesmo tempo essas trajetórias revelam processos de resistência, por meio da contestação de lugares pré-estabelecidos. O que, em mais uma alusão à Rancière, significa o rompimento com uma lógica de dominação vivida como natural, chamando às vistas algo que não se tinha visibilidade e fazendo-se ouvir onde só se havia barulho.

Ainda que por momentos, “na singularidade conflituosa deste país, certos fatos apontam para algumas brechas significativas em relação à aceitação deste mundo gerido e incerto [...] constituem os raros momentos abertos para a possibilidade de política”. (PAOLI, 2007:256).

Esta pesquisa com sua busca talvez mais micro que macro; viu rostos, famílias, ouviu histórias, tudo aquilo que, escondido pelos programas habitacionais ou de auxílio emergencial, revela uma riqueza de minúcias de suas identificações na cidade, gerando um mosaico de experiências.

Por fim, entendemos que este trabalho também foi produzido e permeado por um campo de conflitos, e sem dúvida revela apostas. Sendo assim, como todo processo em andamento, permanece aberto, em suas ambiguidades e contradições.

BIBLIOGRAFIA

AFFONSO, Elenira Arakilian. **Teia de relações da ocupação do edifício Prestes Maia**. Dissertação apresentada à FAU-USO, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

_____. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AGÊNCIA BRASIL DE FATO. **Especial Nova Luz - Uma Obra de Ficção Urbanística**. Versão impressa: novembro de 2011, ano 9, n. 453. Versão *online*, disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/novaluz/noticia/sob-controle-privado>. Acessado em 20/02/2012.

ALVAREZ, S. E. (Org.), DAGNINO, E. (Org.); ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

AQUINO, Carlos Fildelfo. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)**. 2008 (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências – Departamento de Antropologia Humanas, Universidades de São Paulo. São Paulo, 2008.

ARANTES, O. VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único – desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Esquerda e direita no espelho das ONGs**. In: ONGS: identidade e desafios atuais. São Paulo: Cadernos Abong, 27, 2000.

ARANTES, Pedro Fiori. **Interesse público, poderes privados e práticas discursivas na política de renovação do Centro de São Paulo**. PÓLIS, 2008.

ARAVECCHIA, Nilce Cristina. **Da luta pela terra urbana à luta pelo direito à cidade: a militância política desafia o conhecimento técnico**. 2005.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Carlos, 2005.

AZEVEDO, Sérgio de e ARAÚJO, Maria Bernadette, **Questões metodológicas sobre o “déficit habitacional”: o perigo de abordagens corporativas.** Cadernos metrópole 17, pp. 241-255, 1 sem. 2007.

BAIERLE, Sergio. **Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80.** Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UNICAMP, 1992.

_____. **Porto Alegre neoliberal: a decapitação social-capitalista de líderes comunitários e os limites do Novo Gerencialismo Público inclusivo.** Coleção cadernos da Cidade. Porto Alegre/RS, Nº. 15, volume 12, novembro 2009.

BARROS, Joana da Silva. **Moradores de rua – Pobreza e Trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

BESSA, Vagner de Carvalho. **O setor de serviços às empresas.** *In:* Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (Org.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP / EMURB / CEBRAP, p. 199-234, 2004.

BLOCH, Janaina Aliano. **O direito à moradia. Um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo.** 2007 Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BONDUKI, Nabil. (org.) **Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Nobel, 1996.

_____. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** 2.^a ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

BOTELHO, Isaura e FREIRE Carlos Torres. **Equipamentos e serviços culturais na região central da cidade de São Paulo**. In: Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (Org.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP / EMURB / CEBRAP, p. 159-198, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

_____. (coord.) **A miséria do mundo**. 4.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANT, V. C. e SINGER, P. **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Política nacional de desenvolvimento urbano**. Cadernos do Ministério das Cidades. Brasília, 2004

CAMARGO, C. P. F. *et. al.* **São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza**. São Paulo, Loyola, 1976.

CAMPOS, Candido Malta. **Construção e desconstrução do centro paulistano**. *Cienc. Cult.*[online], vol.56, n.2, pp. 33-37. ISSN 0009-6725, 2004.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico**, in B. Sorj e M. H. T. de Almeida (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. **A Trajetória dos Movimentos Sociais**, in E. Dagnino (org.), *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, pp. 81-90, 1994.

CAVALCANTI, Gustavo. **Uma concessão ao passado: trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo**. Dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. **Pesquisa Origem e Destino do Metrô de São Paulo**. Secretaria de Transportes Metropolitanos, 2008.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo e CORRÊA, Renata Silveira. **O complexo financeiro: um caso de concentração no município e relativo esvaziamento no centro?** In: Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (Org.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP / EMURB / CEBRAP, p. 235-270, 2004.

COHN, Gabriel. **Contemporaneidade tensa**. In: RIZEK, Cibele S. e ROMAO, Wagner de Melo. Francisco de Oliveira: a tarefa da Crítica. Belo Horizonte: Humanitas, UFMG, pp. 47-54, 2006.

COMARÚ, Francisco. **Intervenção Habitacional em Cortiços na cidade de São Paulo – O mutirão Celso Garcia**. Dissertação de mestrado/ POLI-USP, São Paulo, 1998.

COMIN, Alvaro A. **Introdução. Diagnóstico, oportunidades e diretrizes de ação?** In: Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (Org.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP / EMURB / CEBRAP, 2004.

CRISTINA, Nathalia. **Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)**. Dissertação apresentada ao IFCH, UINCAMP, Campinas, 2009.

CYMBALISTA, R. et. al. **Políticas Públicas para o Centro: controle social do financiamento BID à Prefeitura municipal de São Paulo**. São Paulo: Instituto POLIS, 2008.

D'ANGELIS, RAMOS, HIRAO *et al.* **Pelo direito à cidade. À desocupação do Edifício Prestes Maia em São Paulo**. Sítio internet: Vitruvius. Minha Cidade. 079.02 São Paulo, ano 07, jul 2007. Disponível em : <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/07.079/1932>. Acessado em: 04/05/2010.

DAGNINO, E. (org.) **Anos 90: Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil: Tendências recentes**. *Journal of Iberian and Latin American Studies*, Melbourne, Austrália, v. 7:1, p. 75-104, 2001.

_____. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa**. Política & Sociedade Revista de Sociologia Política, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 137-161, 2004.

_____. (Org.); Alberto J. Olvera (Org.); Aldo Panfichi (Org.). **A Disputa pela construção democrática na América Latina**. S. Paulo: Paz e Terra, 2006.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **I Jornada em Defesa da Moradia Digna** – 1. ed. – São Paulo, 2008.

DINIZ, Clélio Campolina e DINIZ, Bernardo Campolina. **A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções**. In: Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (Org.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP / EMURB / CEBRAP, pp. 61-84, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.

DURHAM, E. R. **Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania**. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 24-31, 1984.

FELDMAN, S. **São Paulo, Qual centro?** Urbanismo, dossiê São Paulo, 2004.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/ Fapesp, 2005.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade global**. São Paulo: Vozes, 2007.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FORTES, Alexandre. **Miríades por toda a eternidade. A atualidade de E.P. Thompson.** Revista de Sociologia da USP, Tempos Social, v.18, n.1. pp. 197-215, junho de 2006.

FÓRUM CENTRO VIVO. **Dossiê-denúncia - violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas.** 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Em **defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social.** São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: Cortez/EDUSP, 2000.

GARCIA, Renato e MOREIRA, Juan Cruz. **O complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente.** In: Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (Org.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP / EMURB / CEBRAP, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia.** São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

_____. **Movimentos, organizações populares e cidadania: conquistas, problemas e perspectivas nos anos 90.** Trabalho apresentado na XVII ANPOCS, Caxambu (MG), 1993.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Associativismo Civil E Movimentos Sociais Populares em São Paulo.** Ciências Sociais Unisinos, maio-agosto, ano/vol. 44, número 002 Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil pp. 130-138, 2008.

GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. **Movimentos Sociais e Articuladoras no Associativismo do Século XXI.** In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (Org.). São Paulo: novos percursos e atores: sociedade, cultura e política. São Paulo: editora 34/CEM, p. 253-275, 2011.

HIRATA, Daniel. **A produção das cidades securitárias: polícia e política.** In: Le Monde Diplomatique Brasil, 07 de março de 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1123>. Acessado em 14/03/2012.

ITIKAWA, Luciana. **Trabalho Informal nos espaços públicos no Centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas.** Tese FAU USP, 2006.

_____ e VEIGA, João Paulo Cândia. **Canais de negociação no âmbito do trabalho informal precário em duas pontas do setor têxtil: produção e comercialização.** Conferência Internacional da rede Global Labour University. Qual caminho, qual saída, desenvolvimento global: desafios às estratégias sindicais. Unicamp, Campinas, 2008.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexões sobre a literatura nos anos 70 e 80.** BIB/ANPOCS, v. 23, p. 18-34, 1987.

JACOBI, Pedro. **Atores sociais e Estado: movimentos reivindicatórios urbanos e Estado – dimensões da ação coletiva e efeitos político-institucionais no Brasil.** *Espaço & Debates*, nº 26, pp. 10-21, 1989.

KARA JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo (1975-2000).** São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2007.

_____. **A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos.** Tese, USP, 2010.

KAUCHAKJE, S. **A academia e participação social no Brasil: teses e dissertações sobre movimentos sociais produzidas na UNICAMP e na USP entre 1970 e 1995.** Educação Temática Digital, Campinas, vol.4, n.1, dez. 2002, p.97-109.

KOHARA, Luís. **Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços – estudos de caso na área central da cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado em Engenharia, São Paulo: POLI/USP, 1999.

_____. e CARICARI, Ana Maria. **Cortiços em São Paulo: soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção à moradia**. São Paulo: CESE, 2006.

_____. **A problemática dos cortiços em São Paulo**. In: Defensoria Pública do Estado de São Paulo. I Jornada em Defesa da Moradia Digna – 1. ed. – São Paulo, 2008.

_____. **Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços**. Tese apresentada à FAU-USP, 2009.

KOWARICK, L. **Áreas Centrais de São Paulo: Dinamismo Socioeconômico, Pobreza e Políticas**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, v. 70, p. 171-211, 2007.

KOWARICK, L.; ANT, C. **Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo**. In: KOWARICK, L. (Org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. São Paulo: Paz e Terra/ Cedec/ Unrisd, 1988.

_____. (org.). **As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente**. São Paulo: Paz e Terra/ Cedec/ Unrisd, 1988.

_____. **Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas**. Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 171-211, 2007.

_____, Lúcio; MARQUES, Eduardo (Org.). **São Paulo: novos percursos e atores: sociedade, cultura e política**. São Paulo: editora 34/CEM, 2011.

LEMO, Carlos. **Os primeiros cortiços paulistanos**. In: SAMPAIO, Maria Ruth (Org.). Habitação e cidade. São Paulo: FAU-USP; FAPESP, 1998.

LOPES, João Marcos e KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula. **Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para**

os pobres. In SILACC 2010 – Simpósio Ibero-Americano Cidade e Cultura 03: novas espacialidades e territorialidades urbanas. São Carlos/SP.

MAGALHÃES Junior, José César de. **Normalização social e neoliberalismo.** Tese apresentada à FFLCH-USP, 2011.

POLIS, Instituto. TEIXEIRA, Ana Cláudia; COMARU, Francisco de Assis; CYMBALISTA Renato, SUTTI, Weber. MAPAS. **Monitoramento ativo da participação da sociedade. Estudo de caso. Conflitos em torno do direito à moradia na região central de São Paulo.** Relatório do projeto. Dezembro de 2005.

MARICATO, Ermínia. **Nunca fomos tão participativos.** In: Revista Carta Capital. São Paulo, 2007.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes. 2011.

METRODATA, Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE). **Necessidades Habitacionais: déficit habitacional e inadequação habitacional por cidade.** Rio de Janeiro, 2003.

MEYER, Regina M. P & GRONSTEIN, Marta. **São Paulo, Centro XXI: entre história e projeto.** São Paulo, Associação Viva o Centro, 1994.

_____; GROSTEIN, Marta e BIDERMAN, C. **São Paulo metrópole.** São Paulo: editora da universidade de São Paulo, imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2004.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche.** Tese apresentada à FFLCH – USP, 2008.

NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Malta, Candido; Rolink, Raquel. **Dinâmica dos subespaços da área central de São Paulo.** In: COMIN, A. A.; SOMEKH, N. (Coords.) Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: PMSP/Cebrap/CEM, 2004.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais**

na área central da cidade de São Paulo. Dissertação apresentada à FFLCH-USP, 2009.

OLIVEIRA, F. de. **Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento.** In: OLIVEIRA, Francisco de. & RIZEK, Cibelee. A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo. 2007.

OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. **Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global.** Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global.** Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibelee Saliba (orgs.) **A Era da Indeterminação.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

OLIVEIRA. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI.** Rio de Janeiro, RJ. FASE – Programa de investigação e comunicação. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1994.

OLIVEIRA, Nathalia C. **Os movimentos dos sem-teto frente aos governos Lula.** In: Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XX. Londrina, 2010.

_____. **Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009).** Dissertação de mestrado apresentada ao IFCH, Unicamp, 2010.

PAMPLONA, João Batista. **A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo.** In: Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). (Org.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP / EMURB / CEBRAP, p. 307-337, 2004.

PAOLI, Maria Célia e SADER, Eder. **Sobre as classes populares no pensamento sociológico brasileiro**. In CARDOSO, Ruth (org.) Aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Movimentos Sociais no Brasil: Em busca de um estatuto político, in Michaela Helmann (org), **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**, S. Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. *In*: ALVARES, E. Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG p. 103-148, 2000.

_____. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia I**. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política**. *In*: OLIVERIA, Francisco e RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). A Era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007.

PASQUOTTO, Geise Brizotti. **Renovação, Revitalização e Reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas**. *In*: Revista Complexus, ano 01, n.2, setembro de 2010.

PASTERNAK, Suzana e BÓGUS, Lúcia M. Machado. **Migração na metrópole**. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 4, p. 21-47, out./dez. 2005.

PICCINI, Andréa. **Cortiços em São Paulo. Conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo**. São Paulo, Annablume, 1999.

PINHEIRO, Fundação João. **O Déficit Habitacional no Brasil**. Belo Horizonte, 1995.

RAMOS, Diana Helene. **Morador sem-teto quer direito à cidade, não apenas moradia.** *In:* Agência de Notícias USP. Editora Sociedade, 2010. Disponível em <http://www.usp.br/agen/?p=45090>. Acessado em 24/03/2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento.** São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. **O dissenso.** *In:* NOVAES, Adauto (org.). A crise da razão. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996b.

Revista Babel, CHAN, Iana, **Na fila do direito à moradia. A história de famílias que dão vida a edifícios abandonados,** 2011. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/babel/index3.php?tema=Espera&id=15>. Acessado em 09/02/2012.

RIZEK, Cibelee. **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____, GEORGES, Isabel e SILVA, Carlos Freire. **Trabalho e imigração: uma comparação Brasil-Argentina.** Revista Lua Nova, São Paulo, 79: 111-142, 2010.

_____. **Intervenções Urbanas Recentes na Cidade de São Paulo.** *In:* Robert Cabanes; Isabel Georges; Cibelee Saliba Rizek; Vera da Silva Telles. (Org.). Saídas de Emergência - ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 339-358. 2011.

ROLNIK, Raquel; KOWARICK, Lucio; SOMEKH, Nadia. (eds.). **São Paulo: crise e mudança.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Planejamento urbano: Morar, atuar, viver.** *In:* Teoria e Debate, O desafio da gestão urbana na próxima década, n.9 jan, p.98-119/fev/mar/1990.

_____. **A cidade e a lei legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** FAPESP, Studio Nobel, Coleção Cidade Aberta, 1997.

_____. CAMPOS, Candido Malta; NAKANO, Kazuo. **Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo.** *In:* Nadia Somekh. (Org.). Caminhos para o Centro. 1 ed. São Paulo: PMSP / Emurb, v. 1, p. 123-158, 2004.

SADER, Emir e PAOLI, Maria Célia. **Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro**. In: CARDOSO, Ruth (org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. **Quando novos personagens entram em cena**. SP: Paz e Terra, 1988.

SAMIRA, Kauchakje. **35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais: permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90USP e UNICAMP**. Revista brasileira de ciência política Dossiê "Movimentos sociais e ação coletiva", nº 3 Brasília, janeiro /julho de 2010.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (org.). **A promoção privada de habitação econômica e arquitetura moderna 1930-1964**. São Paulo, Rima/ FAPESP, 2002.

_____ e PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Habitação em São Paulo**. Estud. av. [online]., vol.17, n.48, pp. 167-183, 2003.

_____. **O cortiço paulistano entre as ciências sociais e política**. Rev. Inst. Estud. Bras. [online] n.44, pp. 125-140, 2007.

SANDRONI, P. **A dinâmica imobiliária da cidade de São Paulo: esvaziamento, desvalorização e recuperação da região central**. In EMURB/ CEM/ CEBRAP. Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: PMSP/ EMURB, 2004, p. 363-380.

SANTOS, André Luiz Teixeira. **A prática dos movimentos de moradia na produção do espaço da cidade de São Paulo: os limites da participação e a (im)possibilidade de emancipação**. Tese apresentada à FAU-USP, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Brasil contemporâneo: estado de exceção?** In: OLIVEIRA, Francisco & RIZEK, Cibele. A era da indeterminação. São Paulo, 2007.

SÃO PAULO (SP) DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. I **Jornada em Defesa da Moradia Digna**, 2008.

SÃO PAULO, Câmara Municipal. **Comissão de Estudos sobre Habitação na área central**. Relatório final, SP, setembro 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse & LUCHMAN, Lígia. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil**. Revista Política & Sociedade, 1(5), 2004.

SCHOR, Silvia Maria e VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **Principais Resultados do perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo**. FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2010.

SCHWARZ, Roberto. **Ainda o livro de Kurz**. Novos Estudos, no.37, novembro de 1993.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social, Habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. São Carlos, USP Tese de Doutorado, 2010.

SILVA, Helena Menna Barreto. **Observatório do Uso do Solo e da Gestão Fundiária do Centro de São Paulo**. São Paulo: Lincoln Institute/LABHAB, Relatório de Pesquisa, 2006.

_____ (coord.); SÍGOLO, Letícia Moreira. **Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo**. Relatório de pesquisa. São Paulo: Lincoln *Institute of Land Policy*, Nov. 2007.

SINGER, P. I. (Org.); BRANT, V. C. (Org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980

_____. **Raízes sociais e ideológicas do Lulismo.** Revista Novos Estudos Cebrap, 85. Novembro de 2009.

SOUZA, Felipe Francisco de. **A batalha pelo centro de São Paulo.** Santa Ifigênia, concessão urbanística e Projeto Nova Luz. Paulus editora. São Paulo 2011.

SOUZA, Nelson Rosário. **Centro cindido e sociabilidade urbana a deriva: um roteiro trágico.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 14, p. 209-213, jun. 2000.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O Protagonismo Juvenil.** São Paulo: Editora Paulus, 2008.

SZWAKO, José. **Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do Cenedic** - Lua Nova, São Paulo, 78: 251-303, 2009.

TASCHNER, S. P. **Habitação e Demografia Intra-Urbana em São Paulo,** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 7 (1), jan/jun, pp. 3/34, 1990.

TATAGIBA, Luciana e TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **O papel do CMH na Política de Habitação em São Paulo.** São Paulo: Pólis/PUC-SP (Cadernos do Observatório, 31), 2007.

TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: **As lutas sociais e a cidade.** Rio: Paz e Terra, 1988.

_____. **Sociedade civil e construção de espaços públicos.** In: DAGNINO, Evelina (org). Os anos 1990: Política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Revista USP, SÃO PAULO, v. 37, p. 34-45, 1998.

_____; CABANES, R. (Org.). **Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo: Humanitas, 2006.

_____. **Cidadania e pobreza.** São Paulo: Editora 34, 2001.

TORRES, H., MARQUES, E., BITTAR, S, et. al. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo.** Estudos avançados, CEBRAP, 17 (47), 2003.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria- Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** *In:* A cidade do pensamento único – desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIDIGAL, Gustavo. **Uma concessão ao passado: trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.** Dissertação apresentada à FFLCH-USP, 2005.

VILLAÇA, Flávio. **A produção e o uso da imagem do centro da cidade: o caso de São Paulo.** 1993. Texto de estudo. Não publicado. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.org.br/pdf/sinop93.pdf>. Acessado em 25/02/2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo, Studio Nobel/Fapesp, 1998.

ZIBECHI, Raúl. **Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafíos inéditos.** Revista OSAL, Buenos Aires, v. 7, n. 21, p. 221-230, set./dez. 2006.

Campo: aproximação e metodologia

Desde o início da pesquisa foram feitas diversas incursões em campo, no início ainda bastante exploratórias, desde caminhadas em diferentes horários do dia e da semana na área central da cidade, até a participação em encontros pertinentes ao tema de pesquisa, realizado pelos mais diversos atores sociais. Foram feitas diversas imagens, buscou-se entender e reconhecer o mapa do centro, em suas inúmeras divisões, *in loco*. Todas as idas a campo foram feitas via transporte público, ônibus e metrô e depois a pé. O andar a pé pelas ruas foi importante, pois permitiu a observação em uma escala necessária ao tipo de aproximação que se pretendeu realizar. Assim, puderam ser observados em um primeiro momento: proximidade, ou distância de equipamentos, utilização de espaços de socialização e lazer, a relação com o transporte e a infraestrutura pública etc.

Essa forma de aproximação foi uma importante prévia e facilitou o trabalho de sistematização dos dados sobre os prédios e ocupações estudadas, inclusive revendo a necessidade de inclusão de novos dados etc.

Como pesquisadora, já trabalhei outras vezes com movimentos sociais e de moradia. Mas, desta vez algo diferente se desenhava, o campo em questão era meu velho conhecido. O centro da cidade de São Paulo foi por mim intensamente vivido e explorado durante minha infância e juventude. Foi preciso criar um distanciamento e uma forma de abordagem que me permitissem enxergar as questões de pesquisa com um olhar menos domesticado, no qual as inúmeras lembranças pudessem me fornecer mais que a superfície.

Embora os limites desse tipo de relação estejam *a priori* sempre colocados, o levantamento bibliográfico especificamente realizado para a pesquisa de campo auxiliou imensamente. Desde o amadurecimento de meu olhar como pesquisadora, a compreensão dos momentos de afastamento necessários, formas de abordagem, até a melhor maneira de tratar cientificamente aquilo que saía do campo.

Essas leituras e sistematizações contribuíram para uma melhor postura em campo, mais segura, entendendo limites, possibilidades e principalmente entrevendo os significados do que poderia ser uma pesquisa de inspiração etnográfica. Pôde-se observar na prática o rebatimento das questões estudadas sobre metodologia de campo.

Questões importantes como ouvir o que nunca é ouvido, passaram a direcionar as buscas em campo, no caso não se limitando apenas às pistas e entrevistas vindas daquelas pessoas cujas falas são dotadas de credibilidade. Buscou-se inverter a hierarquia apresentada e os resultados obtidos foram surpreendentes.

Puderam ser observadas, contrapondo as entrevistas realizadas, questões que os entrevistados desejavam ocultar, outras que voluntariamente estes desejavam mostrar, a imagem que projetavam de si mesmos, do movimento e da própria história. A análise dos discursos se constituiu como um dado importante de pesquisa e pouco a pouco ocupou um lugar de destaque na tese²⁵².

Outro ponto importante de ter sido trabalhado, antes da ida para campo, foi entender que minha simples presença e atitude interfeririam em campo, mais do que se pode prever. Assim tomou-se o cuidado possível para se compreender e antever isso e imaginamos que assim puderam ser evitadas algumas conclusões equivocadas e precipitadas, constrangimentos e estranhamentos.

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas de existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma **relação social** que exerce efeitos (...) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo o tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. Estas distorções devem ser reconhecidas e dominadas; e isso na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem ser a aplicação de um método ou a colocação de uma reflexão teórica (BOURDIEU, 1997:694). *[grifo do autor]*

²⁵² Neste sentido utilizou-se o texto: FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

Em relação às formas escolhidas para entrevista, optou-se por roteiro aberto e bastante flexível, porém que procurasse objetividade e clareza nas questões. O que parece ter cumprido o que imaginamos com o campo, “ouvi-lo”, mais do que retirar dele qualquer tipo de resposta mais direcionada.

Quanto às formas de aproximação, houve um cuidado na escolha da rede de informações que nos levaria até os objetos e entrevistados, pois, por exemplo, nas ocupações há grande apreensão com a entrada de pessoas estranhas. Assim, buscamos, na medida do possível, a inserção nesses espaços, por pessoas de dentro do próprio movimento, por meio de contatos conseguidos na participação de reuniões entre movimentos, manifestações e na sede de entidades relacionadas.

Nem sempre isso foi possível, o que, aliás, acabou se tornando um dado de pesquisa. Tantas vezes não foi possível chegar onde se desejava, por problemas de hierarquia do próprio movimento, ou desinformação ou ainda desorganização dos coordenadores e lideranças. O que nos fez optar por outras formas de incursão, sem nenhuma indicação da rede de informantes²⁵³. Assim, sempre que estas aproximações não oferecessem riscos, a chegada solitária e sem indicações aos espaços de ocupações e prédios de conquistas, trouxe questões diferentes, sendo possível explorar dimensões que não dependessem de um compromisso da base com o movimento.

Um quadro mais confortável nesses momentos se construía também à medida que se demonstrava conhecimento e acompanhamento sobre as questões exploradas e evitavam-se perguntas desnecessárias e repetitivas. Junto com as entrevistas, foram feitos diários de campo, com anotações que buscaram flagrar situações que estivessem além da fala. Essas anotações foram extremamente valiosas e confrontadas com a revisão do campo, no momento da transcrição e da sistematização do diário de campo, foram reveladoras.

²⁵³ Essa preocupação parece ter feito diferença na entrada em algumas incursões a campo e em outras não. Principalmente em entrevistas com lideranças e sedes de entidades é notável certa rejeição à figura do pesquisador, em alguns ambientes cheguei mesmo a ouvir que o papel da academia tem restringido questões sociais relevantes a “mera curiosidade de classe”. Mas, mesmo em ambientes assim, imaginamos ter sido possível boa interlocução, à medida que se demonstrava compreender essa rejeição e disposição em discuti-la antes das entrevistas.

Nesse sentido, optou-se pela gravação em vídeo das entrevistas e, na medida em que fosse permitido e avaliado que era o momento, da própria entrada em campo.

O uso da imagem foi bastante rico, pois ao se revisitar esse material foi possível a observação de gestos, posturas e mesmo formas de relação com o espaço, que muitas vezes passaram despercebidos no primeiro contato.

[sobre o]... trabalho de construção ao qual submetemos uma entrevista gravada – o que permitirá andar mais depressa na análise dos procedimentos de transcrição e de análise. Pois, é claro que a transcrição muito literal (a simples pontuação, o lugar da vírgula, por exemplo, podem comandar todo o sentido de uma frase) já que é uma verdadeira **tradução** ou até uma interpretação. Com mais razão ainda, a que é aqui proposta: rompendo com a ilusão espontaneísta do discurso que “fala de si mesmo”, a transcrição joga deliberadamente com *pragmática da escrita* (principalmente pela introdução de título e subtítulos feitas de frase tomadas da entrevista) para orientar a atenção do leitor para os traços sociologicamente pertinentes que a percepção desarmada ou distraída deixaria escapar (BOURDIEU, 1997:709). [*grifo do autor*]

Ainda de acordo com Bourdieu (1997:710), “transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever”, assim optamos por não terceirizar essa tarefa e fazer todas as transcrições, o mais breve possível depois da ida a campo. Bem como a sistematização das ideias recolhidas no caderno de campo.

A opção para todas as incursões de campo foi pela confecção de diários, o que se constituiu em um dos materiais mais importantes para a pesquisa. Neles constaram frequentemente anotações de situações que estavam além da fala. Após a finalização e tratamento de todos esses diários, escolhemos os 8 mais relevantes para deles extrair as questões a serem aprimoradas pela pesquisa. Foi a partir deste material que se conseguiu elaborar os principais eixos de desenvolvimento teórico deste trabalho.

Foram leituras exaustivas desse material e também das entrevistas, procurando contrapor dados, falas, construções de discursos, repetições, ausências etc.

Uma última questão que se colocou mais fortemente no último período da pesquisa, foram as situações de maior vulnerabilidade social encontradas, sobre as quais recorreremos teoricamente à Pierre Bourdieu. Foram entrevistas sobre as quais não foram feitas deliberadamente fotografias e não foram exploradas determinadas dimensões em entrevistas - momentos onde foi preciso “respeitar a miséria do mundo”.

Levantamento e sistematização de dados e material de campo

Para as atividades de campo relacionadas ao acompanhamento de eventos, seminários e cursos de “gestão de conflitos”, escolhidos como forma de observação da interação dos agentes na primeira fase da pesquisa, o trabalho foi semelhante ao da confecção dos diários de campo.

Esses dados foram buscados em meios a publicação diversos, buscando abarcar a diversidade de atores. Assim foram analisados e contrapostos os materiais de ONGs, jornais com diferentes enfoques políticos, sítios na internet²⁵⁴ etc., onde as mesmas dimensões levantadas anteriormente eram apresentadas.

Este tipo de análise colaborou para o entendimento das diversas tramas de relações estabelecidas, análise e construção de discursos, além da identificação de novas formas de “administração”, “negociação” ou ainda “pactuação”, além da identificação de novos termos e das diferenças de significados dos mesmos para atores distintos.

Das idas em campo

Foram mais de 25 idas em campo, do início de 2007 ao final de 2011, todas descritas e sistematizadas. Destaca-se que o período longo de trabalho de campo foi imprescindível para este trabalho, inclusive as permanências mais prolongadas, pois foram justamente aquelas que permitiram determinadas inserções em prédios, ocupações e entrevistas com pessoas de mais difícil acesso. Além de ter contribuído para construção de uma relação de confiança com os movimentos e seus integrantes.

Seguem abaixo os eixos que nortearam as buscas em campo:

1. Participação em eventos, reuniões, cursos (“de” e “entre” diversos atores):

²⁵⁴ Como por exemplo, FCV – Fórum Centro vivo, Ocupação sem Posse, Centro de mídia independente, MSTC, FLM, Gira-me, Grupo Risco, Garapa etc.

- Observação de discursos, formas de negociação e relações, construção de consensos e aparecimento de conflitos.

- Formas de relação entre os agentes, novas modalidades de negociação, aproximações, rupturas.

2. Visitas às ocupações (Centro):

- Análises de formas de resistência e sociabilidade, expectativas, mudança de caráter da forma ocupação e da negociação, visibilidade e criminalização.

- Sociabilidades e busca de sociabilidades.

3. Entrevistas com lideranças de movimentos de moradia e integrantes de base:

- Formas de relação com o histórico, institucionalização, formas de construção do discurso, narrativas e formas de sociabilidade diversas na cidade.

- Identificação de mudança na base dos movimentos – novo perfil de participantes.

- Unidade e fragmentação dos movimentos em momentos específicos, nas três últimas gestões do governo municipal.

4. Visitas às conquistas (Centro)

- Mudanças nas formas de sociabilidade, relação com o espaço público e com o centro da cidade.

- Apreensão do espaço público/ sujeito.

- Utilização da infraestrutura urbana e relação com o entorno.

5. Acompanhamento das reintegrações de posse

- No sentido de polícia, no avesso da política²⁵⁵

- Quantidade de reintegrações, demolições e a relação das mesmas no mapa do centro da cidade.

- Aumento da violência e criminalização.

²⁵⁵ Em referência à Rancière. Especialmente nos trabalhos: RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). A crise da razão. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996b. RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento. São Paulo: Editora 34, 1996a.

Quadros e formas de sistematização de dados:

Além dos diários de campo e entrevistas, listados abaixo e comentados anteriormente, trabalhamos com fichas, de atores, de ocupações, de edifícios etc. Foi esse material que nos forneceu subsídios para o desenvolvimento da estrutura da tese, a partir do aprimoramento das questões de pesquisa, por ele suscitadas.

Revistas, documentos, relatórios, vídeos etc.

Foi feito um levantamento minucioso em visitas a acervos de institutos de pesquisa (Polis, Laboratório de Habitação da USP), acervos particulares de integrantes de movimentos e ong's. São relatórios de pesquisa, textos de debates, cartilhas de movimentos e entidades não governamentais, panfletos de época, relatorias de reuniões de movimentos etc. Tratou-se de importante fonte, muitas primárias, para análises comparativas dos períodos estudados nesta pesquisa.

Também foram levantadas publicações institucionais (principalmente das gestões Erundina e Marta Suplicy e mais publicações dos próprios movimentos durante o período, relatórios da União dos Movimentos de Moradia e da Frente Nacional de Luta por Moradia, Relatórios de Congressos nacionais de moradia popular realizados pelos movimentos, atas de jornadas, encontros recentes, propostas dos movimentos de moradia (diversos) aos candidatos à prefeitura de São Paulo e os programas de governo dos candidatos, documentos de Assessorias Técnicas etc. O Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro foi visitado e trouxe grande contribuição, pois conta com acervo de diversos movimento sociais - inclusive de moradia - e este abrange principalmente toda a década de 1980.

Contou-se também com alguns vídeos e fotos feitos pelo Centro de Mídia Independente, Coletivo Política do Impossível, integrantes do Fórum Centro

Vivo e movimentos populares que registraram ocupações, desocupações, plenárias etc.

Outro material bastante interessante, foram as revistas das gestões das subprefeituras do Centro de São Paulo, bastante ilustrativas sobre as escolhas que vêm sendo feitas para a cidade, mostrando diversas ações de “revitalização”, desapropriações e desocupações, que em fotos de “antes e depois” desaparecem com favelas, comércio informal e galpões de coleta de lixo para reciclagem.

Notícias de Jornal – com problematização de suas fontes

Auxiliaram na identificação da diversidade de fontes de informações e no confronto de posições sobre um mesmo acontecimento, para casos de:

- Ocupações, desocupações e reintegrações de posse, mudanças na legislação destinada à moradia popular, acordos para “revitalização do centro histórico”, imóveis vazios no Centro, matérias sobre planos urbanísticos de diversas entidades, derrubada de prédios históricos, boletins de diversas entidades, ONG’s, poder público e movimentos sobre direito à moradia.

Principais entrevistas realizadas

Foram aproximadamente 22 horas de material.

E 1 - Francisco (UMM – CMP)

E 2 - Luiza (FLM – MSTC)

E 3 - Maria José (Prestes Maia/ bolsa aluguel Nove Julho) - FLM

E 4 - D. Ivani e Gisele (Edifício Riachuelo) – União da Luta dos Cortiços – ULC

E 5 - Juliana (Pari/ Canindé) – MSTC/ FLM

E 6 - D. Maria 1 – ULC

E 7 - Rubens e D. Maria 2 (bolsa aluguel, Rua Ana Rosa, zona cerealista) – MSTC

E 8 - Aparecida - ULC (Mooca) – União da Luta dos Cortiço – ULC

Principais Diários de Campo realizados

- D1: Diário de Campo nº 01: Visita à sede da UMM e entrevista com Francisco
- D2: Diário de Campo nº 02: Visita à ocupação Nove de Julho – FLM e entrevista com Luiza
- D3: Diário de Campo nº 03: Visita ao prédio bolsa-aluguel e 1ª entrevista com Maria José – ocupação Prestes Maia
- D4: Diário de Campo nº 04: Dia na casa de Maria José e reunião da FLM – Abril Vermelho
- D5: Diário de Campo nº 05: Visita ao prédio da Rua Riachuelo – entrevista com D. Ivani e sua filha
- D6: Diário de Campo nº 06: Manhã com Luiza - FLM, visita ao prédio Pari-Canindé e entrevista com Juliana – MSTC
- D7: Diário de Campo nº 07: Visita aos prédios de bolsa-aluguel da Zona Cerealista – entrevista com D. Maria 1– ULC, Rubens e D. Maria 2 - MSTC
- D8: Diário de Campo nº 08: Aparecida e a conquista da Mooca – O Cine Imperial

Principais Personagens

- Lista de personagens do D1:

Francisco – P1

Sandra – P2

D. Valdete – P3

Sueli -P4

- Lista de personagens do D2:

João – P6

Luiza – P7

- Lista de personagens do D3:

Maria José – P8

Porteiro – P9

Família no elevador – P10

Filha de Maria José – P11

- Lista de personagens do D4:

Maria José – P8

Filha de Maria José – P11

Osmar – P12

Jandira – P13

Manoel Del Rio – P14

Edson – P15

Heloísa – P16

Militante TNG – Terra da Nossa Gente/ Cidade Tiradentes – P17

- Lista de personagens do D5

D. Ivani – P18

Gisele – P19

- Lista de Personagens do D6:

Luiza – P7

Juliana – P20

- Lista de Personagens do D7:

Rubens – P22

Maria 1 – P23

Maria 2 – P24

- Lista de Personagens do D8:

Aparecida – P25

ANEXOS

Carta Aberta – contra Reintegração do Prestes Maia

Quarta-feira, 27 de Abril, 2011

À Corregedoria Geral da Justiça
Conselho Nacional de Justiça
Ministério Público do Estado de São Paulo
Defensoria Pública do Estado de São Paulo
Demais autoridades
Excelências

Sentença de Reintegração de Posse do Edifício Prestes Maia NÃO FAZ JUSTIÇA

No processo da 15ª Vara Civil do Fórum João Mendes nº 583.00.2010.191.564-1, nº de Ordem 1831/2010. A Doutora Juíza Daise Fajardo Nogueira Jacot concedeu liminar de reintegração de posse ao suposto proprietário AXEL contra 376 famílias, 295 crianças e 1.130 adultos, que lá moram e conservam o edifício.

Entendemos que mais uma vez a decisão expressa na sentença não está de acordo com a Lei. Se não vejamos:

1. Contraria os diversos dispositivos, como do artigo 170, inciso III – Função Social da Propriedade. O imóvel em questão está abandonado a mais de 20 anos sem nenhuma utilidade para a cidade;
2. Ofende o artigo 1.276 e seu parágrafo 2º do Código Civil. “Presumir-se a de modo absoluto a intenção (abandono) a que se refere este artigo, quando cessados os atos de posse, deixar o proprietário satisfazer os ônus fiscais”.

O proprietário não paga tributos municipais desde 1986, 25 anos. Deve R\$ 5.439.062,00 ao Poder Público.

1. Desrespeita, também, o artigo 1.228, Parágrafo 1º, do Código Civil “... evitada a poluição do ar e das águas”. Os moradores do edifício Prestes Maia, limpam o prédio retirando mais de 200 caminhões de lixo do local. Higienizaram as partes que criavam dengue. Agora lutam para

retirar esgoto acumulado no subsolo que se misturam com uma fonte de água ali existente.

2. os artigos 1º e 4º da Constituição de 1988, encontramos os fundamentos do Estado Democrático de Direito, que asseguram e destacam a cidadania e dignidade da pessoa humana. Faz da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado. A sentença da Dra. Daise Fajardo Nogueira Jacot não respeita estes valores de nossa Carta Magna.

Por isso não concordamos com essa decisão. Além dessas breves observações sobre a injustiça da sentença e a violação de Direitos Fundamentais das pessoas, encontramos histórico daquela propriedade, inquietante que merece ampla investigação. Vejamos então:

- a) O imóvel em questão foi adquirido pela Companhia Nacional de Tecidos S/A, na data de 6 de outubro de 1945; (transcrição 20.886)
- b) Em 25 de março de 1963, a proprietária obteve Auto de Vistoria nº 508, relativo ao edifício atualmente existente sobre o imóvel; (à margem).
- c) Em razão da falência da Cia. Nacional de Tecidos, o imóvel foi adquirido à título de dação “in solutum” ao First National City Bank, atualmente denominado CITIBANK N. A., conforme escritura datada de 29 de Agosto de 1975; (transcrição 111.435)
- d) Em razão de sentença proferida nos autos da Ação Ordinária movida pela Massa Falida de Cia. Nacional de Tecidos em face de CITIBANK N.A., foi declarada ineficaz alienação anterior, constante da transcrição 111.435;
- e) Conforme Carta de Arrematação extraída dos autos da Ação Falimentar da Cia. Nacional de Tecidos, datada de 28 de fevereiro de 1996, o imóvel em questão teria sido arrematado por Axel Empreendimentos Imobiliários Ltda., em consórcio equivalente com Sande Sociedade Administradora Nacional de Empreendimentos Imobiliários Ltda;
- f) Conforme Notas de Devolução emitidas pelo 5º Cartório de Registro Imobiliário, este RECUSOU as tentativas de registro da referida Carta de Arrematação, acusando diversas irregularidades na mesma, sendo a mais recente recusa datada de 28 de agosto de 2009.

Em face do exposto, não podemos aceitar a decisão da Dra. Daise Fajardo Nogueira Jacot.

Pedimos então:

- Que os diversos entes do judiciário anulem a sentença de reintegração de posse.
- Que se inicie investigação sobre essa propriedade. Quem eram os donos da Cia. Nacional de Tecidos; como passou pelo Citibank, como foi declarada ineficaz a alienação anterior. As empresas Axel Empreendimentos Imobiliários e outra detêm carta de arrematação, mas não conseguem o registro, pois a matrícula não confere. Verificar a idoneidade dessas empresas, contumaz inadimplente.

Pedimos, ainda, a verificação do “porque” as ações de AXEL caem sempre na 15ª Vara, cujas decisões sempre favorecem o autor e os magistrados em audiência se comportem como subordinados do injusto possuidor. Pois, uma vez que, depois de 25 anos, o autor ainda não possui documentos probatórios da posse do imóvel, aceitou prova testemunhal arranjada apresentada na audiência. E depois de reunião em separada com o autor proferiu tal sentença.

- Que o imóvel seja desapropriado pelo seu valor Venal R\$ 6.374.276,00 e quitado os débitos fiscais de R\$5.439.062,00 vez que seus pretensos proprietários não contribuem com o Poder Público por mais de 25 anos e usufruem de verbas públicas para manutenção e melhoria da cidade.
- Que em parceria com três entes federados. União, Estado e Município, o imóvel seja desapropriado para moradia popular, com uma creche e comércio popular em seu térreo e subsolo.

São Paulo, abril de 2011

Sem mais,

Paz e Bem

MSTC – Movimento Sem Teto do Centro

FLM – Frente de Luta por Moradia

CONTRA OS DESPEJOS E PELO DIREITO À MORADIA

na luta por cidadania e dignidade

Há décadas centenas de edifícios estão vazios no Centro de São Paulo, sem uso e esperando a valorização imobiliária. Eles causam um imenso prejuízo à sociedade mas devem permanecer intocados para que seus donos lucrem no futuro. Enquanto isso, o povo sofre com a política econômica e a corrupção do governo e não tem mais como pagar aluguel. Foi por isso que nós iniciamos as ocupações dos edifícios vazios, com o objetivo de fazer valer dois direitos que estão na Constituição Brasileira: o direito à moradia (artigo 6º) e a função social da propriedade (artigos 5º e 182).

Em 1995, o Governo do Estado lançou um Programa de Ação em Cortiços (o PAC), dizendo que iria produzir 10 mil moradias novas por ano. Até agora nenhuma unidade foi entregue. E não foi por falta de dinheiro: o Governo do Estado tem mais de 500 milhões de reais por ano para fazer habitação. Mas o pior ainda estava por vir: agora, esse mesmo governo parte para uma ofensiva contra o povo, comandando uma onda de despejos. O secretário da Casa Civil explica cinicamente: “Vocês acham que são privilegiados para morar no Centro? Lugar de pobre é na periferia!”. Alias, esta é a história de São Paulo, o povo que constrói a cidade é expulso para cada vez mais longe. E desta vez, nem lugar na periferia o governo dá como alternativa. Os despejos têm sido conduzidos de forma violenta e arbitrária. O governo não faz nenhuma negociação nem propõe saída. Coloca a polícia para fazer a ação, quebrando móveis e batendo em mulheres e crianças. O resultado é vergonhoso: muitos perdem o emprego, as crianças perdem o ano escolar, os móveis são recolhidos em depósitos mafiosos e não se tem como reavê-los. Os que não ficam na rua, acham no máximo um lugarzinho numa favela ou num outro cortiço. O que será que têm na cabeça os que comandam essas barbaridades? Por que o governo do Estado não faz habitação na área central? Como ficam nossos direitos e nossa dignidade? A ofensiva da “revalorização” do Centro de São Paulo não esconde o que é: para uma minoria um grande negócio, para a maioria o destino é rua.

Nós, dos movimentos de moradia da área central, queremos um outro Centro, vivo para todos e onde os direitos sejam respeitados!

Direitos pelos quais lutamos:

Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948): Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário e habitação (artigo 25). Constituição Brasileira (1988): Garantia do direito social à moradia (artigo 6º) e Função social da propriedade (artigos 5º e 182). Agenda Habitat-ONU (1996): Os governos devem adotar ações apropriadas para promover, proteger e assegurar a plena e progressiva realização do direito à moradia (parágrafo 61). Resolução de Direitos Humanos da ONU (1993): Afirma que a prática de despejos forçados constitui grave violação dos direitos humanos, em particular ao direito de moradia adequada e recomenda que todos os governos proporcionem imediata restituição, compensação e/ou apropriada e suficiente alternativa de acomodação ou terra, consistente com seus desejos ou necessidades, para pessoas e comunidades que tenham sido despejadas forçosamente, com base numa negociação mutuamente satisfatória com as pessoas e grupos afetados (Res.77).

União dos Movimentos de Moradia

Movimento de Moradia do Centro

Unificação das Lutas de Cortiços

Fórum dos Cortiços

Movimento Sem-Teto do Centro

EMPREGOS FORMAIS POR FAIXAS DE RENDIMENTO - TABELA 8

	2000					2010				
	Faixa de Rendimento em SM					Faixa de Rendimento em SM				
Um. Terr.	0,51 a 1,00	4,01 a 5,00	10,01 a 15,00	Mais de 20,00	Total	0,51 a 1,00	4,01 a 5,00	10,01 a 15,00	Mais de 20,00	Total
Ipiranga	264	10.797	4.882	2.412	87.582	1.446	6.858	2.097	698	119.186
Cursino	64	2.211	699	353	17.258	367	1.040	237	96	22.272
Ipiranga	147	5.363	2.708	1.430	43.524	674	3.258	855	227	56.927
Lapa	709	22.632	15.688	12.594	203.665	12.175	21.830	12.426	6.906	358.108
Barra Funda	59	4.964	4.099	3.713	48.908	5.574	5.382	4.132	1.841	103.663
Jaguara	15	2.084	633	359	11.653	129	2.317	566	313	22.380
Jaguaré	23	2.391	1.481	1.486	18.335	336	2.046	1.147	880	28.796
Lapa	292	6.694	4.741	3.203	64.132	3.384	5.861	3.027	1.403	102.929
Perdizes	257	3.006	2.070	1.816	28.327	2.110	2.772	1.088	912	47.913
Vila Leopoldina	63	3.493	2.664	2.017	32.310	642	3.452	2.466	1.557	52.427
Mooca	934	16.656	10.361	4.597	170.385	6.522	11.810	3.895	1.102	265.831
Água Rasa	269	1.645	525	135	16.601	514	820	124	28	22.261
Belém	115	2.849	2.860	961	30.436	2.320	2.473	866	330	48.181
Brás	41	2.490	1.048	521	31.999	494	1.801	659	150	57.967
Mooca	225	4.454	3.219	1.475	38.030	1.415	3.334	1.033	250	55.163
Pari	38	1.518	516	269	15.084	325	728	188	42	22.810
Tatuapé	246	3.700	2.193	1.236	38.235	1.454	2.654	1.025	302	59.449
Pinheiros	1.129	31.100	31.575	44.888	338.903	9.740	37.618	38.822	32.459	603.360
Alto de Pinheiros	43	1.032	1.134	1.485	13.315	431	1.358	1.106	765	22.191
Itaim Bibi	388	11.661	14.776	25.816	139.545	3.374	18.906	24.977	23.354	301.733
Jardim Paulista	459	10.974	9.026	9.061	105.330	3.096	10.899	7.173	4.369	169.090
Pinheiros	239	7.433	6.639	8.526	80.713	2.839	6.455	5.566	3.971	110.346
Sé	1.064	41.869	40.251	37.543	418.910	19.810	37.872	24.069	12.979	674.817
Bela Vista	83	6.120	8.042	9.245	62.196	2.076	8.429	5.634	3.987	117.491
Bom Retiro	84	3.993	1.362	604	40.115	1.357	2.056	950	313	57.954
Cambuci	65	2.513	1.922	1.229	23.141	1.380	1.960	666	223	40.638
Consolação	63	5.517	5.011	5.660	52.405	1.613	6.528	5.090	3.464	93.147
Liberdade	58	2.751	2.125	1.171	24.619	1.413	2.821	1.223	319	41.485
República	355	8.188	5.730	3.484	76.795	8.347	6.752	3.200	1.387	153.349
Santa Cecília	77	6.848	6.608	5.432	59.756	1.170	4.847	3.806	1.728	77.604
Sé	279	5.939	9.451	10.718	79.883	2.454	4.479	3.500	1.558	93.149
Vila Mariana	610	20.413	13.861	10.740	186.372	5.981	19.931	10.966	6.251	333.887
Moema	159	7.848	4.349	3.069	63.798	1.533	6.506	3.111	1.371	95.958
Saúde	159	4.753	2.548	1.859	41.352	2.058	3.489	2.215	1.101	75.686
Vila Mariana	292	7.812	6.964	5.812	81.222	2.390	9.936	5.640	3.779	162.243
RMSP	8.992	239.769	176.450	172.869	2.389.309	91.746	216.320	145.697	91.638	3.990.013
C. Tiradentes	12	224	36	3	2.254	68	118	96	38	4.540
Itaim Pta.	57	777	234	168	10.106	522	750	171	50	24.091
Parelheiro	7	213	103	41	2.759	131	188	43	64	5.216
Perus	9	269	54	36	2.506	81	578	140	67	8.472

Tabela 9 - Tabela ocupações 2008-2011

	Identificação	Localização	distrito	Ano início	Ano fim	duraçã o	Mov filiado	reivindicação	N famílias	Uso antigo	Propriedade	Uso atual	Desfecho
1	Inss Rua Xavier de Toledo	Rua Xavier de Toledo, 280	Repúbl ica	2008	2008	1 dia	Fórum de cortiço s/ UNMP	Resolver o problema de um prédio do INSS na Avenida Nove de Julho e de um prédio da Caixa localizado na Praça Roosevelt, que estaria fechado há 20 anos	30	INSS	Pública	Previdência Social	Desocupação
2	Casarão Do carmo	Rua Tabatinguer a 277	Centro	2008	2011	3 anos	MMC	Construção de COHAB no local	25	Desapropriado em 1991	Privada	Desocupado	Reintegração de Posse/ promessa de UHs
3	General Flores	Rua General Flores	Bom Retiro	2008	2009	Menos de 1 ano	MMR C	Sem Dados	40	Fábrica de Roupas	Privada	Lacrado	Reintegração de posse
4	CDHU Mooca	Rua da Mooca, 3574	Mooca	2008	Sem dados	-	ULC	Entrega dos apartamentos	65	CDHU	Publica	CDHU	Entrega da unidades/ CDHU em 2011
5	CDHU Pari	Rua Canindé, 85	Pari	2009	2009	4 dias	FLM/ MSTC	Entrega da Unidade	30	CDHU	Publica	CDHU	Entrega da unidades/ CDHU em 2010
6	Nove de Julho	Av. Nove de Julho, 584	Repúbl ica	2009	2009	4 meses	FLM/ MSTC	Transformação do prédio em UH	Sem informação	INSS	Pública	Lacrado	Reintegração de posse
7	Ipiranga	Av. Ipiranga, 895/905	Centro	2010	2010	1 mês e 22 dias	FLM/ MSTC	Regularização do terreno Alto Alegre e desapropriação do prédio do INSS	300	Hotel / Bingo	Privada	Lacrado	Cadastro de algumas famílias em programas sociais
8	Largo da Liberdade	Largo do redentor, 45	Liberd ade	2010	2010	16 dias	MSTS	Desapropriação do imóvel	132	Prédio residencial	Privada	Em reforma para venda	Inclusão de pequena parte das famílias em programas sociais
9	Caetano de Pinto	Rua Caetano Pinto, 40	Brás	2010	-	Ocupado	MSTC	Maior rapidez no atendimento habitacional	120	Sem dados	Privado	Ocupado	Ocupado
10	Av. Prestes Maia, 911	Av. Prestes Maia, 911	Repúbl ica	2010	-	Ocupado	MSTC /FLM	Desapropriado	300	Sem dados	Privada	Ocupado	Ocupado
11	Av. Nove de Julho, 584	Av. Nove de Julho, 584	Repúbl ica	2010	2010	6 meses e meio	FLM/ MSTC	Transformação do prédio em UH	600	INSS	Publica	Desocupado	Reintegração de posse
12	São João	Av. São João, 588	Repúbl ica	2010	-	2 anos	FLM	Transformação de Prédios Abandonados em UHs	300 pessoas	Hotel	Privada	Ocupado	Permanece ocupado
13	Casarão do Carmo	Rua tabatingueir a, 277	Repúbl ica	2011	2011	8 dias	MMC/ UNMP	Construção de COHAB no local	100 pessoas	Sem dados	Privada	Lacrado	Desocupação
14	São João	Av. São João, 613	Repúbl ica	2011	2011	3 dias	FLM/A STC	Transformação de Prédios Abandonados em UHs	300 pessoas	Hotel Cinelândia	Privada	Desocupado	Reintegração Posse /promessa de UHs

15	São João	Av. São João, 625	República	2011	2011	2 dias	FLM	Desapropriação 53 prédios /programa renova centro	300		Privado	desocupado	Reintegração de posse
16	São João	Av. São João, 617	República	2011			FLM/ MSTC	Desapropriação 53 prédios /programa renova centro	30				
17	Rua Dos Franceses	Rua Dos Franceses, 230	Sé	2011	2011	1dia	ULC	Produção de habitação de interesse social	300 pessoas	Prédio Residencial	Privada	Desocupado	Desocupação
18	São João	Av. São João, 628	República	2011	2012	4 meses	FLM	Transformação de Prédios Abandonados em UHs	230 pessoas	Hotel	Privada	Desocupado	Reintegração de Posse/ promessa de UHs
19	São João	Av. São João, 187-A/ 62	República	2011	2011	3 dias	FLM	Transformação de Prédios Abandonados em UHs	Sem informação		Publica/ COHAB	Desocupado	Reintegração de Posse/ promessa de UHs
20	Ipiranga	Av. Ipiranga, 908	República	2011	-	ocupa do	FLM	Transformação de Prédios Abandonados em UHs	300 pessoas			Ocupado	Ocupado
21	Ipiranga	Av Ipiranga, 925	República	2011	2011	1 mês e meio	FLM	Transformação de Prédios Abandonados em UHs	1200 pessoas		Particular	Desocupado	Reintegração de Posse
22	Conselheiro Nébias	Rua Conselheiro Nébias, 314	República	2011	2012	5 meses	MMR C	Transformação de Prédios Abandonados em UHs	75		Privada	Desocupado	Reintegração de Posse/Cadastramento em programas sociais.
23	Conselheiro Nébias	Rua Conselheiro Nébias, 304	República	2011	2011	4 meses	MSTN	Transformação de Prédios Abandonados em UHs	128	Hotel	Privada	Desocupado	Reintegração de posse
24	Borges Figueiredo	R. Borges Figueiredo, 1358	Liberdade	2011	2011	1 dia	MSTRU	Entrega das habitações do programa renova centro	300 pessoas		Privada	Desocupado	Desocupação
25	Carlos Guimarães	R. Carlos Guimarães	Belém	2011	2011			Entrega das habitações do programa renova centro	Sem informação		Publica		
26	Carlos Guimarães	Rua doutor Carlos Guimarães	Belém	2011	2011			Entrega das habitações do programa renova centro	Sem informação				
27	Av. Rangel Pestana	Av. Rangel Pestana 1099	Brás	2011	2011			Transformação do local em UH (prometido há 12 anos)	800 pessoas		Pública		
28	Rua Conselheiro Crispiniano, 125	Rua Conselheiro Crispiniano, 125	Brás	2011	2011			Início da reforma para transformação em UH	400 pessoas		Publica		
29	Professor Romeu Pellegrini	R. Professor Romeu Pellegrini,85	Ipiranga	2011	2011	Menos de 1 dia		Moradia popular / reforma urbana	100 pessoas		Privada	Lacrado	Desocupação
30	São Joaquim	Rua São Joaquim, 329	Liberdade	2011	2011	1 dia	UMM	Transformação do local em UH	600 pessoas	IMBEL	Publica	Lacrado	Desocupação